UEMASUL

Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE

HISTÓRIA

LICENCIATURA - CCHSL

RESOLUÇÃO 414/2026 - CONSUN/UEMASUL

IMPERATRIZ

2026

UEMASUL
Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

Projeto Pedagógico do Curso de História Licenciatura, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras– CCHSL.

Imperatriz/MA
2026

UEMASUL
Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

ESTRUTURA DE GESTÃO UEMASUL

Reitora
Prof.ª Dra. Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves.

Vice-Reitor
Prof. Dr. Jorge Diniz de Oliveira

Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica — PROGESA
Prof.ª Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante

Pró-Reitor de Planejamento e Administração-PROPLAD
Prof. Dr. José Sergio de Jesus Sales

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação — PROPGI
Prof. Dr. Allison Bezerra Oliveira

Pró-Reitor de Extensão e Assistência Estudantil — PROEXAE
Prof. Dr. José Milton Lopes Pinheiro

Pró-Reitor de Pró-Reitoria de Infraestrutura — PROINFRA
Prof. Dr. Wilson Araújo da Silva

Pró-Reitor de Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas- PROGEP
Prof. Dr. Bruno Lucio Meneses Nascimento

Diretor do Centro de Ciências Humanas Sociais e Letras - CCHSL
Prof. Dr. Francisco de Assis Carvalho de Almada

Diretora do Curso de História Licenciatura
Profa. Dra. Regina Celia Costa Lima

Comissão de Elaboração e Sistematização do Projeto Pedagógico do Curso – PPC

Profa. Dra. Regina Celia Costa Lima
Prof. Dr. Fabrício Nascimento de Moura
Prof. Dr. Moab César Carvalho Costa
Prof. Dr. Raimundo Carvalho Moura Filho
Prof. Dr. Raimundo Lima dos Santos
Prof. Dr. Romário Sampaio Basílio
Prof. Me. Jessé Gonçalves Cutrim
Profa. Ma. Margarida Chaves dos Santos

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Projeto Pedagógico do Curso de História

Área: Ciências Humanas

Período mínimo de integralização: 8 semestres (diurno) 9 semestres (noturno)

Período máximo de integralização: 7 anos

Regime letivo: semestral.

Turnos de oferta: matutino e noturno

Vagas autorizadas: 40

Carga horária do curso: 3600h

Disciplinas do Núcleo Específico: 33 disciplinas / 1860h

Disciplinas do Núcleo Básico: 16 disciplinas / 900h

Disciplinas Eletivas: 2 disciplinas / 120h.

Estágio Curricular Supervisionado: 405h.

Atividades Acadêmicas e Culturais (AACC): 135h

Título acadêmico: Licenciado/a em História

DADOS INSTITUCIONAIS

Nome da instituição: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão.

CNPJ: 26.677.304/0001-81

Centro: Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras

Endereço: Rua Godofredo Viana, n.º 1300 – CEP: 65.901-480,

Bairro/Cidade: Centro, Imperatriz-Maranhão.

E-mail: historia.cchsl@uemasul.edu.br

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

AACC - Atividades Acadêmicas Científicas Culturais

AAE - Atividade Acadêmica de Extensão

AAI - Assessoria para Assuntos Internacionais

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACE – Atividades Curriculares de Extensão

ACONERUQ - Associação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas

ADH - Atlas do Desenvolvimento Humano

ALEMA – Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão

APCN - Aplicativo para Propostas de Cursos Novos

ASCOM - Assessoria de Comunicação

BATI - Programa de Bolsa de Apoio Técnico Institucional

BIONORTE - Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CA – Centro Acadêmico

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CASA – Coordenadoria de Assistência à Saúde e Acessibilidade

CCA - Centro de Ciências Agrárias

CCANL – Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras

CCENT - Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas

CCHSL - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras

CCHSTL - Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras

CCS - Centro de Ciências da Saúde

CDRC – Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Cidadania

CEDOM – Centro de Documentação e Memória

CEE/MA - Conselho Estadual de Educação do Maranhão

CES - Câmara de Ensino Superior

CESA - Centro de Estudos Superiores de Açailândia

CESI - Centro de Estudos Superiores de Imperatriz

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CGTI - Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação

CMA – Comitê de Monitoramento e Avaliação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COAPES – Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde

CONAES - Comissão Nacional da Educação Superior

CONSEST - Conselho Estratégico Social

CONEST – Conselho Estratégico Social

CONSUN - Conselho Universitário

CONSUN/UEMASUL – Conselho Universitário da UEMASUL

CP - Conselho Pleno

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPAD - Comissão Permanente de Avaliação Docente

CPHC – Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural

CPAHT - Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira

CSIS – Coordenadoria de Sustentabilidade e Integração Social

CUB - Custo Unitário Básico

DA – Diretório Acadêmico

DAPE - Divisão de Acesso e Permanência Estudantil

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DCN / DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

DINTER - Doutorado Interinstitucional

DIVEXT – Divisão de Extensão Universitária

DRD – Divisão de Recreação e Desporto

DSSM – Divisão de Serviço Social e Médico

EAD - Educação a Distância

EDH – Educação em Direitos Humanos

EAIE - European Association for International Education

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ETA – English Teaching Assistant

FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão

FAUBAI - Associação Brasileira de Educação Internacional

FEI - Faculdade de Educação de Imperatriz

FESI – Faculdade de Educação de Imperatriz

FESM - Federação das Escolas Superiores do Maranhão

FJP - Fundação João Pinheiro

FORGRAD - Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras

FOPAG - Folha de Pagamento

GEHA – Grupo de Estudos em História das Américas

GEHA-Pachamama/UEMASUL – Grupo de Estudos em História das Américas Pachamama

GELMA - Grupo de Estudos Linguísticos do Maranhão

GELITI - Grupo de Estudos Literários e Imagético do Maranhão

GPDR - Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional

IC - Iniciação Científica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios

IEMA - Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

IES - Instituto de Ensino Superior

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGI – Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz

IHGJL – Instituto Histórico e Geográfico de João Lisboa

IMC – Instituto Manoel da Conceição

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEHist – Laboratório de Ensino de História

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

LOA - Lei Orçamentária Anual

MAI – Museu Afro-Indígena

MEC - Ministério da Educação

MINTER - Programas de Mestrado Interinstitucional

NACE - Núcleo de Assistência Estudantil

NAP - Núcleo de Apoio Psicopedagógico

NBR – Norma Brasileira Regulamentadora

NDE - Núcleo Docente Estruturante

NEAD - Núcleo de Educação a Distância

NEAI - Núcleo de Estudos Afro-Indígenas de Imperatriz

NEIHR – Núcleo Interdisciplinar de História das Religiões

NEMHAM – Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval

NTE - Núcleo de Tecnologia Educacional

NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica

ONU - Organização das Nações Unidas

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAD - Plano de Atividade Docente

PBP – Programa Bolsa Permanência

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PGCE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC - Programa de Bolsa de Iniciação Científica

PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PIBEXT - Programa Institucional de Bolsa de Extensão

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PINI - Índice de Custo de Produção Industrial

PGCE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

PLOA - Projeto de Lei Orçamentária da União

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

PNG - Plano Nacional de Graduação PPA Plano Plurianual

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PPI - Plano Pedagógico Institucional

PPGASSA – Programa de Pós-Graduação em Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar

PPGLe – Programa de Pós-Graduação em Letras

PPU - Projeto Padrão Único

PQD - Programa de Qualificação de Docente

PROEXAE – Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil

PROFHIST- Mestrado Profissional em História

PROCAD - Programa de Capacitação de Docente

PROFIS - Mestrado Profissional em Física

PROFLET - Mestrado Profissional em Letras

PROGESA - Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica

PROPLAD - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

PROPGI Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

PROQUALID - Programa de Qualidade Docente

PSGAA - Pacote de Software de Gestão Acadêmica e Administrativa

RAD - Rápido Desenvolvimento de Aplicação

RCL - Receita Corrente Líquida

REGIC – Região de Influência das Cidades

RENORBIO - Rede Nordeste de Biotecnologia

REINTER - Rede de Assessorias para Assuntos Internacionais das Instituições de Ensino

Pesquisa do Estado do Maranhão

RU - Restaurante Universitário

RPU - Restaurante Popular Universitário

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social

SECTI - Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado

SEPLAN - Secretaria do Estado de Planejamento e Orçamento

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIMCARD – Chip de identificação do assinante

SMP – Serviço Móvel Pessoal

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SIG - Sistema de Informações Gerenciais

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

TIDE - Tempo Integral e Dedicação Exclusiva

TP – Tempo Parcial

UATI – Universidade Aberta à Terceira Idade

UC – Unidade Curricular

UEEI - Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

UEMASUL - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

UEMANET - Núcleo Para Tecnologia da Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UPE – Universidade de Pernambuco

USP – Universidade de São Paulo

UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos ofertados no Centro de Ciências Agrárias no Campus Imperatriz. 29
Quadro 2 - Cursos ofertados no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras no Campus Imperatriz. 30
Quadro 3 - Cursos ofertados no Centro de Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas no Campus Imperatriz. 31
Quadro 4 - Cursos ofertados no Centro de Ciências da Saúde no Campus Imperatriz. 31
Quadro 5 - Cursos ofertados no campus Açailândia 31
Quadro 6 - Cursos ofertados no campus Estreito 32
Quadro 7 - Cursos ofertados nas Unidades Avançadas no "Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão". 32
Quadro 8 - Compreensões do perfil de egresso correspondentes ao objetivo do curso 79
Quadro 9 - Competências do perfil do egresso em relação aos objetivos específicos do curso 82
Quadro 10 - Códigos e Temas relacionados às Competências do Perfil do Egresso 83
Quadro 11 - Disciplinas do Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG) do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL 91
Quadro 12 - Disciplinas do Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AACE) do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL 92
Quadro 13 - Disciplinas do Núcleo III: Atividade Acadêmica de Extensão (AAE) do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL 94
Quadro 14 - Disciplinas do Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL. 96
Quadro 15 - Estrutura Curricular adequada à Resolução Nº 391/2026 -CONSUN/UEMASUL 97
Quadro 16 - Disciplinas Eletivas Restritivas 100
Quadro 17 - Matriz Curricular adequada à Resolução Nº 391/2026 -CONSUN/UEMASUL 103
Quadro 18 - Matriz por área de conhecimento do curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL 109
Quadro 19 - Equivalências entre as disciplinas das Estruturas Curriculares de 2020 e 2026. 111
Quadro 20 - Componentes Curriculares equivalentes entre as matrizes curriculares de 2024 e 2026 117
Quadro 21 - Demandas, vagas e formas de ingresso 240
Quadro 22 - Dimensões Formativas das Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) 246
Quadro 23 - Composição do Colegiado do Curso de Geografia Licenciatura do CCHSL/UEMASUL para o biênio 2023-2024 248
Quadro 24 - Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL para o triênio 2026-2029. 251
Quadro 25 - Título e Experiência profissional do Corpo Docente do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL 261
Quadro 26 - Docente, Titulação e Atuação profissional do Corpo Docente do Curso de História

Licenciatura do CCHSL/UEMASUL. 264
Quadro 27 - Docentes segundo o Regime de Trabalho 268
Quadro 28 - Produção Científica do corpo docente do Curso de História no período de 2022 - 2026. 269

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -Composição do Índice do Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) com ênfase nos indicadores de renda e educação. 39
Tabela 2 - Auxílios concedidos aos discentes e cotas. 69
Tabela 3 - Conceitos de qualidade do curso (ENADE) 258

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Mapa da rede urbana do Maranhão. 36
Figura 2 - Mapa da hierarquia das cidades no Maranhão. 37
Figura 3 - Área de abrangência territorial da UEMASUL, definida pelo Decreto Estadual nº 32.396/2016. 38
Figura 4 - Fluxo da solicitação de vaga para o Estágio Curricular Supervisionado no Estado do Maranhão 229

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 18
1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA UEMASUL 21
1.1 Missão 33
1.2 Visão 33
1.3 Valores 33
2. CONTEXTO REGIONAL 35
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO 42
3.1 Histórico do Curso 42
3.1.1 O curso de Licenciatura em História da UEMASUL 46
3.2 Justificativa do curso 51
3.2 Legislação 55
3.3.1 Legislações Federais 55
3.3.2 Legislações Estaduais 57
3.3.3 Normativas institucionais da UEMASUL. 57
4. POLÍTICAS ACADÊMICAS 59
4.1 Política de Direitos Humanos 59
4.2 Políticas de Educação para as relações étnico-raciais 60
4.3 Políticas de Educação Ambiental 61
4.4 Políticas de Inclusão e Acessibilidade 63
4.5 Políticas de apoio ao discente. 65
4.5.1 Acolhimento e integração acadêmica 70
4.5.3 Atuação do Núcleo Psicopedagógico 71
4.5.7 Ligas acadêmicas e grupos de estudos 75
5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO 77
5.1 Objetivos do curso 78
5.1.2. Articulação dos objetivos do curso ao atendimento às características locais e regionais. 84
5.2 Perfil do Egresso 85
5.2.1 Articulação das competências do perfil do egresso com as características locais e regionais 87
5.2.2 O Perfil do egresso e as novas demandas do mercado de trabalho. 88
5.3 Estrutura curricular do curso 89
5.3.1. Articulação entre os componentes curriculares no processo de formação 90
5.3.3. Matriz Curricular 101

5.3.4 Equivalência Curricular 110
5.3.5 Ementário 123
5.3.6 Integração Curricular 221
5.3.7 Interdisciplinaridade. 223
5.3.8 Compatibilidade entre hora-aula e hora-relógio 224
5.4 Metodologia de ensino utilizada no curso. 224
5.4.1 Práticas pedagógicas Inovadoras 226
5.5 Estágio Curricular Obrigatório. 227
5.6 Atividades Complementares 231
5.7 Trabalho de Conclusão de Curso 233
5.8 Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem. 236
5.9 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem 238
5.10 Número de vagas 239
5.11 Integração do curso com as redes públicas de ensino 240
5.12 Atividades práticas de ensino para a licenciatura 242
5.13 Atividades Acadêmicas de Extensão 244
6 GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO 248
6.1 Colegiado do Curso 248
6.2 Núcleo Docente Estruturante 250
6.3 Direção de Curso 252
6.4 Direção de Centro 254
6.5 Gestão Acadêmica do curso e o processo de avaliação interna e externa 256
7 CORPO DOCENTE 261
7.1 Titulação e formação docente 261
7. 2. Regime de trabalho docente 267
7.3 Produção acadêmica 269
8 INFRAESTRUTURA 271
8.1 Salas de Aula 271
8.2 Espaço de Trabalho para o Diretor do Curso 271
8.3 Sala Coletiva de Professores 272
8.4 Acesso dos Discentes aos Equipamentos de Informática 272
8.5 Bibliografia Básica e complementar por Unidade Curricular 273
8.6 Laboratórios Didáticos de Formação Básica 273
8.7 Laboratórios Didáticos de Formação Específica 274
REFERÊNCIAS 277
APÊNDICE A – INSTRUÇÃO NORMATIVA DE TCC 281

APÊNDICE B – INSTRUÇÃO NORMATIVA DE ESÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO 297

APÊNDICE C – INSTRUÇÃO NORMATIVA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES 329

APÊNDICE D - TABELA DOCENTE POR TITULAÇÃO, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. 343

APÊNDICE E – INSTRUÇÃO NORMATIVA DE EXTENSÃO 347

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História Licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) constitui o documento orientador da organização didático-pedagógica do curso, expressando seus princípios formativos, fundamentos teórico-metodológicos e diretrizes curriculares. Elaborado a partir de um processo coletivo de reflexão e planejamento, o PPC reflete o compromisso da do curso com a formação de professores qualificados para a educação básica, articulando as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão às demandas educacionais e socioculturais da região sul do Maranhão.

A construção do PPC foi conduzida pela coordenação do curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), com a participação do colegiado do curso, do corpo docente e de setores acadêmico-pedagógicos da instituição. Esse processo colaborativo permitiu a elaboração de uma proposta formativa consistente, alinhada às diretrizes institucionais da UEMASUL e às normativas nacionais que orientam a formação superior e a formação docente no Brasil.

Na etapa de concepção do projeto, foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História, estabelecidas pelo Parecer CNE/CES nº 492/2001 e pela Resolução CNE/CES nº 13/2002, que definem princípios, competências e orientações para a organização curricular da área. Tais diretrizes destacam a importância de uma formação sólida em teoria da história, historiografia e metodologia da pesquisa histórica, bem como o desenvolvimento de competências analíticas voltadas à interpretação crítica das fontes e à compreensão dos processos históricos em diferentes temporalidades e escalas.

Considerando o caráter de formação docente do curso, o PPC também foi estruturado em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 04/2024. Essa normativa estabelece princípios orientadores para os cursos de licenciatura, enfatizando a integração entre conhecimentos específicos da área de formação, fundamentos educacionais e práticas pedagógicas, além da articulação entre universidade e educação básica como eixo estruturante da formação docente.

No âmbito institucional, o projeto pedagógico foi elaborado em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UEMASUL (2022–2026), bem como com as regulamentações acadêmicas da universidade, especialmente a Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, que estabelece as Normas Gerais para o Ensino de Graduação, e a

Resolução nº 391/2026 – CONSUN/UEMASUL, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares dos cursos de Licenciatura da instituição. Essas normativas orientam aspectos fundamentais da organização didático-pedagógica, tais como a estrutura curricular, a carga horária mínima, a integração entre ensino, pesquisa e extensão, o estágio supervisionado e os processos de acompanhamento acadêmico.

A organização curricular do curso foi definida a partir de discussões realizadas no âmbito do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), à luz das resoluções supracitadas, sendo posteriormente apreciada e aprovada pelas instâncias colegiadas competentes. Nesse processo, foram estabelecidos os componentes curriculares, a matriz curricular, as metodologias de ensino e aprendizagem, bem como as atividades de extensão, os estágios supervisionados e outras práticas formativas que favorecem a articulação entre teoria e prática ao longo do percurso acadêmico.

A consolidação do PPC ocorre por meio de processos permanentes de acompanhamento, avaliação e atualização, conduzidos principalmente pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo colegiado do curso. Essas instâncias realizam análises periódicas da matriz curricular, das práticas pedagógicas e dos resultados acadêmicos, promovendo ajustes e aprimoramentos sempre que necessário, em consonância com as transformações do campo educacional e com as demandas da educação básica.

Nesse processo de avaliação e aprimoramento contínuo, os relatórios produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) desempenham papel relevante, ao fornecer subsídios para a análise do desempenho institucional e das condições de oferta do curso. As informações provenientes da autoavaliação institucional, juntamente com outros indicadores acadêmicos, contribuem para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, da organização curricular e da gestão acadêmica do curso.

O PPC do Curso de Licenciatura em História também evidencia sua coerência com o contexto educacional e as necessidades regionais, considerando a inserção da UEMASUL no sul do Maranhão, região caracterizada por relevantes dinâmicas sociais, culturais e históricas. Nesse sentido, a proposta formativa busca preparar profissionais capazes de compreender criticamente os processos históricos e de desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural, da memória social e da formação cidadã.

A proposta pedagógica está igualmente alinhada à missão institucional da UEMASUL, que consiste em promover a formação de profissionais qualificados, comprometidos com a produção e a socialização do conhecimento, com o desenvolvimento regional e com a transformação social por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as políticas institucionais, a matriz curricular articula conteúdos historiográficos, fundamentos teóricos da área, metodologias da pesquisa histórica, fundamentos da educação, didática e metodologias do ensino de História. Essa estrutura contempla ainda atividades de extensão e estágio supervisionado, assegurando a integração entre teoria e prática e favorecendo a aproximação do estudante com o contexto da educação básica.

Por fim, o projeto pedagógico apresenta plena coerência com o perfil do egresso definido para o curso, que prevê a formação de professores de História com sólida base teórico-metodológica, capacidade crítica e domínio de diferentes abordagens historiográficas. Espera-se que o egresso esteja preparado para atuar na educação básica de forma ética, reflexiva e socialmente comprometida, mobilizando diferentes linguagens, fontes históricas e recursos pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem da História, contribuindo para a formação crítica e cidadã dos estudantes.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA UEMASUL

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) é uma autarquia de natureza pública, localizada na região sudoeste do Maranhão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial. Oferece cursos na modalidade presencial, com habilitações em bacharelado, licenciatura e tecnologia, distribuídos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências da Saúde, das Engenharias, da Linguística, das Letras e Artes, das Ciências Biológicas e das Ciências Sociais Aplicadas.

A visão da UEMASUL é consolidar-se como universidade de referência regional no Ensino, na Pesquisa, na Extensão e na Inovação, promovendo transformação e desenvolvimento para a Região Tocantina.

A missão da UEMASUL, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022–2026), é produzir e difundir conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, formando profissionais éticos e competentes, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Região Tocantina do Maranhão, contribuindo para a elevação cultural, social e científica do Maranhão e do Brasil.

Entre seus valores institucionais destacam-se: gestão democrática; promoção da sustentabilidade; ética; estímulo à inovação e ao empreendedorismo; respeito à diversidade; autonomia com responsabilidade social; transparência; compromisso com a sociedade e com o bem público; valorização de discentes, docentes e técnicos-administrativos; e compromisso com o desenvolvimento da Região Tocantina do Maranhão.

A UEMASUL surge como parte integrante do projeto de regionalização da Educação Superior do Estado do Maranhão. No dia 06 de setembro de 2016, o chefe do Poder Executivo, o Governador Flávio Dino, enviou à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA) o Projeto de Lei n.º 181/2016, para a criação da UEMASUL. Assim, após debate na Sessão Ordinária da ALEMA, no dia 26 de outubro de 2016, o projeto foi aprovado por unanimidade pelos trinta e dois deputados presentes. Em 03 de novembro de 2016, o Governador assinou a Lei Estadual n.º 10.525, que criou a primeira Instituição de Ensino Superior Regional do Estado do Maranhão, incorporando à sua estrutura dois *campi* – Imperatriz e Açailândia, que antes pertenciam à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Dando continuidade ao processo de criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), o Decreto Estadual nº 32.397, de 11 de novembro de 2016, designou a Comissão de Transição e Instalação da UEMASUL, com a missão de diagnosticar as ações necessárias para a implantação da universidade e conferir efetividade à

Lei nº 10.525/2016, que criou a instituição. A comissão foi composta por representantes do executivo estadual: Paulo Guilherme Lopes Araújo, advogado da assessoria do Gabinete do Governo do Estado; Regina Célia Costa Lima e Expedito Ferreira Barroso de Carvalho, ambos professores universitários; Antônio Roberto Coelho Serra, representante da Administração da UEMA; e Adriano Rocha Cavalcante, procurador do Estado, representando a Procuradoria Geral. Também integraram a comissão a professora Elizabeth Nunes Fernandes e o estudante Lucas Guimarães, eleitos por meio de lista tríplice como representantes dos corpos docente e discente, respectivamente. A composição plural da comissão evidenciou o compromisso do Governo do Estado com a representatividade e a participação democrática no processo de estruturação da nova universidade.

Na mesma data, o Decreto Estadual nº 32.396, também de 11 de novembro de 2016, definiu a área de atuação territorial da UEMASUL, abrangendo vinte e dois municípios da Região Tocantina do Estado do Maranhão, localizada no sudoeste do Estado. Essa delimitação territorial reforça o compromisso da UEMASUL com a interiorização do ensino superior público, a democratização do acesso ao conhecimento e o fortalecimento do desenvolvimento regional.

Quanto à vinculação institucional, a UEMASUL passou a integrar o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, instituído pela Lei Estadual nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, juntamente com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Esse sistema é vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e tem como objetivo promover a articulação institucional para o fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação no Estado.

A UEMASUL, primeira Universidade Regional do Estado do Maranhão, foi criada por meio da Lei nº 10.525, de 3 de novembro de 2016. Em 1º de janeiro de 2017, teve início sua primeira gestão, conduzida por uma equipe pró-tempore nomeada pelo então Governador Flávio Dino, marcando a segunda etapa de sua implantação. Essa gestão teve vigência até 31 de dezembro do mesmo ano. A posse da primeira reitora, Professora Elizabeth Nunes Fernandes, e do vice-reitor, Professor Antônio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho, ocorreu em solenidade pública, com a presença de representantes de diversos segmentos da sociedade.

Ao longo do primeiro ano de funcionamento da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), diversas ações foram fundamentais para a consolidação institucional e administrativa da nova universidade. Dentre essas realizações, algumas se

destacam por seu caráter estruturante e impacto duradouro na história da Instituição. A Medida Provisória, de autoria do Poder Executivo Estadual nº 227, de 21 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a organização administrativa da UEMASUL, os cargos em Comissão, o Conselho Universitário (CONSUN) e o Conselho Estratégico Social (CONEST), foi transformada na Lei Estadual nº 10.558, de 06 de março de 2017.

Com pouco mais de 70 dias de funcionamento, em 15 de março de 2017, e em meio a planejamento e obras de reforma e expansão, ocorreu a aula inaugural da mais nova Universidade Pública do Brasil. Outro marco importante foi a primeira outorga de grau dos cursos de graduação da UEMASUL, em 05 de abril de 2018. A solenidade foi marcada pela alegria e emoção dos formandos, seus familiares e de toda a comunidade acadêmica, reafirmando a função desta IES na sociedade.

Entre tantos outros realizações importantes, destaca-se a elaboração do primeiro Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2017-2021, resultado do comprometimento de toda a comunidade acadêmica. O primeiro PDI foi aprovado pela Resolução nº 013/2017-CONSUN/UEMASUL. A solicitação de credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação iniciou em julho de 2017. O anúncio do credenciamento aconteceu em 14 de dezembro de 2017, antes da Universidade completar um ano de funcionamento. Com o relatório da Comissão de Avaliação e do parecer favorável da Câmara de Ensino Superior, o plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, o credenciamento da UEMASUL por cinco anos, prazo máximo que pode ser dado a uma instituição.

Para alcançar seus objetivos de atuação e desenvolvimento regional, ainda no primeiro ano de UEMASUL, iniciou-se o processo de construção de novo *campus* para o Centro de Ciências Agrárias (CCA), em área doada pelo Sindicato Rural de Imperatriz-SINRURAL. Em 3 de novembro de 2021, o novo *campus* foi inaugurado e está em funcionamento. Expandindo a atuação desta IES, foi criado e instalado o *campus* no município de Estreito.

O chefe do Poder Executivo Municipal de Estreito, o então prefeito Cícero Neco Morais, com aprovação da Lei Municipal, doou um prédio com 3.336 m^2, em uma área total de 20.000 m^2, para a Universidade. Para a escolha dos cursos que seriam ofertados, uma audiência pública foi realizada em 03 de maio de 2017, no município. O novo *campus* recebeu a denominação de Centro de Ciência Agrárias, Naturais e Letras (CCANL), conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.694, de 05 de outubro de 2018. Encontra-se em funcionamento desde 2020, ocasião na qual ingressaram as primeiras turmas, com oferta de 120 vagas, divididas entre os cursos de Língua Portuguesa e Literaturas de Línguas Portuguesas; de Ciências Naturais Licenciatura

(Física/Matemática); e de Engenharia Agronômica.

Em agosto de 2017, por meio de Audiência Pública na cidade de Amarante do Maranhão, com representantes da sociedade civil organizada, representantes do Ministério Público Estadual, dos Poderes Executivo e Legislativo e municípios de Buritirana e Sítio Novo a população alé representada apresentou a demanda da região por Ensino Superior.

Nessa perspectiva, de responder ao apelo regional, a UEMASUL, considerando seu comprometimento em democratizar o acesso ao Ensino Superior, por meio de planejamento, estudo e análises de dados educacionais da região, contando também com a experiência obtida nas audiências públicas em 2017, elaborou o Projeto para Formação de Professores "Caminhos do Sertão" (Resolução nº 049/2018-CONSUN/UEMASUL). O projeto visando ofertar cursos de licenciatura para a comunidade da sua área de atuação territorial, em cooperação com os municípios da região, constituiu quatro polos de Unidades Avançadas. Esses polos iniciais do projeto foram: Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios.

O Programa teve sua criação aprovada pelo CONSUN e autorizado seu funcionamento pela Resolução nº 56/2019-CEE-MA do Conselho Estadual de Educação. Em 14 de fevereiro de 2020, em uma solenidade oficial com a participação das Prefeituras, o Programa foi lançado e ocorreram também as assinaturas de Acordos de Cooperação Técnica entre os gestores dos municípios das quatro Unidades Avançadas e a UEMASUL.

No dia 25 de novembro de 2021, foi assinado o contrato nº 026/2021, que tem como objeto o apoio para a execução do Programa juntamente com a Fundação Sousândrade que terá o prazo de quatro anos para o seu desenvolvimento. Em virtude da pandemia da COVID-19, o programa foi efetivado somente no ano de 2022, com a realização do seu vestibular.

Ainda em 2017, foi implantado o Restaurante Popular e Universitário (RPU), proveniente de um Acordo de Cooperação firmado entre a UEMASUL e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES), ofertando 1000 (mil) refeições diárias, sendo 400 (quatrocentas) destinadas a discentes e servidores(as) da UEMASUL. Para atender ao aumento da demanda, o número de refeições em 2022 foi elevado para 1.100 (mil e cem).

A terceira etapa da Universidade, denominada Período de Implantação, foi marcada pela Resolução nº 014/2017-CONSUN/UEMASUL, que convocou a comunidade acadêmica para a primeira eleição para reitor e vice-reitor da UEMASUL. Não havendo registros de candidaturas para composição de lista tríplice para a eleição, a Professora Elizabeth Nunes Fernandes e o Professor Antônio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho, após consulta à comunidade acadêmica, foram reconduzidos pelo Governo do Estado aos cargos de Reitora e Vice-Reitor,

respectivamente.

Foi no segundo ano da UEMASUL que aconteceu a aprovação do primeiro Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Letras (PPGLe), criado pela Resolução nº 035/2018-CONSUN/UEMASUL e aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES**)** no primeiro semestre de 2019, tendo a primeira defesa de dissertação em 28 de setembro de 2021.

Criado em 5 de julho de 2018, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) foi aprovado na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) pela Lei nº 10.880. Nela estão previstos os cursos de Medicina, Farmácia e Saúde Coletiva, todos na modalidade Bacharelado. A criação do CCS foi resultado de um processo intenso de estudos. O curso de Medicina foi criado pela Resolução nº 075/2019-CONSUN/UEMASUL, que também autoriza o funcionamento e aprova o Projeto Pedagógico do curso.

No percurso do quadriênio 2017-2021, foi aprovado o Plano de Internacionalização pela Resolução nº 078/2019-CONSUN/UEMASUL, visando fomentar ações de internacionalização, com foco na construção de um ambiente internacional no dia a dia da Universidade. Neste cenário, até então, a UEMASUL se configurava como a única instituição pública de Ensino Superior do Maranhão selecionada para o Programa ETA (Assistentes do Ensino de Língua Inglesa) do Programa *Fulbright*, e o *English Language Fellow* (professor especialista de língua inglesa) da Embaixada Americana.

Em 2019, a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Estratégico-CONEST/UEMASUL foram regulamentados pela Resolução nº 089/2019-CONSUN/UEMASUL. O CONEST, órgão superior consultivo, foi criado para subsidiar a Universidade na gestão de suas políticas públicas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, no âmbito das Unidades de Atuação.

Em 2020, a UEMASUL oficializou sua participação no Contrato Organizativo de Ação de Ensino-Saúde (COAPES). A assinatura do contrato representou avanço, garantindo os cenários de prática para os ingressantes do curso de Medicina, tendo em vista que o COAPES atua no fortalecimento da formação de profissionais de saúde em consonância aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

No mesmo ano, com o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no sentido de diminuir os seus impactos nas atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, a Universidade buscou adotar medidas de proteção e controle, assim como a observância das recomendações das autoridades sanitárias e governamentais do Estado.

Em 16 de março de 2020, com a publicação do Decreto Estadual nº 35.662, as atividades

presenciais, acadêmicas e administrativas da UEMASUL foram suspensas, criou-se o Comitê de Monitoramento e Avaliação (CMA) em março de 2020, por meio da Portaria nº 134/2020-GR/UEMASUL, para acompanhamento das ações de prevenção e enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, no âmbito da Universidade. Objetivando analisar a situação epidemiológica da COVID-19 e discutir as ações necessárias a serem adotadas na UEMASUL, o CMA foi organizado em 4 eixos principais, sendo: administrativo, ensino, pesquisa e Extensão; Promoção à Saúde; e, comunicação.

Em virtude da situação de excepcionalidade decorrente da pandemia, o CONSUN aprovou diretrizes para o ensino emergencial remoto e demais atividades acadêmicas, como a alteração do Calendário Acadêmico de 2020. Ademais, autorizou a realização dos processos seletivos remotamente para a contratação de professores, no âmbito do Ensino Remoto Emergencial e, em 14 de abril, foi realizada a primeira cerimônia remota, conforme definia a Resolução nº 103/2020-CONSUN/UEMASUL.

No enfrentamento da pandemia, para atender à necessidade de manutenção das políticas de ações afirmativas e de inclusão que preceituam o acesso e a permanência nas Universidades Públicas, foi criado o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital. O programa universalizou o fornecimento de *chips* de dados móveis para discentes e docentes, que se inscreveram por meio de edital específico.

No contínuo compromisso com a Região Tocantina, em novembro de 2020, visando atender à demanda de oferta de cursos no *campus* Açailândia, foi instituída comissão que contou com a participação de membros internos e externos para implantação do curso de Direito (bacharelado). A Portaria nº 233/2020-GR/UEMASUL instituiu a Comissão para acompanhamento técnico da implantação do curso de Bacharel em Direito do Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras (CCHSTL).

O ano de 2021 iniciou com a cerimônia de posse das conselheiras e conselheiros do CONEST. Remotamente, essa cerimônia reafirmou o compromisso da UEMASUL com a sociedade, por ser neste Conselho que a comunidade irá participar das discussões relacionadas à Universidade, opinando sobre temas diversos. A pluralidade dos atores é demonstrada na composição do CONEST, pois dele participam representantes de movimentos sociais, entidades sindicais, indústria e comércio, povos indígenas, organizações não governamentais, representantes dos docentes e dos discentes da Educação Básica e dos egressos da UEMASUL.

No mesmo ano, em 2021, também se assinou um importante convênio que criou o Programa de Residência Profissional em Ciências Agrárias. Celebrado entre a FAPEMA, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão (SAGRIMA), a UEMA e a

UEMASUL. O Programa de Residência Profissional proporciona um período de treinamento prático, orientado e supervisionado que une teoria e prática, visando a melhor qualificação e oportunidades de trabalho aos egressos dos cursos-alvo, e com supervisão dos docentes da UEMASUL e da UEMA.

Ainda no ano de 2021, com vistas à ampliação estrutural da UEMASUL, em 1º de julho, foi adquirido pelo Governo do Estado do Maranhão um prédio para atender às demandas dos centros: CCS, CCHSL e CCENT. A área total do prédio adquirido é de 8.415 m², ampliando a estrutura física institucional para as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, bem como as atividades de natureza administrativa.

Também em julho de 2021, a UEMASUL recebeu do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), o registro de Credenciamento Institucional para avaliar Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica (CIAEP). A solicitação foi realizada por meio do Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA), criado em janeiro do mesmo ano. Com o registro do CIAEP, a UEMASUL também poderá avaliar e autorizar outras instituições a realizarem atividades com animais.

Em continuidade, o CCENT, *campus* Imperatriz, recebeu a reestruturação dos espaços para os Laboratórios de Ensino de Matemática (LEMA) e o Laboratório Didático de Formação Básica Magno Urbano de Macedo para atender às necessidades dos cursos de Matemática, Física, Ciências Biológicas e Química. Proporcionando a discentes e docentes ambientes adequados para o desenvolvimento das atividades, contribuindo para a melhoria da formação acadêmica.

Em setembro de 2021, a UEMASUL e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) assinaram um Acordo de Cooperação Internacional. O objetivo do acordo é estabelecer o intercâmbio de conhecimentos e assistência técnica e científica, relacionados ao Ensino, a Pesquisa, a Extensão, a Inovação, a administração universitária e a capacitação de recursos humanos entre as duas instituições.

A democracia sempre foi um dos valores norteadores da UEMASUL e, alinhada a esse compromisso, foi iniciada a construção do Estatuto da Instituição. O processo de elaboração se deu mediante uma Estatuinte com regras e normas estabelecidas pelas Resoluções nº 065/2020-CONSUN-UEMASUL e nº 113/2020-CONSUN/UEMASUL. Um processo no qual a comunidade acadêmica deve participar, para discutir as propostas durante o Congresso Estatuinte da UEMASUL.

Ocorreu também neste mesmo ano a convocação para a eleição para a composição da lista tríplice para Reitor(a) e Vice-Reitor(a), pelo Conselho Universitário (CONSUN), por meio

da Resolução n.° 142/2021 — CONSUN/UEMASUL. A eleição foi realizada em 08 de outubro de 2021, regida pelo edital nº 01/2021 CE-UEMASUL para o período de 2022 a 2025. Houve registro de cinco chapas, sendo a chapa mais votada a composta pelas professoras Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves e Lilian Castelo Branco de Lima, empossadas pelo Governo do Estado para os cargos de Reitora e Vice-Reitora, respectivamente.

Outro importante registro é a ampliação do acervo da instituição com a plataforma Minha Biblioteca, disponibilizando cerca de 11.500 títulos nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias, áreas Médicas, servindo de apoio informacional também nos cursos da área Jurídica. Assim, além das bibliotecas físicas nos quatro *campi* e da biblioteca *Pearson*, já disponibilizada à comunidade acadêmica, a UEMASUL contará com mais uma plataforma, integrada ao sistema SIGAA — a Minha Biblioteca.

No processo de construção deste PDI, já em 2022, a UEMASUL tem passado por transformações significativas no seu desenvolvimento institucional, apresenta-se a reestruturação administrativa, que reconfigurou a gestão da instituição com a criação de 34 novos cargos distribuídos entre as Pró-Reitorias, bem como a criação da Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE). Ainda na estrutura organizacional, foram criados a Editora Universitária e o Núcleo de Inovação Tecnológica. Além da criação do primeiro Estatuto, normas de graduação, e novas normas de concursos e seletivos.

Soma-se a essas questões no ano de 2022, a liberação de 40 vagas para concursos em todos os cursos da instituição, a reestruturação no quadro institucional do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT), construção/reforma de infraestrutura laboratorial, aumento no valor pago para as bolsas estudantis dos programas de Iniciação Científica, Extensão, Inovação Tecnológica, Apoio Técnico Institucional, aumento no valor pago para as bolsas destinadas para a qualificação de docentes de mestrado e doutorado e a implantação do curso de Direito (bacharelado) no CCHSTL.

Além dessas transformações, ratifica-se o papel das políticas de apoio a discentes da UEMASUL, enquanto foi elevado o quantitativo de auxílios do programa permanência e houve a criação dos auxílios: transporte, alimentação, creche, refeição e moradia. Enquanto parte integrante da política de acompanhamento do egresso da UEMASUL, destaca-se a criação da residência profissional em Engenharias e Arquitetura (Resolução 166/2022 CONSUN/UEMASUL).

Rumo aos avanços da pós-graduação, em 2019, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), aprovou o funcionamento do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLe), na modalidade *stricto sensu*, em capacitação profissional. Logo, em 2024,

a CAPES autorizou o funcionamento de mais quatros cursos de pós-graduação, sendo três de nível de mestrado e um doutorado. Assim, com a inclusão destes novos programas, a UEMASUL passa a dispor, no total, de cinco cursos de pós-graduação.

O Programa de Pós-graduação em Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar (PPGASSA), de categoria *stricto sensu*, está ligado ao Centro de Ciências Agrárias (CCA), do *campus* de Imperatriz. Este curso tem a duração entre 18 e 24 meses e, seu público-almejado são os profissionais graduados nas áreas afins às ciências agrárias. Por sua vez, também em *stricto sensu*, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, é vinculado ao Centro de Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas (CCENT), no *campus* de Imperatriz. Dessa maneira, o curso será voltado aos profissionais graduados nas áreas relacionadas às ciências ambientais conta com a duração mínima de 18 meses e 24 meses ao máximo.

Já o mestrado em Processos e Tecnologias Educacionais, será disponibilizado em mais seis universidades: Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Universidade Estadual. do Maranhão (UEMA).

No que concerne ao curso de doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia, a UEMASUL conseguiu a licença de funcionamento deste curso junto a rede Bionorte. Com foco em profissionais das Ciências Biológicas, Medicina, Química, Engenharia Agronômica, Engenharia Florestal, entre outros, o Programa de Pós-graduação PPG-Bionorte, exerce como objetivo principal a formação de doutores na região da Amazônia legal. Por causa disso, a UEMASUL passa a integrar a esta rede, que congrega 18 instituições de ensino superior distribuídas em nove estados.

A oferta de cursos de Graduação

Os cursos de graduação ofertados atualmente nos campus da UEMASUL estão listados nos quadros a seguir:

Quadro 1 - Cursos ofertados no Centro de Ciências Agrárias no Campus Imperatriz.

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	N.° de Vagas Anuais	Turno	Ano de início	Ato de criação	Ato de Reconhecimento/RR*
01	Engenharia Agronômica	Bacharelado	5	40	Int.	2003	Res.116/94 CONSUN	Resolução nº 60/2024- CEE

							UEMA	
02	Engenharia Florestal	Bacharelado	5	30	Int.	2001	Res.804/2010 CONSUN UEMA	Resolução n.º 281/2021-CEE
03	Medicina Veterinária	Bacharelado	5	30	Int.	2003	Res. 116/94 CONSUN UEMA	Resolução n.º 67/2022- CEE

Fonte: CPP (2026).

. **Quadro 2** - Cursos ofertados no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras no Campus Imperatriz.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS – CCHSL								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	N.º de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação	Último parecer de reconhecimento
01	Administração	Bacharelado	4	35	Vesp Not	1993	Resolução 451/96- CEE	Resolução n.º 036/2023-CEE/MA
02	Geografia	Licenciatura	4	40	Not	1995	MP. 938/95-SESU	Resolução n.º 344/2024-CEE/MA
03	História	Licenciatura	4	40	Mat Not	1992	Resolução. nº 100/1992	Resolução n.º 001/2022-CEE/MA
04	Letras, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas.	Licenciatura	4	35	Ves Not	1986	Resolução 917/2015 CONSUN UEMA	Resolução n.º108/2021 - CEE
05	Letras, Língua Portuguesa e Literaturas	Licenciaturas	4	35	Not	1974	Lei municipal 10/1973 Res.914/2015 CONSUN UEMA	Resolução n.º 217/2022-CEE/MA
06	Licenciatura em Língua Inglesa e Literaturas	Licenciatura	4	40	Ves Not	2020	Res. nº 073/2019 CONSUN UEMAUSL	Resolução n.º 327/2024-CEE/MA
07	Pedagogia	Licenciatura	4	40	Mat	2002	Res. nº 118/1994 CONSUN UEMA	Resolução n.º 214/2024-CEE/MA

Fonte: CPP (2026).

Quadro 3 - Cursos ofertados no Centro de Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas no Campus Imperatriz.

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, NATURAIS E TECNOLÓGICAS – CCENT								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	N.º de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de reconhecimento
01	Física	Licenciatura	4	30	Not	2008	Res. nº 737/2008-CONSUN	Resolução n.º 113/2024 - CEE/MA
02	Ciências Biológicas	Licenciatura	4	40	Mat Ves	2008	Res.707/2008 CONSUN UEMA	Resolução nº 28/2024-CEE/MA
03	Química	Licenciatura	4	40	Mat Ves	2014	Res.855/2 013 CONSUN /UEMA	Resolução n.º 93/2022 – CEE/MA
04	Matemática	Licenciatura	4	40	Not	2015	Res.918/2015 CONSUN UEMA	Resolução n.º 94/2022 – CEE/MA
05	Ciências com Habilitação em Matemática	Licenciatura	4	30	Not	1985		Res. 152/2012–CEE
06	Ciências com Habilitação em Biologia							Res. 219/2012-CEE

Fonte: CPP (2026).

Quadro 4 - Cursos ofertados no Centro de Ciências da Saúde no Campus Imperatriz**.**

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	N.° de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de reconhecimento
01	Medicina	Bacharelado	6	80	Int.	2020	Res. 075/2019 CONSUN UEMASUL	Resolução n.º 191/2025 – CEE/MA

Fonte: CPP (2026).

Quadro 5 - Cursos ofertados no campus Açailândia

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS E LETRAS – CCHSTL								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	N.° de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de reconhecimento
01	Administração	Bacharelado	4	60	Vesp Not	2009	Res.663/0 6-CONSUM UEMA	Resolução n.º 294/2021 – CEE/MA
02	Letras, Licenciatura, em Língua Portuguesa, e Literatura de Língua Portuguesa	Licenciatura	4	40	Vesp/ Not	2016	Res. 910/2015 CONSUN UEMA	Resolução n.º 15/2022 – CEE/MA
03	Tecnologia de Gestão Ambiental	Tecnólogo	2	35	Not.	2012	Res. 831/2012 CONSUN UEMA	Resolução n.º 116/2022 - CEE/MA
04	Engenharia Civil	Bacharelado	5	80	Int.	2016	Res. 940/2016 CONSUN UEMA	Resolução n.º 290/2021 - CEE/MA

05	Pedagogia	Licenciatura	4	40	Mat.	2020	Resolução 074/2019 CONSUN UEMASUL	Resolução n.º 190/2024 - CEE/MA
06	Direito							

Fonte: CPP (2026)

Quadro 6 - Cursos ofertados no campus Estreito

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, NATURAIS E LETRAS – CCANL								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	N.° de vagas anuais	Turno	Ano de início	Ato de criação do curso	Último parecer de reconhecimento
01	Letras, Língua Portuguesa e Literaturas	Licenciatura	4	40	Not.	2020	Res. 071/2019 CONSUN/ UEMASUL	Resolução n.º 254/2024 – CEE/MA
02	Ciências Naturais Licenciatura em Matemática ou Física	Licenciatura	4	80	Not.	2020	Res. 072/2019 CONSUN/ UEMASUL	Resolução n.° 135/2024 - CEE/MA
03	Engenharia Agronômica	Bacharelado	5	40	Diu	2020	Res. 079/2019 CONSUN/ UEMASUL	Resolução n.º 25/2024 - CEE/MA
04	Direito	Bacharelado	5	40	Not.	2024	Re. n.°242/2023 CONSUN/UEMASUL	Curso irá solicitar reconhecimento em 2026.
05	Ciências Contábeis	Bacharelado	4	40	Not.	2025	Re.298/2024 - CONSUN/ UEMASUL	Curso irá solicitar reconhecimento em 2027
06	Pedagogia	Licenciatura	4	40	Not. Ves	2025	Re.299/2024 CONSUN/ UEMASUL	Curso irá solicitar reconhecimento em 2027

Fonte: CPP (2026)

Quadro 7 - Cursos ofertados nas Unidades Avançadas no "Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão".

Ordem	Curso	Vagas por Município				Total	Duração (anos)	Início	Ato de criação	Reconhecimento
		Amarante	Itinga	Porto Franco	Vila Nova dos Martírios					
1	Ciências Biológicas	40	40	40	40	120	4	2020	Res. nº 083/2019– CONSUN/ UEMASUL	Res. N° 264/2025 CEE/MA
2	Geografia	40	40	40	40	160	4	2020	Res. nº 082/2019- CONSUN/ UEMASU	Res. N° 328/2025 CEE/MA

									L	
3	Letras, Língua Portuguesa e Literaturas	40	40	40	40	160	4	2020	Res. nº 081/2019–CONSUN/UEMASUL	Res. N° 204/2025 CEE/MA
4	Matemática	40	40	40	40	160	4	2020	Res. nº 084/2019–CONSUN/UEMASUL	Res. N° 203/2025 CEE/MA
5	Pedagogia	40	40	40	40	200	4	2020	Res. nº 080/2019–CONSUN/UEMASUL	Res. N° 202/2025 CEE/MA
TOTAL		200	200	200	200	800				

Fonte: CPP (2026)

1.1 Missão

Produzir e difundir conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e formar profissionais éticos e competentes, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da região Tocantina do Maranhão, contribuindo para a elevação cultural, social e científica, do Maranhão e do Brasil.

1.2 Visão

Ser referência regional na formação acadêmica, na produção e promoção da ciência, tecnologia e inovação, nos próximos cinco anos.

1.3 Valores

Os valores norteadores da UEMASUL, que se encontram alinhados com as diretrizes curriculares próprias do MEC e com as demandas da sociedade regional para a promoção do desenvolvimento sustentável, estão expressos a seguir:

- Ética.
- Transparência.
- Sustentabilidade.
- Democracia.

- Autonomia.
- Inclusão.
- Responsabilidade social.

2. CONTEXTO REGIONAL

A natureza histórica da ocupação e do povoamento do território maranhense legou diferenças e desigualdades que expressam peculiaridades marcantes entre suas regiões, especialmente entre a porção Norte e o Sul do estado. Tais distinções podem ser compreendidas a partir de fatores históricos, econômicos e culturais que moldaram o processo de formação socioespacial do Maranhão. Entre esses aspectos, destacam-se os diversos hábitos culturais oriundos da colonização europeia, mais fortemente presentes na porção setentrional, além das desigualdades socioeconômicas construídas ao longo do tempo entre essa área e a região meridional. Esse cenário evidencia, historicamente, a limitada atuação do poder público estadual — concentrando investimentos na capital, São Luís — no que diz respeito à implementação de políticas de desenvolvimento econômico, social e cultural voltadas para o Sul maranhense (Sousa, 2015, p. 75).

Nesse contexto, observa-se que o processo de interiorização do desenvolvimento no Maranhão ocorreu de forma desigual e tardia, sendo intensificado apenas nas últimas décadas, sobretudo em função da expansão de atividades agropecuárias, comerciais e de serviços no Sul do estado. Ainda assim, persistem desafios estruturais relacionados à infraestrutura, ao acesso a serviços públicos de qualidade e à redução das disparidades regionais, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais equitativas e territorialmente integradas.

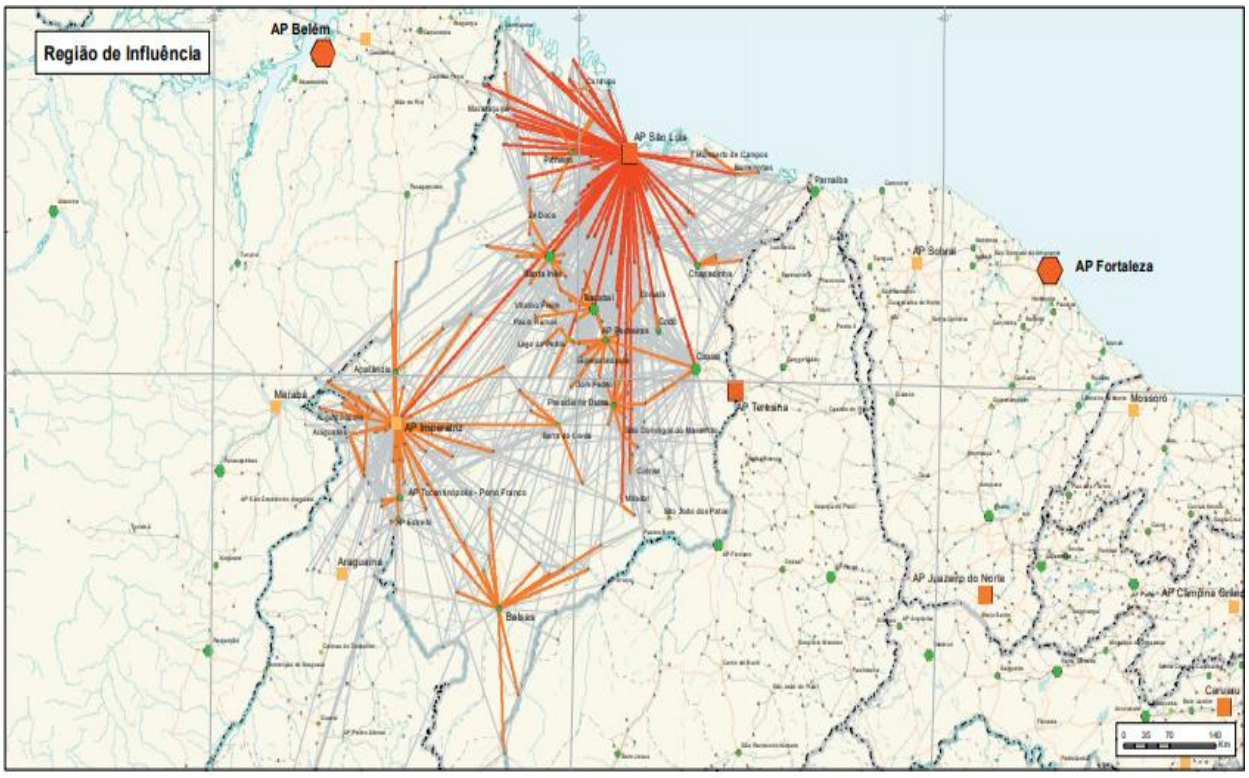
Ademais, as ações recentes de descentralização promovidas pelo governo estadual, mais do que sinalizarem para a consolidação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), evidenciam um movimento estratégico voltado ao fortalecimento do desenvolvimento regional. Nesse sentido, destaca-se a ampliação da oferta de cursos de ensino superior e a adoção de modelos de gestão mais próximos das demandas locais, especialmente em áreas historicamente carentes no setor público, como a formação em medicina e outras áreas da saúde. Essas iniciativas contribuem para a fixação de profissionais qualificados no interior e para o fortalecimento das capacidades institucionais regionais.

No que tange ao papel de Imperatriz nesse cenário, Gonçalves (2015, p. 51) ressalta que, em função de sua inserção e influência sobre os municípios circunvizinhos, a cidade ocupa uma posição de destaque no contexto regional. Com população estimada em 259.980 habitantes (IBGE, 2021), Imperatriz consolida-se como um importante polo urbano, econômico e educacional do Sul do Maranhão. Sua localização estratégica, próxima às divisas com os estados do Tocantins e Pará, favorece a integração interestadual e amplia sua área de influência, tornando-a um centro de convergência de fluxos comerciais, educacionais e de serviços.

Além disso, Imperatriz desempenha papel fundamental no campo educacional, abrigando instituições de ensino superior que atendem não apenas à demanda local, mas também a estudantes provenientes de diversas regiões do Maranhão e de estados vizinhos. Esse protagonismo educacional contribui diretamente para o desenvolvimento regional, ao promover a formação de capital humano, a produção de conhecimento e o estímulo à inovação.

Para ilustrar a inserção regional de Imperatriz na rede urbano-regional do Maranhão, apresenta-se a figura 04 a seguir, elaborada com base no estudo "Região de Influência das Cidades" (REGIC/IBGE, 2018), que evidencia a centralidade e a abrangência de sua atuação no território maranhense.

Figura 1 - Mapa da rede urbana do Maranhão.

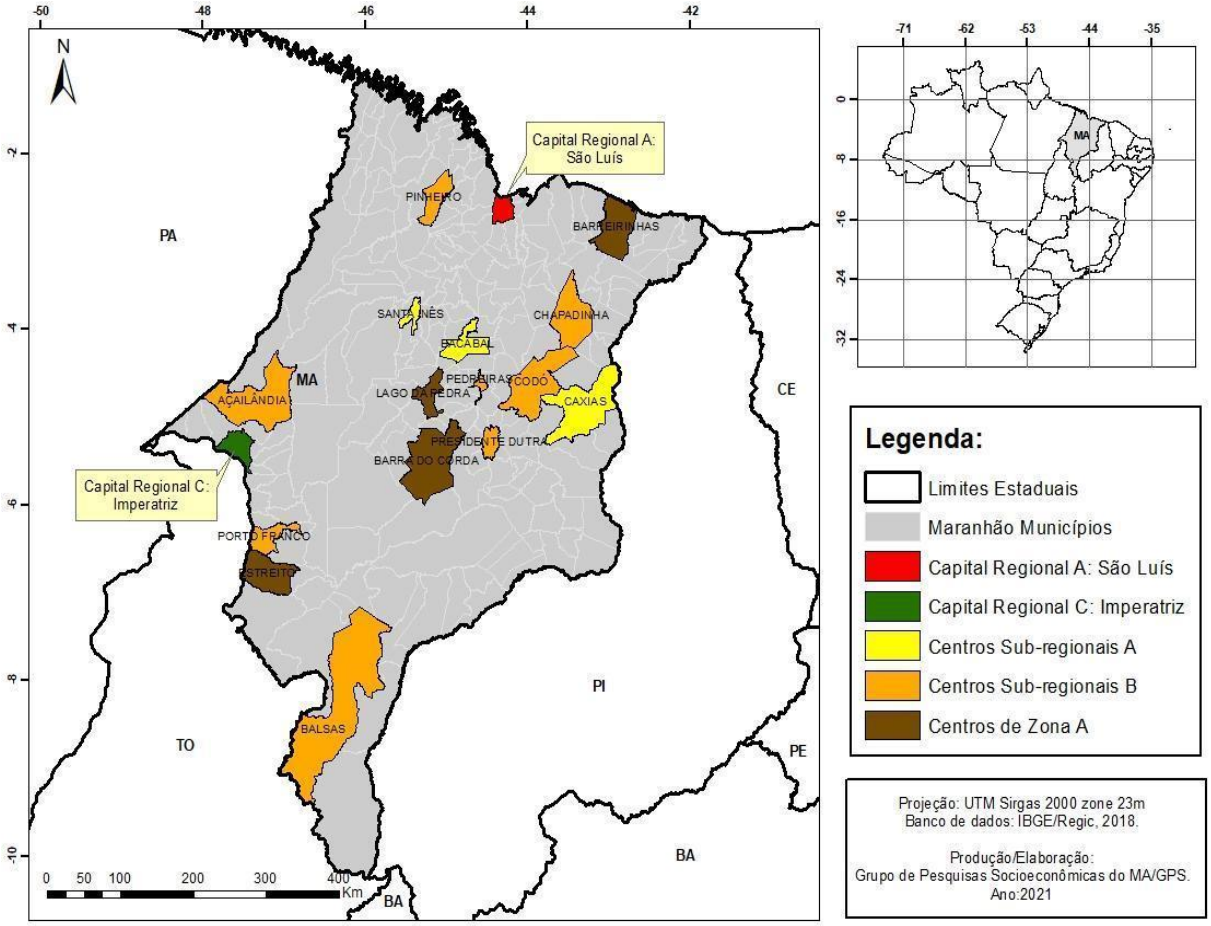


Fonte: Regic (IBGE, 2018)

No Maranhão, destacam-se cinco principais níveis de hierarquização das cidades (Figura 04), segundo a pesquisa Regic (IBGE, 2019), quais sejam: Capital Regional A (São Luís, 1.101.884 habitantes); Capital Regional C (Imperatriz, 259.980 habitantes); Centros Sub-regionais A (Santa Inês, 89.489; Bacabal, 104.949 habitantes; Caxias, 164.800 habitantes); Centros Sub-regionais B (Açailândia, 112.445 habitantes; Pedreiras, 39.191 habitantes; Porto Franco, 24.091 habitantes; Balsas, 95.929 habitantes; Chapadinha, 80.195 habitantes; Codó 122.859 habitantes; Pinheiro, 84.777 habitantes; e Presidente Dutra, 48.036 habitantes); e

Centros de Zona A (Estreito, 41.497 habitantes; Barra do Corda, 88.212 habitantes; Barreirinhas, 63.217 habitantes; e Lago da Pedra, 50.616, habitantes).

Figura 2 - Mapa da hierarquia das cidades no Maranhão.

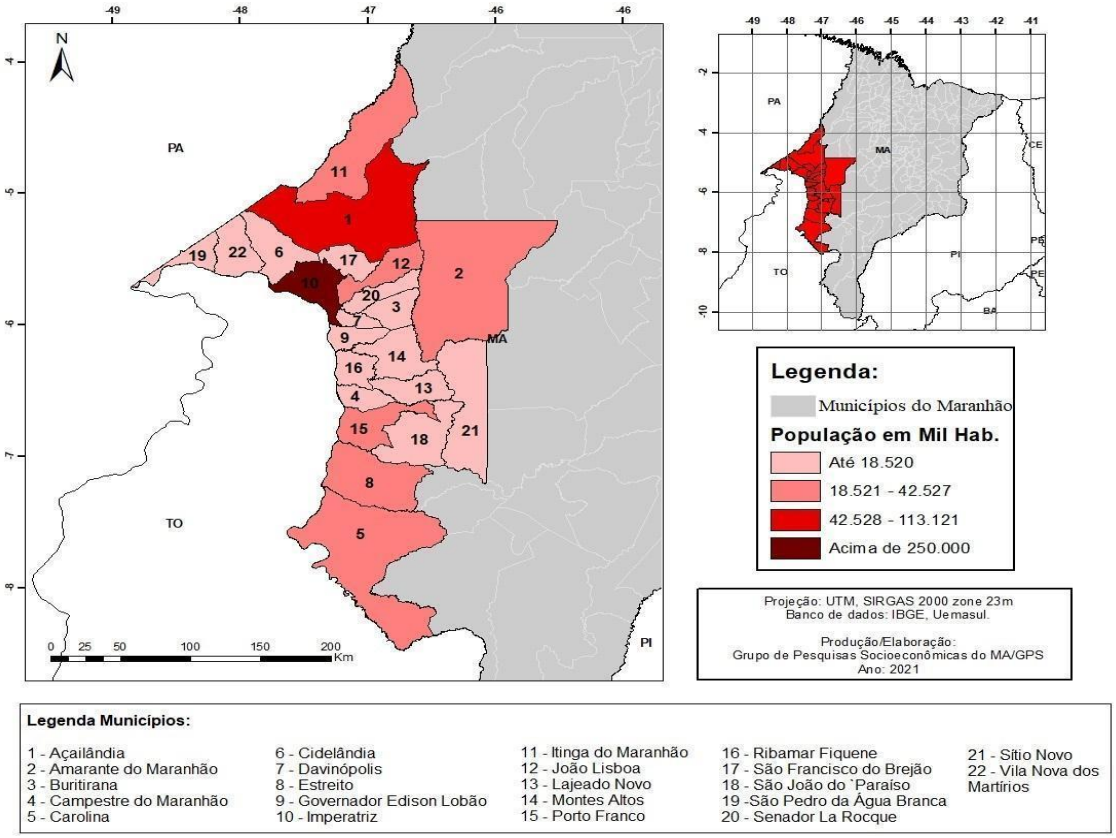


No que diz respeito aos processos de inserção regional da UEMASUL, pode-se afirmar que a sua abrangência territorial está pautada nos seguintes níveis de atuação:

- Cursos presenciais de Graduação Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo;
- Pós-Graduação *lato sensu*;
- Pós-Graduação *stricto sensu*.

A UEMASUL apresenta a sua inserção em um conjunto de 22 (vinte dois) municípios da Região Tocantina, a saber: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque, Sítio Novo do Maranhão e Vila Nova dos Martírios, conforme demonstrado na Figura 06.

Figura 3 - Área de abrangência territorial da UEMASUL, definida pelo Decreto Estadual nº 32.396/2016**.**



Legenda Municípios:

1 - Açailândia
2 - Amarante do Maranhão
3 - Buritirana
4 - Campestre do Maranhão
5 - Carolina
6 - Cidelândia
7 - Davinópolis
8 - Estreito
9 - Governador Edison Lobão
10 - Imperatriz
11 - Itinga do Maranhão
12 - João Lisboa
13 - Lajeado Novo
14 - Montes Altos
15 - Porto Franco
16 - Ribamar Fiquene
17 - São Francisco do Brejão
18 - São João do `Paraíso
19 -São Pedro da Água Branca
20 - Senador La Rocque
21 - Sítio Novo
22 - Vila Nova dos Martírios

Dos 22 municípios presentes na área de abrangência territorial da UEMASUL, apenas Açailândia, Porto Franco e Imperatriz se enquadram no conjunto de cidades médias[1]. Os demais municípios são de pequeno porte. Eles apresentam, em seus quadros demográficos, população total inferior a 30.000 habitantes. Outro dado relevante a ser considerado diz respeito ao período de instalação dos municípios. Dos 22 (vinte e dois) municípios apontados, 15 (quinze) foram instalados após a segunda metade do século XX, sendo que os Municípios de Carolina, Porto Franco e Imperatriz foram instalados ainda no século XIX.

A configuração regional dos municípios que estão sob a responsabilidade da UEMASUL é bastante heterogênea e complexa, refletindo, desse modo, as particularidades de seus processos de formação histórica e social. Os dados expostos na Figura 05 confirmam este

[1] Soares (1999); Corrêa (2007) Spósito (2001) e Spósito (org.) (2007), após mais de três décadas de estudos têm indicado importantes instrumentos e critérios teórico-metodológicos, que têm servido de referência para qualificar e caracterizar esses espaços (cidades médias), no interior da dinâmica urbana brasileira. Trata-se dos espaços (cidades) que dispõem de quantitativo populacional variando entre 100.000 (cem mil) a 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

fato, ao demonstrar as diferenças relacionadas à composição da densidade demográfica desses municípios. Destarte, pode-se constatar que há municípios que apresentam elevada densidade demográfica, como o caso de Imperatriz, que contou, no ano de 2010, com 180,82 de habitantes/km^2. Ao contrário do município de Carolina, que registrou, nesse mesmo período, densidade demográfica equivalente a 3,71 habitantes/km^2.

Outro elemento essencial que contribui para explicar a complexidade dos municípios que estão sob a jurisdição da UEMASUL diz respeito às suas diferenças e desigualdades socioeconômicas. Os dados expostos na Tabela 01 revelam esta realidade, ao retratar a composição da renda média desses municípios. Essas informações estão disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Elas foram sistematizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP).

Quanto à composição do Índice de Desenvolvimento dos Municípios (IDHM), com ênfase nos indicadores de Renda e Educação, apresentam-se os dados na Tabela 01 a seguir:

Tabela 1 -Composição do Índice do Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) com ênfase nos indicadores de renda e educação.

MUNICÍPIOS	IDHM (2000)	IDHM (2010)	IDHM Renda (2000)	IDHM Renda (2010)	IDHM Educação (2000)	IDHM Educação (2010)
Açailândia–MA.	0,498	0,672	0,579	0,643	0,311	0,602
Amarante do Maranhão–MA.	0,374	0,555	0,430	0,541	0,217	0,441
Buritirana–MA	0,376	0,583	0,405	0,540	0,217	0,505
Campestre do Maranhão–MA	0,441	0,652	0,495	0,611	0,259	0,586
Carolina-MA	0,476	0,634	0,541	0,600	0,291	0,529
Cidelândia–MA	0,414	0,600	0,481	0,562	0,242	0,529
Davinópolis–MA	0,418	0,607	0,461	0,561	0,256	0,535
Estreito-MA	0,468	0,659	0,553	0,666	0,271	0,536
Governador Edison Lobão–MA	0,422	0,629	0,476	0,589	0,243	0,552
Imperatriz-MA	0,591	0,731	0,623	0,697	0,465	0,698
Itinga do Maranhão–MA	0,480	0,630	0,614	0,601	0,290	0,545
João Lisboa (MA)	0,454	0,641	0,511	0,585	0,281	0,573
Lajeado Novo (MA)	0,374	0,589	0,479	0,561	0,172	0,494
Montes Altos (MA)	0,412	0,575	0,484	0,534	0,237	0,486
Porto Franco (MA)	0,504	0,684	0,576	0,664	0,324	0,606
Ribamar Fiquene (MA)	0,402	0,615	0,487	0,592	0,220	0,527
São Francisco do Brejão (MA)	0,424	0,584	0,505	0,556	0,242	0,479

São João do Paraíso (MA)	0,421	0,609	0,489	0,554	0,235	0,542
São Pedro da Água Branca (MA)	0,415	0,605	0,498	0,577	0,237	0,523
Senador La Rocque (MA)	0,392	0,602	0,449	0,570	0,220	0,515
Sítio Novo (MA)	0,376	0,564	0,470	0,509	0,177	0,456
Vila Nova dos Martírios (MA)	0,379	0,581	0,467	0,555	0,192	0,491
Brasil	**0,612**	**0,727**	**0,692**	**0,739**	**0,456**	**0,637**

Fonte: IPEA/FJP (2013). Organização: Jailson de Macedo Sousa (2017).

Conforme os dados dispostos na Tabela acima, constata-se que apenas os Municípios de Açailândia e Imperatriz registraram índices considerados satisfatórios. No conjunto dos municípios que integram a área de abrangência da UEMASUL, os referidos municípios contabilizaram no ano de 2010 maiores avanços no IDHM[2] e estão em destaque. Dessa forma, os dados revelam o papel desafiador a ser desempenhado pela UEMASUL em planejar ações que concorram para a mudança da realidade regional.

Esse cenário, observado para os municípios de Imperatriz e Açailândia, pode ser explicado por força de seu desempenho nos setores de agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, comércio, indústria e serviços. Esses municípios se destacam por serem os grandes polos econômicos, políticos, culturais e populacionais do Maranhão, aglutinados no sudoeste do Estado, norte do Tocantins e sul do Pará.

Os dados econômicos relativos ao desempenho do PIB mostram que essa região tem crescido acima da média do Estado do Maranhão, do nordeste e até mesmo do país. Esse crescimento se deve, em parte, à dinâmica econômica apresentada por setores direta ou indiretamente articulados aos grandes empreendimentos e suas ramificações (carvoarias, guzerias e plantações homogêneas com fins industriais). Tal cenário desafia ainda mais a UEMASUL a se definir nesse espaço geográfico, enquanto instituição promotora de conhecimento científico que visa o desenvolvimento econômico sustentável.

Foi possível entender, diante desses dados, que todos os municípios inseridos na área de abrangência da UEMASUL apresentaram melhorias significativas em seus indicadores sociais e econômicos. O caso do município de Lajeado Novo é bastante ilustrativo, uma vez que seu IDHM, no ano de 2000, foi de 0,374. Uma década após, no ano de 2010, essa unidade municipal registrou importante crescimento, apresentando um IDHM de 0,589.

[2] O IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios é um indicador que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda e vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. (Atlas Brasil, 2013).

Embora sejam perceptíveis as melhorias nos indicadores socioeconômicos dos municípios que integram a região de abrangência da UEMASUL, ainda há muito por fazer para que suas populações apresentem condições de vida dignas e adequadas. Um dos caminhos que poderá favorecer o ordenamento dos municípios dessa região dar-se-á mediante o desenvolvimento de ações que vislumbram um maior equilíbrio econômico e social entre esses municípios.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a Região Tocantina está situada próxima à linha do Equador e com uma grande disponibilidade de energia, luz e água durante a maioria do ano. Essa região oferece condições excelentes para o rápido crescimento de espécies vegetais adaptadas ao trópico, evidenciando sua força nos setores da agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e uso dos recursos naturais como fatores preponderantes para o crescimento e desenvolvimento econômico e social.

A oferta ampliada e democratizada de cursos superiores ao nível de graduação e Pós-Graduação constitui importante iniciativa a favor da correção dessas assimetrias apresentadas por meio dos dados dispostos na Tabela 01 e na Figura 05. A ampliação da Educação Superior nesses municípios deverá zelar pelo reconhecimento das suas potencialidades e fragilidades.

Acredita-se que o governo maranhense, por meio da criação de uma nova Universidade e, consequentemente, a ampliação da oferta de cursos superiores, tanto ao nível de graduação quanto de Pós-Graduação (*lato sensu/stricto sensu*), ajustará tais disparidades, contribuindo, assim, para o equilíbrio social e econômico dos municípios que se inserem na região de influência da UEMASUL.

Além da reflexão sobre o seu entorno, outro importante passo dessa nova Universidade maranhense, diz respeito à sistematização dos fundamentos filosóficos e técnico-metodológicos que embasam o seu fazer educacional. Assim, com a explicitação desses fundamentos, afirma-se que o fazer universitário desta IES é resultado de uma ação consciente quanto aos princípios e fins que se deseja alcançar.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1 Histórico do Curso

O ensino e o estudo da História possuem raízes milenares, nascidas da necessidade humana de registrar, compreender e transmitir suas experiências coletivas. No entanto, a consolidação da História como disciplina acadêmica autônoma, com métodos científicos próprios e objetivos claros, ocorre somente a partir do século XIX, no contexto da expansão dos Estados-nação e da institucionalização das universidades na Europa.

No Brasil, esse processo se desenvolve com características específicas. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, marca um momento decisivo na institucionalização da História enquanto campo disciplinar. Criado sob o impulso do Estado imperial, o IHGB visava construir uma narrativa histórica que legitimasse o regime monárquico e consolidasse uma identidade nacional coesa. Inspirado nos modelos historiográficos europeus — sobretudo o francês — e fortemente marcado pelo positivismo e pelo eurocentrismo, o Instituto adotou uma abordagem oficialista, excludente e elitista, que priorizava a contribuição europeia e invisibilizava os povos indígenas, africanos e os segmentos populares. Ainda assim, o IHGB teve papel crucial na coleta de fontes, na organização de arquivos e na promoção da pesquisa histórica, sendo um marco na profissionalização da historiografia brasileira.

A formação superior em História, por sua vez, só se estruturou no século XX, com a criação, em 1934, do primeiro curso universitário da área, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Inicialmente, História e Geografia eram ministradas de forma conjunta, prática comum no modelo educacional da época, que valorizava uma formação humanística ampla. Essa integração se manteve até meados da década de 1950, quando, em resposta à crescente especialização das áreas do saber e às novas demandas da sociedade, a História passou a ser ofertada como graduação autônoma.

Esse processo de institucionalização ocorreu em um momento de transformações profundas no país, particularmente durante o Estado Novo (1937–1945), quando o governo de Getúlio Vargas buscava romper com as estruturas agrárias da Primeira República e modernizar o Brasil, com ênfase no desenvolvimento urbano, industrial e na construção de uma identidade nacional alinhada ao projeto de centralização e progresso. Assim, a criação e o fortalecimento dos cursos de História se inseriam num esforço de formar intelectuais capazes de interpretar criticamente o passado nacional, contribuir para o entendimento dos processos sociais e políticos, e reforçar os ideais de unidade e coesão nacional.

O regime autoritário implantado no Brasil, instaurado pela ditadura civil-militar (1964–

1985) impôs uma série de restrições ao ensino brasileiro com consequências danosas para o ensino de História. O regime promoveu um forte controle ideológico sobre a educação, o que impactou diretamente o ensino de História nas escolas e universidades. Uma das alterações mais significativas foi a Lei nº 5.692/1971, que reformulou o ensino de 1º e 2º graus (hoje ensino fundamental e médio), suprimindo a disciplina de História como componente curricular autônomo. Em seu lugar, instituiu-se a área de Estudos Sociais, fundindo conteúdos históricos e geográficos sob uma abordagem despolitizada, factual e sem aprofundamento crítico.

Essa mudança curricular visava neutralizar o potencial formativo da História como ferramenta de análise das relações de poder, dos conflitos sociais e das lutas por direitos. O ensino passou a enfatizar heróis nacionais, símbolos pátrios e a narrativa oficial do regime, enquanto silenciava temas como escravidão, resistência popular, ditadura, desigualdade social e diversidade cultural. A produção e a difusão do conhecimento histórico foram fortemente vigiadas, com os conteúdos sendo definidos e aprovados pelos órgãos de censura, moldando um currículo alinhado à ideologia do regime.

Nas universidades, embora os cursos de História tenham sido mantidos, o ambiente acadêmico foi igualmente afetado por censura, perseguições e repressão política. Muitos professores e estudantes foram exonerados, presos, exilados ou impedidos de exercer sua profissão. Apesar desse cenário, o período também foi marcado pelo surgimento de novas abordagens teóricas e metodológicas no campo da História, influenciadas pelo marxismo, pela Escola dos Annales e pelos estudos de estruturas sociais. Essas correntes desafiaram a visão oficial, incorporando à historiografia temas até então negligenciados, como as experiências das classes populares, os movimentos sociais, o cotidiano e as culturas marginalizadas.

Paradoxalmente, as universidades tornaram-se espaços de resistência intelectual. Produzir História durante a ditadura era também uma forma de contestar a versão oficial e de manter viva a reflexão crítica sobre a realidade nacional. Essa atuação contribuiu para formar uma nova geração de historiadores comprometidos com a democracia, a justiça social e a pluralidade de vozes na narrativa histórica.

Com o fim da ditadura e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o ensino de História foi gradualmente reintegrado como componente obrigatório e autônomo nos currículos da educação básica. A nova legislação passou a reconhecer a importância de uma formação crítica, plural e comprometida com os direitos humanos, a valorização da diversidade étnico-racial, de gênero, de classe e de cultura, e o combate às desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira.

No Maranhão, a trajetória do curso de História também reflete esse processo de

expansão e consolidação do ensino superior no país. A Licenciatura em História atualmente oferecida pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) possui uma história de mais de três décadas. Sua origem remonta à década de 1980, quando a então Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz (UEEI), vinculada à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), ofertava o curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais. Esse curso representava uma das primeiras oportunidades de formação superior voltada à área de Ciências Humanas na região sul do estado.

Com o passar dos anos, e diante da crescente demanda por formação docente qualificada, o curso foi gradualmente ampliado e reestruturado, acompanhando os avanços acadêmicos e pedagógicos da área. Com a criação da UEMASUL, em 2016, o curso passou a integrar oficialmente a nova instituição, reafirmando seu compromisso com a formação de professores críticos, comprometidos com a realidade regional e com a valorização da memória e da identidade histórica da Região Tocantina do Maranhão.

No contexto da sua criação, o curso de Licenciatura em História, vinculado à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), nasceu com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de 2º grau ofertado pela rede pública na cidade de Imperatriz e na Região Tocantina. Nessa perspectiva foi elaborado um projeto visando à transformação do curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, já em funcionamento, em um curso de Licenciatura Plena em História, por meio de um processo de plenificação.

Após tramitação em várias instâncias e de ser submetido a um intenso processo avaliativo de viabilidade, o projeto foi aprovado. Dessa forma, o curso de História – Licenciatura Plena, em Imperatriz, foi autorizado a funcionar por meio da Portaria Ministerial nº 501/1985 e do Parecer nº 76/1985 do Conselho Estadual de Educação (CEE/MA), com a oferta inicial de 25 vagas anuais. O primeiro vestibular foi realizado no primeiro semestre de 1986.

Nos primeiros anos, o curso atendeu a uma significativa demanda reprimida de profissionais que já atuavam no ensino de História, mas não possuíam a formação legal exigida. Inicialmente, as aulas foram ofertadas no turno noturno. A partir do ano 2000, passaram a ser oferecidas duas entradas anuais, com turmas nos turnos matutino e noturno. Posteriormente, a oferta foi reduzida para uma entrada por ano, com alternância entre os turnos.

Com a criação da UEMASUL, por meio da Lei Estadual nº 10.525, de 3 de novembro de 2016, surgiu a necessidade de adequar a estrutura curricular do curso de História – Licenciatura às diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que prioriza a valorização das questões socioeconômicas e culturais da Região Tocantina do

Maranhão, além de atender às exigências legais vigentes.

Nesse contexto, a partir da aprovação da Instrução Normativa nº 001/2018, pelo Conselho Universitário (CONSUN/UEMASUL), foi promovida a reestruturação curricular do curso de História – Licenciatura. Essa reformulação teve como base a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior — abrangendo os cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados e segunda licenciatura —, bem como para a formação continuada de professores. A resolução define os fundamentos para a formação docente, destacando a articulação com a educação básica e a valorização da profissão docente.

A reestruturação curricular do curso de História definiu novas diretrizes pedagógicas, critérios de transição e equivalências entre as estruturas curriculares de 2012 e 2013, até então em vigor. A nova proposta contemplou as exigências legais relativas aos núcleos pedagógicos, disciplinas específicas da área, disciplinas eletivas específicas e universais, práticas docentes, estágio supervisionado e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).

Nesse cenário, considerando a revogação da Resolução CNE nº 2/2015 e a instituição do Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução nº 04/2024, a reformulação curricular atualmente em elaboração passa a fundamentar-se nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da Educação Básica. A Resolução nº 04/2024 reafirma a centralidade da formação docente articulada à prática, ao compromisso com a qualidade social da educação e à integração entre teoria e prática ao longo de todo o percurso formativo, fortalecendo a inserção do licenciando no contexto da educação básica desde os períodos iniciais do curso.

Desse modo, o novo PPC de História, a ser implantado neste ano de 2026, busca adequar a matriz curricular às orientações da Resolução nº 391/2026 - CONSUN/UEMASUL, reorganizando os componentes curriculares à luz das competências profissionais docentes, consolidando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e assegurando alinhamento com as demandas contemporâneas da Educação Básica e com os princípios de formação crítica e comprometida socialmente.

Além disso, em consonância com a Resolução nº 04/2024 do Conselho Nacional de Educação, a matriz curricular do curso de Licenciatura em História passa a contemplar, de forma estruturada e transversal. O currículo passa a compor conteúdos voltados à Educação e Tecnologias, à Educação e Meio Ambiente, à Educação para os Direitos Humanos e à Educação para as Relações Étnico-Raciais, entendidas como dimensões indissociáveis da formação docente contemporânea.

No âmbito da Educação e Tecnologias, o curso incorpora discussões sobre cultura digital, letramento midiático e uso crítico de recursos tecnológicos no ensino de História, promovendo o desenvolvimento de competências para a utilização pedagógica ética e inovadora das tecnologias educacionais. A temática Educação e Meio Ambiente é trabalhada a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, abordando sustentabilidade, justiça socioambiental e as relações históricas entre sociedade e natureza. Já a Educação para os Direitos Humanos enfatiza a formação para a cidadania, a democracia e o respeito à dignidade humana, estimulando práticas pedagógicas comprometidas com a cultura de paz e o enfrentamento às desigualdades. Por sua vez, a Educação para as Relações Étnico-Raciais, por sua vez, fortalece o estudo das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas, promovendo práticas antirracistas e a valorização da diversidade cultural no contexto escolar.

Integrada a essas dimensões formativas, a reorganização curricular reafirma o Estágio Supervisionado como eixo estruturante e central da formação inicial docente, superando sua compreensão como etapa meramente final do curso. O estágio passa a ser desenvolvido de forma progressiva e articulada às práticas como componente curricular, assegurando a inserção do licenciando na realidade da Educação Básica desde os períodos iniciais da graduação. Nesse movimento, consolida-se a articulação entre teoria e prática, universidade e escola, planejamento e regência, observação e reflexão crítica sobre o cotidiano escolar. Assim, o Estágio Supervisionado assume papel estratégico na construção da identidade profissional docente, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão e assegurando uma formação crítica, reflexiva e socialmente comprometida com as demandas regionais e nacionais da Educação Básica.

3.1.1 O curso de Licenciatura em História da UEMASUL

Alguns cursos de Graduação, a exemplo do curso de Licenciatura em História, têm uma história singular na UEMASUL. A partir da criação desta universidade temos dois pontos iniciais como referência histórica: o da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

Nesse contexto, para compreender a historicidade da graduação em História na UEMASUL, é necessário retornar à década de 1970, período em que foi criada a Faculdade de Educação de Imperatriz (FESI), com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 5.692/71. Essa legislação estabeleceu diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, exigindo habilitação específica para o exercício do magistério: para as 1ª a 4ª séries,

habilitação de nível médio; para as 5ª a 8ª séries, habilitação em nível superior, por meio da Licenciatura Curta; e, para o ensino de 2º grau, era exigida Licenciatura Plena, correspondente a um curso superior completo. A criação da FESI teve como objetivo principal a interiorização do ensino universitário no Maranhão.

Esses marcos legais e institucionais estão diretamente relacionados à trajetória do curso de História, ainda sob a estrutura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), possibilitaram a implantação de diversos cursos de Licenciatura Curta na cidade de Imperatriz a partir de 1979, como Letras, Estudos Sociais e Ciências. Esse movimento foi intensificado no contexto da chamada "Nova República" e do processo de redemocratização do Brasil, que incentivaram a expansão das licenciaturas em todo o país.

Nessa conjuntura, a Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz (UEEI) — denominação adotada após a incorporação da Fundação de Ensino Superior de Imperatriz (FESI) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) — passou a integrar a estrutura institucional da universidade, ampliando e consolidando a oferta de cursos de formação de professores na região Tocantina. A partir de 1986, a UEEI iniciou a oferta de Licenciatura Plena nos cursos de Matemática, História, Geografia e Língua Inglesa, atendendo à crescente demanda por docentes habilitados para atuar na Educação Básica.

Portanto, o curso de História – Licenciatura Plena foi implantado nesse mesmo contexto, resultante da transição da última turma da Licenciatura Curta para o novo formato de formação plena, conforme as exigências legais vigentes à época. Essa mudança consolidou a formação superior completa na área de História. A regularização do curso ocorreu por meio da Resolução nº 100/1992, que formalizou seu reconhecimento oficial no âmbito institucional.

Apesar de o curso estar em funcionamento desde 1986, somente em 1997 foi realizado o primeiro Concurso Público destinado ao provimento de vagas específicas para o Curso de História, o que marcou um momento importante de consolidação acadêmica e administrativa. Até então, parte do corpo docente era composta por professores vinculados a outras áreas ou contratados temporariamente. No referido certame, foram ofertadas seis vagas distribuídas nas seguintes áreas: Ensino de História (1 vaga), Antropologia (1 vaga), História Antiga e Medieval (1 vaga), História Moderna e Contemporânea (1 vaga), História da América (1 vaga) e História do Brasil e do Maranhão (1 vaga).

A realização desse concurso contribuiu para estruturar um quadro docente próprio, fortalecendo a identidade acadêmica do curso e qualificando sua atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. Nesse certame tivemos os primeiros professores admitidos ao curso

por meio de concurso público para as áreas e vagas preenchidas pelo seguintes docentes: Ensino de História - Regina Celia Costa Lima, Antropologia - Jaime Garcia Siqueira Junior, História Antiga e Medieval - Edimilson Rosa Bezerra, História Moderna e Contemporânea - Francisco Alberto Gonçalves Filho, História da América - Margarida Chaves dos Santos e História do Brasil e do Maranhão - José Siney Ferraz Rodrigues.

Apesar da realização do concurso, a posse dos(as) docentes aprovados(as) ocorreu somente em 1999. Até então, o curso funcionava exclusivamente com professores(as) substitutos(as). A efetivação desse corpo docente representou um marco importante na trajetória do curso, trazendo estabilidade acadêmica e institucional, além de proporcionar melhores condições para o planejamento pedagógico, o desenvolvimento da pesquisa e o fortalecimento da formação discente.

A consolidação da equipe docente possibilitou a ampliação das atividades acadêmicas, especialmente a oferta de cursos de especialização em nível lato sensu, voltados à formação continuada de profissionais da educação. Destaca-se, nesse sentido, o curso de Especialização em História da Amazônia Oriental (2003–2006), sob a coordenação do professor José Siney Ferraz Rodrigues, que atendeu à demanda de formação dos(as) egressos(as) da graduação e contribuiu para a valorização da produção histórica regional.

A implementação da pesquisa no curso de História teve início com o fortalecimento do corpo docente e a construção de uma identidade acadêmica voltada para os contextos regionais. Um marco importante nesse processo foi a atuação do professor Jaime Garcia, que, desde sua inserção no curso, contribuiu de forma significativa para a estruturação de projetos de pesquisa e iniciação científica, com ênfase na valorização dos saberes e das trajetórias históricas das populações indígenas da Região Tocantina do Maranhão.

Desde o início, o professor Jaime Garcia articulou projetos de iniciação científica voltados à temática indígena, possibilitando que os(as) estudantes do curso de História se envolvessem com metodologias de pesquisa, trabalho de campo e produção de conhecimento historicamente situado e socialmente comprometido. Esses projetos proporcionaram o estreitamento dos laços entre a universidade e as comunidades indígenas, promovendo ações de escuta, diálogo e construção coletiva do conhecimento histórico. Além disso, contribuíram para a formação de um perfil de estudante-pesquisador(a) sensível às lutas por reconhecimento, território, memória e direitos dos povos originários.

Outro destaque na consolidação da pesquisa e da extensão é o trabalho da professora Maristane de Sousa Rosa Sauimbo, que liderou a criação e articulação do NEAI – Núcleo de Estudos Afro-Indígenas. O NEAI consolidou-se como espaço fundamental para o debate

crítico sobre identidades étnico-raciais, epistemologias negras e práticas pedagógicas antirracistas. Por meio de eventos, cursos e parcerias interinstitucionais, o núcleo atua no enfrentamento das desigualdades raciais no campo educacional e social.

No campo dos estudos históricos clássicos, destaca-se a atuação do professor Fabrício Nascimento, responsável pela criação do Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval (NEMHAM). O núcleo ampliou as possibilidades de desenvolvimento de atividades científicas e formativas voltadas à análise crítica das fontes históricas, dos processos civilizatórios e das experiências sociais, políticas e culturais das sociedades antigas e medievais. O NEMHAM, sob sua coordenação, também foi responsável pela criação e manutenção da primeira revista científica da UEMA Imperatriz/UEMASUL, a *Revista Mythos*, consolidando um espaço institucional para a publicação e disseminação da produção científica desenvolvida por docentes, discentes e pesquisadores(as) externos(as).

Ressalta-se, ainda, no campo do Ensino de História, a atuação da professora Regina Célia Costa Lima, cuja contribuição foi fundamental para o fortalecimento da formação inicial e continuada de professores. Sua atuação esteve diretamente relacionada à consolidação da área de Ensino de História no curso, com ênfase na articulação entre teoria, prática pedagógica e pesquisa. Destaca-se sua participação na implantação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na área de História, iniciativa que ampliou a inserção dos licenciandos nas escolas públicas da região, promovendo experiências sistemáticas de observação, planejamento e regência, além da produção de materiais didáticos e do desenvolvimento de projetos voltados à melhoria do ensino na Educação Básica. Paralelamente, a professora também atuou na implantação e desenvolvimento do curso de Especialização em Ensino de História, iniciativa consolidou o protagonismo do curso na área do Ensino de História, reafirmando o compromisso institucional com a qualificação docente, a pesquisa aplicada ao ensino e a melhoria da educação básica em âmbito regional.

Esse histórico, descrito de forma sucinta, foi o herdado da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pela atual Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Criada nos termos da Lei n.º 10.525, de 03 de novembro de 2016, a UEMASUL está estruturada administrativamente pela Lei n.º 10.558, de 06 de março de 2017; Lei n.º 10.694, de 06 de outubro de 2017. Na instituição, o Curso de História Licenciatura faz parte do Centro de Ciências Humanas Sociais e Letras (CCHSL), funcionando nos turnos matutino e noturno.

> É pertinente ressaltar que a UEMASUL se apresenta como uma Instituição social de democratização do ensino (que não deve ser confundido com massificação) e perseguirá o cumprimento de sua missão, com a visão voltada, também, para os valores estabelecidos. Reitera-se ainda que democratizar o saber significa assumir um compromisso de oferecer ensino de qualidade à população, especialmente, àquela da área de abrangência dessa IES. Democratizar significa, também, ampliar a oferta de vagas nos cursos já existentes, bem como a abertura de novos cursos na UEMASUL. (PDI, 2022, p. 72).

O Curso de História – Licenciatura da UEMASUL, ao longo de seus dez anos de existência, tem se consolidado a partir de um compromisso efetivo com as demandas históricas, sociais e culturais da Região Tocantina do Maranhão. Desenvolvendo suas atividades a partir do território no qual está inserido, o curso assume como eixo central a compreensão crítica das múltiplas realidades locais e regionais, reconhecendo as complexidades dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais que marcam essa região.

Nessa perspectiva, a formação em História na UEMASUL tem como diferencial o olhar atento às dinâmicas territoriais, às memórias coletivas e às identidades construídas ao longo do tempo, sendo pioneiro na valorização da produção historiográfica regional. O curso vem se destacando por articular o ensino à pesquisa e à extensão, estimulando uma prática docente comprometida com o contexto social e cultural do Maranhão, especialmente nas áreas historicamente marginalizadas.

A criação da UEMASUL representou um marco decisivo para o fortalecimento da pesquisa no curso de História, com a ampliação significativa do número de bolsas de Iniciação Científica e de Extensão. Essa nova realidade, somada ao engajamento e à qualificação do corpo docente, tem favorecido a aprovação de projetos junto às Coordenações de Pesquisa e de Extensão da UEMASUL, a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Dessa forma, o Curso de História reafirma seu papel como um espaço formativo comprometido com a transformação social, com a produção de conhecimento voltado às realidades locais e com a valorização das múltiplas vozes e narrativas que compõem a história da região. Atualmente, o curso conta com importantes espaços acadêmicos que fortalecem a pesquisa, o ensino e a extensão, consolidando sua atuação na formação crítica e contextualizada de professores(as) e pesquisadores(as). Entre esses espaços, destacam-se o Núcleo de Estudos Afro-Indígenas (NEAI), o Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval (NEMHAM), o Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CEPATH), o Núcleo Interdisciplinar de História das Religiões (NEIHR), o

Laboratório de Ensino de História (LEHist) e o Centro de Documentação e Memória da Região Tocantina (CEDOM), o Grupo de Estudos em História das Américas (GEHA-Pachamama/UEMASUL) e o Laboratório de Estudos Interdisciplinares Avançados/Pesquisa em Amazônia e Educação (LEIA +) — todos devidamente certificados pela UEMASUL e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Esses espaços não apenas ampliam as possibilidades de atuação acadêmica dos(as) estudantes e docentes, como também reforçam o compromisso do curso de História com a produção de conhecimento socialmente referenciado, atento às especificidades e às demandas da Região Tocantina do Maranhão.

3.2 Justificativa do curso

A atualização do Projeto Pedagógico do Curso de História – Licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) justifica-se pela necessidade de adequação às legislações e às Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais vigentes, bem como aos instrumentos normativos institucionais recentemente aprovados pela universidade, conforme descrito ao longo deste documento. Destaca-se, em especial, a garantia do cumprimento da carga horária estabelecida pela Resolução nº 391/2026-CONSUN/UEMASUL, em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 e Resolução CEE/MA nº 166/2020.

Além disso, torna-se imprescindível a atualização do Projeto à luz dos princípios e das normativas institucionais da UEMASUL, especialmente no que se refere ao Núcleo Comum dos Estágios Curriculares Supervisionados, à inserção das Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e às Atividades Complementares, assegurando coerência entre a organização curricular, as diretrizes nacionais para a formação inicial docente e o compromisso institucional com a qualidade acadêmica e a formação crítica de professores.

Essa atualização também encontra justificativa na necessidade de adequação da estrutura curricular do curso à nova realidade do processo de formação de profissionais licenciados em História. Isso é suscitado, em primeiro lugar, pelo conjunto de diretrizes educacionais e curriculares da educação básica para a História escolar, em especial a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, é impulsionada pelas demandas socio culturais e ambientais emergentes que afetam a sociedade contemporânea e sua qualidade de vida, inclusive no âmbito do contexto regional em que está inserida a UEMASUL. Ademais,

é necessário considerar as inovações e novas tecnologias com base nas linhas epistemológicas e profissionais da Ciência historiográfica na atualidade.

Incide sobre a educação histórica, tanto em nível básico quanto superior (graduação e Pós-Graduação), a necessidade da adoção de novos conceitos, tecnologias e o aprimoramento de metodologias. Essas devem ser capazes de orientar o desenvolvimento de competências e habilidades que promovam a educação para a leitura crítica da realidade social. Além disso, é fundamental favorecer uma cultura da educação propositiva, colaborativa, criativa e inovadora, buscando soluções para os problemas emergentes da sociedade. Nesse sentido, é essencial um ensino que envolva o domínio lógico-conceitual das categorias de análise histórica, das multidimensionalidades pedagógicas do ensino de história e técnicas de aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Ademais, a oferta do Curso Superior de História Licenciatura da UEMASUL, na modalidade presencial, contribui para o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), conforme disposto na Lei nº 13.005/2014, para o decênio 2014/2024, tanto em nível nacional quanto estadual. Isso diz respeito à garantia da política nacional de formação de profissionais da educação escolar básica, conforme previsto nos incisos I, II e III do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 2014).

A política nacional de formação de profissionais da educação básica, estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tem como objetivo assegurar a formação específica em nível superior aos(às) docentes da Educação Básica, por meio de cursos de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. No âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE), a Meta 15 estabelece que todos os professores da Educação Básica devem possuir formação específica de nível superior na área em que lecionam.

Entretanto, conforme dados do *Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação 2014–2024*, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes ao ano de 2023, o país ainda não atingiu o percentual de 100% previsto na meta. Segundo o relatório, “o percentual de docentes com formação adequada à área de conhecimento em que atuam ainda permanece abaixo da meta estabelecida no PNE” (BRASIL, 2024). Nesse contexto, o indicador 15C — referente aos anos finais do Ensino Fundamental — alcançou aproximadamente 60% de adequação, enquanto o indicador 15D — relativo ao Ensino Médio — atingiu cerca de 68%, evidenciando que aproximadamente 40% e 32% dos(as) docentes, respectivamente, ainda lecionam sem formação específica na área da disciplina (BRASIL, 2024).

No estado do Maranhão, os desafios mostram-se ainda mais expressivos. De acordo com o *Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação 2014–2024*, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2023 o percentual de adequação da formação docente no Ensino Médio situou-se em aproximadamente 57%, indicando que cerca de 43% dos professores atuavam fora de sua área específica de formação. Nos anos finais do Ensino Fundamental, os índices permaneceram abaixo da média nacional, evidenciando a persistência de desigualdades regionais no cumprimento da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2024).

Esses dados demonstram que, ao término da vigência do PNE (2014–2024), o país ainda não alcançou a universalização da formação adequada prevista na Meta 15, reforçando a necessidade de políticas estruturantes voltadas à qualificação docente, sobretudo nas regiões que apresentam maiores fragilidades nos indicadores educacionais (BRASIL, 2024).

No caso específico do ensino de História na Educação Básica, os dados do Censo Escolar mais recente indicam que ainda há percentuais significativos de docentes atuando sem formação específica na área. Conforme informações divulgadas pelo INEP, com base no Censo Escolar de 2023, nos anos finais do Ensino Fundamental pouco mais de três quartos dos docentes que lecionam História possuem formação adequada na área, enquanto o restante se distribui entre professores com licenciatura em área diversa, bacharelado com complementação pedagógica em área diferente ou, em menor proporção, sem curso superior completo (Brasil, 2024).

No Ensino Médio, os índices de adequação são mais elevados, superando 75% de docentes com formação específica em História; contudo, ainda persiste um contingente de professores com formação em área distinta ou com complementação pedagógica fora da área, além de um percentual residual sem formação superior completa (Brasil, 2024).

Esses números evidenciam que, embora haja avanços na formação específica para o ensino de História, permanecem desafios relacionados à garantia da adequada correspondência entre formação inicial e área de atuação docente, especialmente nas redes estaduais e nas regiões com maiores desigualdades educacionais.

Na Região Tocantina do Maranhão — área de abrangência da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) — os dados mais recentes do *Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação 2014–2024*, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), indicam que o município de Imperatriz apresenta os melhores índices regionais de adequação da formação docente. Em 2023, o município registrou percentuais superiores a 50% tanto no indicador 15C

(anos finais do Ensino Fundamental) quanto no indicador 15D (Ensino Médio), situando-se acima da média de diversos municípios da região (Brasil, 2024).

Entretanto, segundo o mesmo *Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação 2014–2024*, a maior parte dos demais municípios da Região Tocantina ainda apresenta percentuais significativamente inferiores. Destaca-se, nesse sentido, o indicador 15C, que em várias localidades permanece abaixo de 30%, enquanto o indicador 15D, embora apresente desempenho ligeiramente superior, também não alcança patamares satisfatórios em parte considerável dos municípios. Esse é o caso, por exemplo, de Amarante do Maranhão, que figura entre os municípios com índices mais baixos de adequação da formação docente na região (Brasil, 2024).

Esses indicadores evidenciam persistentes assimetrias no sistema educacional regional, relacionadas a um histórico de concentração da oferta de cursos superiores — especialmente de licenciaturas — em polos urbanos específicos do estado. Apenas nas últimas décadas esse quadro começou a ser gradualmente modificado, com a interiorização e descentralização da oferta de cursos e da criação de instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, ampliando o acesso à formação docente no interior do Maranhão (Brasil, 2024).

Os indicadores refletem claramente a necessidade de oferta, ampliação e consolidação de cursos de licenciatura para a formação de profissionais da educação escolar básica nas áreas de conhecimento específico, especialmente para atender às demandas dos ciclos finais do ensino fundamental e do ensino médio, principalmente nos municípios do interior do estado, onde os indicadores são mais baixos.

É importante destacar que nos últimos anos o governo do Maranhão tem se empenhado em melhorar os índices educacionais e socioeconômicos do estado, bem como a formação e qualificação profissional, procurando reduzir essas disparidades por meio de políticas voltada para a ampliação e democratização da oferta de cursos superiores de graduação e Pós-Graduação. Isso inclui a criação e expansão dos *Campi* da UEMASUL a partir de 2016, bem como o aumento da oferta de vagas por meio da implementação de novos cursos. Essas iniciativas são importantes para promover uma educação mais equitativa e de qualidade em todo o estado do Maranhão.

Vale destacar, que os cursos da UEMASUL têm um alcance territorial bem maior do que a área dos 22 municípios sob sua responsabilidade, definida no Decreto Estadual nº 32.396. Eles atendem a discentes de municípios de várias regiões do Estado do Maranhão e do Estado vizinho do Tocantins.

Portanto, a atualização do Projeto Pedagógico do Curso de História Licenciatura encontra ratificação nas demandas geradas no contexto regional (cultural, social e político), nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional de Educação (PNE), do Plano Estadual de Educação, objeto da Lei nº 10.099 (Maranhão, 2014) e no Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMASUL (PDI – 2022-2026). Assim como na necessidade do investimento institucional para a ampliação do quadro docente do curso e a melhoria da infraestrutura, por meio da aquisição de novas tecnologias que possibilitam relacionar à Educação, a linguagem dos meios de comunicação (TICs) nos processos didático-pedagógicos, contribuindo para elevar a qualidade da formação docente e, por conseguinte, da educação básica, "através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social" (UEMASUL, 2023, p.36).

3.2 Legislação

Este documento apoia-se e organiza-se para atender às diretrizes do Conselho Nacional de Educação - CNE, assim como observa as atribuições aos profissionais da História (docentes ou não) estando o mesmo fundamentado legalmente nos termos das leis federais, estaduais e institucionais abaixo citadas:

3.3.1 Legislações Federais

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
- Lei n.° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;
- Lei n.°11.645, de 10 março de 2008, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

- A Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Lei n.° 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei n.° 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- Lei Federal n.° 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
- As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP n.° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n.° 1, de 30/05/2012;
- A Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007/CNE - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- Decreto n.° 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Resolução nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica
- Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.

3.3.2 Legislações Estaduais

- Lei nº 10.525 de 3 de novembro de 2016. Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual da. Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL
- Lei n.°10.558, de 6 de março de 2017, dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criação de cargos em comissão e dá outras providências;
- Lei n.º 10.694, de 05 de outubro de 2017, cria o CCANL, dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), cria cargos efetivos e cargos em comissão e dá outras providências;
- Resolução CEE/MA nº 109, de 17 de maio de 2018 - Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências;
- Resolução CEE/MA nº 63, de 07 de abril de 2019 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão;
- Resolução CEE/MA nº 166, de 01 de outubro de 2020, estabelece orientações complementares à implementação das Diretrizes para Extensão Universitária nas instituições de ensino superior pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, a partir das normas prescritas na Resolução CNE/CES nº 7/2018 e regulamenta o processo de avaliação com fulcro nessa Resolução e na Resolução nº 109/2018 – CEE/MA.
- Instrução Normativa Nº 01, de 09 de abril de 2025 que dispõe sobre as normas e procedimentos para realização do Estágio Curricular Supervisionado dos Estudantes de Licenciatura das Instituições de Ensino Superior, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação do Maranhão -SEDUC/MA.

3.3.3 Normativas institucionais da UEMASUL.

- Resolução n° 12/2017 - CONSUN/UEMASUL, institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da gestão acadêmica dos cursos de Graduação - Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo – da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão;
- Resolução nº 391/2026 - CONSUN/UEMASUL, cria as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMASUL;
- Resolução nº 053/2018 - CONSUN/UEMASUL, “Aprova o Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEXT, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL”;

- Resolução nº 060/2018 - CONSUN/UEMASUL, que regulamenta o estágio não obrigatório a discente do ensino superior, no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL;
- Resolução nº 062/2018-CONSUN/UEMASUL, que Disciplina a concessão de monitoria a discentes do Ensino de Graduação no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL e dá outras providências;
- Resolução n°185/2022 – CONSUN/UEMASUL - Dispõe sobre o Regimento Geral do Ensino de Graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL;
- Resolução n°186/2022 - CONSUN/UEMASUL Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL 2022-2026;
- Resolução nº 216/2022 - CONSUN/UEMASUL - Dispõe sobre a instituição e a regulamentação das atividades de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL;
- Resolução nº 217/2022 - CONSUN/UEMASUL Cria o Programa de Acompanhamento dos Egressos dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão e estabelece suas políticas.
- Resolução nº 293/2024 - CONSUN/UEMASUL- Regulamenta as diretrizes de registro e avaliação das Atividades Curriculares de Extensão – ACE, nos cursos de graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.
-

4. POLÍTICAS ACADÊMICAS

4.1 Política de Direitos Humanos

A materialidade da política de Educação em Direitos Humanos (EDH) no curso de História – Licenciatura fundamenta-se na Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos no âmbito da Educação Básica e do Ensino Superior. Essa normativa estabelece que a EDH deve constituir-se como princípio orientador dos projetos pedagógicos, estruturando-se de forma transversal, interdisciplinar e permanente nos currículos, nas práticas acadêmicas e na gestão institucional.

De acordo com a Resolução, a Educação em Direitos Humanos deve promover a formação de sujeitos de direitos, comprometidos com a dignidade humana, a democracia, a justiça social e o respeito à diversidade. O documento define que a EDH não se restringe à inserção pontual de conteúdos, mas deve se materializar na organização curricular, nas metodologias de ensino, na avaliação, na formação docente e nas relações institucionais (Brasil, 2012).

Assim, no curso de História – Licenciatura, a política de Educação em Direitos Humanos concretiza-se por meio da inclusão de componentes curriculares específicos e da abordagem transversal da temática nas disciplinas de formação pedagógica e específica. Destacam-se, nesse contexto, componentes como Educação para os Direitos Humanos, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), entre outros, que asseguram o tratamento sistemático das dimensões da diversidade, da inclusão e da justiça social na formação docente.

Além disso, a temática dos direitos humanos está presente de forma articulada em conteúdos e atividades que contemplam discussões sobre gênero, direitos das crianças e dos adolescentes, diversidade cultural, enfrentamento às discriminações e promoção da cidadania, garantindo coerência entre os princípios normativos e a organização curricular do curso.

A materialidade dessa política também se expressa na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. No âmbito do ensino, são desenvolvidas abordagens que problematizam processos históricos relacionados às lutas por direitos civis, sociais e políticos, aos regimes autoritários, às desigualdades estruturais e às violações de direitos ao longo da história. Na pesquisa, incentivam-se investigações voltadas às temáticas de memória, justiça, cidadania, relações étnico-raciais, gênero e inclusão social. Na extensão, promovem-se ações formativas, eventos acadêmicos e parcerias com escolas da Educação Básica, visando à construção de práticas pedagógicas comprometidas com a cultura de direitos humanos.

Conforme estabelece a Resolução CNE/CP nº 1/2012, a Educação em Direitos Humanos deve pautar-se pelos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades, da laicidade do Estado, da democracia na educação e da transversalidade (Brasil, 2012). Dessa forma, o Projeto Pedagógico do Curso assegura que tais princípios orientem tanto os conteúdos quanto as práticas formativas, contribuindo para a construção de uma identidade profissional docente comprometida com a promoção dos direitos humanos no contexto escolar.

Assim, ao incorporar a EDH como dimensão estruturante do currículo, o curso de História reafirma seu compromisso com uma formação crítica e socialmente referenciada, alinhada às normativas nacionais e às demandas contemporâneas da Educação Básica, contribuindo para a consolidação de uma cultura democrática e de respeito aos direitos fundamentais.

4.2 Políticas de Educação para as relações étnico-raciais

No campo das políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais, destaca-se a Lei nº 11.645 de 2008, que altera a Lei nº 9.394 de 1996 (LDB), anteriormente modificada pela Lei nº 10.639 de 2003, que torna obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial da rede de ensino. Essa legislação representa um marco no enfrentamento ao racismo estrutural e na valorização da diversidade étnico-racial na educação brasileira, ao reconhecer a centralidade das contribuições históricas, culturais, sociais e políticas dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas na formação da sociedade nacional.

No âmbito da formação inicial docente, a materialização dessa política exige que os cursos de licenciatura incorporem de forma estruturante e permanente tais conteúdos, superando abordagens pontuais ou meramente comemorativas. No curso de História – Licenciatura, essa concretude se expressa, primeiramente, na organização curricular, com a oferta de componentes específicos que abordam História da África e dos africanos e História dos Povos Indígenas. Nessa perspectiva, o curso de História da UEMASUL possui na sua organização curricular as disciplinas: História dos Povos Africanos, História da África Contemporânea; História e Cultura Afro-Brasileira, História dos Povos Indígenas e Educação para as Relações Étnico-Raciais, articulados às diretrizes nacionais vigentes.

Além dos componentes específicos, a perspectiva da Lei nº 11.645/08 é garantida pela transversalidade da temática nas demais disciplinas do curso, como Antropologia, Arqueologia, História do Brasil, História da América, Teoria da História e Ensino de História, promovendo análises críticas sobre colonialismo, escravidão, resistência, protagonismo negro e indígena,

territorialidades, epistemologias não eurocêntricas e políticas de memória. Essa abordagem contribui para a desconstrução de narrativas históricas excludentes e para a valorização de múltiplas matrizes culturais na formação do(a) professor(a) de História.

A concretização da legislação também se efetiva por meio das atividades de pesquisa e extensão, com o desenvolvimento de projetos voltados às comunidades tradicionais, povos indígenas e movimentos negros da região, bem como pela promoção de eventos acadêmicos, grupos de estudos e ações formativas em parceria com escolas da Educação Básica. Tais iniciativas fortalecem o diálogo entre universidade e sociedade e ampliam o compromisso social da formação docente.

A concretude da legislação também se expressa nas ações de pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito institucional. Destaca-se a atuação do NEAI – Núcleo de Estudos Afro-Indígenas, espaço acadêmico voltado ao debate crítico sobre identidades étnico-raciais, epistemologias negras e indígenas e práticas pedagógicas antirracistas. Por meio de projetos, eventos científicos, grupos de estudos e parcerias com escolas e comunidades, o NEAI fortalece a formação inicial e continuada de professores(as), promovendo o diálogo entre universidade e sociedade.

Outro importante instrumento de materialização dessa política é o Museu do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CEPAHT), vinculado às ações de pesquisa e preservação da memória regional. O museu constitui-se como espaço formativo e de produção de conhecimento, contribuindo para a valorização das histórias e culturas dos povos indígenas da Região Tocantina do Maranhão. Suas atividades educativas e exposições ampliam as possibilidades pedagógicas do curso, permitindo que os(as) licenciandos(as) desenvolvam experiências formativas articuladas à pesquisa, à memória e ao patrimônio cultural.

No campo das práticas pedagógicas e do estágio supervisionado, o curso assegura que os(as) licenciandos(as) desenvolvam propostas didáticas que contemplem a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, estimulando a elaboração de planos de aula, sequências didáticas e materiais educativos alinhados às determinações legais. Dessa forma, o curso não apenas cumpre a exigência normativa, mas assume uma postura formativa comprometida com a educação antirracista, com a valorização da diversidade e com a construção de uma escola democrática e inclusiva.

4.3 Políticas de Educação Ambiental

A Política de Educação Ambiental no Brasil fundamenta-se na Lei nº 9.795/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002, que institui a Política Nacional de Educação

Ambiental. Esse conjunto normativo constitui o arcabouço legal que orienta a inserção da temática ambiental na educação, estabelecendo que a Educação Ambiental deve ser compreendida como componente essencial e permanente do processo educativo, devendo estar presente de forma articulada, contínua e transversal em todos os níveis e modalidades de ensino.

No âmbito do estado do Maranhão, essa política é reforçada pela Resolução nº 63/2019 – CEE/MA, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental no sistema de ensino estadual. Esse dispositivo normativo orienta que a Educação Ambiental seja desenvolvida de forma permanente, interdisciplinar, contextualizada e transversal, devendo integrar os projetos pedagógicos das instituições de ensino em todos os níveis e modalidades. A resolução destaca ainda a necessidade de que os processos formativos promovam a compreensão crítica das relações entre sociedade, natureza, cultura e desenvolvimento, estimulando práticas educativas voltadas à sustentabilidade, à justiça socioambiental e à preservação dos bens naturais e culturais.

Essa perspectiva assume relevância ainda maior quando se considera a localização geográfica do estado do Maranhão, parte integrante da Amazônia Legal, território marcado por intensa biodiversidade e por complexos processos históricos de ocupação, exploração econômica e transformação ambiental. A região apresenta desafios significativos relacionados ao desmatamento, à expansão das fronteiras agropecuárias, aos conflitos fundiários, às mudanças climáticas e aos impactos socioambientais sobre populações tradicionais e comunidades locais. Nesse contexto, a Educação Ambiental assume papel estratégico na formação de profissionais da educação capazes de compreender criticamente essas dinâmicas e de promover práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade e à defesa do patrimônio natural e cultural da região.

Em consonância com esse marco legal e com as especificidades socioambientais do território em que se insere, o Curso de História – Licenciatura incorpora a Educação Ambiental como uma dimensão formativa integrada ao seu Projeto Pedagógico, assegurando a abordagem da temática tanto em componentes curriculares específicos quanto de forma transversal na matriz curricular. Nesse sentido, o curso contempla disciplinas que discutem as relações entre sociedade, natureza e processos históricos, possibilitando aos licenciandos compreenderem as transformações ambientais decorrentes das dinâmicas econômicas, sociais e culturais ao longo do tempo.

A temática da Educação Ambiental está presente no currículo do curso, especialmente em componentes curriculares como Educação e Meio Ambiente, integrante do Núcleo de Formação Geral, comum das Licenciaturas da universidade, bem como na disciplina eletiva

Meio Ambiente e Sustentabilidade. Ademais, sua presença também é assegurada por meio de conteúdos relacionados às questões socioambientais abordados em diversas disciplinas, entre as quais Ensino de História, História do Brasil e do Maranhão, História Regional e História e Cultura dos Povos Indígenas, nas quais se analisam processos históricos relacionados à ocupação do território, às políticas de exploração dos recursos naturais, aos conflitos socioambientais e às formas de resistência e organização de populações tradicionais.

No âmbito das atividades de pesquisa e extensão, o curso também estimula a realização de projetos que promovem o diálogo entre universidade, escola e comunidade, abordando temas como sustentabilidade, preservação ambiental, história ambiental e patrimônio natural. Essas iniciativas contribuem para a formação de professores capazes de desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com a consciência crítica, a responsabilidade socioambiental e a promoção de uma cultura de sustentabilidade, conforme preconizam as diretrizes nacionais e estaduais de Educação Ambiental.

Dessa forma, o curso reafirma seu compromisso com a formação de educadores que compreendam as relações históricas entre sociedade e natureza, especialmente no contexto amazônico maranhense, e que estejam preparados para desenvolver, no espaço escolar, práticas educativas voltadas à construção de uma cidadania ambiental crítica, participativa e sensível aos desafios climáticos e socioambientais contemporâneos.

4.4 Políticas de Inclusão e Acessibilidade

As condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no âmbito do curso fundamentam-se nos princípios constitucionais e nas normativas que asseguram o direito à educação inclusiva no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seus artigos 205, 206 e 208, que a educação é um direito de todos e deve ser garantida pelo Estado com base na igualdade de condições de acesso e permanência na escola, assegurando o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

No plano infraconstitucional, a promoção da acessibilidade é regulamentada por um conjunto de dispositivos legais que orientam a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais nas instituições de ensino. Entre esses marcos normativos destacam-se a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; o Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta essa legislação e dispõe sobre a adequação de espaços públicos e edificações; e o Decreto nº 6.949/2009, que incorpora ao ordenamento jurídico brasileiro a Convenção

Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reforçando o compromisso do país com a promoção de uma educação inclusiva. Complementarmente, o Decreto nº 7.611/2011 dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, enquanto a Lei nº 13.146/2015 consolida direitos voltados à inclusão social e educacional das pessoas com deficiência.

No que se refere às condições físicas e estruturais, a instituição observa os parâmetros técnicos estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2015, que define critérios para garantir acessibilidade em edificações, mobiliários e equipamentos, assegurando a circulação segura e autônoma de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Nesse sentido, os espaços acadêmicos contam com rampas de acesso, banheiros adaptados para cadeirantes, piso tátil para orientação de pessoas com deficiência visual, bem como sinalização em braile nas portas de salas de aula, laboratórios e departamentos. Além disso, as salas dispõem de cadeiras adaptadas e devidamente sinalizadas, contribuindo para garantir melhores condições de acessibilidade e autonomia aos estudantes cegos ou com baixa visão.

Em consonância com esse conjunto de dispositivos legais e normativos, a instituição desenvolve políticas e ações voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão educacional, considerando as especificidades do corpo discente do curso, que conta com estudantes com deficiência visual, incluindo casos de cegueira, bem como discentes com transtornos mentais. Nesse contexto, destacam-se as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Acessibilidade (NACE) e pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), instâncias institucionais responsáveis pelo acompanhamento e suporte aos estudantes.

O Núcleo de Acessibilidade (NACE) tem como objetivo promover a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais no ambiente universitário, garantindo condições adequadas de participação acadêmica aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida. Entre suas atribuições estão o acompanhamento das necessidades específicas dos discentes, a orientação aos docentes quanto à adoção de práticas pedagógicas acessíveis, a mediação na adaptação de materiais didáticos e o apoio à utilização de tecnologias assistivas, especialmente no caso de estudantes com deficiência visual. Dessa forma, o núcleo contribui para assegurar condições de acesso à informação e à aprendizagem, fortalecendo a autonomia e a permanência dos estudantes na universidade.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), por sua vez, atua no acompanhamento dos estudantes em relação às dificuldades de aprendizagem, às questões emocionais e aos desafios relacionados à vida acadêmica. O núcleo oferece suporte especializado por meio de atendimentos psicopedagógicos, orientação acadêmica e ações voltadas à promoção da saúde

mental e ao desenvolvimento de estratégias de estudo. No caso de estudantes que apresentam transtornos mentais ou outras demandas de natureza psicológica e pedagógica, o NAP realiza atividades de escuta, acompanhamento e encaminhamento, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais acolhedor e inclusivo.

Além dessas ações institucionais, a formação oferecida pelo curso também contempla componentes curriculares voltados à inclusão e à educação para a diversidade. Nesse sentido, o Núcleo Comum das Licenciaturas contempla disciplinas como Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Educação Especial e Inclusiva e Direitos Humanos, ofertadas nos termos da Resolução nº 391/2026 – CONSUN/UEMASUL, que regulamenta a organização curricular das licenciaturas na instituição. Essas disciplinas contribuem para a formação de professores sensíveis às demandas da educação inclusiva, preparados para atuar em contextos educacionais diversos e comprometidos com a promoção da equidade e do respeito às diferenças.

A atuação articulada dessas políticas institucionais reafirma o compromisso da universidade com a construção de um ambiente acadêmico acessível, inclusivo e socialmente responsável, assegurando condições de acesso, permanência e sucesso acadêmico para todos os estudantes.

4.5 Políticas de apoio ao discente.

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), incorporou, desde sua criação na sua organização administrativa (Lei nº 10.558/2017), diretrizes voltadas ao apoio e acompanhamento do corpo discente, reconhecendo a permanência estudantil como dimensão fundamental da política institucional.

Nos primeiros anos de funcionamento, a universidade estruturou ações voltadas à assistência estudantil, entre as quais se destacam o Programa Bolsa Permanência da UEMASUL, instituído pela Resolução nº 011/2017 – CONSUN/UEMASUL, e o Restaurante Popular e Universitário (RPU), implantado em 2017 por meio de convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES). Essas iniciativas expressam o entendimento institucional de que a democratização do ensino superior depende não apenas do acesso, mas também da criação de condições concretas de permanência e êxito acadêmico.

Nesse contexto, a política de atendimento ao estudante da UEMASUL busca identificar e atender às demandas acadêmicas, pedagógicas e sociais do corpo discente, por meio da elaboração de estudos e da implementação de programas alinhados ao planejamento acadêmico, financeiro e técnico da instituição. O objetivo é qualificar os processos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes, considerando as especificidades de uma universidade pública

de caráter regional.

Ao reconhecer a diversidade social e educacional de seu público, a UEMASUL tem orientado suas políticas de apoio discente para o enfrentamento das dificuldades que afetam a trajetória acadêmica de parte de seus estudantes, especialmente aquelas relacionadas a vulnerabilidades socioeconômicas e desafios no processo de escolarização. Dessa forma, busca-se fortalecer condições institucionais que contribuam para a equidade, a inclusão e a permanência qualificada no ensino superior.

Para atuar diretamente na assistência estudantil, a estrutura de apoio ao discente passou por um processo de reorganização institucional. Inicialmente, essa política era conduzida por uma Coordenadoria de Sustentabilidade e Integração Social, composta por divisões e setores vinculados à Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica (PROGESA).

Atualmente, a IES conta com a Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE), responsável por articular e coordenar as ações voltadas à extensão universitária e ao atendimento às demandas estudantis, estruturando-se da seguinte forma:

a) Coordenadoria de Sustentabilidade e Integração Social (CSIS) – integrada pela Divisão de Acesso e Permanência Estudantil (DAPE), Divisão de Extensão Universitária (DIVEXT), Divisão de Recreação e Desporto (DRD) e pelo Restaurante Universitário (RU);
b) Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Cidadania (CDRC);
c) Coordenadoria de Assistência à Saúde e Acessibilidade (CASA) - Divisão de Serviço Social e Médico (DSSM);
d) Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC) - Divisão de Etnologia e Divisão de Arqueologia.

Gerida pela Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE), a Política de Apoio aos Discentes, contempla, pois, os programas que seguem:

a) Programa de Tutoria para o Cursinho Popular;
b) Programa de Extensão Universitária (PIBEXT);
c) Programa Institucional de Bolsas de Permanência (PBP);
d) Programa Institucional de Bolsa MAIS IDH;
e) Restaurante Universitário (RU);
f) Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI).

Além dos programas supracitados, há outras ações que contribuem para o atendimento e apoio ao discente da UEMASUL, a saber:

a) Programa de Estágio Não Obrigatório (PROGESA);

b) Programa de Monitoria Acadêmica (PROGESA);
c) Programa de Iniciação Científica (PIBIC) (PROPGI);
d) Bolsa de Apoio Técnico Institucional (BATI) (PROPGI).

O Programa de Assistência Estudantil da UEMASUL constitui-se como um instrumento de democratização das condições de permanência dos discentes na educação superior. Está vinculado à Pró-reitora de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE) e pretende minimizar os impactos das desigualdades sociais e contribuir para a redução das taxas de evasão, contribuindo para a permanência do discente, a produção do conhecimento e a melhoria do desempenho acadêmico.

Dentre as políticas de apoio ao discente desenvolvidas pela PROEXAE, destaca-se aquelas que contemplam modalidades de auxílio fundamentadas em critérios socioeconômicos, dentre as quais se destacam:

I. **Programa de Auxílio Permanência- PAP:** Na UEMASUL, a tarefa de estímulo à permanência discente é realizada por meio de programas desenvolvidos pela PROEXAE por meio das Coordenadoria de Sustentabilidade e Integração Social e suas Divisões de Acesso e Permanência Estudantil, de Extensão, pela Coordenadoria de Assistência à Saúde e Acessibilidade (CASA), na Divisão de Serviço Social e Médico. Estes programas estão em conformidade com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), além do que está disposto na Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013, na Portaria nº 389/MEC, de 09 de maio de 2013, nas Resoluções N° 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, Nº 268/2023 - CONSUN/UEMASUL e Nº 346/2025 - CONSUN/UEMASUL, bem como as demais disposições legais aplicáveis; Como critérios gerais para concessão do benefício, o discente deverá estar regularmente matriculado em cursos regulares de graduação e estar em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Regulamentado pela Resoluções N° 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, Nº 268/2023 - CONSUN/UEMASUL e Nº 346/2025 - CONSUN/UEMASUL, que reajusta os valores dos Programas e Bolsas destinados aos discentes da UEMASUL. A Resolução n.º 169/2022 – CONSUN/UEMASUL ampliou o quantitativo de 210 (duzentas e dez) bolsas com vagas distribuídas para todos os campi, sendo 200 (duzentas) bolsas universais no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) e 10 (dez) para estudantes indígenas e quilombolas no valor de R$ 1.000,00 (mil reais). Em 2023, novamente, os valores do auxílio permanência se ampliaram, sendo para vagas universais R$ 775, 00 (setecentos e setenta e cinco reais) ao mês; e para alunos indígenas e quilombolas de R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais)/mês, com duração de 12 meses, onde Deverá participar novamente do processo seletivo, caso seja classificado receberá

novamente o auxílio, observado o prazo máximo para integralização curricular.

II. **Auxílio Creche -** Regulamentado pelas Resoluções n.º 276/2023, n.º 292/2024 e n.º 345/2025 – CONSUN/UEMASUL, o programa oferta, no exercício de 2026, 43 (quarenta e três) auxílios, com vagas distribuídas entre todos os *campi* da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Atualmente, cada auxílio corresponde ao valor mensal de R$ 500,00 (quinhentos reais), com duração de 12 meses, sendo facultada a participação do discente em novo processo seletivo, hipótese em que, se novamente classificado, poderá receber o benefício por novo período, observadas as normas vigentes. Entre os critérios mínimos para concessão do auxílio, além da comprovação de vulnerabilidade socioeconômica, exige-se que o discente possua filho com idade inferior a 6 (seis) anos.

III. **Auxílio Moradia:** regulamentado pelas Resoluções n.º 276/2023, n.º 292/2024 e n.º 345/2025 – CONSUN/UEMASUL, o auxílio é ofertado com 132 (cento e trinta e duas) vagas distribuídas entre todos os *campi* da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Atualmente, o benefício corresponde ao valor mensal de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), com duração de 12 meses. Para continuidade no recebimento, o discente deverá submeter-se a novo processo seletivo e, caso novamente classificado, poderá ser contemplado por novo período, conforme as normas vigentes. Entre os critérios mínimos para concessão do auxílio, exige-se que o estudante possua família residente em estado ou município distinto daquele em que se localiza o campus da UEMASUL no qual está matriculado, além de comprovar residência em imóvel alugado.

IV. **Auxílio Alimentação:** regulamentado pelas Resoluções n.º 276/2023, n.º 292/2024 e n.º 345/2025 – CONSUN/UEMASUL, o auxílio é ofertado com 248 vagas distribuídas entre os *campi* da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, contemplando, especificamente, os campi que não dispõem de restaurante universitário, a exemplo de Açailândia e Estreito. Atualmente, o benefício corresponde ao valor mensal de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), com duração de 12 meses. Para continuidade no recebimento, o discente deverá participar de novo processo seletivo e, caso novamente classificado, poderá ser contemplado por novo período, conforme os critérios estabelecidos nas normativas vigentes. Entre os requisitos mínimos para concessão do auxílio, exige-se que o estudante esteja regularmente matriculado em campus que não disponha de restaurante universitário.

V. **Auxílio Refeição**: regulamentado pelas Resoluções n.º 276/2023, n.º 292/2024 e n.º 345/2025 – CONSUN/UEMASUL, o auxílio é ofertado com 349 (trezentos e quarenta e nove) vagas destinadas ao campus da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão em Imperatriz. Atualmente, o benefício corresponde ao valor mensal de R$ 240,00 (duzentos e

quarenta reais), com duração de 12 meses.Para continuidade no recebimento, o discente deverá participar de novo processo seletivo e, caso novamente classificado, poderá ser contemplado por novo período, observadas as disposições normativas vigentes. Entre os critérios mínimos para concessão do auxílio, exige-se que o estudante esteja regularmente matriculado em curso presencial de graduação no campus que disponha de Restaurante Popular e/ou Restaurante Universitário.

VI. **Auxílio Transporte**: regulamentado pelas Resoluções n.º 276/2023, n.º 292/2024 e n.º 345/2025 – CONSUN/UEMASUL, o auxílio é ofertado com 250 (duzentas e cinquenta) vagas distribuídas entre os campi da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Atualmente, o benefício corresponde ao valor mensal de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), com duração de 12 meses. Para continuidade no recebimento, o discente deverá participar de novo processo seletivo e, caso novamente classificado, poderá ser contemplado por novo período, conforme os critérios estabelecidos nas normativas vigentes. Entre os requisitos mínimos para concessão do auxílio, exige-se que o estudante esteja regularmente matriculado em curso presencial de graduação em um dos *campi* da UEMASUL e comprove residência situada a, no mínimo, 2 km de distância do campus ou Centro de Ciências em que realiza sua graduação

Tabela 2 - Auxílios concedidos aos discentes e cotas.

Resolução CONSUN nº	**Bolsa**	**Quotas**
268/2023, 276/2023 e 345/2025	Auxílio Permanência	R$ 775/ R$ 1550,00
276/2023, 292/2024 e 345/2025	Auxílio Creche	R$ 500
276/2023, 292/2024 e 345/2025	Auxílio Moradia	R$ 360
276/2023, 292/2024 e 345/2025	Auxílio Alimentação	R$ 360
276/2023, 292/2024 e 345/2025	Auxílio Refeição	R$ 240
276/2023, 292/2024 e 345/2025	Auxílio Transporte	R$ 360

Fonte: PROEXAE

VII. Restaurante Universitário: O *campus* de Imperatriz dispõe de um Restaurante Popular Universitário (RPU), oriundo de parceria regulamentada pelo Termo de Cooperação Técnica nº 02/2017 – SEDES, Processo nº 186732/2017 – SEDES, celebrado entre a SEDES do Governo do Estado e a UEMASUL. Oferece 400 refeições diárias, atendendo os discentes e técnicos administrativos. Destarte, as obras do Restaurante Universitário, do campus Imperatriz, iniciaram em maio de 2023 e ainda estão em processo de construção a depender do Estado, essa obra aumentará o número de refeições e qualidade do alimento ofertado, logo após sua finalização. Os demais campi também são atendidos por meio dessa parceria com a SEDES.

VIII - Programa de Gratuidade de Alimentação no RPU: Conforme estabelecido na Resolução n.º 223/2023 – CONSUN/UEMASUL, foi instituído e regulamentado o Programa de Gratuidade de Alimentação no Restaurante Popular Universitário (RPU), no âmbito da UEMASUL, *campus* de Imperatriz. O programa disponibiliza, anualmente, 40 (quarenta) vagas para a gratuidade da alimentação no RPU, das quais 35 (trinta e cinco) são destinadas ao público em geral (não cotistas) e 5 (cinco) reservadas a estudantes com deficiência, indígenas e quilombolas. Os discentes contemplados serão beneficiados com acesso gratuito às refeições no RPU, durante um ciclo de vigência de 12 (doze) meses.

IX- Auxílio para a apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos: Este auxílio é regulamentado pelas Resoluções n.º 267/2023 e n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL e constitui-se como uma iniciativa que permite ao estudante a divulgação do seu trabalho dentro e fora do país, visando a melhoria no seu desempenho acadêmico, sendo de grande importância por articular o ensino, a pesquisa e a extensão. O valor é de R$ 600,00 (seiscentos e noventa reais) para a apresentação de trabalhos em eventos dentro do Estado do Maranhão, R$ 950,00 aprovado em resolução de CONSUN/UEMASUL.

4.5.1 Acolhimento e integração acadêmica

A UEMASUL compreende a importância de acolher seus acadêmicos, proporcionando uma experiência inovadora desde o primeiro contato deste com a academia. Para tanto, desenvolve a Semana de Integração Acadêmica, com programações que objetivam recepcionar os estudantes recém-chegados à Instituição, bem como apresentá-los às normas acadêmicas e aos programas de assistência estudantil, por exemplo. Paralelamente à Semana de Integração, o curso de História busca organizar mesas redondas e palestras visando apresentar aos estudantes iniciantes o mercado de trabalho, bem como atualizá-los quanto às tendências relacionadas ao exercício profissional em constante modernização.

4.5.3 Atuação do Núcleo Psicopedagógico

Para implementar a política de inclusão e corresponder a uma exigência do Ministério da Educação e Cultura, a UEMASUL criou em sua estrutura o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP).

O Núcleo é regido por um projeto próprio e deve ser composto por uma coordenação e por profissionais das áreas da Pedagogia, Psicopedagogia, Psicologia e Assistência Social. Tem como objetivo, assistir o corpo discente e docente da Universidade, nos aspectos pedagógicos e políticos. Ainda na perspectiva da inclusão, a UEMASUL criou em sua estrutura o Núcleo de Acessibilidade Educacional (NACE), cujo objetivo é dar o suporte educacional aos estudantes com deficiência. Na construção de uma Universidade cada vez mais inclusiva, são propostas diretrizes que orientam a UEMASUL a avançar na garantia de igualdade de oportunidades para esse público.

4.5.3.1 Atendimento de pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista.

O Curso de História do CCHSL, atende ao disposto na Lei n.° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que protege os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A política de inclusão de alunos com transtorno do espectro autista é desenvolvida em todos os tripés que caracterizam um curso ofertado por uma universidade que são o ensino-pesquisa-extensão, mediante ações educativas, realização de pesquisas acadêmicas, palestras informativas, desenvolvimento de mecanismos facilitadores de aprendizagem, entre outros. Essas ações serão desenvolvidas com base nas principais dificuldades apresentadas pela pessoa com transtorno de espectro autista e em suas características. A saber:

- Acadêmicas: limitações ou alterações na maneira como pessoas com autismo respondem aos estímulos, apresentando tendência a prestar atenção em detalhes, dificultando o estabelecimento de relações entre as partes e o todo. Outras características são a rigidez dos pensamentos e pouca flexibilidade no raciocínio, demonstrada pela dificuldade que autistas apresentam em criar coisas novas, fazer um raciocínio inverso, dar sentido além do literal, associar palavras ao seu significado, compreender a linguagem falada e generalizar a aprendizagem;
- Interações sociais: são inábeis em entender regras complexas de interação social; parecem ingênuos, podem não gostar de contatos físicos, dificuldade em manter contato visual, não entendem brincadeiras, ironias ou metáforas, pouca habilidade para iniciar e manter conversações, comunicação deficiente;

- Interesse restrito: tendem a ‘leitura’ implacável nas áreas de interesse e perguntam insistentemente sobre os mesmos; dificuldade para avançar nas ideias; seguem suas próprias inclinações; às vezes, recusam-se a aprender qualquer coisa fora de seu campo de interesse;

É importante ressaltar que os Transtornos do Espectro Autista (TEA) apresentam uma ampla gama de severidade e prejuízos, ou seja, há uma grande heterogeneidade na apresentação fenotípica do TEA, tanto com relação à configuração e severidade dos sintomas comportamentais, tornando imperativo uma avaliação e acompanhamento específico de cada caso, antes do planejamento das ações a serem adotadas para cada aluno.

É premente a implementação de ações que demonstrem que o Curso de História esteja atuando para a evolução na educação inclusiva na educação superior. Dessa forma, a UEMASUL, pretende promover a democratização do ensino e destacar, neste caso específico, ações de inclusão do aluno portador do transtorno do espectro autista, a realização de algumas ações, tais como:

- Realizar palestras educativas acerca do tema tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral;
- Intensificar palestras, oficinas, capacitações que adotem a temática da convivência, do respeito, da diversidade entre pessoas com e sem autismo;
- Favorecer a cooperação e envolvimento entre os alunos e demais profissionais da instituição;
- Mostrar à comunidade acadêmica as dificuldades sofridas pelos TEAS e, também, destacar as potencialidades dos alunos portadores de autismo;
- Estimular a aceitação da diversidade, evitando comportamentos preconceituosos comumente percebidos na sociedade;
- Desenvolver possibilidades de interação, socialização e construção do conhecimento, para favorecer a aprendizagem e a construção da autonomia de pessoas com autismo na realização de atividades acadêmicas;
- Fomentar projetos de pesquisa que visem investigar a acessibilidade do aluno com autismo na Educação Superior;

Para efetivação das ações pedagógicas de inclusão de alunos portadores de autismo, o curso conta com o apoio do Núcleo de Atendimento aos Psicopedagógico-NAP e o Núcleo de Acessibilidade - NACE, que em parceria com a coordenação de curso, irá desenvolvendo estratégias para o desenvolvimento dos portadores de TEA, como também atendendo aos demais alunos do curso, que necessitam deste atendimento.

4.5.4 Estágios não Obrigatórios Remunerados

O Estágio Não Obrigatório, segundo a Lei nº 11.788/2008, em seu art. 2º, § 2º, "é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória". Reitera-se que o estágio pode ser obrigatório ou não obrigatório, sendo importante destacar que o estágio não obrigatório não substitui o estágio curricular obrigatório previsto no Projeto Pedagógico do Curso, o qual constitui componente formativo indispensável à integralização curricular.

A UEMASUL regulamentou o estágio não obrigatório por meio da Resolução nº 060/2018 – CONSUN/UEMASUL, em consonância com a Lei nº 9.394/1996 e com a própria Lei nº 11.788/2008. Conforme dispõe o art. 1º da referida resolução, o estágio não obrigatório constitui "um ato de natureza educativa que visa à preparação para o mundo do trabalho, oferecido a discentes regularmente matriculados em curso superior de Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada".

De acordo com a normativa institucional, o estágio não obrigatório pode ser realizado quando surgirem oportunidades em instituições conveniadas, desde que as atividades desenvolvidas sejam compatíveis com a área de formação do estudante. Nessa perspectiva, essa modalidade de estágio assume caráter complementar à formação acadêmica, contribuindo para o fortalecimento e a ampliação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, além de possibilitar vivências práticas relacionadas ao campo profissional. Contudo, por sua natureza facultativa e complementar, não substitui nem dispensa o cumprimento do estágio curricular obrigatório, componente previsto na estrutura formativa do curso.

4.5.5 Monitoria

A Monitoria constitui uma modalidade de atuação discente voltada ao fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação, destinada a estudantes regularmente matriculados. Seu objetivo central é estimular o interesse pela docência, por meio da participação em atividades relacionadas à organização e ao desenvolvimento das disciplinas, proporcionando ao estudante experiências formativas no campo das práticas didáticas e do trabalho pedagógico no ensino superior.

Como procedimento pedagógico, a monitoria tem se mostrado um importante instrumento de apoio ao processo educativo, na medida em que articula as dimensões política, técnica e humana da prática pedagógica, conforme destaca Vera Maria Candau (1986). Nesse sentido, constitui um espaço de aprendizagem colaborativa, realizado por estudantes e para

estudantes, no qual o monitor auxilia o docente nas atividades acadêmicas e contribui para o aprofundamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Na UEMASUL, a monitoria possui respaldo normativo na Resolução nº 062/2018 – CONSUN/UEMASUL e na Lei nº 9.394/1996. A regulamentação institucional estabelece a concessão de monitoria em disciplinas dos cursos de graduação nas modalidades monitoria com bolsa e monitoria voluntária, destinadas a discentes regularmente matriculados na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão.

De acordo com o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UEMASUL, instituído pela Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, em seus artigos 72 e 73, os estudantes a partir do 3º (terceiro) período podem candidatar-se às vagas de monitoria por meio de processo seletivo específico. A atividade é desenvolvida sem vínculo empregatício, sob orientação de um professor responsável pela disciplina, com quem o monitor planeja e executa atividades teórico-práticas relacionadas ao processo de ensino.

No âmbito do Curso de História do CCHSL/UEMASUL, a monitoria constitui uma atividade bastante procurada pelos estudantes, seja na modalidade bolsista, seja na modalidade voluntária, configurando-se como uma importante experiência de formação acadêmica e pedagógica. A participação discente nesse programa tem contribuído significativamente para o fortalecimento da formação docente e para o aprimoramento das práticas de ensino no curso. Entre os principais objetivos da monitoria no curso de História, destacam-se:

a) envolver o discente em atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e competências pedagógicas, qualificando-o para o exercício da docência;

b) intensificar o processo formativo por meio da participação do estudante em diferentes etapas do fazer docente, como planejamento, acompanhamento de atividades e apoio ao ensino;

c) contribuir para a consolidação de conhecimentos didático-pedagógicos, fundamentais para a formação do futuro professor de História.

Nesse contexto, o curso incentiva continuamente a participação dos estudantes nos editais institucionais de monitoria, amplamente divulgados a cada semestre letivo. Essa experiência, além de fortalecer a formação acadêmica, constitui um diferencial na trajetória profissional dos estudantes, ao ampliar sua vivência teórico-prática no campo da docência. Em média, a cada semestre, a Divisão de Estágio e Monitoria da UEMASUL disponibiliza entre duas e três bolsas de monitoria destinadas a atender disciplinas do curso de História, além das vagas na modalidade voluntária, que ampliam as oportunidades de participação discente nesse programa.

4.5.6 Representação Estudantil

De acordo com o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UEMASUL, instituído pela Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, em seu art. 79, o corpo discente da Universidade é constituído por todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos ofertados pela instituição. Esse conjunto abrange alunos vinculados aos cursos de graduação e de pós-graduação, tanto lato sensu quanto stricto sensu, os quais devem cumprir os requisitos acadêmicos estabelecidos para a integralização curricular e a obtenção dos respectivos diplomas.

O mesmo regimento, em seu art. 80, estabelece que a representação estudantil se organiza por meio de entidades próprias, reconhecendo como órgãos representativos o Diretório Central dos Estudantes (DCE), os Diretórios Acadêmicos (DA) e os Centros Acadêmicos (CA), cujas formas de organização e competências são definidas em seus respectivos regimentos internos. A normativa também prevê que a existência dessas entidades não impede a criação de outras formas de organização estudantil, ampliando os espaços de participação discente na vida universitária.

Além disso, a universidade assegura a participação das representações estudantis nos espaços colegiados de deliberação institucional, garantindo a presença de discentes em instâncias como os Colegiados de Curso e os Conselhos de Centro. Essa participação fortalece os princípios da gestão democrática e amplia as possibilidades de diálogo entre estudantes, docentes e gestores, permitindo que as demandas do corpo discente sejam consideradas nos processos de tomada de decisão acadêmica e administrativa.

Nesse sentido, a representação estudantil constitui um elemento fundamental para o protagonismo dos estudantes na vida universitária. Por meio dessas instâncias organizativas e da participação nos colegiados institucionais, os discentes contribuem para o debate e o aprimoramento das políticas acadêmicas, fortalecendo uma cultura institucional baseada na participação democrática, na corresponsabilidade e na construção coletiva da universidade pública.

4.5.7 Ligas acadêmicas e grupos de estudos

As Ligas Acadêmicas na UEMASUL são regulamentadas pela Resolução nº 153/2021 – CONSUN/UEMASUL. Sua participação é facultativa e constitui uma atividade de caráter formativo, científico e extensionista, organizada em torno de temáticas específicas relacionadas às áreas de formação dos cursos de graduação.

As ligas configuram-se como importantes espaços de aprendizagem complementar, nos quais os estudantes podem aprofundar conhecimentos, desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão, bem como promover ações voltadas ao diálogo entre universidade e sociedade. Nesse ambiente, os discentes exercem de forma significativa autonomia e protagonismo estudantil, participando ativamente da organização de eventos acadêmicos, da realização de atividades formativas, de experiências práticas e de iniciativas de intervenção junto à comunidade.

Além de ampliar as oportunidades de formação acadêmica, as ligas acadêmicas contribuem para o desenvolvimento de competências científicas, organizacionais e de trabalho coletivo, estimulando a iniciativa, a liderança e o compromisso social dos estudantes. Dessa forma, constituem-se em espaços privilegiados de formação crítica e de articulação entre conhecimento acadêmico e demandas sociais, fortalecendo o papel da universidade pública na produção e na socialização do conhecimento.

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

A organização didático-pedagógica do Curso de História fundamenta-se em princípios formativos que articulam, de maneira orgânica e indissociável, ensino, pesquisa e extensão, concebidos como dimensões estruturantes e complementares do processo formativo. Esses princípios orientam a formação de docentes e pesquisadores comprometidos não apenas com a produção rigorosa do conhecimento histórico, mas também com uma atuação intelectual e profissional pautada pela criticidade, pela reflexividade e pelo compromisso social.

Sob essa orientação, o curso estrutura-se de modo consistente, visando assegurar uma formação sólida, coerente e teoricamente fundamentada no campo da História e de seu ensino. Nessa direção, promove a integração entre o domínio aprofundado dos conteúdos historiográficos — em suas múltiplas matrizes teóricas, epistemológicas e metodológicas — e o desenvolvimento de práticas pedagógicas qualificadas, críticas e contextualizadas.

A matriz curricular organiza-se em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, configurando-se de forma integrada e articulada em diferentes eixos formativos: formação geral, formação específica, práticas pedagógicas, estágios curriculares supervisionados e atividades de extensão. Essa configuração ultrapassa uma disposição meramente técnica de componentes curriculares, ao expressar uma concepção que compreende o conhecimento como construção histórica, socialmente situada e pedagogicamente mediada.

Nessa perspectiva, a estrutura curricular ancora-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entendido como fundamento epistemológico e metodológico da formação acadêmica. Busca-se, desse modo, proporcionar ao estudante uma formação crítica, contextualizada e intelectualmente rigorosa, capaz de articular o domínio do saber historiográfico à reflexão sobre os processos de ensino e aprendizagem, considerando tanto os desafios contemporâneos da educação quanto às especificidades socioculturais do contexto regional em que o curso se insere.

A proposta formativa do curso privilegia a construção progressiva de competências e habilidades docentes, compreendidas não apenas como domínio técnico, mas como capacidade de análise, problematização e intervenção na realidade educacional. Tal formação concretiza-se por meio da inserção contínua do estudante em diferentes espaços e experiências ao longo de sua trajetória acadêmica, incluindo estágios supervisionados, práticas como componente curricular, participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão, bem como outras atividades que favorecem a articulação entre teoria e prática.

Desse modo, o curso orienta-se para a formação de profissionais capazes de compreender, interpretar e intervir nos processos educativos e sociais, com autonomia intelectual, compromisso ético e responsabilidade social. Paralelamente, contribui para a qualificação do ensino de História na educação básica e para o fortalecimento da produção historiográfica, reafirmando o papel da universidade pública na promoção de uma educação crítica e socialmente comprometida.

Dessa forma, a proposta didático-pedagógica busca promover uma formação ampla, interdisciplinar e teoricamente consistente. Pretende, com isso, possibilitar ao estudante a apreensão dos processos históricos em suas múltiplas dimensões — sociais, culturais, políticas e econômicas. Além disso, visa ao desenvolvimento de competências para uma atuação crítica, ética e transformadora, tanto no campo educacional quanto em diferentes espaços de produção e difusão do conhecimento histórico.

5.1 Objetivos do curso

5.1.1 Objetivo Geral

Formar professores-pesquisadores para atuarem em diversas áreas e níveis do ensino de História, a partir de uma visão ampla das problemáticas educacionais e históricas, com foco tanto no geral quanto no regional, num diálogo interdisciplinar permanente com os diversos campos das ciências sociais e humanas.

5.1.2 Objetivo Específicos

- Promover a formação do professor de História em articulação entre ensino, pesquisa e extensão, elementos indissociáveis na formação para a docência, estimulando a integração entre teoria e prática e o desenvolvimento de projetos acadêmicos e sociais.
- Formar um profissional de História humanista, crítico e reflexivo, capaz de analisar e compreender os problemas sociais, culturais, políticos e econômicos do seu meio, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade sociocultural e econômica regional e global, conduzindo sua atuação para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.
- Estimular a criação e implementação de projetos voltados para a iniciação à docência no ensino de História, promovendo o desenvolvimento de competências pedagógicas, habilidades de planejamento, avaliação e inovação metodológica.
- Propiciar a articulação de conteúdos que permitam a visão interdisciplinar e

intercultural, estabelecendo diálogos com as diversas áreas das ciências sociais e humanas, incentivando o pensamento crítico, a análise comparativa e a construção de perspectivas contextualizadas e contemporâneas.

- Construir perspectivas práticas e teóricas para o estudo e produção do conhecimento de História Regional, valorizando a memória local, o patrimônio cultural, a identidade regional e a diversidade histórica, fortalecendo a atuação do professor na mediação entre a história local e as narrativas globais.
- Refletir e valorizar a educação inclusiva, estimulando o respeito às diferenças, o reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, religiosa, de gênero, de faixa etária e das pessoas com deficiência, promovendo práticas pedagógicas sensíveis às especificidades culturais e sociais dos estudantes.
- Integrar Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem, capacitando o egresso para desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, interativas e conectadas às demandas contemporâneas da educação e da sociedade digital.
- Incentivar a produção científica, a pesquisa aplicada e a difusão do conhecimento histórico em diferentes espaços acadêmicos e sociais, incluindo escolas, museus, arquivos e projetos culturais, promovendo a democratização do acesso à informação e à cultura histórica.
- Formar docentes com capacidade de atuação em múltiplos contextos educacionais, incluindo áreas rurais, indígenas, quilombolas e Educação de Jovens e Adultos, articulando estratégias pedagógicas contextualizadas, inclusivas e culturalmente sensíveis.

5.1.1 Alinhamento dos objetivos do curso com o perfil do egresso.

Quadro 8 - Compreensões do perfil de egresso correspondentes ao objetivo do curso

OBJETIVO GERAL DO CURSO	Compreensões DO PERFIL DO EGRESSO CORRESPONDENTES AO OBJETIVO.
	1. **Sujeito intelectual crítico, autônomo e investigativo**, com sólida formação teórico-metodológica no campo da História, capaz de compreender a produção do conhecimento histórico como construção social, situada e permeada por diferentes correntes historiográficas, operando com rigor analítico e consciência

Formar professores-pesquisadores para atuarem em diversas áreas e níveis do ensino de História, a partir de uma visão ampla das problemáticas educacionais e históricas, com foco tanto no geral quanto no regional, num diálogo interdisciplinar permanente com os diversos campos das ciências sociais e humanas.	epistemológica. 2. **Professor de História com domínio integrado dos saberes específicos e pedagógicos**, apto a articular conteúdos historiográficos, metodologias de ensino e diretrizes curriculares, desenvolvendo práticas educativas críticas, contextualizadas e socialmente referenciadas na Educação Básica. 3. **Profissional que compreende a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão,** atuando de forma integrada nessas dimensões como princípio estruturante da prática docente e da produção do conhecimento, com capacidade de elaboração e execução de projetos acadêmicos e educativos. 4. **Agente formativo comprometido com a leitura crítica da realidade social,** capaz de analisar e problematizar processos históricos, relações de poder, desigualdades e dinâmicas socioculturais, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e participativos. 5. **Intelectual comprometido com as especificidades regionais**, apto a investigar, valorizar e difundir a história local e regional, atuando na construção e preservação das memórias sociais, identidades coletivas e patrimônios culturais, em diálogo com perspectivas globais. 6. **Educador interdisciplinar, capaz de estabelecer interfaces entre a História e outros campos das ciências humanas e sociais,** compreendendo a complexidade dos fenômenos históricos em suas múltiplas dimensões (sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais). 7. **Profissional ético, humanista e socialmente responsável**, comprometido com os princípios da educação inclusiva, da diversidade, da equidade e dos direitos humanos, atuando de forma sensível às diferenças étnico-raciais, de gênero, geracionais, religiosas e às necessidades educacionais específicas. 8. **Docente apto a atuar em diferentes contextos educacionais**, incluindo educação do campo, indígena, quilombola

	e Educação de Jovens e Adultos, desenvolvendo práticas pedagógicas contextualizadas, inclusivas e culturalmente sensíveis. 9. **Sujeito com autonomia intelectual e postura investigativa** permanente, orientado pela formação continuada e pela constante atualização frente às transformações do campo historiográfico, educacional e tecnológico. 10. **Profissional com domínio de diferentes linguagens, fontes e metodologias de análise histórica**, capaz de trabalhar criticamente com documentos escritos, orais, visuais, materiais e digitais, compreendendo seus contextos de produção e usos sociais. 11. **Docente que incorpora Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e metodologias ativas ao ensino de História,** promovendo práticas inovadoras, interativas e alinhadas às demandas contemporâneas da educação. 12. **Capaz de planejar, executar e avaliar práticas pedagógicas,** com base em referenciais teóricos consistentes, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na educação básica. 13. **Produtor e difusor de conhecimento histórico**, apto a desenvolver pesquisas, elaborar trabalhos acadêmicos, materiais didáticos e participar de espaços de socialização científica. 14. **Mediador cultural,** com capacidade de atuação em espaços formais e não formais de educação, como museus, arquivos, centros culturais e projetos de educação patrimonial, contribuindo para a democratização do conhecimento histórico. 15. **Educador comprometido com a formação do pensamento histórico**, promovendo nos estudantes habilidades como análise crítica, compreensão da temporalidade, das relações de causalidade, da empatia histórica e da construção de narrativas fundamentadas.

Elaborado pelo NDE, 2026

Quadro 9 - Competências do perfil do egresso em relação aos objetivos específicos do curso

Objetivo Específico	Competências do Perfil do Egresso Correspondentes
Promover a formação do professor de História em articulação entre ensino, pesquisa e extensão, elementos indissociáveis na formação para a docência, estimulando a integração entre teoria e prática e o desenvolvimento de projetos acadêmicos e sociais.	3 – Compreende a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 12 – Planeja, executa e avalia práticas pedagógicas; 13 – Produtor de conhecimento histórico; 14 – Mediador cultural
Formar um profissional de História humanista, crítico e reflexivo, capaz de analisar e compreender os problemas sociais, culturais, políticos e econômicos do seu meio, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade sociocultural e econômica regional e global, conduzindo sua atuação para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva	1 – Sujeito crítico, autônomo e investigativo; 4 – Análise crítica da realidade social; 7 – Profissional ético, humanista e socialmente responsável; 15 – Educador comprometido com o pensamento histórico
Estimular a criação e implementação de projetos voltados para a iniciação à docência no ensino de História, promovendo o desenvolvimento de competências pedagógicas, habilidades de planejamento, avaliação e inovação metodológicas.	12 – Planejamento, execução e avaliação de práticas pedagógicas; 4 – Leitura crítica da realidade social; 15 – formação do pensamento histórico; 11 – Uso de TICs e metodologias ativas.
Propiciar a articulação de conteúdos que permitam a visão interdisciplinar e intercultural, estabelecendo diálogos com as diversas áreas das ciências sociais e humanas, incentivando o pensamento crítico, a análise comparativa e a construção de perspectivas contextualizadas e contemporâneas.	2 – Domínio integrado de saberes; 6 – Educador interdisciplinar; 10 – Domínio de diferentes linguagens, fontes e metodologias; 15 – Formação do pensamento histórico
Construir perspectivas práticas e teóricas para o estudo e produção do conhecimento de História Regional, valorizando a memória local, o patrimônio cultural, a identidade regional e a diversidade histórica, fortalecendo a atuação do professor na mediação entre a história local e as narrativas globais.	5 – Compromisso com especificidades regionais; 13 – Produtor e difusor de conhecimento histórico; 14 – Mediador cultura
Refletir e valorizar a educação inclusiva, estimulando o respeito às diferenças, o reconhecimento e valorização da diversidade	7 – Ético, humanista e socialmente responsável; 8 – Docente apto a atuar em diferentes

étnico-racial, religiosa, de gênero, de faixa etária e das pessoas com deficiência, promovendo práticas pedagógicas sensíveis às especificidades culturais e sociais dos estudantes.	contextos educacionais; 15 – Formação do pensamento histórico
Integrar Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem, capacitando o egresso para desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, interativas e conectadas às demandas contemporâneas da educação e da sociedade digital.	11 – Domínio de TICs e metodologias ativas; 12 – Planejamento, execução e avaliação de práticas pedagógicas; 10 – Domínio de diferentes linguagens e metodologias
Incentivar a produção científica, a pesquisa aplicada e a difusão do conhecimento histórico em diferentes espaços acadêmicos e sociais, incluindo escolas, museus, arquivos e projetos culturais, promovendo a democratização do acesso à informação e à cultura histórica.	13 – Produtor e difusor de conhecimento histórico; 14 – Mediador cultural; 1 – Sujeito crítico e investigativo
Formar docentes com capacidade de atuação em múltiplos contextos educacionais, incluindo áreas rurais, indígenas, quilombolas e Educação de Jovens e Adultos, articulando estratégias pedagógicas contextualizadas, inclusivas e culturalmente sensíveis.	8 – Docente em diferentes contextos; 7 – Ético, humanista e socialmente responsável; 15 – Formação do pensamento histórico; 5 – Compromisso com especificidades regionais

Elaborado pelo NDE, 2026

Quadro 10 - Códigos e Temas relacionados às Competências do Perfil do Egresso

Objetivos Específico	Competências do Perfil do Egresso	Códigos/Temas
1. Formação em articulação ensino, pesquisa e extensão	3 – Compreende indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão; 13 – Produtor de conhecimento histórico; 14 – Mediador cultural	Ensino-Pesquisa-Extensão
2.Profissionais humanistas, críticos e reflexivos	1 – Sujeito crítico e investigativo; 4 – Leitura crítica da realidade social; 7 – Ético, humanista e socialmente responsável; 15 – Formação do pensamento histórico	Ética e Criticidade
3. Projetos de iniciação à docência	4 – Leitura crítica da realidade social; 12 – Planejamento e avaliação de práticas pedagógicas; 15 – Formação do pensamento histórico	Prática Pedagógica
4. Articulação interdisciplinar e intercultural	2 – Domínio integrado dos saberes; 6 – Educador interdisciplinar; 10 – Domínio de diferentes linguagens e metodologias	Interdisciplinaridade
5. Perspectivas teóricas e	5 – Compromisso com especificidades regionais;	Regionalidade e

Objetivos Específico	Competências do Perfil do Egresso	Códigos/Temas
práticas em História Regional	13 – Produtor de conhecimento histórico; 14 – Mediador cultural	Patrimônio
6. Educação inclusiva e valorização da diversidade	7 – Ético e socialmente responsável; 8 – Docente em diferentes contextos	Inclusão e Diversidade
7. Integração de TICs e metodologias ativas	11 – Uso de TICs e metodologias ativas; 12 – Planejamento e avaliação; 15 – Formação do pensamento histórico	Inovação e Tecnologias
8. Desenvolvimento de pesquisa e produção acadêmica	13 – Produtor e difusor de conhecimento histórico; 12 – Planejamento e avaliação; 10 – Domínio de diferentes linguagens e metodologias	Pesquisa e Produção
9. Mediação cultural em espaços formais e não formais	14 – Mediador cultural; 5 – Compromisso com especificidades regionais; 13 – Produtor de conhecimento histórico	Mediação Cultural

Elaborado pelo NDE, 2026

5.1.2. Articulação dos objetivos do curso ao atendimento às características locais e regionais.

Inserido em um contexto dinâmico e marcado por múltiplas realidades sociais, culturais e econômicas, o curso de História Licenciatura do CCHSL se estrutura a partir de um compromisso efetivo com o território em que está situado. Mais do que formar profissionais, propõe-se a dialogar com as demandas locais e regionais, reconhecendo desafios, potencialidades e saberes que emergem desse cenário. Nesse sentido, o curso está comprometido com as realidades locais e regionais, e seus objetivos encontram-se plenamente alinhados a essas especificidades, buscando contribuir de forma concreta para a valorização da memória, da identidade e do patrimônio cultural regional, além da formação de professores críticos, reflexivos e socialmente engajados.

Os objetivos do curso, ao articularem teoria e prática, vão ao encontro das características específicas do território, partindo do reconhecimento das necessidades apontadas na justificativa desse projeto. Dessa forma, os objetivos são delineados de maneira a promover não apenas a qualificação profissional, mas também o fortalecimento das potencialidades da região. Destacam-se, portanto, como objetivos do curso voltados à articulação com a realidade regional:

- Formar um profissional de História humanista, crítico e reflexivo, capaz de analisar e compreender os problemas sociais, culturais, políticos e econômicos do seu meio, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade sociocultural e econômica regional e global, conduzindo sua atuação para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

- Propiciar a articulação de conteúdos que permitam a visão interdisciplinar e intercultural, estabelecendo diálogos com as diversas áreas das ciências sociais e humanas, incentivando o pensamento crítico, a análise comparativa e a construção de perspectivas contextualizadas e contemporâneas.
- Construir perspectivas práticas e teóricas para o estudo e produção do conhecimento de História Regional, valorizando a memória local, o patrimônio cultural, a identidade regional e a diversidade histórica, fortalecendo a atuação do professor na mediação entre a história local e as narrativas globais.
- Refletir e valorizar a educação inclusiva, estimulando o respeito às diferenças, o reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, religiosa, de gênero, de faixa etária e das pessoas com deficiência, promovendo práticas pedagógicas sensíveis às especificidades culturais e sociais dos estudantes.

Nessa perspectiva, delineamos compromissos que se articulam com os objetivos do curso e contribuem para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e engajados com a realidade local e regional, capazes de:

- Reconhecer e valorizar saberes e práticas locais, integrando conhecimentos tradicionais e científicos no processo formativo.
- Promover a formação cidadã, estimulando o compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população local.
- Fomentar soluções que contribuam para o fortalecimento cultural da região.
- Estimular a pesquisa e a extensão voltadas para problemas e potencialidades da região, aproximando o curso da comunidade.

Assim, os objetivos do curso refletem, de maneira concreta, as necessidades e especificidades do contexto regional, assegurando a relevância social da formação oferecida, a qualificação de professores de História e seu impacto positivo na realidade local e regional.

5.2 Perfil do Egresso

O egresso do Curso de História – Licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) é formado para atuar prioritariamente na docência na Educação Básica, bem como em atividades de pesquisa, produção e difusão do conhecimento histórico e em iniciativas voltadas à preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural. Sua formação baseia-se em uma sólida preparação teórica, metodológica e pedagógica no campo da História, articulada às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, princípios estruturantes da formação universitária.

O perfil profissional do egresso do curso de História da UEMASUL está em consonância com a Lei nº 9.394/1996 e com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 4/2026, que orientam a formação docente em nível superior no Brasil e na Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História. Nesse sentido, o curso busca desenvolver competências que integrem domínio do conhecimento específico da área de História, fundamentos pedagógicos da educação e práticas formativas voltadas ao exercício da docência, garantindo uma formação que articule teoria, prática e compromisso social.

A formação do licenciado em História pela UEMASUL visa preparar um profissional crítico, reflexivo e eticamente comprometido, capaz de interpretar e problematizar os processos históricos em suas múltiplas dimensões — políticas, sociais, econômicas e culturais — e de promover práticas pedagógicas que estimulem o pensamento histórico e a formação cidadã dos estudantes. O egresso é preparado para mobilizar diferentes abordagens historiográficas, analisar criticamente fontes históricas diversas e desenvolver estratégias didático-metodológicas adequadas ao ensino de História nos diferentes níveis da Educação Básica.

Além da atuação docente, o egresso desenvolve competências relacionadas à produção e socialização do conhecimento histórico, podendo atuar em atividades de pesquisa, organização de acervos documentais, projetos de memória, educação patrimonial e iniciativas culturais desenvolvidas em instituições como arquivos, museus, centros de memória e espaços educativos. Essa formação amplia as possibilidades de atuação profissional e fortalece o compromisso social da História com a preservação e interpretação do passado.

O perfil do egresso também contempla o compromisso com uma educação democrática, inclusiva e socialmente referenciada, orientada pelos princípios dos direitos humanos, da valorização da diversidade e do respeito às diferenças. Nesse sentido, o curso promove a reflexão sobre temas como relações étnico-raciais, diversidade cultural, igualdade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência e valorização das culturas indígenas e afro-brasileiras, em consonância com as políticas educacionais contemporâneas.

Considerando a inserção da UEMASUL na região sul do Maranhão, área pertencente à Amazônia Legal, a formação do egresso valoriza também a compreensão das dinâmicas históricas regionais, estimulando estudos sobre história regional, memória social, patrimônio cultural e processos históricos relacionados à formação e às transformações do território. Essa perspectiva fortalece o vínculo entre universidade, escola e sociedade, contribuindo para a produção de conhecimentos que dialoguem com as realidades locais e regionais.

Dessa forma, o egresso do curso de História da UEMASUL é preparado para atuar de

maneira autônoma, crítica e socialmente comprometida, mobilizando conhecimentos históricos e pedagógicos para enfrentar os desafios contemporâneos da educação e contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender, interpretar e transformar a realidade social. Esse perfil formativo permanece aberto ao aprimoramento contínuo, considerando as novas demandas educacionais e as transformações do campo historiográfico e do mundo do trabalho.

5.2.1 Articulação das competências do perfil do egresso com as características locais e regionais

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares para o Curso de História, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002, e pelos Pareceres CNE/CES nº 492/2001 e nº 1.363/2001, e considerando a articulação do perfil do egresso e da egressa com o contexto local e regional, espera-se que o(a) profissional de História desenvolva competências e habilidades que o(a) qualifiquem para atuar na docência, na pesquisa e em atividades relacionadas à preservação da memória e à valorização cultural local e regional.

Nesse sentido, o(a) egresso(a) do Curso de História Licenciatura da UEMASUL deverá desenvolver as seguintes competências e habilidades:

1. Compreender e analisar processos históricos em diferentes temporalidades e escalas, com ênfase nas dinâmicas da história local e regional;
2. Utilizar métodos e procedimentos da pesquisa histórica, com domínio da análise crítica de fontes escritas, orais e visuais, incluindo aquelas relacionadas às memórias sociais e às práticas culturais locais;
3. Desenvolver pesquisas voltadas às comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e movimentos sociais, reconhecendo seus saberes, territorialidades e protagonismos históricos;
4. Empregar metodologias participativas, como a cartografia social, na produção do conhecimento histórico, valorizando a escuta, o diálogo e a construção coletiva com sujeitos e comunidades;
5. Atuar na docência da educação básica com práticas pedagógicas contextualizadas, que integrem os saberes locais, promovam o pensamento crítico e valorizem a diversidade sociocultural;
6. Desenvolver projetos de educação patrimonial, contribuindo para a preservação, valorização e difusão da memória e do patrimônio histórico-cultural regional;
7. Empregar tecnologias digitais no ensino, na pesquisa e na socialização do conhecimento

histórico, com atenção às demandas e especificidades da realidade regional;

8. Atuar em instituições educacionais e espaços de memória, como arquivos, museus e centros culturais, contribuindo para a organização, preservação e divulgação da história local e regional;
9. Estabelecer diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, visando à compreensão de problemas contemporâneos no contexto regional;
10. Promover práticas educativas inclusivas, pautadas no respeito à diversidade étnico-racial, cultural e social, com atenção às populações historicamente marginalizadas;
11. Analisar criticamente os desafios educacionais e sociais locais, propondo ações que contribuam para o desenvolvimento regional e a justiça social;
12. Exercer a docência e demais atividades profissionais com ética, responsabilidade social e compromisso com a formação cidadã.

Essas competências permitem ao(à) egresso(a) atuar de forma qualificada e socialmente comprometida nos campos educacional, cultural e científico, em sintonia com as demandas e especificidades do contexto local e regional.

5.2.2 O Perfil do egresso e as novas demandas do mercado de trabalho.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de História e considerando a função social do(a) historiador (a) na produção, mediação e difusão do conhecimento histórico, bem como sua inserção crítica nos contextos educacional, cultural e social — especialmente no âmbito local e regional —, cabe ao(à) profissional da Licenciatura em História exercer as seguintes atribuições:

• Desenvolver atividades de docência nos diferentes níveis de ensino, particularmente na educação básica (ensino fundamental e médio) e, quando devidamente qualificado(a), no ensino superior, promovendo práticas pedagógicas críticas, contextualizadas e comprometidas com as realidades locais e regionais;

• Atuar na pesquisa básica e aplicada em História, com ênfase na produção do conhecimento histórico e no campo do ensino de História, valorizando abordagens que contemplem a história local, regional, as memórias sociais e os sujeitos historicamente invisibilizados;

• Elaborar, executar e avaliar projetos educacionais e culturais, incluindo a produção de materiais didáticos, pareceres técnicos, consultorias e assessorias, voltados às demandas de instituições públicas e privadas, em diálogo com as especificidades socioculturais da

comunidade;

• Exercer funções técnico-administrativas em instituições de ensino, órgãos públicos e espaços de memória, contribuindo para o planejamento, a gestão e a implementação de ações nas áreas de educação, cultura e preservação histórica;

• Organizar, coordenar e integrar equipes multiprofissionais e interdisciplinares, especialmente em projetos que envolvam educação, patrimônio histórico-cultural, memória social, diversidade cultural e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional;

• Atuar em instituições de preservação e difusão da memória — como arquivos, museus, centros de documentação e espaços culturais —, contribuindo para a organização, conservação, interpretação e socialização do patrimônio histórico, com atenção às especificidades locais e regionais;

• Desenvolver atividades de pesquisa, planejamento, gestão e consultoria nas áreas de educação e cultura, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de História, contribuindo para o fortalecimento da consciência histórica, da cidadania e do desenvolvimento social, especialmente no contexto local e regional.

5.3 Estrutura curricular do curso

A estrutura curricular do Curso de História Licenciatura da UEMASUL está organizada em conformidade com a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002, e pelos Pareceres CNE/CES nº 492/2001 e nº 1.363/2001, bem como com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, regulamentadas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024 e atualizações posteriores, assegurando uma formação inicial consistente, crítica e socialmente referenciada.

Como base curricular que organiza os conteúdos do curso, a apresentação da estrutura curricular não pode prescindir de uma discussão teórica do currículo. Compreendido como uma construção histórica, social e culturalmente situada, o currículo não se reduz a uma simples organização de conteúdos; ele expressa escolhas epistemológicas, políticas e formativas que orientam a produção do conhecimento e a formação docente no ensino superior.

Conforme evidenciam Goodson (1995), Apple (2006) e Silva (1999), o currículo não é neutro, sendo atravessado por disputas de sentido e por diferentes projetos de formação. Nessa perspectiva, pode ser compreendido como prática social, isto é, como um campo em permanente

construção, no qual se articulam saberes acadêmicos, experiências culturais e demandas sociais concretas. Assim, o currículo constitui um espaço de mediação e produção de sentidos, no qual o conhecimento não apenas é transmitido, mas também selecionado, reorganizado e ressignificado em contextos históricos específicos, como problematiza Sacristán (2000) ao concebê-lo como práxis.

Dessa forma, a estrutura curricular contempla, de forma articulada, a formação teórico-metodológica em História e a formação pedagógica, assegurando o domínio dos fundamentos historiográficos e das práticas de ensino. Parte-se, nesse sentido, do entendimento de que a docência em História exige a articulação entre o saber histórico e o saber pedagógico, sem hierarquizações, mas como dimensões complementares da formação profissional.

Por fim, a estrutura curricular orienta-se por uma perspectiva formativa crítica, comprometida com a produção do conhecimento histórico e com uma formação docente entendida como prática social situada. Trata-se, assim, de um currículo que se abre à problematização da realidade e à formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente o mundo social em que estão inseridos.

5.3.1. Articulação entre os componentes curriculares no processo de formação

Estrutura Curricular do Curso de História – Licenciatura/UEMASUL, adequada à Resolução n.º 391/2026-CONSUN/UEMASUL, que regulamenta no âmbito institucional as determinações da resolução 04/2024-CNE/CP.

A Estrutura Curricular do Curso está organizada em quatro núcleos, assim denominados: Núcleo I: Formação Geral (EFG); Núcleo II: Aprendizagens e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AACE); Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE); e Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS).

Com base no princípio da indissociabilidade entre teoria e prática e na interdisciplinaridade dos conteúdos, os componentes curriculares se articulam entre si ao longo da formação do licenciado e da licenciada em História em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime presencial flexibilizado, na forma semestral, conforme a Resolução nº 185/2022-CONSUN/UEMASUL, que dispõe sobre o Regimento Geral do Ensino de Graduação. A distribuição das disciplinas

em diferentes núcleos está definida da seguinte maneira:

a) Núcleo I: Estudos de Formação Geral – EFG): Formado por disciplinas comuns a todas as licenciaturas da UEMASUL. O núcleo é composto por 16 (dezesseis) disciplinas, com um total de carga horária total de 900 horas, que contemplam conhecimentos de formação geral, do campo educacional, seus fundamentos, metodologias e a pluralidade social e educacional na contemporaneidade, conforme apresentado na tabela abaixo

Os Componentes Curriculares que contemplam a dimensão de estudos de formação geral, que formam a base comum para todas as licenciaturas, conforme expresso no art. 2°, da Resolução 391/2026-CONSUN/UEMASUL A organização curricular está estruturada por eixos formativos, visando à articulação entre teoria e prática e à interdisciplinaridade na formação do licenciado e da licenciada em História.

Quadro 11 - Disciplinas do Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG) do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL

Ordem	Disciplina	Carga Horária	Créditos
Eixo A	**Produção do Conhecimento e Pesquisa**		
1	Produção Acadêmica e Científica	60h	4
2	Pesquisa no Espaço Escolar	60h	4
	Subtotal	**120h**	8
Eixo B	**Fundamentos Históricos, Filosóficos, Sociológicos e Psicológicos da Educação**		
3	Filosofia da Educação	60h	4
4	Sociologia da Educação	60h	4
5	Psicologia da Educação	60h	4
6	História da Educação Brasileira	60h	4
	Subtotal	**240h**	16
Eixo C	**Políticas Públicas e Gestão Educacional**		
7	Política da Educação Brasileira	60h	4
8	Gestão de Sistemas e Instituições Educacionais	60h	4
	Subtotal	**120h**	8
Eixo D	**Organização do Trabalho Pedagógico, Currículo, Avaliação e Práticas Educativas**		
9	Didática	60h	4
10	Currículo e Avaliação Educacional	60h	4

Ordem	Disciplina	Carga Horária	Créditos
11	Tecnologias e Educação	30h	2
12	Educação Ambiental	30h	2
	Subtotal do Eixo D	**180h**	12
Eixo E	**Educação Inclusiva, Diversidade e Direitos Humanos**		
13	Educação para as Relações Étnico-Raciais	60h	4
14	Educação em Direitos Humanos	60h	4
15	Educação Especial e Inclusiva	60h	4
16	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60h	4
	Subtotal	**240h**	16
	Carga Horária Total Geral	**900h**	—

Elaboração: NDE/2026

b) Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos - AACE - voltado à formação específica em História, o Núcleo é composto por 34 disciplinas, com uma carga horária total de 1.935 horas, que priorizam o aprofundamento e a diversificação de estudos na área de atuação para a qual o(a) profissional docente está sendo formado(a), em sintonia com os sistemas de ensino e demandas sociais, como mostra a Tabela abaixo.

Quadro 12 - Disciplinas do Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AACE) do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL

Ordem	Disciplina	Carga Horária	Créditos
1	Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica	60	4
2	Teorias da História	60	4
3	Teorias e Metodologias da História	60	4
4	Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica	30	2
5	Historiografia Brasileira	60	4
6	História da Antiguidade Oriental	60	4
7	História da Antiguidade Ocidental	60	4
8	História da Idade Média Oriental	60	4
9	História da Idade Média Ocidental	60	4
10	História Moderna I	60	4
11	História Moderna II	60	4
12	História Contemporânea I	60	4
13	História Contemporânea II	60	4
14	História da América I	60	4
15	História da América II	60	4

16	História da América III	60	4
17	História do Brasil I	60	4
18	História do Brasil II	60	4
19	História do Brasil III	60	4
20	História do Maranhão I	60	4
21	História do Maranhão II	60	4
22	História do Maranhão III	60	4
23	História dos Povos Africanos	60	4
24	História da África Contemporânea	60	4
25	História e Cultura Afro-Brasileira	45	3
26	História e Cultura Indígena	45	3
27	Antropologia	45	3
28	Arqueologia	45	3
29	Ensino de História: Fundamentos teóricos e metodológicos da História	30	2
30	TCC I	30	2
31	TCC II	30	2
32	Eletiva I	60	2
33	Eletiva II	60	2
34	Atividades Complementares - AC	135	—
	Total	1935	116

Elaboração: NDE/2026

c) Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE - constitui um componente formativo obrigatório do Curso de História – Licenciatura/UEMASUL, correspondendo a uma carga horária total de 360 horas, o que equivale a 10% da carga horária global do curso. Essa organização atende ao disposto na Resolução nº 7/2018 - CNE/CES, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, bem como às metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), instituído pela Lei nº 13.005/2014, que prevê a inserção mínima de 10% da carga horária dos cursos de graduação em programas e projetos de extensão universitária.

Entendida como um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico, a extensão universitária promove a interação transformadora entre a instituição de ensino superior e os demais setores da sociedade. Nesse sentido, a AAE tem como finalidade fortalecer a articulação entre teoria e prática, contribuindo para a formação crítica, ética e socialmente comprometida do licenciando e da licencianda em História.

A carga horária destinada às Atividades Acadêmicas de Extensão é desenvolvida ao longo de todo o percurso formativo, de modo contínuo e integrado aos demais núcleos do curso.

Está organizada em componentes curriculares de 60 horas, a serem cumpridos do 1º ao 6º período. Sua operacionalização ocorrerá por meio de projetos de extensão desenvolvidos, prioritariamente, em escolas da educação básica, conforme disciplinam a Resolução CNE/CP nº 4/2024 e a Resolução nº 391/2026-CONSUN/UEMASUL.

Esses projetos são realizados com o envolvimento interdisciplinar de docentes e discentes dos períodos correspondentes, sob a coordenação de um docente do curso. São planejados, construídos e executados de forma articulada entre os componentes curriculares, assegurando a integração entre ensino, pesquisa e extensão, com acompanhamento sistemático das atividades e avaliação formativa dos resultados alcançados.

Dessa forma, o Núcleo III reafirma o compromisso institucional com a formação de profissionais capazes de intervir de maneira crítica e propositiva na realidade social, em consonância com os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 13 - Disciplinas do Núcleo III: Atividade Acadêmica de Extensão (AAE) do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL

Ordem	Componente Curricular	Carga Horária (h)	Créditos
1	ACE 1: História, Documentos e Memória Escolar	60	4
2	ACE II – História, Verdade e Mídias Digitais	60	4
3	ACE III – História e o uso da Inteligência Artificial (IA) na Educação Básica	60	4
4	ACE IV – Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial	60	4
5	ACE V – História e Memória Social	60	4
6	ACE VI – Metodologias de Projetos Sociais	60	4
Total		360	24

Elaboração: NDE/2026

d) Estágio Curricular Supervisionado – ECS - Constitui elemento central na formação do licenciando, conforme orienta a Resolução CNE/CP nº 4/2024, ao assegurar a imersão do estudante nos contextos reais da educação básica. Com carga horária total de 405 horas, distribuídas ao longo do curso, o estágio é concebido como espaço formativo privilegiado para o desenvolvimento de competências e habilidades docentes, promovendo a articulação entre conteúdos e a indissociabilidade entre conhecimentos teóricos e prática educativa.

A organização do ECS possibilita que o licenciando em História vivencie, desde o início da formação, diferentes dimensões da realidade escolar. Já no primeiro período, o estudante é

inserido no ambiente da educação básica por meio de atividades de vivência e observação, favorecendo o reconhecimento da cultura escolar, das relações pedagógicas e da diversidade de contextos educativos. Ao longo do curso, amplia-se essa inserção, permitindo ao discente compreender não apenas a sala de aula, mas também outros espaços da vida escolar, como a gestão, os projetos educativos e a implementação de programas e políticas públicas no âmbito da escola.

No desenvolvimento do estágio, o licenciando é conduzido ao acompanhamento sistemático da prática docente em História, o que envolve a análise do planejamento pedagógico, a elaboração e utilização de materiais didáticos, bem como a construção e aplicação de instrumentos de avaliação. Essas experiências contribuem para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à organização do trabalho pedagógico, à mediação do conhecimento histórico e à adequação de estratégias de ensino às especificidades dos estudantes e dos contextos escolares.

A etapa de regência, realizada no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, constitui momento fundamental de consolidação dessas competências, ao possibilitar ao licenciando assumir, de forma orientada, a condução do processo de ensino-aprendizagem. Nesse percurso, são desenvolvidas habilidades como a gestão da sala de aula, a comunicação didática, a tomada de decisões pedagógicas e a reflexão crítica sobre a própria prática.

Desenvolvido em articulação com as escolas da educação básica e sob acompanhamento sistemático de docentes orientadores, o ECS favorece a construção da autonomia intelectual e profissional do futuro professor. Assim, este núcleo formativo contribui decisivamente para a constituição da identidade docente, preparando o licenciando para atuar de forma crítica, ética e comprometida com a qualidade social da educação.

Quadro 14 - Disciplinas do Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL**.**

Ordem	Componente Curricular	Carga Horária (h)	Créditos
1	Estágio Curricular Supervisionado I – Vivência Escolar e Observação da Cultura Escolar	60	4
2	Estágio Curricular Supervisionado II – Gestão Escolar, Projetos Educativos e Políticas Públicas	60	4
3	Estágio Curricular Supervisionado III – Instrumentos de Prática e Organização do Ensino de História	60	4
4	Estágio Curricular Supervisionado IV – Regência no Ensino Fundamental	105	7
5	Estágio Curricular Supervisionado V – Regência no Ensino Médio	120	8
Total		405	27

Elaboração: NDE/2026

5.3.2. Componentes Curriculares

A estrutura curricular do curso de História é organizada a partir de um conjunto articulado de componentes curriculares, concebidos para assegurar uma formação sólida, crítica e interdisciplinar. Esses componentes estão distribuídos ao longo do percurso formativo, respeitando uma progressão que integra fundamentos teóricos, conteúdos históricos, práticas de pesquisa, formação pedagógica, extensão e atividades complementares.

A organização dos componentes contempla disciplinas obrigatórias, responsáveis por garantir a base comum da formação, e disciplinas eletivas, que possibilitam o aprofundamento em áreas específicas de interesse, além dos estágios supervisionados, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), das atividades de extensão e das atividades complementares. Essa estrutura busca promover o desenvolvimento de competências relacionadas à análise crítica, à interpretação de fontes, à produção do conhecimento histórico e à atuação profissional em diferentes contextos.

Os componentes curriculares estão agrupados em eixos formativos, tais como: fundamentos teórico-metodológicos da História; estudos históricos em diferentes temporalidades e espacialidades; práticas de pesquisa e produção do conhecimento; e formação pedagógica. Essa organização favorece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, princípio fundamental da formação universitária.

A organização curricular do curso está adequada às diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 391/2026 – CONSUN/UEMASUL, garantindo a conformidade com as normativas institucionais e educacionais vigentes. Dessa forma, assegura-se a coerência entre os objetivos do curso, o perfil do egresso e as competências a serem desenvolvidas ao longo da graduação.

A estrutura do curso apresenta componentes curriculares de naturezas diversas, assim distribuídos: disciplinas de caráter obrigatório e eletivo (3.165h), Atividades Acadêmicas e Científicas (75h) e Atividades Acadêmicas de Extensão (360h). Ao longo do curso, o percurso formativo do estudante é organizado de modo a integrar, de forma progressiva, os diferentes eixos formativos e as experiências acadêmicas.

Quadro 15 - Estrutura Curricular adequada à Resolução Nº 391/2026 -CONSUN/UEMASUL

Ordem	Disciplina	Carga Horária	Créditos	Pré-requisitos	
1	Produção Acadêmica e Científica (EFG)	60	4	–	
2	Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica (AACE)	60	4	–	
3	Filosofia da Educação (EFG)	60	4	–	
4	Psicologia da Educação (EFG)	60	4	–	
5	História da Antiguidade Oriental (AACE)	60	4	–	
6	Antropologia (AACE)	45	3	–	
7	Estágio Curricular Supervisionado I – Vivência Escolar e Observação da Cultura Escolar (ECS)	60	4	–	
8	ACE I (AAE)	60	4	–	
9	Sociologia da Educação (EFG)	60	4	–	
10	História da Antiguidade Ocidental (AACE)	60	4	–	
11	História da América I (AACE)	60	4	–	
12	Teorias da História (AACE)	60	4	–	
13	Arqueologia (AACE)	45	3	–	
14	História dos Povos Africanos (AACE)	60	4	–	
15	História da Educação Brasileira (EFG)	60	4	–	
16	ACE II (AAE)	60	4		

17	Política da Educação Brasileira (EFG)	60	4	–	
18	História da Idade Média Ocidental (AACE)	60	4	–	
19	Educação em Direitos Humanos (AACE)	60	4	–	
20	História do Brasil I (AACE)	60	4	–	
21	História do Maranhão I (AACE)	60	4	–	
22	Gestão de Sistemas e Instituições Educacionais (EFG)	60	4	–	
23	Estágio Curricular Supervisionado II – Instrumentos de Prática e Organização do Ensino (ECS)	60	4	Estágio I	
24	ACE III (AAE)	60	4		
25	História Moderna I (AACE)	60	4	–	
26	História da Idade Média Oriental (AACE)	60	4	–	
27	História da América II (AACE)	60	4	–	
28	História do Brasil II (AACE)	60	4	–	
29	História do Maranhão II (AACE)	60	4	–	
30	Didática (EFG)	60	4	–	
31	Currículo e Avaliação Educacional (EFG)	60	4	–	
32	ACE IV	60	4	-	
33	História Moderna II (AACE)	60	4	–	
34	Ensino de História: Fundamentos Teóricos e Metodológicos (AACE)	30	2	–	
35	História e Cultura Indígena (AACE)	45	3	–	
36	Teorias e Metodologias da História (AACE)	60	4	–	
37	Pesquisa no Espaço Escolar (EFG)	60	4	–	
38	Eletiva Restritiva I (AACE)	60	2	–	
39	Historiografia Brasileira (AACE)	60	4	–	
40	ACE V (AAE)	60	4	-	
41	História da América III (AACE)	60	4	–	
42	História Contemporânea I (AACE)	60	4	–	
43	Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica (AACE)	30	2	–	

44	Educação para as Relações Étnico-Raciais (EFG)	60	4	–	
45	História do Maranhão III (AACE)	60	4	–	
46	Tecnologias e Educação (EFG)	30	2	–	
47	Estágio Curricular Supervisionado III – Gestão Escolar, Projetos Educativos e Políticas Públicas (ECS)	60	4	–	
48	ACE VI (AAE)	60	4	-	
49	História Contemporânea II (AACE)	60	4	–	
50	Educação Especial e Inclusiva (EFG)	60	4	–	
51	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (EFG)	60	4	–	
52	História da África Contemporânea (AACE)	60	4	–	
53	História do Brasil III (AACE)	60	4	–	
54	Estágio Curricular Supervisionado IV – Ensino Fundamental (ECS)	105	7	Estágio I	
55	TCC I (AACE)	30	2	MTPH	
56	História e Cultura Afro-Brasileira (AACE)	45	3	–	
57	Educação Ambiental (EFG)	30	2	–	
58	Eletiva Restritiva II (AACE)	60	4	–	
59	Estágio Curricular Supervisionado V – Ensino Médio (ECS)	120	8	Estágio I	
60	TCC II (AACE)	30	2	TCC I	
61	AC	135	–	–	
	Total	3600	229		

Elaboração: NDE/2026

Total de Componentes: 61

- Carga Horária Total: 3.600 h

Núcleo EFG: 16 componentes

- Carga Horária: 900 h

Núcleo AACE: 43 componentes

- Carga Horária: 1860 h
- AC: 135
- Carga Horária Total: 1935 h

Núcleo de ECS: 5 componentes

- Carga Horária Total: 405 h

Núcleo de AAE / ACE: 6 componentes

- Carga Horária Total: 360 h

5.3.2.1 – Núcleo Livre: Disciplinas Eletivas Restritivas

As disciplinas do Núcleo Livre (NL) integram o conjunto de componentes curriculares eletivos do curso, tendo como finalidade complementar e diversificar a formação acadêmica do discente. Com carga horária de 60 (quarenta e cinco) horas e 4 (três) créditos cada, essas disciplinas possibilitam a flexibilização do percurso formativo, permitindo ao estudante aprofundar conhecimentos em áreas específicas de seu interesse, em consonância com o perfil do egresso estabelecido pelo curso.

A organização desse bloco de disciplinas contempla diferentes campos temáticos da História, abrangendo dimensões teórico-metodológicas, estudos históricos em distintas temporalidades e espacialidades, bem como interfaces com outras áreas do conhecimento. Tal configuração favorece a ampliação da formação crítica e reflexiva, contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à pesquisa, à análise e à interpretação de processos históricos.

A integralização da carga horária em disciplinas eletivas ocorrerá conforme as normas institucionais vigentes, respeitando os critérios de oferta e matrícula estabelecidos pelo curso. O quadro a seguir, composto de 15 disciplinas da carga horária geral do curso apresenta a relação das disciplinas que compõem o núcleo Eletivo Restritivo:

Quadro 16 - Disciplinas Eletivas Restritivas

Ord.	Disciplinas	Carga Horária	Créditos
1	Cartografia	60	4
2	Cultura, Sociedade e meio Ambiente	60	4
3	Gênero e História	60	4
4	Gênese e Estrutura do Campo Religioso Brasileiro	60	4
5	Geopolítica da Amazônia Oriental	60	4
6	História Agrária	60	4
7	História da Arte	60	4

Ord.	Disciplinas	Carga Horária	Créditos
8	História dos Movimentos Sociais no Brasil	60	4
9	História e Cinema	60	4
10	História e Literatura	60	4
11	História e Memória	60	4
12	História das Religiões	60	4
13	Paleografia	60	4
14	Patrimônio Cultural	60	4
15	Tópicos Emergentes em História	60	4
16	Tópicos Especiais em História do Maranhão	60	4

Elaboração: NDE/2026

5.3.3. Matriz Curricular

O curso de História – Licenciatura possui regime acadêmico semestral, com carga horária total de 3.600 (três mil e seiscentas) horas. Desse total, 900 (novecentas) horas são destinadas aos Estudos de Formação Geral (EFG), núcleo comum a todas as licenciaturas da IES, incluindo componentes curriculares de Produção Acadêmica e Científica e um conjunto de disciplinas de conteúdo didático-pedagógico.

Integram ainda a estrutura curricular as disciplinas do núcleo de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos **(**AACE), que totalizam 1.935 (mil novecentas e trinta e cinco) horas, incluindo a carga horária das Atividades Complementares. Além disso, o curso contempla 405 (quatrocentas e cinco) horas de Estágios Curriculares Supervisionados (ECS) e 360 (trezentas e sessenta) horas de Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), distribuídas ao longo da formação.

O ano letivo é composto por 200 (duzentos) dias, organizados em dois semestres de 18 (dezoito) semanas de aulas cada, com 5 (cinco) dias letivos semanais no turno matutino e 6 (seis) dias letivos semanais no turno noturno. As aulas possuem duração de 50 (cinquenta) minutos por hora-aula, conforme detalhado no item 5.2.7.

O ingresso no curso ocorre por meio do PAES (Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior), no âmbito do convênio UEMA/UEMASUL, realizado anualmente, que seleciona candidatos para cursos nos turnos matutino e noturno. O tempo mínimo para integralização do curso é de 8 (oito) semestres, podendo estender-se até o máximo de 14 (quatorze) semestres, conforme estabelecem as Normas Gerais de Graduação (Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL).

Os componentes curriculares do curso de História – Licenciatura estão organizados conforme a estrutura apresentada no quadro a seguir:

Quadro 17 - Matriz Curricular adequada à Resolução Nº 391/2026 -CONSUN/UEMASUL

Ord	Cód.	1º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	Créditos					
				T	PT	E	ACE	Total	Pré Requisito
1	LHST01	Produção Acadêmica e Científica (EFG)	60	4	-	-	-	4	
2	LHST02	Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica (AACE)	60	4	-	-	-	4	
3	LHST03	Filosofia da Educação (EFG)	60	4	-	-	-	4	
4	LHST04	Psicologia da Educação (EFG)	60	4	-	-	-	4	
5	LHST05	História da Antiguidade Oriental (AACE)	60	4		-	-	4	
6	LHST06	Antropologia - (AACE)	45	2	1	-	-	3	
7	LHST07	Estágio I – Vivência Escolar e Observação da Cultura Escolar– (ECS)	60	-	-	4	-	4	
8	LHST08	ACE 1: História, Documentos e Memória Escolar – (AAE)	60	-	-	-	4	4	
TOTAL			**465**	**22**	**1**	**4**	**4**	**31**	
Ord.	**Cód.**	**2º PERÍODO – DISCIPLINAS**	**CH**	**Créditos**					
				T	**PT**	**E**	**ACE**	**Total**	**Pré Requisito**
9	LHST09	Sociologia da Educação (EFG)	60	4	-	-	-	4	
10	LHST10	História da Antiguidade Ocidental (AACE)	60	3	1	-	-	4	
11	LHST11	História da América I (AACE)	60	3	1	-	-	4	
12	LHST12	Teorias da História (AACE)	60	4	-	-	-	4	
13	LHST13	Arqueologia (AACE)	45	2	1	-	-	3	
14	LHST14	História dos povos Africanos (AACE)	60	3	1	-	-	4	
15	LHST15	História da Educação Brasileira (EFG)	60	4	-	-	-	4	
16	LHST16	ACE 2: História, Verdade e Mídias Digitais (AAE)	60	-	-	-	4	4	
TOTAL			**465**	**23**	**4**	**0**	**4**	**31**	
Ord.	**Cód.**	**3º PERÍODO – DISCIPLINAS**	**CH**	**Créditos**					

				T	PT	E	ACE	Total	Pré Requisito
17	LHST17	Política da Educação Brasileira (EFG)	60	4	-	-	-	4	
18	LHST18	História da Idade Média Ocidental - (AACE)	60	3	1	-	-	4	
19	LHST19	Didática - (EFG)	60	4		-	-	4	
20	LHST20	História do Brasil I - (AACE)	60	3	1	-	-	4	
21	LHST21	História do Maranhão I- (AACE)	60	3	1	-	-	4	
22	LHST22	Educação em Direitos Humanos (EFG)	60	4	-	-	-	4	
23	LHST23	Estágio II – Instrumentos de Prática e Organização do Ensino (ECS)	60	-	-	4	-	4	Estágio I
24	LHST24	ACE 3: História e o Uso da Inteligência Artificial (IA) na Educação Básica (AAE)	60	-	-	-	4	4	
TOTAL			**480**	**21**	**3**	**4**	**4**	**32**	

Ord.	Cód.	4º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	Créditos					
				T	PT	E	ACE	Total	Pré Requisito
25	LHST25	História Moderna - I - (AACE)	60	4		-	-	4	
26	LHST26	História da Idade Média Oriental - (AACE)	60	3	1	-	-	4	
27	LHST27	História da América II - (AACE)	60	3	1	-	-	4	
28	LHST28	História do Brasil II - (AACE)	60	3	1	-	-	4	
29	LHST29	História do Maranhão II - (AACE)	60	3	1	-	-	4	
30	LHST30	Gestão de Sistemas e Instituições Educacionais (EFG)	60	4	-	-	-	4	
31	LHST31	Currículo e Avaliação Educacional (EFG)	60	4	-	-	-	4	
32	LHST32	ACE 4: Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial (AAE)	60	-	-	-	4	4	
TOTAL			**480**	**24**	**4**	**0**	**4**	**32**	

Ord.	Cód.	5º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	Créditos					
				T	PT	E	ACE	Total	Pré Requisito
33	LHST33	História Moderna II - (AACE)	60	4	-	-	-	4	

34	LHST34	Ensino de História: Fundamentos Teóricos e Metodológicos - (AACE)	30	1	1	-	-	2	
35	LHST35	História e Cultura Indígena - (AACE)	45	2	1	-	-	3	
36	LHST36	Teorias e Metodologias da História - (AACE)	60	4	-	-	-	4	
37	LHST37	Pesquisa no Espaço Escolar (EFG)	60	4	-	-	-	4	
38	LHST38	Estágio III – Gestão Escolar, Projetos Educativos e Políticas Públicas (ECS)	60	-	-	4	-	4	Estágio I
39	LHST39	Historiografia Brasileira - (AACE)	60	4	-	-	-	4	
40	LHST40	ACE 5: História e Memória Social Local (AAE)	60	-	-	-	4	4	
TOTAL			**435**	**19**	**2**	**4**	**4**	**29**	

Ord.	**Cód.**	**6º PERÍODO – DISCIPLINAS**	**CH**	**Créditos**					
				T	**PT**	**E**	**ACE**	**Total**	**Pré Requisito**
41	LHST41	História da América III- (AACE)	60	3	1	-	-	4	
42	LHST42	História Contemporânea I- (AACE)	60	3	1	-	-	4	
43	LHST43	Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica - (AACE)	30	-	2	-	-	2	
44	LHST44	Educação para as Relações Étnico-Raciais (EFG)	60	4	-	-	-	4	
45	LHST45	História do Maranhão III - (AACE)	60	3	1	-	-	4	
46	LHST46	Tecnologias e Educação (EFG)	30	2	-	-	-	2	
47		Eletiva Restritiva I - (AACE)	60	4	-	-	-	4	
48	LHST47	ACE 6: Metodologias de Projetos Sociais (AAE)	60	-	-	-	4	4	
TOTAL			**420**	**19**	**5**	**0**	**4**	**28**	

Ord.	**Cód.**	**7º PERÍODO – DISCIPLINAS**	**CH**	**Créditos**					
				T	**PT**	**E**	**ACE**	**Total**	**Pré Requisito**
49	LHST 48	História Contemporânea II - (AACE)	60	3	1	-	-	4	

50	LHST49	Educação Especial e Inclusiva (EFG)	60	4	-	-	-	4	
51	LHST50	Língua Brasileira de Sinais (EFG)	60	4		-	-	4	
53	LHST51	História da África Contemporânea - (AACE)	60	3	1	-	-	4	
54	LHST52	História do Brasil III- (AACE)	60	3	1	-	-	4	
55	LHST53	Estágio IV – Ensino Fundamental – (ECS)	105	-	-	7	-	7	Estágio I
56	LHST54	Trabalho de Conclusão de Curso I - TCC I - (AACE)	30	2	-	-	-	2	MTPH
TOTAL			**435**	**19**	**3**	**7**	**0**	**29**	
Ord.	**Cód.**	**8º PERÍODO – DISCIPLINAS**	**CH**	**Créditos**					
				T	**PT**	**E**	**ACE**	**Total**	**Pré Requisito**
57	LHST55	História e Cultura afro-brasileira - (AACE)	45	3	-	-	-	3	
58	LHST56	Educação Ambiental (EFG)	30	2	-	-	-	2	
59		Restritiva II--(AACE)	60	4	-	-	-	4	
60	LHST57	Estágio V – Ensino Médio (ECS)	120	-	-	8	-	8	
61	LHST58	Trabalho de Conclusão de Curso II- TCC II - (AACE)	30	2	-	-	-	2	TCC I
62		Atividades Complementares - AC - (AACE)	135	-	-	-	-	-	
TOTAL			**420**	**11**	**0**	**8**	**0**	**17**	
TOTAL DE HORAS			**3.600**	**158**	**22**	**27**	**24**	**229**	

QUADRO DE HORAS	
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	2370
ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO	360
PRÁTICA TEÓRICA	330
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	405
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	135
TOTAL GERAL	3600

Eletivas Restritivas

Ord.	Cód.	DISCIPLINAS DO NÚCLEO ELETIVAS RESTRITIVAS	CH	Total			
				T	E	ACE	Créditos
1	LHST60	Cartografia	60	4	-	-	4
2	LHST61	Cultura, Sociedade e meio Ambiente	60	4	-	-	4
3	LHST62	Gênero e História	60	4	-	-	4
4	LHST63	Gênese e Estrutura do Campo Religioso Brasileiro	60	4	-	-	4
5	LHST64	Geopolítica da Amazônia Oriental	60	4	-	-	4
6	LHST65	História Agrária	60	4	-	-	4
7	LHST66	História da Arte	60	4	-	-	4
8	LHST67	História dos Movimentos Sociais no Brasil	60	4	-	-	4
9	LHST68	História e Cinema	60	4	-	-	4
10	LHST69	História e Literatura	60	4	-	-	4
11	LHST70	História e Memória	60	4	-	-	4
12	LHST71	História das Religiões	60	4	-	-	4
13	LHST72	Paleografia	60	4	-	-	4
14	LHST73	Patrimônio Cultural	60	4	-	-	4
15	LHST74	Tópicos Emergentes em História	60	4	-	-	4
16	LHST75	Tópicos Especiais em História do Maranhão	60	4	-	-	4

Elaboração: NDE/2026

5.3.3.1 Representação Gráfica da matriz curricular do curso.

1° Período	2° Período	3° Período	4° Período	5° Período	6° Período	7° Período	8° Período
Produção Acadêmica e Científica	Sociologia da Educação	Política da Educação Brasileira	História Moderna I	História Moderna II	História da América III	História Contemporânea II	História e Cultura afro-brasileira
Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica	História da Antiguidade Ocidental	História da Idade Média Ocidental	História da Idade Média Oriental	Ensino de História	História Contemporânea I	Educação Especial e Inclusiva	Educação Ambiental
Filosofia da Educação	História da América I	Didática	História da América II	História e Cultura Indígena	Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica	Língua Brasileira de Sinais	Eletiva Restritiva II
Psicologia da Educação	Teorias da História	História do Brasil I	História do Brasil II	Teorias e Metodologias da História	Educação para as Relações Étnico-Raciais	História da África Contemporânea	Estágio IV
História da Antiguidade Oriental	Arqueologia	História do Maranhão I	História do Maranhão II	Pesquisa no Espaço Escolar	História do Maranhão III	História do Brasil III	TCC II
Antropologia	História dos povos Africanos	Educação em Direitos Humanos	Gestão de Sistemas e Instituições	Historiografia Brasileira	Tecnologias e Educação	Estágio IV	AC
Estágio I	História da Educação Brasileira	Estágio II	Currículo e Avaliação Educacional	Estágio III	Eletiva I	TCC I	
ACE I	ACE - II	ACE – III	ACE IV	ACE V	ACE VI		

Legenda:

Núcleo de Estudos de Formação Geral	Núcleo de aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos	Atividades Complementares
Estágio curricular Supervisionado	Atividades Acadêmicas de Extensão	

5.3.3.2. Matriz por área de conhecimento do curso de História

As disciplinas do curso de História Licenciatura abrangem conteúdos básicos que englobam sete áreas do conhecimento, conforme o Quadro abaixo.

Quadro 18 - Matriz por área de conhecimento do curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL

ÀREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS
Teorias e Filosofia da História	Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica; Teorias da História; Teorias e Metodologias da História; Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica; Historiografia Brasileira; TCC I; TCC II
História Antiga e Medieval	História da Antiguidade Oriental; História da Antiguidade Ocidental; História da Idade Média Oriental; História da Idade Média Ocidental
História Moderna e Contemporânea	História Moderna I; História Moderna II; História Contemporânea I; História Contemporânea II
História da América	História da América I; História da América II; História da América III
História da África e dos Africanos	História dos Povos Africanos; História da África Contemporânea
História do Brasil	História do Brasil I; História do Brasil II; História do Brasil III História e Cultura afro-brasileira História e Cultura Indígena
História Regional do Brasil	História do Maranhão I; História do Maranhão II História do Maranhão III
Ensino de História	Ensino de História: Fundamentos teóricos e metodológicos; Estágio Curricular Supervisionado I Estágio Curricular Supervisionado II Estágio Curricular Supervisionado III Estágio Curricular Supervisionado IV Estágio Curricular Supervisionado V

Fundamentos da Educação	Pesquisa no Espaço Escolar; Filosofia da Educação; Sociologia da Educação; Psicologia da Educação; História da Educação Brasileira; Política da Educação Brasileira; Gestão de Sistemas e Instituições Educacionais; Didática; Currículo e Avaliação Educacional; Tecnologias e Educação; Educação Ambiental; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Educação em Direitos Humanos; Educação Especial e Inclusiva; Língua Brasileira de Sinais

Elaboração: NDE/2026

5.3.4 Equivalência Curricular

A equivalência curricular tem por finalidade assegurar a transição acadêmica e administrativa entre as matrizes curriculares vigentes e a nova estrutura curricular proposta neste PPC de 2026 do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. O estabelecimento dessas equivalências constitui procedimento acadêmico e administrativo indispensável para garantir a continuidade da integralização curricular dos discentes, assegurando o aproveitamento dos estudos realizados, a correspondência entre os componentes curriculares e a adequada transição entre as diferentes estruturas formativas implementadas no curso. Trata-se, portanto, de mecanismo que visa preservar a trajetória acadêmica dos estudantes durante o processo de implantação da nova matriz curricular, evitando prejuízos pedagógicos e administrativos decorrentes das alterações propostas.

Atualmente, o Curso de História Licenciatura trabalha com duas matrizes curriculares, representadas nos quadros a seguir. O Quadro 19 apresenta as equivalências entre a estrutura curricular instituída pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2020 e a nova matriz curricular proposta no PPC de 2026. Já o Quadro 20 estabelece as equivalências entre a estrutura curricular resultante da Instrução Normativa nº 01/2024, que instituiu a curricularização da extensão no curso, nos termos da Resolução nº 216/2022 – CONSUN/UEMASUL, e a nova organização curricular proposta neste PPC.

A elaboração dos quadros de equivalência fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, que dispõe sobre o Regimento Geral do Ensino de Graduação da instituição, bem como na Resolução nº 391/2026 – CONSUN/UEMASUL, responsável pela atualização e reorganização curricular dos cursos de licenciatura da IES. Nesse sentido, as equivalências foram definidas considerando a compatibilidade entre conteúdos, objetivos formativos, cargas horárias e competências acadêmicas previstas nas diferentes estruturas curriculares, conforme estabelece o Regimento Geral do Ensino de Graduação da instituição.

Desse modo, os quadros organizam as correspondências entre os componentes curriculares, indicando os casos de equivalência plena, alterações de nomenclatura, reestruturações pedagógicas, desdobramentos de disciplinas, reduções de carga horária, inclusão de novos componentes curriculares e exclusão de componentes anteriormente previstos. Tal sistematização possibilita maior clareza no processo de migração curricular e assegura transparência institucional quanto às adequações realizadas no percurso formativo do curso.

Quadro 19 - Equivalências entre as disciplinas das Estruturas Curriculares de 2020 e 2026.

CÓDIGO	DISCIPLINAS 2020	CH 2020	DISCIPLINAS 2026	CH 2026	EQUIVALÊNCIA
COMPONENTES DA ESTRUTURA CURRICULAR DE 2020 EQUIVALENTES NA ESTRUTURA CURRICULAR DE 2026					
AIPHST01	Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica	60h	Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST02	História da Antiguidade Oriental	60h	História da Antiguidade Oriental	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST04	Filosofia da Educação	60h	Filosofia da Educação	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST05	Produção Acadêmica Científica	60h	Produção Acadêmica e Científica	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST07	Psicologia da Educação	60h	Psicologia da Educação	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST08	História da Antiguidade Ocidental	60h	História da Antiguidade Ocidental	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária

AIPHST10	Teorias da História	60h	Teorias da História	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST12	História dos Povos Africanos	60h	História dos Povos Africanos	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST13	Sociologia da Educação	60h	Sociologia da Educação	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST16	História da Idade Média Ocidental	60h	História da Idade Média Ocidental	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST18	História do Brasil Colonial	60h	História do Brasil I	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST19	História do Maranhão Colonial	60h	História do Maranhão I	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST20	Didática	60h	Didática	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST22	História da Idade Média Oriental	60h	História da Idade Média Oriental	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST23	História da América Independente	60h	História da América II	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST24	História do Brasil Imperial	60h	História do Brasil II	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST25	História do Maranhão Imperial	60h	História do Maranhão II	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST30	História da América Contemporânea	60h	História da América III	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST31	História do Brasil Republicano	60h	História do Brasil III	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST32	História do Maranhão Republicano	60h	História do Maranhão III	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST33	Teorias e Metodologias da História	60h	Teorias e Metodologias da História	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST34	História e Cultura Indígena	60h	História e Cultura Indígena	45h	Equivalente em conteúdo e carga horária

AIPHST35	História Contemporânea I	60h	História Contemporânea I	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST36	LIBRAS	60h	Língua Brasileira de Sinais	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST37	História do Brasil Contemporâneo	60h	História do Brasil III	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST38	Historiografia Brasileira	60h	Historiografia Brasileira	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST41	História da África Contemporânea	60h	História da África Contemporânea	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST42	História Contemporânea II	60h	História Contemporânea II	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST43	Educação Especial e Inclusiva	60h	Educação Especial e Inclusiva	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST45	História e Cultura Afro-brasileira	60h	História e Cultura Afro-brasileira	45h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST	Eletiva Restritiva I	60h	Eletiva Retritiva I	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST	Eletiva Restritiva II	60h	Eletiva Retritiva II	60h	Equivalente em conteúdo e carga horária
COMPONENTES DA ESTRUTURA CURRICULAR DE 2020 QUE SOFRERAM DIMINUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA NA MATRIZ CURRICULAR DE 2026					
AIPHST06	Antropologia	60h	Antropologia	45h	Não Equivalente
AIPHST11	Arqueologia	60h	Arqueologia	45h	Não Equivalente
AIPHST39	Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica	60h	Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica	30h	Não Equivalente
AIPHST44	Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Fundamental	180h	Estágio Curricular Supervisionado IV – Regência no Ensino Fundamental	105h	Não Equivalente
AIPHST46	Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Médio	225h	Estágio Curricular Supervisionado V –	120h	Não Equivalente

			Regência no Ensino Médio		
AIPHST47	AACC	200h	AC	75h	Não Equivalente
AIPHST28	Ensino de História: Fundamentos Teóricos e Metodológicos	90h	Ensino de História: Fundamentos Teóricos e Metodológicos	30h	Não Equivalente
AIPHST06	Antropologia	60h	Antropologia	45h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST11	Arqueologia	60h	Arqueologia	45h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST34	História e Cultura Indígena	60h	História e Cultura Indígena	45h	Equivalente em conteúdo e carga horária
AIPHST45	História e Cultura Afro-brasileira	60h	História e Cultura Afro-brasileira	45h	Equivalente em conteúdo e carga horária
COMPONENTES DA ESTRUTURA CURRICULAR DE 2020 QUE SOFRERAM DESDOBRAMENTOS NA MATRIZ CURRICULAR DE 2026					
AIPHST14	História e Política da Educação Brasileira	60h	História da Educação + Política da Educação	120h	Sem Equivalência
AIPHST15	História Moderna	90h	História Moderna I + II	120h	Sem Equivalência
AIPHST29	Relações Étnico-Raciais e Direitos	60h	Educação Étnico-Raciais + Direitos	120h	Sem Equivalência
COMPONENTES DA ESTRUTURA CURRICULAR DE 2026 NÃO PRESENTES NA MATRIZ CURRICULAR DE 2020					
—	—	—	História da América I	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Política da Educação Brasileira	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Educação em Direitos Humanos	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Currículo e Avaliação Educacional	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Tecnologias e Educação	30h	Sem Equivalência
—	—	—	Educação Ambiental	30h	Sem Equivalência

—	—	—	Estágio Curricular Supervisionado I – Vivência Escolar e Observação da Cultura Escolar	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Estágio Curricular Supervisionado II – Instrumentos de Prática e Organização do Ensino de História	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Estágio Curricular Supervisionado III – Gestão Escolar, Projetos Educativos e Políticas Públicas	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Atividade Curricular de Extensão - ACE I	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Atividade Curricular de Extensão - ACE II	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Atividade Curricular de Extensão -ACE III	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Atividade Curricular de Extensão - ACE IV	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Atividade Curricular de Extensão - ACE V	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Atividade Curricular de Extensão -ACE VI	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Pesquisa no Espaço Escolar	60h	Sem Equivalência
—	—	—	Educação para as Relações Étnico-Raciais	60h	Sem Equivalência
COMPONENTES DA ESTRUTURA CURRICULAR DE 2020 EXCLUÍDAS DA MATRIZ CURRICULAR DE 2026					
AIPHST03	Leitura e Produção Textual	60h	—	—	Sem Equivalência
AIPHST09	História da América Antiga	60h	—	—	Sem Equivalência

AIPHST17	História da América Colonial	60h	—	—	Sem Equivalência
AIPHST26	História das Religiões	60h	—	—	Sem Equivalência
AIPHST40	Ensino de História: conteúdos e Apropriações	90h	—	—	Sem Equivalência
	Eletiva Universal	60h		-	Sem Equivalência

Elaboração: Núcleo Docente Estruturante/NDE, 2026

LEGENDA DE CLASSIFICAÇÕES CURRICULARES

• 41 componentes curriculares mantidos equivalentes, incluindo disciplinas preservadas integralmente e componentes com alteração de nomenclatura, mas com equivalência de conteúdo e carga horária.
• 10 novos componentes curriculares inseridos na matriz curricular de 2026, todos de caráter obrigatório.
• 7 componentes curriculares com redução de carga horária, sem equivalência plena.
• 4 disciplinas desdobradas em dois componentes curriculares, com ampliação da carga horária, portanto não equivalentes.
• 5 componentes curriculares excluídos da nova estrutura curricular.

5.3.3.1. Equivalência Curricular entre as estruturas curriculares de 2024 e 2026

A definição das equivalências entre as estruturas curriculares de 2024 e 2026 do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão está diretamente relacionada ao processo de reorganização curricular decorrente da implantação da curricularização da extensão no curso. Esse processo teve início com a aprovação da Instrução Normativa nº 01/2024 pelo Colegiado do Curso, instrumento normativo que regulamentou a inserção da extensão universitária no currículo, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 216/2022 – CONSUN/UEMASUL, que dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação da instituição.

A partir da implantação dessa normativa, o curso passou a adotar a creditação das atividades extensionistas nos componentes curriculares para os(as) discentes ingressantes a partir do primeiro semestre de 2025. Nesse modelo, os créditos de extensão foram distribuídos ao longo do curso por meio das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) integradas às disciplinas do curso, desenvolvidas de forma disciplinar e/ou interdisciplinar.

Nesse contexto, o curso possui atualmente duas turmas submetidas a estruturas curriculares distintas. A primeira corresponde aos(às) discentes ingressantes no primeiro semestre de 2025, atualmente cursando o terceiro período, cuja matriz curricular já contempla a

curricularização da extensão e apresenta percentual de integralização superior a 20%. A segunda corresponde aos(às) ingressantes do primeiro semestre de 2026.

Considerando o estágio de integralização curricular da turma ingressante em 2025 e as implicações acadêmicas decorrentes de uma possível migração curricular, o Colegiado do Curso deliberou pela manutenção da estrutura curricular de 2024 exclusivamente para essa turma. Por outro lado, definiu-se que os(as) discentes ingressantes em 2026, atualmente no primeiro período, realizarão a migração integral para a nova estrutura curricular prevista no PPC de 2026. Essa decisão busca assegurar maior estabilidade acadêmica, evitar prejuízos à trajetória formativa dos(as) estudantes e garantir a implementação gradual e organizada da nova matriz curricular no âmbito do curso.

Dessa forma, as equivalências curriculares estabelecidas entre as estruturas de 2024 e 2026 constituem mecanismo acadêmico e administrativo fundamental para assegurar segurança institucional, transparência nos processos de migração curricular e continuidade da formação discente, preservando os princípios pedagógicos do curso e garantindo adequação às normativas institucionais da UEMASUL.

Quadro 20 - Componentes Curriculares equivalentes entre as matrizes curriculares de 2024 e 2026

QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS					
Código 2024	**Estrutura Curricular 2024**	**CH**	**Estrutura Curricular 2026**	**CH**	**Equivalência**
COMPONENTES EQUIVALENTES					
USHSTIMP001	Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica	60h	Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP002	História da Antiguidade Oriental	60h	História da Antiguidade Oriental	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP004	Filosofia da Educação	60h	Filosofia da Educação	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP005	Produção Acadêmica Científica	60h	Produção Acadêmica e Científica	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP007	Psicologia da Educação	60h	Psicologia da Educação	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP008	História da	60h	História da	60h	Equivalente em

QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS					
Código 2024	**Estrutura Curricular 2024**	**CH**	**Estrutura Curricular 2026**	**CH**	**Equivalência**
	Antiguidade Ocidental		Antiguidade Ocidental		conteúdo e Carga horária
USHSTIMP010	Teorias da História	60h	Teorias da História	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP012	História dos Povos Africanos	60h	História dos Povos Africanos	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP013	Sociologia da Educação	60h	Sociologia da Educação	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP015	História da Idade Média Ocidental	60h	História da Idade Média Ocidental	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP016	História Moderna I	60h	História Moderna I	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP018	História do Brasil Colonial	60h	História do Brasil I	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP019	História do Maranhão Colonial	60h	História do Maranhão I	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP021	Didática	60h	Didática	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP022	História da Idade Média Oriental	60h	História da Idade Média Oriental	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP023	História Moderna II	60h	História Moderna II	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP024	História da América Independente	60h	História da América II	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP025	História do Brasil Imperial	60h	História do Brasil II	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP026	História do Maranhão Imperial	60h	História do Maranhão II	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária

QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS					
Código 2024	**Estrutura Curricular 2024**	**CH**	**Estrutura Curricular 2026**	**CH**	**Equivalência**
USHSTIMP027	Métodos de Pesquisa no Espaço Escolar	60h	Pesquisa no Espaço Escolar	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP029	Gestão dos Sistemas Educacionais	60h	Gestão de Sistemas e Instituições Educacionais	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP030	História da América Contemporânea	60h	História da América III	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP031	História do Brasil Republicano	60h	História do Brasil III	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP032	História do Maranhão Republicano	60h	História do Maranhão III	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP033	Teorias e Metodologias da História	60h	Teorias e Metodologias da História	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP034	História e Cultura Indígena	60h	História e Cultura Indígena	45h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP036	História Contemporânea I	60h	História Contemporânea I	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP037	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60h	Língua Brasileira de Sinais	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP039	Historiografia Brasileira	60h	Historiografia Brasileira	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP042	História da África Contemporânea	60h	História da África Contemporânea	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP043	História Contemporânea II	60h	História Contemporânea II	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP044	Educação Especial e Inclusiva	60h	Educação Especial e Inclusiva	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP046	História e Cultura Afro-brasileira	60h	História e Cultura Afro-brasileira	45h	Equivalente em conteúdo e Carga

QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS					
Código 2024	**Estrutura Curricular 2024**	**CH**	**Estrutura Curricular 2026**	**CH**	**Equivalência**
					horária
USHSTIMP(ER	Eletiva Restritiva I	60h	Eletiva Restritiva I	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP(ER)	Eletiva Restritiva II	60h	Eletiva Restritiva II	60h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
USHSTIMP047	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	30h	Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I	30h	Equivalente em conteúdo e Carga horária
COMPONENTES CURRICULARES SEM EQUIVALÊNCIA					
Código 2024	**Disciplina – Estrutura 2024**	**CH**	**Disciplina – Estrutura 2026**	**CH**	**Situação**
USHSTIMP003	Leitura e Produção Textual	60h	—	—	Sem Equivalência
USHSTIMP009	História da América Antiga	60h	—	—	Sem Equivalência
USHSTIMP014	História e Política da Educação Brasileira	60h	—	—	Sem Equivalência
USHSTIMP017	História da América Colonial	60h	—	—	Sem Equivalência
USHSTIMP020	Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos	60h	—	—	Sem Equivalência
USHSTIMP035	História das Religiões	60h	—	—	Sem Equivalência
USHSTIMP038	História do Brasil Contemporâneo	60h	—	—	Sem Equivalência
USHSTIMP041	Ensino de História: conteúdos e apropriações	90h	—	—	Sem Equivalência
USHSTIMP	Eletiva Universal	60h	—	—	Sem Equivalência
COMPONENTES CURRICULARES NÃO EQUIVALENTES					
USHSTIMP006	Antropologia	60h	Antropologia	45h	Não Equivalentes
USHSTIMP011	Arqueologia	60h	Arqueologia	45h	Não Equivalentes
USHSTIMP028	Ensino de História: Fundamentos	90h	Ensino de História: Fundamentos	30h	Não Equivalentes

QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS					
Código 2024	**Estrutura Curricular 2024**	**CH**	**Estrutura Curricular 2026**	**CH**	**Equivalência**
	Teóricos e Metodológicos		Teóricos e Metodológicos		
USHSTIMP040	Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica	60h	Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica	30h	Não Equivalentes
USHSTIMP045	Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental	180h	Estágio IV – Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental	105h	Não Equivalentes
USHSTIMP049	Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Médio	225h	Estágio V – Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Médio	120h	Não Equivalentes
USHSTIMP050	Atividades Acadêmicas-Científico-Culturais – AACC	200h	Atividades Complementares – AC	75h	Não Equivalentes
USHSTIMP051	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	0h	Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II	30h	Não Equivalentes
COMPONENTES DA ESTRUTURA CURRICULAR DE 2026 NÃO PRESENTES NA MATRIZ CURRICULAR DE 2024 - COMPONENTES NOVOS					
—	—	—	Estágio I – Vivência Escolar e Observação da Cultura Escolar	60h	Novo componente curricular/ Sem Equivalência
—	—	—	Estágio II – Instrumentos de Prática e Organização do Ensino	60h	Novo componente curricular/ Sem Equivalência
—	—	—	Estágio III – Gestão Escolar, Projetos Educativos e Políticas Públicas	60h	Novo componente curricular/ Sem Equivalência
—	—	—	Tecnologias e Educação	30h	Novo componente curricular/ Sem Equivalência
—	—	—	Educação Ambiental	30h	Novo componente curricular/ Sem Equivalência

QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS					
Código 2024	**Estrutura Curricular 2024**	**CH**	**Estrutura Curricular 2026**	**CH**	**Equivalência**
—	—	—	Atividade Acadêmica de Extensão – ACE I	60h	Novo componente curricular/ Sem Equivalência
—	—	—	Atividade Acadêmica de Extensão – ACE II	60h	Novo componente curricular/ Sem Equivalência
—	—	—	Atividade Acadêmica de Extensão – AAE III	60h	Novo componente curricular/ Sem Equivalência
—	—	—	Atividade Acadêmica de Extensão – AAE IV	60h	Novo componente curricular/ Sem Equivalência
—	—	—	Atividade Acadêmica de Extensão – AAE V	60h	Novo componente curricular/ Sem Equivalência

Elaboração: NDE/2026

Resumo do Quadro de Equivalência entre as matrizes de 2024 e 2026:

• 35 componentes curriculares equivalentes em conteúdo e carga horária.
• 4 disciplinas reestruturadas ou reorganizadas, com alteração de nomenclatura e redistribuição de conteúdos.
• 2 componentes curriculares desdobrados em duas disciplinas, com ampliação da carga horária.
• 8 componentes curriculares com redução de carga horária, sem equivalência plena.
• 10 novos componentes curriculares inseridos na matriz curricular de 2026.
• 5 componentes curriculares excluídos da nova estrutura curricular.
• 6 componentes considerados não equivalentes em razão de alterações de conteúdo e/ou reorganização curricular.

5.3.5 Ementário

PRIMEIRO PERÍODO

PRODUÇÃO ACADÊMICA CIENTÍFICA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré-requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Fundamentos do conhecimento científico e da ciência. Senso comum e conhecimento científico. Tipos e metodologias de pesquisa científica em educação. Etapas da pesquisa: definição de tema, problema, objetivos, fundamentação teórica, metodologia e referências. Instrumentos e procedimentos de pesquisa. Leitura, compreensão e produção de textos acadêmico-científicos. Atributos do texto científico, coesão, coerência, argumentação, estilo e norma padrão da língua escrita. Gêneros do texto científico: resumo, resenha, artigo, relatório e projeto de pesquisa. Uso da linguagem acadêmica, argumentação e pensamento lógico na produção do conhecimento. Normas técnicas e normalização do trabalho científico segundo a ABNT

Bibliografia Básica

HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Orgs.) **A redação de trabalhos acadêmicos**: teoria e prática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.

MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de artigos científicos**. São Paulo: Atlas, 2016.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

Bibliografia Complementar

BRASILEIRO, A. M. M**. Manual de Produções de Textos Acadêmicos e Científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B. da. **Projeto de Pesquisa**: Entenda e Faça. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

KOCK I. V. & ELIAS, V.M. **Ler e Escrever:** Estratégias de Produção Textual. Belo Horizonte: Contexto, 2011.

KOCK I. V. & ELIAS, V.M. **Escrever e Argumentar**. Belo Horizonte: Contexto, 2017.

MACHADO, A. R. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica**: A prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO E À PESQUISA HISTÓRICA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré-requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo introdutório da História enquanto campo científico, contemplando análises críticas sobre seu estatuto epistemológico, suas diferentes concepções teóricas e os debates acerca de seu objeto de investigação. Reflexões sobre o conceito de tempo histórico, suas múltiplas temporalidades e os critérios de periodização utilizados na construção do conhecimento histórico. Abordagem dos principais objetos de estudo da História, bem como das diversas tipologias de fontes históricas, seus usos, interpretações e limites. Discussão dos métodos e das abordagens historiográficas, enfatizando o papel ativo do historiador na produção do conhecimento, na seleção, análise e interpretação das fontes, e na elaboração da narrativa histórica. Introdução às práticas de pesquisa histórica e à escrita historiográfica, considerando seus fundamentos, técnicas e desafios contemporâneos

Bibliografia Básica

BARROS, José D'Assunção. ***O campo da história**: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BLOCH, Marc Bloch. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Bibliografia Complementar

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: EDUSP, 1992.

GOFF, Jacques Le. **Uma vida para a História**: conversações com Marc Heurgon. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras,1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. **Introdução ao estudo de História**: temas e textos. Porto Alegre: UFRGS/edição do Autor, 2013.

SANTANA, Joseph. **História**: Análise do passado e projeto social. Bauru, São Paulo: EDUSP,1998.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré-requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Filosofia e Educação. Tendências filosóficas da educação brasileira. Educação e emancipação. Educação e dimensão Política. Educação e dimensão ética. Educação e dimensão estética Valores da educação e da sociedade. Educação dos educadores. Filosofia crítica da educação.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria. Lúcia de. **Filosofia da educação.** 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez Editora,

2011.SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica.19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

Bibliografia Complementar

CAMOZZATO, Bruna Koglin et all. **Filsofia da educação**. Porto Alegre/RS, Sagah, 2018.

LARA, Tiago Adão. **A escola que não tive... o professor que não fui**: temas de filosofia da educação. São Paulo/SP, Cortez, 1992.

GHIRARLDELLI JUNIOR, Paulo. **A nova filosofia da educação.** Barueri/SP: Manole, 2014.

MATOS, Olgária. **Filosofia a polifonia da razão**: filosofia e educação. São Paulo, Scipione, 1997.

PERISSÉ, Gabriel. **Introdução à filosofia da educação.** Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2008.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré-requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Psicologia e Psicologia da Educação. Aproximações críticas entre Psicologia e educação escolar. Principais teorias psicológicas que subsidiam a educação contemporânea. As dimensões cognitiva, afetiva e histórico-cultural dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano e social.

Bibliografia básica

CARRARA, K. (Org.). **Introdução à psicologia da Educação**: seis abordagens. Campinas: Avercamp, 2011.

LA TAILLE, Y.de; OLIVEIRA, M. K; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon**: Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo: Summus, 1998.

MEIRA. M. E. M.; FACCI. Marilda Gonçalves Dias (Orgs). **Psicologia Histórico-Cultural.** Contribuições para o encontro entre subjetividade e a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

PATTO, M. H. de S. **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

Bibliografia Complementar

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de L. M. Ponde Vassalo. Petrópoles: Vozes, 1987.

LA ROSA, J. (Org.). **Psicologia e educação**: o significado do aprender. Porto alegre: EDIPUCRS, 2004.

MACIEL, I. M. (Org.). **Psicologia e Educação**: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

MOYSÉS, M. A. A. **A Institucionalização Invisível**: Crianças que não aprendem na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras; Fapesp, 2001.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE ORIENTAL

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	(AACE	-

EMENTA: O "Oriente" como construção e invenção do "Ocidente". Os desafios da pesquisa e do ensino de História da Antiguidade Oriental no Brasil. As perspectivas historiográficas contemporâneas acerca das sociedades antigas do próximo Oriente, do médio Oriente e do extremo Oriente, com ênfase nos estudos sobre o pensamento mítico-religioso, as relações sociais e de gênero e as formas de organização política.

Bibliografia Básica

ANDE, Edna; LEMOS, Sueli. **Egito**. 1. ed. São Paulo: Callis, 2011.

ÉVÉQUE, Pierre (org.). **As primeiras civilizações**. Os indo-europeus e os semitas. Lisboa: Edições 70, 1990.

PINSKY, Jaime. **100 textos de história antiga edição comemorativa**. 11. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Deuses, múmias e ziggurats**. Uma comparação das religiões antigas do Egito e da Mesopotâmia. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

MELLA, Federico A. Arborio. **O Egito dos faraós**: história, civilização e cultura. São Paulo: Hemus, 1998.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SAID, E. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia. das letras, 2003.

WHITEHOUSE, Ruth e WILKINS, John. **As Origens das Civilizações**. Arqueologia e História. Barcelona: Edicions Folio, 2006.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

ANTROPOLOGIA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré-requisito
45h	3cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo da constituição da Antropologia como disciplina científica, abordando seu processo de formação histórica, seus principais campos de investigação e suas interfaces com outras áreas do conhecimento. Análise dos fundamentos teóricos da Antropologia, com ênfase na crítica ao etnocentrismo e na compreensão do relativismo cultural como princípio central para a interpretação das diferenças culturais. Discussão das principais questões metodológicas da pesquisa antropológica, destacando o trabalho de campo, a observação participante e a construção do olhar antropológico. Estudo dos autores precursores da disciplina e das correntes iniciais de pensamento, com ênfase no evolucionismo social e seu papel na consolidação da Antropologia, bem como suas limitações e críticas contemporâneas. Reflexão sobre os desafios éticos e epistemológicos da prática antropológica na atualidade.

Bibliografia Básica

AZANHA, Gilberto; VALADÃO, Virginia Marcos. **Senhores Destas Terras. Os Povos Indígenas no Brasil**: da Colônia aos nossos dias. Histórias em Documentos. Atual. Ed. São Paulo, 1991.

MARCONI, Marina; PRESOTTO, Zelia Maria. **Antropologia**: uma introdução. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019

MOLIINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Os Pensadores. São Paulo: Cultura, 1976.

Bibliografia Complementar

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação da Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEAF, Murray. **Uma História da Antropologia**. RJ/SP: Zahar/ EDUSP, 1981.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Ideologia, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PRESOTTO, Zélia Maria Neves; MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia**: Uma Introdução. Atlas S.A.

SANTOS, José Luís dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I

Vivência Escolar e Observação da Cultura Escolar

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	ECS	-

Ementa:

Estudo da escola como espaço sociocultural e educativo. Observação sistemática da organização escolar, do cotidiano pedagógico e das relações entre os sujeitos da comunidade escolar. Análise da cultura escolar, do projeto político-pedagógico e das práticas educativas. Reflexão sobre o papel do professor de História no contexto da Educação Básica. Elaboração de relatórios de observação articulando teoria e prática.

Referências Básicas:

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Quinta edição revista e ampliada, Goiânia: Editora alternativa, 2004

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção coletiva. 14 ed. São Paulo: Papirus, 2002.

Referências Complementares:

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática:** questões contemporâneas. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009

NÓVOA, António. **Professores:** imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

ACE 1:

HISTÓRIA, DOCUMENTOS E MEMÓRIA ESCOLAR

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré-requisito
60h	4cr	15h	AEE	-

Ementa: Essa ação extensionista deverá abordar o conceito de História e de produção do conhecimento histórico, além de incluir o debate sobre a noção de documento histórico como fonte do passado a ser analisado no presente. A presente ação extensionista deverá ser realizada em escola da educação básica na qual os graduandos poderão atuar com os alunos com o objetivo de fazer o levantamento de depoimentos de pessoas que fazem parte da comunidade escolar (merendeiras, porteiros, ex-alunos, professores antigos) e de documentos e fotos históricas relacionadas com a construção da escola. Como exemplo, a ação poderá incluir ainda a pesquisa sobre a personalidade que dá nome à escola, com uma análise crítica da escolha desse nome.

Referências

CARR, E. H. **O que é História?** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CORREA, R. A. **Guia Prático para a Construção de um Centro de Memória Escolar**. Rio de Janeiro: UFRJ, FE, Proedes, 2024.

SAMARA, E. de M.; TUPY, I. S. S. T. **História & Documento e metodologia de pesquisa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Referências Complementares:

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MENEZES, M. C.; SILVA, E. C. L.; TEIXEIRA JÚNIOR, O. **O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história.** Horizontes, v. 23, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2005.

PASSEGGI, M. da C.; COSTA, P. L. G. da. Memorial escolar: a escola como lugar de memórias e de educação da memória. Linguagens**, Educação e Sociedade,** 28(57), 2024, 1–30.

SEGUNDO PERÍODO

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Sociologia e Sociologia da Educação. Aspectos históricos e epistemológicos da Sociologia da Educação. Educação, hominização e cultura. Educação escolar, seus atores, seus limites. A dimensão sociológica das trajetórias escolares. Educação, culturas e estratificação social. Temas emergentes da sociologia da educação no espaço escolar.

Bibliografia Básica

CANÁRIO, R. **O que é a escola?** Um "olhar" sociológico. Porto: Porto editora, 2015.

GUARESCH, P. **Sociologia crítica**: alternativas de mudanças. 66. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2011.

PATTO, M. H. de S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

Bibliografia Complementar

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GOMES, Cândido Alberto. **Educação em perspectiva sociológica**. 3. ed. São Paulo:

EPU,1994. RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 1982.

TOSCANO, Moema. **Introdução à sociologia educacional**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

VITA, Álvaro de Vita. **Sociologia da sociedade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE OCIDENTAL

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: A formação e o trabalho do historiador da Antiguidade ocidental. Uma revisão crítica da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Clássica (Grécia, Roma e Cartago), evidenciando seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos. Análise de documentos produzidos pelas e sobre as civilidades do período, com ênfase nas questões de religião, gênero, trabalho e expansionismos imperialistas.

Bibliografia Básica

CASCUDO, Luis da Câmara. **Civilização e cultura**. 1. ed. São Paulo: Global, 2004.

FUNARI, P. P. A. **Antiguidade Clássica**: a história e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SARTIN, G. H. **Uma história social da escravidão no mundo Greco-Romano**. São Paulo: Dialética, 2025.

Bibliografia Complementar

ALFOLDY, G. **A história social de Roma**. Lisboa: Editorial Presença,1989.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

GUARINELLO, N. L. **Imperialismo greco-romano**. São Paulo: Ática, 1994

MOSSÉ, C. **Atenas, a história de uma democracia**. Brasília: EdUnB, 1997

ROSTOVTZEFF, M. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983

VERNANT, J-P. **Mito e Religião na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2009

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DA AMÉRICA I

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Conceito de América Antiga e ocupação do espaço americano. Análise da diversidade étnica e da riqueza cultural das populações originárias, bem como das distintas formas de organização social nas Américas antes da conquista europeia. Novos padrões de assentamento: aldeias, federações e cidades. Civilização e modos de vida urbanos: formação dos Estados na América Antiga, com destaque para Mesoamérica e Andes Centrais. A América no imaginário europeu dos séculos XV e XVI. A conquista da América: conceitos, interpretações e problemas historiográficos. Políticas das monarquias ibéricas (hispânica e portuguesa): ocupação, administração e estruturas socioeconômicas. A América em disputa: presenças inglesa, francesa e holandesa. Sociedade colonial na América Hispânica. Problematizações do ensino de História da América Antiga e Colonial.

Bibliografia Básica

FREITAS, Eduardo Pacheco *et al*. **História da América**: origem e colonização. Porto Alegre: Grupo A, 2020.

NAVARRO, Alexandre Guida. **Civilizações pré-colombianas**. São Paulo: Contexto, 2024.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Bibliografia Complementar

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **História das sociedades americanas**. Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você, 2000.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: UNESP, 1992.

SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUSTELLE, Jacques. **Civilização Asteca**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

TEORIAS DA HISTÓRIA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo das principais correntes teóricas e escolas historiográficas que marcaram os séculos XIX e XX, com ênfase em suas bases epistemológicas, metodológicas e contextos de surgimento. Análise do historicismo e do positivismo, destacando suas concepções de objetividade, verdade e progresso histórico; exame do marxismo enquanto interpretação materialista da história e suas contribuições para a compreensão das estruturas sociais e econômicas. Investigação da renovação historiográfica promovida pela Escola dos Annales, com foco na ampliação dos objetos, temporalidades e fontes da história; discussão das contribuições da Escola de Frankfurt para a crítica da razão instrumental e da cultura. Abordagem do estruturalismo e do pós-estruturalismo, enfatizando suas perspectivas sobre linguagem, sujeito e produção de sentido. Reflexão sobre a crise do paradigma cientificista e seus impactos nas ciências humanas, bem como análise das concepções pós-modernas e suas implicações para a escrita da história, a relativização da verdade e a pluralidade de narrativas.

Bibliografia Básica

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. Petrópolis: VOZES, 2011.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

HUNT, Lynn (org.). **A Nova História cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Bibliografia Complementar

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1997.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: os Annales e a Nova História. Bauru: Edusc, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

REIS, José Carlos. **História e teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

ARQUEOLOGIA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
45h	3cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo da formação e do desenvolvimento do pensamento arqueológico, contemplando seus principais referenciais teóricos e metodológicos ao longo do tempo. Análise da Arqueologia como campo interdisciplinar, com ênfase nas relações e nos diálogos estabelecidos com a História e outras áreas do conhecimento, especialmente no que se refere ao conceito de cultura material. Discussão dos métodos e técnicas de pesquisa arqueológica, incluindo prospecção, escavação, registro, conservação e interpretação dos vestígios materiais. Reflexão sobre o uso das fontes arqueológicas pelo historiador, seus limites, potencialidades e especificidades na construção do conhecimento histórico. Estudo e análise de diferentes tipos de documentação material relativos a distintos períodos históricos, considerando suas características, contextos e significados. Abordagem da Arqueologia no Brasil, com destaque para o Maranhão e o Sul do Maranhão, enfatizando seus sítios, pesquisas desenvolvidas e contribuições para a compreensão das dinâmicas históricas regionais.

Bibliografia Básica

AGOSTINI, Camila (Org). **Objetos da escravidão**: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

LANFRANCO, Luis Pezo; PETRONILHO, Cecília; EGGERS, Sabine. **Descobrindo a arqueologia**: o que os mortos podem nos contar sobre a vida? São Paulo: Cortez, 2013.

Bibliografia Complementar

BICHO, Nuno. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Edições 70. Lisboa, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História no Nordeste do Brasil**. 2 ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 1997.

PROUS, Andre. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1992.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysses Editora, 2004.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DOS POVOS AFRICANOS

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo dos processos de hominização no continente africano, abordando a África como berço da humanidade e analisando a formação das primeiras sociedades humanas em diferentes regiões do continente. Investigação das dinâmicas históricas da África Antiga em conexão com o mundo mediterrâneo, com ênfase nas interações culturais, comerciais e políticas entre africanos, europeus e povos do Oriente Próximo. Análise da constituição, organização e diversidade dos reinos e impérios africanos, como Gana, Mali, Songhai, Kongo e Grande Zimbábue, considerando suas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais. Estudo das múltiplas formas de escravidão existentes no continente africano antes da expansão europeia, bem como das redes de comércio interno e das rotas do tráfico transaariano. Exame das transformações provocadas pelo contato com os europeus a partir do século XV, com destaque para o comércio atlântico e o tráfico transatlântico de africanos escravizados, compreendendo seus impactos demográficos, sociais, culturais e econômicos no continente africano. Discussão da diáspora africana e da formação do mundo atlântico, enfatizando as trocas culturais, resistências e permanências africanas nas Américas. Reflexão sobre o ensino da História dos Povos Africanos na Educação Básica, considerando a legislação vigente, os desafios epistemológicos, a superação de estereótipos e a valorização das contribuições africanas e afro-diaspóricas na formação das sociedades contemporâneas.

Bibliografia Básica

ASANTE, Molefi Kete. **A história da África:** a busca pela harmonia eterna. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2014.

MACEDO, Jose Rivair. **Antigas sociedades da África negra**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

Bibliografia Complementar

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África:** Uma História e suas transformações, tradução Regina Bhering e Luiz Guilherme Chaves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

M’BOKOLO, Elikia. **África negra**. História e civilizações, vol. I. Salvador / São Paulo: EDUFBA / Casa das Áfricas, 2009.

OLIVER, Roland. **A experiência africana**: da pré-História aos dias atuais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

REIS, R.; RESENDE, T.; MOTA, T. **Estudos sobre África Ocidental**: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos. Curitiba: Editora Prismas, 2016b.

SOUSA, Meridalva Gonçalves de. **História e ficção**: a representação do negro escravizado e liberto no Maranhão do século XIX, na obra os tambores de São Luís, de Josué Montello. São Luís: Eduema, 2015.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Periodização da histórica, política, econômica, social da educação brasileira (colônia, império e república). Reformas educacionais e ideários pedagógicos. Escola brasileira ao longo do século XX. Construção historiográfica da educação brasileira e diálogo com diversas fontes e linguagens. Interface com a história da educação maranhense ao longo da disciplina.

Bibliografia Básica

GHIRALDELLI JR. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo**. História da educação brasileira**: leituras.São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil:** História e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Marta Maria. Chagas de. **A escola e a república.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira:** leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LOPES, E. M. et al. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

VIDAL, Diana. (Org.). **Grupos Escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006.

ACE 2: HISTÓRIA, VERDADE E MÍDIAS DIGITAIS

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AEE	-

Ementa: Essa ação extensionista se insere no debate da relação complexa entre História e Verdade. A redefinição do conceito de História como uma ciência interpretativa no levantamento de hipóteses sobre o desenvolvimento do mundo humano. A produção do conhecimento histórico e o debate sobre o conceito de verdade. Destarte, a presente ação extensionista deverá estar voltada para o debate entre História e "fake News" divulgadas nas redes sociais. Como exemplo, os graduandos podem trabalhar, juntamente com os alunos da educação básica, com documentos históricos (fotos, recortes de jornal de época, leis antigas), estabelecendo a comparação com postagens virais ou notícias falsas atuais sobre o passado, tais como "negacionismo da ditadura", "mitos sobre a colonização", etc.

Referências Básicas:

REIS. J. C. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCHAFF, A. **História e Verdade**. São Paulo. Martins Fontes. 1995.

SOTANA, E. C.; RODRIGUES JÚNIOR, O. **Ensino de História e mídias eletrônicas**. São Paulo: Paruna Editora, 2023.

Referências complementares:

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

KRAEMER, M.; OLIVEIRA, P. R. M.; OLIVEIRA, Y. F. C.; Narrativas históricas éticas ensináveis em tempos de *fake history*. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v. 14, n. 30

PESAVENTO, Sandra J. Imaginário Social e Utopia: um outro olhar sobre a história. In: PESAVENTO, S. J. (org.) **500 anos de América**: imaginário e utopia. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRG, 1992.

TERCEIRO PERÍODO

POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Conceito de Estado. Estado Moderno. Conceito de políticas públicas e educacionais. Políticas educacionais no contexto do Estado neoliberal e da reforma do Estado no Brasil na década de 1990. As políticas educacionais e suas legislações a partir da LDB n.º 9394/96. Políticas educacionais para a formação de professores nas últimas décadas.

Bibliografia Básica

BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (organizadores). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2022.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília, DF: Unesco, 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política e planejamento educacional**. 2 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização.10. ed. rev. e amp.São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

MELLO, Guiomar Namo de. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais do terceiro milênio.10 ed.São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei n. 10.172,** de 9 janeiro de 2001. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** análise do projeto de MEC. Educação & Sociedade. v. XXVIII, nº100, out./2007. p. 1231-1255.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA OCIDENTAL

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: As representações e os discursos historiográficos contemporâneos sobre a Idade Média. Os processos de transformações social, econômica, cultural e política que tiveram lugar no Ocidente no período compreendido entre os séculos III e XV. Análise de documentos textuais e das evidências materiais, com ênfase em estudos sobre a fragmentação do Império Romano do Ocidente, a formação e a expansão da Cristandade, a formação e a organização da sociedade feudal, a cultura e o pensamento medieval, as monarquias feudais e os discursos de afirmação régia, o desenvolvimento urbano, as transformações, as crises da sociedade feudal e a primavera dos tempos modernos. O legado da Idade Média. História da Idade Média Ocidental e o ensino de História.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Ruy. **Guia de Roma**: segredos de um viajante. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FRANCO JÚNIOR, H. **A Idade Média** – Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LE GOFF, J. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru-SP: Edusc, 2005.

Bibliografia Complementar

ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991

BASCHET, J. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006

BLOCH, M. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987.

DUBY, G. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1994.

VEYNE, P. **Como nosso mundo se tornou cristão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

DIDÁTICA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: A Didática como campo de conhecimento teórico-prático e as dimensões ético-políticas, estéticas e culturais do ensinar e aprender. Contextualização histórica, social e epistemológica da Didática e suas implicações para o processo de ensino e aprendizagem. Tendências pedagógicas da educação. Fundamentos do trabalho docente: planejamento, objetivos, conteúdos, métodos, recursos didáticos e avaliação. A relação professor-estudante e a construção do conhecimento como prática social e emancipatória. Saberes da docência, interdisciplinaridade e o uso de tecnologias na educação.

Bibliografia Básica

ANASTASIOU. L. G. C.; ALVES, L.P. **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula.5. ed. Joinville-SC: UNIVILLE, 2009.

CANDAU, Vera M. F (Org.). **A didática em questão**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FRANCO, Maria Amélia Santoro, PIMENTA, Selma Garrido. **Didática:** embates contemporâneos. São Paulo Loyola, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

Bibliografia Complementar

CANDAU, Vera Maria; CRUZ, GISELI Barreto; FERNANDES, Claudia (orgs)**. Didática e fazeres-saberes pedagógicos:** diálogos, insurgências e políticas. Petrópolis: Vozes, 2020.

CANDAU, Vera M. F. **Rumo a uma nova didática**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?** Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos a atividade docente**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DO BRASIL I

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo das principais interpretações historiográficas acerca das dinâmicas expansionistas do Império português e dos processos de apropriação e organização do espaço ultramarino, com ênfase nas conexões estabelecidas no Atlântico Norte e Sul entre os séculos XV e XVIII. Análise da formação do mundo luso-atlântico, considerando as interações entre Europa, África e América, bem como os fluxos de pessoas, mercadorias, culturas e saberes. Exame da configuração cultural, política e socioeconômica da América portuguesa, abordando os processos de conquista e ocupação territorial, as disputas entre diferentes agentes coloniais e metropolitanos, e as formas de organização do governo e da administração colonial. Investigação dos conflitos entre colonizadores, populações indígenas e africanas, destacando as estratégias de dominação, negociação e resistência. Estudo da montagem e do funcionamento do sistema colonial no contexto do Antigo Regime, enfatizando os dilemas e limites da dominação luso-imperial. Análise das estruturas sociais, das relações de trabalho. com destaque para a escravidão indígena e africana, das redes mercantis e das práticas religiosas, incluindo o papel da Igreja na legitimação e organização da ordem colonial. Discussão das práticas colonizadoras na América portuguesa, considerando suas especificidades regionais e as formas de adaptação às condições locais. Abordagem da emergência de novas ideias, das crises do Antigo Regime e das transformações que antecederam a ruptura com o sistema colonial, bem como os debates historiográficos sobre esses processos. Reflexão sobre o ensino da História do Brasil Colônia na Educação Básica, com ênfase na problematização de narrativas tradicionais, no uso de fontes históricas diversificadas e na valorização de abordagens críticas que integrem diferentes sujeitos históricos.

Bibliografia Básica

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BAUER, Caroline S.; COSTA, Celiane F. **História do Brasil colônia**. Porto Alegre: Grupo A, 2020.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil colônia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

Bibliografia Complementar

HERKENHOFF, Paulo (Org.). **O Brasil e os holandeses** *(1630-1654)*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **A utopia do poderoso império.** Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MELLO, José Antonio Gonsalves de (Ed.). **Fontes para a História do Brasil holandês** (Vol. 1). Recife: PHNG/MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1981.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. ***Brasil****: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOARES, Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro, Conquista, 1975.

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DO MARANHÃO I

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo dos processos históricos relacionados à ocupação, colonização e povoamento do território maranhense, considerando as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais envolvidas desde o período colonial até o Início do século XIX. Análise das diversas frentes de ocupação indígenas, europeias, africanas e de suas interações, conflitos e formas de resistência. Investigação das disputas territoriais entre potências coloniais, com destaque para os confrontos entre portugueses, franceses e holandeses, e seus impactos na formação do espaço regional. O processo de consolidação do domínio português, incluindo a estrutura administrativa, as estratégias de controle territorial, a implantação do sistema colonial, a economia baseada no trabalho escravizado e a organização social no Maranhão colonial. Reflexão sobre as especificidades da colonização maranhense no contexto da América Portuguesa. Abordagem das permanências e transformações históricas desse período e suas repercussões na formação da sociedade maranhense. Discussão das possibilidades teórico-metodológicas para o ensino da História do Maranhão Colonial na Educação Básica, considerando o uso de fontes históricas, a valorização da história local e regional, e a construção de práticas pedagógicas críticas e contextualizadas.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a História e a geografia do Brasil. Teresina: EDUFPI, 2011.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Itinerário da província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra; FIGUEIREDO, Luiz Eduardo (orgs.). **Repertório de documentos para a história indígena no Maranhão**: séculos XVII, XVIII e XIX. São Luís: EDUFMA, 2004.

Bibliografia Complementar

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Os caminhos do Gado**: Conquista e Ocupação do sul do Maranhão. São Luís, CESMA, 1992.

CARVALHO. Carlos Jesus de. **Ascenção e crise da economia açucareira no Maranhão**. São Luís, Eduema, 2015.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

VIVEIROS, Jeronimo de. **História do Comercio no Maranhão 1612-1895**. VL. 1. São Luís ACM, 1992.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

EDUCAÇÃO EM DIREITO HUMANOS

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Educação em Direitos Humanos: conceitos e constituição histórica no Brasil e no cenário internacional. Evolução dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional e para a prática docente. Análise da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos principais marcos normativos que orientam a Educação em Direitos Humanos no Brasil. Fundamentos éticos, políticos e pedagógicos da Educação em Direitos Humanos na formação inicial de professores. Ênfase nas relações de gênero, nos direitos das mulheres, nos direitos das crianças e adolescentes e nos direitos da pessoa idosa, bem como no enfrentamento das violências, com destaque para a construção de uma cultura de paz, do diálogo e da convivência democrática. Educação em Direitos Humanos como prática interdisciplinar, articulada à elaboração de projetos e ações educativas voltadas à promoção da dignidade humana, da cidadania e da justiça social.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.

FREITAS, Ana Teresa Silva de. **Direitos humanos e diversidade**. Curitiba: Jaruá, 2013.

SCHILLING, Flávia. **Direitos humanos e educação:** outras palavras, outras práticas.São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementares

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

BRASIL**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz. **Educação em direitos humanos e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O pluriverso dos Direitos Humanos:** a diversidade das lutas pela dignidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em direitos humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. São Paulo: Cortez, 2000.

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II

Gestão Escolar, Projetos Educativos e Políticas Públicas

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	ECS	Estágio I

Ementa:

Análise da organização e gestão escolar no âmbito das políticas públicas educacionais. Estudo da estrutura administrativa, pedagógica e normativa da escola, com ênfase na gestão democrática. Investigação do funcionamento dos conselhos e colegiados escolares (conselho escolar, conselho de classe, grêmio estudantil e demais instâncias participativas), bem como sua atuação nos processos decisórios. Análise do plano de gestão escolar e do projeto político-pedagógico como instrumentos orientadores da prática educativa. Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos educativos. Compreensão da legislação educacional e das diretrizes curriculares. Reflexão crítica sobre o papel do professor no contexto institucional e sua participação nos processos de gestão e organização da escola.

Referências Básicas:

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. Ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil.** 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

Referências Complementares

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

ACE 3: HISTÓRIA E O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AEE	-

Ementa: Essa ação extensionista está inserida no debate acerca da inserção do uso da Inteligência Artificial no âmbito da Educação Básica. Ademais, destaca-se a problematização da relação entre o ensino de História e o uso de novas tecnologias, incluindo a questão ética na elaboração de conteúdos educacionais. A presente ação extensionista deverá ser realizada nas escolas de educação básica, sendo voltada para a promoção do letramento digital e a reflexão crítica sobre o uso da IA no estudo de temas históricos sensíveis (como escravidão ou ditaduras) e na produção de conhecimento historiográfico. Como exemplo, uma das atividades pode estar relacionada com a atuação dos graduandos junto aos alunos da escola com o objetivo de formular perguntas para modelos de linguagem (como o ChatGPT), focando em como verificar a confiabilidade das fontes e identificar desvios da IA em acontecimentos históricos.

Referências Básicas:

ARAGÃO, R. G. **Cartilha de prompts**: o uso de inteligência artificial generativa no planejamento pedagógico do ensino de História. (Dissertação). Mestrado profissional em ensino de História. Universidade Federal de Sergipe, 2025.

BRASIL. **Inteligência Artificial na Educação Básica**: documento orientador sobre caminhos curriculares e práticas éticas de uso de IA nas escolas. Ministério da Educação. Brasília, 2026.

FERREIRA FILHO, C. A. A.; BARROS, P. M. Inteligência artificial e ensino de história: alcances e desafios na era da cultura digital. **Revista Dito Efeito**, Curitiba, v. 15, n. 26, p. 26-37, jul./dez. 2024.

Referências complementares:

FERNANDES, A. M. R. **Inteligência Artificial**: noções gerais. Florianópolis: Visual Books, 2003.

MACHADO, L. A. L. M. et al. Aprendendo algoritmos de inteligência artificial no metaverso. **Redin-Revista Educacional Interdisciplinar**, v. 12, n. 2, p. 3-18, 2023.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **Inteligência artificial na educação**: usos, oportunidades e riscos no cenário brasileiro. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2025.

QUARTO PERÍODO

HISTÓRIA MODERNA I

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

Ementa: a disciplina aborda os principais processos históricos do chamado período moderno, de cerca de 1490 até meados do século XVII. O objetivo é compreender globalmente as trajetórias das transformações sociais, políticas, culturais e econômicas dos impérios e Estados modernos. Discutem-se a Dinastia Ming, o Império Mogol, o Império Otomano e a modernidade islâmica, o Império Safávida, os Renascimentos e Humanismos na Europa, a Reforma e a Contrarreforma na Igreja Católica, a expansão do império Russo, a expansão marítima dos impérios ibéricos (com foco na trajetória da expansão quatrocentista portuguesa e na Espanha imperial), o império holandês na Ásia, assim como a cultura barroca no Atlântico, os absolutismos e a formação dos Estados modernos na Europa e na Ásia. Por esse caminho, analisam-se as dinâmicas de poder, as relações entre metrópoles e colônias e os impactos das transformações culturais e tecnológicas, das práticas corporais, da circulação de ideias e pessoas, da atuação dos intelectuais e do lugar da historiografia como prática histórica.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, A. de Melo; DORÉ, A.; LIMA, L. F. Silvério; MACHEL, M. de A. Ribeiro; RODRIGUES, R. L. (orgs.). **A época moderna**. Petrópolis: Vozes, 2024.

STOPFORD, Martin. **Economia marítima**. São Paulo: Editora Blucher, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Renascimento**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2024.

Bibliografia complementar:

BETHENCOURT, Francisco; Ramada Curto, Diogo (orgs.). **A expansão marítima portuguesa**. Lisboa: Ed. 70, 2007.

CAVALCANTE, Berenice et al. (org.). **Modernas tradições: percursos da cultura ocidental séculos XV-XVII.** Rio de Janeiro: Access Editora, 2002.

FLORES, Jorge. Nas Margens do Hindustão**. O Estado da Índia e a Expansão Mogol ca. 1570-1640**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português 1500-1700**. Lisboa: Diffel, 1993.

WOOD, Michael. **História da China: o retrato de uma civilização e de seu povo.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA ORIENTAL

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: O conceito de Idade Média Oriental. Análise historiográfica sobre a História do Oriente Medieval. O conceito de Antiguidade Tardia. A crise do século III e a orientalização do Império Romano. A constituição do Império Bizantino e a formação da Igreja Oriental. O Oriente Islâmico: das origens ao início do século XII. O Ocidente Muçulmano: os reinos da África do norte e da Península Ibérica. As relações entre Oriente e Ocidente, as Cruzadas. A formação e a expansão do Império Turco-otomano. A Rússia e o extremo oriente na Idade Média.

Bibliografia Básica

COLLI, Gelci André. **Religiões do oriente:** China e Japão. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. **Idade média:** mil anos no presente. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2016.

FERGUSON, Niall. **Civilização**: Oriente x Ocidente. São Paulo: Planeta, 2012.

Bibliografia Complementar

DUCELLIER, Alain. **A Idade Média no Oriente**: Bizâncio e o Islão: dos bárbaros aos Otomanos. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

MATRAN. R. A **Expansão muçulmana**: século VII-XI. São Paulo: Pioneira, 1977.

QUATAERT, D. **O Império Otomano**: Das origens ao século XX. Lisboa: Edições 70, 2008.

ROBERTS, J. **História da China**. São Paulo: Grafia, 2012.

YAMASHIRO, José. **Japão**: Passado e Presente. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1997.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DA AMÉRICA II

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: As Américas no contexto da crise do Antigo Regime e da Era das Revoluções. Circulação de ideias políticas no espaço atlântico e suas repercussões nas Américas. Processos de independência e ruptura com as metrópoles no final do século XVIII e ao longo do século XIX. Formação dos Estados nacionais e construção de identidades latino-americanas: projetos políticos, imaginários sociais e disputas de poder. Configurações político-sociais da América independente, com permanências e rupturas nas estruturas coloniais, especialmente nas relações de trabalho e hierarquias sociais. Relações entre os Estados Unidos e a América Latina no século XIX: expansão, influência e tensões geopolíticas. Escravidão, abolição e reconfiguração das sociedades pós-independência. Educação, formação dos Estados e projetos de cidadania nas Américas. Problematizações do ensino de História da América Independente na Educação Básica.

Bibliografia Básica

DONGHI, Túlio H**. História da América Latina**. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KARNAL, Leandro *et al*. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

Bibliografia complementar

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GUIBERNAU, Montserrat. **O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX**. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.

LOPEZ, Luís Roberto. **História da América Latina.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

PAMPLONA, Marco Antonio; MADER, Maria Elisa (orgs.). **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas***:* Nova Granada, *Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1992.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DO BRASIL II

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo das principais interpretações historiográficas sobre o Brasil no período imperial, com ênfase nos processos de construção da nação, do Estado e das múltiplas dimensões da identidade nacional ao longo do século XIX. Análise da formação e consolidação da ordem imperial, considerando suas bases políticas, institucionais e sociais, bem como os mecanismos de legitimação do poder monárquico. Investigação dos movimentos contestatórios e das tensões sociais e políticas que marcaram o período, incluindo revoltas regionais, conflitos sociais e disputas pelo poder, evidenciando a diversidade de projetos de nação em disputa. Exame das relações entre terra e trabalho, com destaque para a estrutura fundiária, a economia agrária e as transformações nas formas de organização do trabalho. Discussão dos processos de urbanização e das transformações nas formas de sociabilidade, incluindo a constituição de espaços públicos e privados, as mudanças nos padrões de convivência social e a configuração da vida privada no contexto imperial. Análise da política externa do Império brasileiro, com ênfase nos conflitos e nas relações diplomáticas na região do Prata e seus impactos na consolidação do Estado nacional. Estudo do processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, abordando suas dimensões econômicas, sociais e políticas, bem como suas contradições e limites. Reflexão sobre o movimento abolicionista, a crise do sistema escravista e o enfraquecimento da monarquia, culminando na desagregação do regime imperial. Abordagem do ensino da História do Brasil Império na Educação Básica, com ênfase na problematização de narrativas tradicionais, no uso de fontes históricas diversificadas e na construção de práticas pedagógicas críticas que valorizem a pluralidade de sujeitos históricos.

Bibliografia Básica

LEAL, Bruno; CHAVES, José Inaldo**. Várias faces da Independência do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

MAESTRI, Mário. **Uma História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2002.

Bibliografia complementar

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: Teatro de Sombras. R.J: UFRJ, 1996.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7.ed. São Paulo: UNESP, 1999.

NUNES, João Paulo Avelãs; SOUZA, Miliandre Garcia de; MAIA, Tatyana de Amaral. **A independência e o Brasil independente**. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2022.

MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2.ed. R. J: Paz e Terra, 1989.

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DO MARANHÃO II

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo da historiografia sobre o Maranhão no período imperial, contemplando diferentes interpretações e abordagens teórico-metodológicas acerca da formação histórica da província ao longo do século XIX. Análise do Maranhão no contexto da transição do mundo luso-brasileiro para o Estado nacional brasileiro, considerando os impactos da independência política e das transformações institucionais na reorganização do poder local e regional. Investigação das disputas políticas, das tensões sociais e dos movimentos insurrecionais que marcaram o período, com destaque para as formas de resistência, conflitos internos e lutas pelo poder. Exame da dinâmica da economia provincial, incluindo as atividades produtivas, as relações comerciais e a inserção do Maranhão nos circuitos econômicos nacionais e internacionais. Estudo do sertão maranhense enquanto espaço social, econômico e cultural, considerando suas especificidades, formas de ocupação e articulação com o litoral. Análise do processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, abordando suas implicações sociais, econômicas e políticas, bem como as continuidades e rupturas nas relações de trabalho. Discussão do processo de urbanização, da emergência de novas formas de sociabilidade e das transformações nas relações de gênero, destacando mudanças nos padrões de convivência social e nos papéis atribuídos a homens e mulheres. Reflexão sobre o ensino da História do Maranhão Imperial na Educação Básica, com ênfase em abordagens críticas, no uso de fontes históricas diversificadas e na valorização da história regional como instrumento de formação da consciência histórica dos estudantes.

Bibliografia Básica

GALVEZ, Marcelo Cheche; COSTA, yuri (orgs). **O Maranhão oitocentista**. São Luís: Café e Lápis; Ed. UEMA, 2015.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**: A monarquia. 2.ed. revista e ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2008.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **A Construção da Identidade Sertaneja Maranhense**. Curitiba: CRV, 2017.

Bibliografia complementar

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MEIRELIS, Mário M. **História do Maranhão**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memória dos sertões maranhenses**. – São Paulo: Siciliano, 2002.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (18501888)**. São Luís: SIOGE, 1980.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A Balaiada no Sertão**. São Luís: Editora UEMA, 2010.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

GESTÃO DE SISTEMA E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Teorias da administração e gestão da educação. Reformas da gestão da educação no Brasil (modelo patrimonialista, modelo burocrático, modelo gerencial). Gestão democrática da educação: democratização, autonomia e participação. Escola como núcleo de gestão pedagógica, administrativa e financeira. Gestão democrática da escola: eleição de diretor, conselho escolar, PDDE. Organização do trabalho pedagógico na escola: projeto político pedagógico, identidade docente, formação continuada dos professores, sistema de avaliação da escola. Relações escola/ família/ comunidade na construção da qualidade do processo educativo.

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização.10. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** 2. ed. rev. São Paulo: Intermeios, 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 2016.

Bibliografia Complementar

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática de escola pública**. São Paulo: Ática, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastroorg. **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. 28. ed. Campinas - São Paulo: Papirus editora, 2010.

PEREIRA, Ana Vera Santos. **Gestão escolar**. São Luís: UEMANET, 2011

BALL, Stephen J. Org. **Políticas educacionais**: questões e dilemas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2014. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 12 nov 2025.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Estudo das concepções teóricas, históricas e políticas do currículo na educação brasileira. Análise das diferentes abordagens curriculares e suas relações com a sociedade, a cultura, o poder e a formação docente. O currículo como construção social e prática cultural: dimensões epistemológicas, ideológicas e pedagógicas. Políticas públicas e documentos normativos que orientam o currículo da educação básica. Práticas de planejamento, organização e avaliação curricular no contexto escolar. A interdisciplinaridade, a diversidade cultural e a inclusão como princípios curriculares. Avaliação educacional no contexto políticas públicas direcionadas para a escola. Contextualização histórica da avaliação institucional. Avaliação do sistema educacional brasileiro. Avaliação institucional: currículo, corpo docente.

Bibliografia Básica

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação:** políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional**: base teórica e construção do projeto. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BOTH, Ivo José. **Avaliação Institucional.** Curitiba: Contentus, 2020.

SACRISTAN, José Gimeno. **Saberes e Incertezas sobre e Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

ARROYO. Miguel G**. Currículo:** território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currrículo:** Campinas questões atuais. 14. ed. Campinas: Papirus, 1997.

PACHECO, José Augusto. **Teorias do currículo**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2014

ACE 4: PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AEE	-

Ementa: Essa ação extensionista deverá abordar o conceito de patrimônio cultural, contemplando tanto os elementos culturais quanto os naturais, seja de natureza material ou imaterial. As noções de educação patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural. A presente ação extensionista deverá ser desenvolvida em escola da educação básica, sendo voltada para a preservação do patrimônio cultural do seu entorno. A título de exemplo, os graduandos podem auxiliar os estudantes das escolas a mapear monumentos, prédios antigos ou nomes de ruas próximos à escola que homenageiam personagens históricos. Os graduandos podem atuar ainda junto com os alunos, discutindo quem foram aquelas pessoas e se elas ainda representam a comunidade hoje.

Bibliografia Básicas:

BRUSADIN, L. B.; CASTRIOTA, L. B. **Memória e patrimônio cultural**: gestão, preservação e interpretação. Pacoti, CE: Geplam Assessoria: Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG, 2023.

IPHAN. **Educação Patrimonial**: Histórico, conceitos e processos. Ministério da Cultura: Brasília, 2014.

NUNES, V. M. M.; LIMA, L. E. P. **História e Patrimônio Cultural**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe CESAD, 2007.

Bibliografia complementares:

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**. Campinas, 16 (2), maio-agosto, 2004

CAMPOS, J. B.; PREVE, D. R.; SOUZA, I. F. **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015

SCIFONI, S. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, v. 18 • n. 48 (Jan.-Mar., 2017)

QUINTO PERÍODO

HISTÓRIA MODERNA II

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

Ementa: A disciplina aborda os principais processos e eventos históricos do chamado período moderno tardio, de finais do século XVII até finais do século XVIII. Discutem-se a expansão do colonialismo e competição entre os impérios no século XVIII, a emergência de uma cultura escrita e impressa na Europa, os iluminismos, a ciência moderna e a Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII, a Revolução Gloriosa inglesa e as ilhas atlânticas, as revoluções atlânticas nos Estados Unidos, a formação do Japão moderno, a chamada Grande Divergência entre China e Europa. Por esse caminho, analisam-se as dinâmicas de poder, as relações entre metrópoles e colônias e os impactos das transformações culturais e tecnológicas, das práticas corporais, da circulação de ideias e pessoas, da atuação dos intelectuais e do lugar da historiografia como prática histórica. Debatem-se tópicos de ensino de História Moderna: métodos e técnicas de ensino, filmes e recursos audiovisuais, e narrativas de História Moderna nos livros didáticos.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, A. de Melo; DORÉ, A.; LIMA, L. F. Silvério; MACHEL, M. de A. Ribeiro; RODRIGUES, R. L. (orgs.). **A época moderna.** Petrópolis: Vozes, 2024.

GRESPAN, Jorge. **Revolução francesa e iluminismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Maria das Graças de; NASCIMENTO, Milton Meira do. **Iluminismo**: a revolução das luzes. São Paulo: Grupo Almedina, 2020.

Bibliografia complementar:

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

GOLDSTONE, Jack**. História Global da Ascensão do Ocidente 1500–1850**. Lisboa: Ed. 70, 2009.

RODRIGUES, José Damião. Reformas e Iluminismo no Mundo Atlântico: o caso português. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 182, n. 486, p. 101–136, 2024.

FAIRBANK, John King; Goldman, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

HILL, Christopher S. **O século das Revoluções**. São Paulo: UNESP, 2012.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

ENSINO DE HISTÓRIA: FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
30h	2cr	15h	AACE	-

Ementa: Estudar os fundamentos teórico-metodológicos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da ciência histórica na alfabetização e nas séries iniciais do ensino fundamental. Identificar e compreender os principais conceitos e categorias históricas trabalhados nas séries iniciais do ensino fundamental, em articulação com as diretrizes da legislação educacional brasileira. Problematizar o uso de recursos didático-pedagógicos auxiliares das aulas de História, destacando-se o livro didático. Desenvolver experimentos relacionados a seleção de conteúdos, metodologias de ensino e confecção de materiais didáticos para as aulas de História.

Bibliografia básica:

Bittencourt, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2008

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História, geografia.** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

KARNAL, Alexandre Fonseca (org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo: Contexto, 2008.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe (org) **O saber histórico em sala de aula**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FREITAG, Bárbara *et alii*. **O livro didático em questão.** 2ª ed. São Paulo: Cortez. 1993.

GUIMARAES, Selva. **Caminhos da História ensinada.** Campinas, Papirus, 1993.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História.** São Paulo: Scpione, 2004.

ZARTH, Paulo Afonso. (org.). **Ensino de História e educação.** Ijui: Ed. UNIJUI, 2004.

HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
45h	3cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo da história e das culturas dos povos indígenas no Brasil, considerando suas múltiplas matrizes étnicas, linguísticas e cosmológicas, bem como seus processos históricos de resistência, adaptação e protagonismo desde o período pré-colonial até a contemporaneidade. Análise crítica das relações entre Estado, sociedade envolvente e povos indígenas, com ênfase nas políticas indigenistas implementadas ao longo da Colônia, do Império e da República, incluindo seus impactos sobre os territórios, identidades e modos de vida indígenas. Discussão dos fundamentos da educação e da diversidade cultural a partir de perspectivas pedagógicas, psicológicas, antropológicas e sociológicas, enfatizando o reconhecimento da interculturalidade, da pluralidade epistemológica e dos direitos educacionais diferenciados. Estudo da constituição da educação escolar indígena específica, diferenciada, bilíngue e intercultural, à luz da legislação brasileira e das diretrizes curriculares nacionais. Reflexão sobre as tensões históricas e contemporâneas entre os modelos escolares hegemônicos e os sistemas próprios de ensino-aprendizagem dos povos indígenas, considerando suas pedagogias tradicionais, formas de transmissão de saberes, práticas comunitárias e relações com a natureza. Análise das experiências educativas, práticas culturais e processos de aprendizagem de povos indígenas no estado do Maranhão, com atenção às especificidades locais, às lutas por território e educação, e ao protagonismo indígena na construção de projetos educativos próprios. Problematização do ensino de História e Cultura Indígena na Educação Básica, com base nas Leis vigentes, abordando desafios, possibilidades, produção de materiais didáticos, formação docente e combate a estereótipos, preconceitos e invisibilizações históricas.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Povos indígenas e tribais:** e a consulta prévia da convenção 169 da Organização internacional do trabalho. Cotia, SP: Foco, 2025.

BERNARDO, Leandro Ferreira. **Povos indígenas e direitos territoriais**. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia Complementares

ASSOCIAÇÃO CARLO UBBIALI. **Os índios do Maranhão**: O Maranhão dos índios. São LuísMA: Instituto Ekos, 2004.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Educação e diversidade cultural**: interculturalidade como episteme. Cadernos de Educação. Cuiabá: UNIC, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. ***Pré-história do Brasil***. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

JUCAPÉ, KakaWerá. **A terra dos mil povos**: História indígena no Brasil contada por um índio. São Paulo Petrópolis, 1998.

MUNDURUKU, Daniel; NEGRO, Mauricio; TASSO, Luciano. **O banquete dos deuses**. 1. ed. São Paulo: Global, 2015.

TEORIAS E METODOLOGIAS DA HISTÓRIA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Novas linguagens, abordagens teórico-metodológicas e práticas investigativas no campo da Pesquisa Histórica, com ênfase na ampliação dos objetos, fontes e formas de narrativa. Estudo das metodologias da História Oral, considerando seus procedimentos de coleta, registro, crítica e interpretação de depoimentos; da História do Tempo Presente, voltada à análise de processos históricos recentes e à problematização da memória, do testemunho e das fontes contemporâneas; da História Comparada, enfocando estratégias de análise entre diferentes contextos históricos, culturais e sociais; da Micro-História, com atenção às escalas reduzidas de análise e à valorização de trajetórias individuais e experiências singulares; e da História Local e Regional, destacando a importância das dinâmicas territoriais, identidades e especificidades socioculturais. Reflexão sobre o uso de fontes diversas (orais, escritas, visuais e digitais), bem como sobre os desafios éticos, epistemológicos e interpretativos envolvidos na produção do conhecimento histórico na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

CERTEAU, M. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GINZBURG, Carlo. **O fio e o rastro:** verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

REIS, José Carlos. **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Bibliografia Complementar

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Revista da USP, 1993, p. 7-28.

LE GOFF, J. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUSEN, Jorn. **Os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 101-167. A edição original é de 1986.

PESQUISA NO ESPAÇO ESCOLAR

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Fundamentos epistemológicos da pesquisa em educação: paradigmas e correntes teóricas. A especificidade do objeto educacional e a construção do problema de pesquisa. Abordagens metodológicas: qualitativa, quantitativa e mista. Modalidades de pesquisa: estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa participante, pesquisa bibliográfica e documental. Instrumentos e procedimentos de coleta de dados: observação, entrevista, questionário e grupo focal. Técnicas de tratamento e análise de dados. Ética na pesquisa com seres humanos: regulamentação (Plataforma Brasil/CEP) e integridade científica. Elaboração do projeto de pesquisa: articulação entre teoria, método e objeto de estudo

Bibliografia Básica

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 8 ed. São Paulo:Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2011.

Bibliografia Complementar

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Pesquisa educacional:** o prazer de conhecer. 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias:** acadêmica da ciência e da pesquisa. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projeto de pesquisa:** monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo das relações entre História e Historiografia, compreendendo a historiografia como campo de produção de conhecimento, seus pressupostos teórico-metodológicos e suas transformações ao longo do tempo. Análise crítica das principais correntes e tradições da historiografia brasileira, com ênfase nos paradigmas explicativos que orientaram a interpretação da formação histórica do Brasil, tais como o pensamento colonial, o ensaísmo clássico, o marxismo, a história social e cultural, entre outros. Discussão sobre os processos de construção do conhecimento histórico no Brasil, abordando a relação entre pesquisa histórica e produção historiográfica, com destaque para a definição de objetos, o uso de fontes, os métodos de investigação e as formas narrativas. Reflexão sobre os deslocamentos teóricos e metodológicos ocorridos na historiografia brasileira contemporânea, incluindo a incorporação de novas temáticas, sujeitos históricos e abordagens interdisciplinares. Exame dos debates historiográficos recentes, com foco nos conceitos-chave que orientam a produção atual, como memória, identidade, cultura, poder, gênero, raça e colonialidade. Avaliação crítica das tendências contemporâneas da historiografia brasileira, considerando seus desafios, impasses e perspectivas no contexto acadêmico e social.

Bibliografia Básica

FREITAS, Marcos Cezar (Org.)**. Historiografia Brasileira em Perspectiva.** 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil:** um Banquete no Trópico, 3ª São Paulo: Editora SENAC, 2001. 2v.

REIS, José Carlos**. As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Bibliografia Complementares

MALERBA, Jurandir (Org.). **A História escrita: teoria e História da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 11ª ed. São Paulo: Globo, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 10 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras,1995.

PRADO, Caio Júnior. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

ACE 5: HISTÓRIA E MEMÓRIA SOCIAL LOCAL

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AEE	-

Ementa: Essa ação extensionista deverá abordar o debate acerca do conceito de memória e sua relação com os estudos históricos. Ademais, deve-se discutir a questão dos conceitos de sociedade e memória social e sua articulação com a história regional e local. O método da história oral. A ação extensionista deverá ser aplicada em escolas da Educação Básica, sendo focada na construção da História dos bairros onde estão inseridas. Como exemplo, os graduandos podem orientar os alunos da escola a realizarem entrevistas, utilizando o método da história oral, com funcionários antigos, moradores do entorno ou familiares sobre as transformações do bairro.

Referências Básicas:

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais. 1990.

LE GOFF, J. **Memória/História**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

RICOEUR, P. **A memória. A história. O esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Referências complementares:

POLLAK. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 5 n. 10, 1992.

SARLO, B. **Tempo passado**: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VELHO, G. **Memória, identidade e projeto**. Projeto e metamorfose. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

SEXTO PERÍODO

HISTÓRIA DA AMÉRICA III

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: O capitalismo na América Latina contemporânea e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais. Projetos alternativos de Estado: populismo(s), socialismo(s) e militarização do continente. Estados Unidos e imperialismo. A redemocratização da América Latina, o neoliberalismo econômico e a ascensão das "esquerdas". Análise das ideias políticas expressas por autores latino-americanos contemporâneos.

Referência Básica

CODATO, Adriano. **Ditadura militar**: nove ensaios sobre a política brasileira. Lisboa: Edições 70, 2023.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **América Latina no século XXI**: em direção a uma nova matriz sociopolítica. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SANTOS, Valdir**. Independências na América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2025.

Referências Complementares

BESSONE, Tânia Maria Tavares. **América Latina**: imagens, imaginação e imaginário. São Paulo: EDUSP, 1997.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel:** a Revolução Cubana e a América Latina. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

RAMÍREZ, Sergio. **Adiós muchachos**: a história da Revolução Sandinista e seus protagonistas. Tradução de Eric Nepomuceno. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

VERÍSSIMO, José. **Cultura, literatura e política na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

Ementa: a disciplina aborda os principais processos e eventos históricos que configuram a consolidação do mundo contemporâneo, focando essencialmente nas dinâmicas do longo século XIX. Problematizam-se o conceito de contemporâneo e suas questões de periodização. Discutem-se a Revolução Francesa e sua historiografia, os ecos revolucionários no Atlântico, com destaque para a Revolução Haitiana, e as transformações da Revolução Industrial, abarcando o industrialismo, a técnica, a arte, a ciência e a urbanização. Analisam-se a ordem diplomática global e as comunas na Europa pós-Napoleão, bem como as dinâmicas da globalização contemporânea impulsionadas pelos imperialismos e nacionalismos. Por esse caminho, debatem-se os processos de modernização e os territorialismos de fim de século, o caso da China, as unificações da Alemanha e da Itália, as reformas e crises na Rússia, o Japão na Era Meiji, as dinâmicas do Raj Britânico em meio à emergência do nacionalismo indiano, e a trajetória do Império Otomano, a Belle Époque europeia os genocídios no novo século.

Bibliografia básica:

BERTONHA, João Fábio. **Imperialismo**. 1. ed. *[S.l.]*: Contexto, 2023.

COOPER, Frederick. **Histórias de África: Capitalismo, modernidade e globalização.** Lisboa: Ed. 70, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

Bibliografia complementar:

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens de nossa época.** Lisboa: Ed. 70, 2022.

PORTER, Andrew. **O Imperialismo Europeu**. Lisboa: Ed. 70, 2011.

WASHBROOK, David. **Histórias da Índia: Entre Impérios e Mundos Globais**. Lisboa: Ed. 70, 2021.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA HISTÓRICA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
30h	2cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo dos fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa em História, com ênfase na construção do conhecimento histórico e nas especificidades da investigação historiográfica. Análise das etapas de elaboração do projeto de pesquisa, incluindo definição de tema, problematização, justificativa, objetivos, hipóteses e revisão bibliográfica. Discussão sobre a natureza, tipologia e crítica das fontes históricas, abrangendo fontes escritas, orais, iconográficas, materiais e digitais, bem como os procedimentos de coleta, seleção, validação e interpretação documental. Abordagem dos principais métodos e correntes da historiografia, destacando suas implicações na prática da pesquisa histórica. Desenvolvimento de habilidades para a elaboração de projetos de pesquisa em História, contemplando normas acadêmicas, estrutura formal, técnicas de redação científica e uso ético das fontes. Introdução às técnicas de pesquisa, como levantamento bibliográfico, uso de arquivos, entrevistas e organização de dados. Reflexão sobre os desafios contemporâneos da pesquisa histórica, incluindo o uso de tecnologias digitais, bancos de dados, acervos online e ferramentas de apoio à investigação. Ênfase na autonomia intelectual do pesquisador e na construção de uma postura crítica diante das fontes e da produção historiográfica.

Referências Básicas

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

RUSEN, Jorn. **Reconstrução do passado**. Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**: Foucault revoluciona a História. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

Referência Complementar

BURKE, Peter (org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**: ensaios de

teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa - Rio de Janeiro: DIFEL - Editora Bertrand Brasil, 1990. (Memória e Sociedade).

GADDIS, J. L. **Paisagens da História**: Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HOBSBAWN. **Sobre História**. São Paulo. Cia da Letras, 2013.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTINICO RACIAIS

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Raça, racismo, e Mito da Democracia Racial no Brasil. Racismo e escolarização. As formas de organização e lutas dos povos indígenas e afro-brasileiros por equidade e uma humanidade solidária. Conhecimentos, culturas e valores civilizatórios afrodescendentes e indígenas em território maranhense e em todo o Brasil. Identidades étnicas. Legislação educacional antirracista: Leis nº 10.639/2003, Lei nº 11.645/2008 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Interculturalidade e interseccionalidade. Política de ações afirmativas na educação. Práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar.

Bibliografia Básica

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2017.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação Para Manejo do Mundo:** Entre A Escola Ideal e A Escola Real No Alto Rio Negro. Brasília: Contra Capa, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. ,

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF: Senado, 2008.

DUTRA, Elaine Cristina Corrêa (org.). **Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial no Maranhão** (Volume 2). São Luís: FAPEMA/SEIR-MA, 2024.

FLEURI, Reinaldo Matias**. Educação intercultural e formação de professores**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.]

MÜLLER, T. M. P., COELHO, W. de N. B., FERREIRA, P. A. B. (Orgs.). **Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DO MARANHÃO III

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo da história e da historiografia do Maranhão no período republicano, com ênfase nas diferentes interpretações acerca das transformações políticas, sociais, econômicas e culturais ocorridas do final do século XIX à contemporaneidade. Análise da atuação das oligarquias regionais, considerando suas estratégias de manutenção do poder, as redes de influência política e os impactos dessas estruturas na organização do Estado e da sociedade maranhense. Exame das atividades econômicas, com destaque para a agricultura, os processos de modernização e as iniciativas de industrialização, bem como suas implicações para o desenvolvimento regional e para as desigualdades socioeconômicas. Investigação da questão fundiária, abordando a concentração de terras, os conflitos agrários e a emergência de movimentos sociais no campo, com atenção às formas de resistência e organização das populações rurais. Análise da questão indígena, considerando as políticas, os processos de expropriação territorial, as estratégias de resistência e a luta pelos direitos dos povos originários. Estudo da inserção do estado nos chamados Grandes Projetos de desenvolvimento, avaliando seus impactos sociais, econômicos, ambientais e territoriais. Discussão da questão urbana, contemplando os processos de urbanização, crescimento das cidades, desigualdades socioespaciais e desafios contemporâneos. Abordagem das manifestações culturais maranhenses, com ênfase nas relações entre identidade, memória, resistência e apropriação cultural em diferentes contextos históricos. Reflexão sobre o ensino da História do Maranhão Republicano na Educação Básica, privilegiando abordagens críticas, o uso de múltiplas fontes, a valorização da história local e regional e a construção de práticas pedagógicas que promovam a consciência histórica e cidadã.

Referências Básicas

ABRANTES, Elizabeth Sousa (org.). **Mulher e república no Maranhão**. São Luís: Eduema, 2015.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão.** São Luís: [s.n.], 1981.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **O Projeto Grande Carajás e suas consequências para as**

populações extrativistas do Maranhão. Imperatriz: Ética, 2011.

Referências Complementares

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: EDUFMA, 2006.

FEITOSA, Moacir. **História do desenvolvimento econômico do Maranhão**. Belém: UFPA, 2003.

MELO, Maria Cristina Pereira de. **O bater dos panos**: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960). São Luís: SIOGE, 1990.

REIS, Flavio Antônio de Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2007.p.72 a 118.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
30h	2cr	15h	EFG	-

Ementa: Fundamentos das tecnologias digitais na educação e suas implicações para o processo de ensino e aprendizagem. O uso pedagógico das tecnologias à luz da BNCC-Computação, com ênfase em cultura digital e pensamento computacional no contexto escolar. Letramento digital e midiático: análise crítica da informação, curadoria de conteúdos e enfrentamento da desinformação. Seleção e aplicação pedagógica de softwares, aplicativos e Recursos Educacionais Digitais (RED). Tecnologias digitais na prática docente, considerando aspectos éticos, acessibilidade, inclusão e proteção de dados. Potencialidades das tecnologias emergentes, como Inteligência Artificial, no apoio às práticas pedagógicas. ,

Bibliografia Básica

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente**. Campinas, SP: Papirus, 2014.

RAABE, André; ZORZO, Avelino; BLIKSTEIN, Paulo. (org.). **Computação na Educação Básica**: fundamentos e experiências. Porto Alegre: Penso, 2020.

VALENTE, José Armando; FREIRE, Fernanda Maria Pereira; ARANTES, Flávia Linhalis. Tecnologia e educação: passado, presente e o que está por vir. **Campinas, SP: Nied/Unicamp**, 2018.

Bibliografia Complementar

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Tecnologia assistiva:** uma prática para a promoção dos direitos humanos. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MORAN, José Manuel; MATTAR, João. **Diálogos sobre Educação Híbrida e Digital**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2023.

RIBEIRO, Ana Elisa; COSCARELLI, Carla Viana. **Letramento digital:** aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Autêntica, 2017.

SILVA, Eliel Constantino da; JAVARONI, Sueli Liberatti. (org.). **Pensamento Computacional**: pesquisas, práticas e concepções. Curitiba: Editora UFPR, 2024.

VICARI, Rosa Maria; BRACKMANN, Christian Puhlmann; MIZUSAKI, Lucas Eishi Pimentel; GALAFASSI, Cristiano. **Inteligência artificial na educação básica**. Novatec Editora, 2023.

ELETIVA RESTRITIVA I

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

Bloco Livre

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III

Instrumentos de Prática e Organização do Ensino

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	ECS	Estágio II

Ementa:

Planejamento e organização do trabalho pedagógico em História. Elaboração de planos de aula, sequências didáticas e instrumentos de avaliação. Análise de materiais didáticos e uso de fontes históricas no ensino. Discussão sobre metodologias de ensino de História e práticas pedagógicas inovadoras. Preparação para a regência.

Referências Básicas:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Ensinar História.** São Paulo: Contexto, 2003.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. São Paulo: Ática, 2006.

Referências Complementares:

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

ACE 6: METODOLOGIAS DE PROJETOS SOCIAIS

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AEE	-

Ementa:

Essa ação extensionista deverá abordar o conceito de projeto social e a possibilidade de intervenção na realidade visando a solução de problemas e ao atendimento das demandas da comunidade ou promoção de melhorias na qualidade de vida da população que circunda a comunidade escolar. Metodologias e estrutura de projetos sociais. Essa ação de extensão deverá ser desenvolvida em escola da educação básica, sendo voltada para a elaboração e execução de projetos sociais a partir do diagnóstico participativo, onde, em parceria com os graduandos do curso de História, os alunos identificam problemas locais (bullying, meio ambiente, etc.) e criam soluções práticas. Como exemplo, os graduandos poderão, em conjunto com os alunos da educação básica e a comunidade, propor ações práticas para solução de problemas identificados no ambiente escolar ou no entorno da escola, promovendo o diálogo inclusive com os poderes públicos.

Referências Básicas:

NUNES, N. R.; EDMUNDO, K. **Projetos sociais**: um infinito campo de possibilidades. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

SIQUEIRA, A. O.; BARROSO, J. A.; HIGASHI, P. Metodologias Ativas e o Processo de Elaboração de Projetos Sociais. **Pleiade**, 15(33): 35-44, Jul.-Dez., 2021

STEPHANOU, L.; MÜLLER, L. H.; CARVALHO, I. C. M. **Guia para elaboração de projetos sociais**. São Leopoldo, RS: Sinodal, Porto Alegre/RS: Fundação Luterana de Diaconia, 2003.

Referências complementares:

COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista Do Serviço Público**, 49(2), 2014.

RODRIGUES, P. R.; BRANCHI, B. A.; SUGAHARA, C. R. Mapeamento de metodologias de avaliação de projetos sociais. **Perspectivas em Diálogo**: Revista de Educação e Sociedade, [S. l.], v. 8, n. 18, 2021.

TEIXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. Gestão e planejamento no campo das políticas sociais. In: **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SÉTIMO PERÍODO

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

Ementa: a disciplina aborda os principais processos históricos que caracterizam a experiência global do século XX ao início do século XXI, focando-se nas transformações políticas, sociais e culturais da contemporaneidade. Discutem-se o imperialismo europeu como motor da globalização, os nacionalismos e a queda de impérios, com ênfase no Império Otomano e nos povos árabes. Analisam-se as Revoluções Russas e a ascensão dos socialismos, as grandes guerras mundiais, as ideologias totalitárias e a configuração de um mundo polarizado durante a Guerra Fria. Problematizam-se as lutas anticoloniais e os nacionalismos na África e na Ásia, destacando os processos de independência e revolução na China e na Índia. Por esse caminho, examinam-se a descolonização e a contra colonização, os movimentos culturais do século XX e a transição para a nova ordem mundial. A disciplina explora, ainda, a globalização pós-colonial, a cibercultura, o Antropoceno e os desafios do novo milénio, como as novas faces do terrorismo e a condição pós-moderna. Debate-se, por fim, o ensino de História Contemporânea: as narrativas nos livros didáticos, as abordagens historiográficas recentes e o uso de tecnologias e recursos audiovisuais na prática docente.

Bibliografia básica:

AARÃO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O Século XX**. **O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHIARETTI, Marco. **A Segunda Guerra Mundial.** Londres: [s.n.], 1995.

MORAES, Luís Edmundo. **História contemporânea:** da Revolução francesa à Primeira guerra mundial. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké (ed.). **Mulheres africanas e feminismo:** reflexões sobre a política da sororidade. Petrópolis: Vozes, 2023.

Bibliografia complementar:

ANGUS, Ian. **Enfrentando o Antropoceno: Capitalismo fóssil e a crise do sistema**

terrestre. São Paulo: Boitempo, 2023.

COGIOLLA, Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial. Um Balanço Histórico**. São Paulo: Xamã/USP, 1995, 15-35.

QUATAERT, Donald. **O Império Otomano**. Lisboa: Ed. 70, 2000.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: UNESP, 2004.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Fndamentos históricos, conceituais, políticos e legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no âmbito da formação inicial de professores. Análise das políticas públicas educacionais e dos marcos normativos que asseguram o direito à educação e à escolarização na escola comum das pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação e outras necessidades educacionais específicas. Princípios da educação inclusiva, da equidade, da diversidade e da eliminação de barreiras à aprendizagem. Práticas pedagógicas inclusivas na educação básica, considerando o desenho universal para a aprendizagem, as adaptações curriculares, os processos avaliativos inclusivos e o trabalho colaborativo, com vistas à atuação docente nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Práticas pedagógicas e a construção/adaptação de conteúdo para a diversidade da sala de aula. Tecnologia assistiva.

Bibliografia Básica

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência**: uma reflexão. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Atendimento educacional especializado**: políticas públicas e gestão nos municípios. São Paulo: Moderna, 2010.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** História e Políticas Públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 2011

Bibliografia Complementar

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. **Educação Especial:** do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira.** Integração/ Segregação do Aluno Diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

COELHO, Maria Teresa. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2002. Vol. I e II.

GARCIA, Jesus Nicasio**. Manual de dificuldades da aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	EFG	-

Ementa: Estudo dos fundamentos linguísticos, históricos, culturais, e legais da Língua Brasileira de Sinais – Libras, enquanto língua da comunidade surda brasileira. Reconhecer a importância da Identiade, Cultura Surda e da Comunidade Surda. Análise das políticas públicas e da legislação que asseguram o direito à educação bilíngue de pessoas surdas. Desenvolvimento de habilidades comunicativas básicas em Libras, contemplando vocabulário, expressões e estruturas gramaticais fundamentais, bem como práticas de interação em contextos educacionais. Discussão do papel da Libras na educação inclusiva e na formação do professor para atuação na educação básica, respeitando a diversidade linguística e cultural dos sujeitos surdos. Noções básicas de conversação e classificadores em Libras

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, Fernando César. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira**: O mundo do surdo em libras, V. 7. 1. ed. - São Paulo: EDUSP, 2019.

GESSER, Audrel. **Libras?: que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira:** Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos:** Ideologias e práticas pedagógicas**.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo, caminhos para uma nova Identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MORAIS, Carlos E. L.D.; PLINSKI, Rejane R K.; MARTINS, Gabriel P. T C.; SZULCZEWSKI, Deise M. **Libras**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo das perspectivas teóricas e metodológicas para o ensino de História da África Contemporânea, com ênfase na valorização de abordagens críticas, plurais e decoloniais. Discussão sobre a diversidade de fontes históricas, incluindo documentos escritos, fontes orais e tradições culturais africanas, destacando suas especificidades, potencialidades e limites na produção do conhecimento histórico. Análise do processo de colonização do continente africano entre os séculos XIX e XX, considerando a partilha da África, os sistemas coloniais europeus e suas implicações políticas, econômicas, sociais e culturais. Estudo das lutas de resistência e dos movimentos de descolonização, com destaque para lideranças, ideologias e contextos regionais. Exame da constituição dos Estados-nação africanos independentes, abordando os desafios políticos, como formação de governos, conflitos internos, guerras civis, regimes autoritários e experiências democráticas. Discussão sobre os processos de integração regional e continental, com ênfase no papel de organizações como a União Africana. Reflexão sobre os impactos da globalização no continente africano, considerando aspectos econômicos, culturais, tecnológicos e geopolíticos, bem como as inserções da África no sistema internacional contemporâneo. Análise das relações históricas e contemporâneas entre África e Brasil, destacando intercâmbios culturais, políticos e econômicos. Problematização do ensino de História da África Contemporânea na Educação Básica, com base na legislação educacional brasileira, discutindo práticas pedagógicas, materiais didáticos, formação docente e a superação de estereótipos e visões eurocêntricas.

Referência Básica

MACEDO, José Rivair. **Antigas sociedades da África negra**. São Paulo: Editora Contexto, 2021

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afroasiáticos, 2001.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analucia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2013.

Referência Complementar

COOPER, Frederick. **África desde 1940**: o passado do presente. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: Clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

JONGE, Klaas de. **África do Sul, apartheid e resistência**. São Paulo: Cortez, 1991.

MACKENZIE, J. M. **A partilha da África 1880-1900**. São Paulo: Ática, 1994.

SERRANO, Carlos. **Memória D'África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DO BRASIL III

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo da história e da historiografia do Brasil no período republicano, contemplando as diferentes interpretações sobre os processos políticos, sociais, econômicos e culturais que marcaram a formação e a consolidação da República no país, do final do século XIX à contemporaneidade. Análise das relações entre República e cidadania, considerando os limites e as possibilidades da participação política, os processos de exclusão social e a construção de direitos ao longo do tempo. Exame da chamada Primeira República, com ênfase em sua formação, consolidação e nas estruturas de poder oligárquico, bem como nas dinâmicas econômicas e nas relações de trabalho, especialmente no contexto da economia agrário-exportadora e das transformações decorrentes da modernização. Investigação dos movimentos sociais, políticos, religiosos e culturais, destacando formas de mobilização, resistência e contestação da ordem vigente em diferentes regiões do país. Discussão da questão urbana, abordando os processos de urbanização, as reformas nas cidades, as desigualdades socioespaciais e as novas formas de sociabilidade. Análise da construção do Nordeste como região, considerando aspectos históricos, políticos, econômicos e simbólicos envolvidos nessa configuração. Estudo da Revolução de 1930 como marco de reconfiguração do Estado brasileiro, seguido da análise do período varguista, com ênfase no getulismo, na cultura política, no trabalhismo e nos projetos de modernização econômica e social. Abordagem das continuidades e rupturas ao longo do período republicano, incluindo os processos de centralização do poder, industrialização e ampliação de direitos. Reflexão sobre o ensino da História do Brasil Republicano na Educação Básica, com ênfase na problematização de narrativas tradicionais, no uso de múltiplas fontes e linguagens, e na construção de práticas pedagógicas críticas que contribuam para a formação da consciência histórica e cidadã.

Referência Básica

AQUINO, Rubim Santos Leão de...et all. **Sociedade Brasileira**: Uma História. Através dos Movimentos Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**. São Paulo, Cia das Letras, 1987.

PACHECO, Eliezer. **A formação da esquerda no Brasil**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2024.

Referências Complementares

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

FERREIRA, Jorge e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GOMES, Ângela de Castro at all (org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**. São Paulo, Vértice, 1988.

MARTINS, Ana Luiza. **República**: um outro olhar. São Paulo, Contexto, 3ª ed. 1993.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - TCC I

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
30h	3cr	15h	AACE	MTPH

Ementa: Elaboração do projeto de pesquisa em História. Definição do tema, problema, objetivos e justificativa. Revisão bibliográfica e discussão teórico-metodológica. Delimitação do objeto de estudo e construção das hipóteses. Introdução às técnicas de pesquisa histórica, incluindo análise de fontes e uso de referenciais historiográficos. Normas acadêmicas e estrutura do trabalho científico. Produção do projeto de TCC, com acompanhamento orientado, e sua apresentação para banca de qualificação.

Referências básicas:

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

Referências complementares:

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV

Ensino Fundamental

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
105h	7cr	15h	ECS	Estágio III

Ementa:

Regência no Ensino Fundamental (anos finais), com desenvolvimento de atividades de ensino de História. Planejamento, execução e avaliação de aulas. Aplicação de metodologias e recursos didáticos diversificados. Reflexão sobre a prática docente, aprendizagem dos estudantes e realidade escolar. Produção de relatórios críticos sobre a experiência de regência

Referências Básicas:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Referências Complementares

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 24. ed. São Paulo: Libertad, 2010.

OITAVO PERÍODO

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
45h	3cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo das teorias racialistas e do cientificismo no Brasil contemporâneo, com ênfase na construção histórica do racismo, das hierarquias raciais e de suas bases ideológicas entre os séculos XIX e XX. Análise do período pós-abolição, abordando os desafios enfrentados pela população negra no acesso à cidadania, ao trabalho e aos direitos sociais, bem como os processos de marginalização e exclusão. Discussão das relações entre etnia, raça e multiculturalismo na formação da sociedade brasileira, destacando as contribuições africanas e afro-brasileiras nos campos social, cultural, religioso e político. Estudo das manifestações culturais afro-brasileiras, como religiões de matriz africana, música, dança, culinária e festas populares, compreendidas como formas de resistência, ressignificação e afirmação identitária. Análise das dinâmicas de identidade, resistência e apropriação cultural, considerando os processos históricos de luta da população negra contra o racismo e pela valorização de suas heranças culturais. Estudo das comunidades tradicionais quilombolas, seus modos de vida, territorialidades, direitos e reconhecimento legal no Brasil contemporâneo. Reflexão sobre políticas afirmativas, ações de combate às desigualdades raciais e processos de autodeclaração e autorreconhecimento étnico-racial. Problematização do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, com base na legislação vigente, discutindo práticas pedagógicas, materiais didáticos e a superação de perspectivas eurocêntricas e racistas no ensino de História.

Bibliografia Básica

GOMES Nilma Lino. **O movimento negro educador**: **saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a História do levante dos Malês em 1835. 2a. ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Bibliografia Complementar

FERRETTI, Sérgio. **Querebentã de Zomadônu:** Etnografia da Casa das Minas do Maranhão. 2. ed. rev. atual. São Luís: EDUFMA, 1996.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão**. O ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

PANTOJA, Selma Alves (2000). **Nzinga Mbandi**: mulher, guerra e escravidão. Brasília: Thesaurus, 2000.

RAMOS, Artur. **As culturas negras no Novo Mundo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SERRANO, Carlos. **Memória D'África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
30h	2cr	15h	EFG	-

Ementa: Fundamentos e marcos legais da Educação Ambiental e da emergência climática; percepção ambiental, sustentabilidade e ética do consumo; metodologias interdisciplinares e práticas pedagógicas para espaços formais e não formais; planejamento e execução de projetos de intervenção voltados à justiça socioambiental e à cidadania planetária.

Bibliografia Básica

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

REIGOTA, M. Meio Ambiente e representação social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. (Política Nacional de Educação Ambiental com foco em Mudanças do Clima).

Bibliografia Complementar

DIAS, G. F. **Educação ambiental:** princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2017 (Edição revisada).

GADOTTI, Moacir. **Educação e Crise Climática:** a pedagogia da Terra e o futuro comum. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2023.

MARANHÃO. **Lei Estadual nº 9.279/2010**. (Política Estadual de Educação Ambiental).

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2017**.**

ELETIVA RESTRITIVA II

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

Bloco Livre .

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V – REGÊNCIA NO ENSINO MÉDIO (120H)

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
120h	8cr	15h	ECS	-

Ementa:

Regência no Ensino Médio, com ênfase na prática docente em História. Planejamento e desenvolvimento de aulas articuladas às diretrizes curriculares e à BNCC. Utilização de metodologias ativas, tecnologias educacionais e diferentes linguagens no ensino. Avaliação da aprendizagem e reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Produção de relatório final articulando teoria, prática e contexto educacional.

Referências Básicas:

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Referências complementares:

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papirus, 2003.

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectivas.** São Paulo: Contexto, 1993.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

Brasil Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2018.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
75h	_	_	AACE	-

Ementa: Desenvolvimento e aproveitamento de atividades acadêmicas, científicas e culturais complementares à formação do estudante de História. Participação em eventos acadêmicos (seminários, congressos, simpósios), cursos, oficinas, projetos de pesquisa e extensão, monitorias, publicações e atividades culturais diversas. Incentivo à formação crítica, interdisciplinar e autônoma, articulando teoria e prática. Sistematização e validação das atividades mediante comprovação e critérios institucionais, visando ao enriquecimento da formação intelectual, profissional e cidadã do discente.

Referências: livre

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
30h	2cr	15h	AACE	TCC I

Ementa: Desenvolvimento da pesquisa iniciada no TCC I. Coleta, seleção e análise de fontes históricas. Redação do trabalho final conforme normas acadêmicas. Consolidação da argumentação e interpretação histórica. Orientação individual e acompanhamento da escrita. Preparação para apresentação oral. Depósito, defesa pública e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências básicas:

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

Referências complementares:

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

DISCIPLINAS DE NÚCLEO ELETIVAS RESTRIVAS

CARTOGRAFIA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

Ementa: Evolução da ciência cartográfica e sua importância para os estudos da História. A linguagem cartográfica e os seus significados. Leitura, análise e interpretação de diferentes documentos cartográficos. Interpretação de dados geográficos: gráficos, tabelas, quadros e figuras. A cartografia no cotidiano da sala de aula da Educação Básica.

Bibliografia Básica

DUARTE, P. S. **Fundamentos de Cartografia**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

FITZ, P. R. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. IBGE.

JOLY, F. A **Cartografia.** Campinas: Papirus, 2007.

Bibliografia Complementar

NOGUEIRA, R. E. **Cartografia:** Representação, Comunicação e Visualização de Dados Espaciais. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

PEREZ, M. C. G. **Trabalhando Geografia com as Cartas Topográficas**. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2004.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA E LITERATURA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo das relações entre narrativa histórica e narrativa literária, considerando suas especificidades epistemológicas, metodológicas e discursivas, bem como suas aproximações e tensões ao longo do tempo. Análise das formas de construção do discurso histórico e do literário, com ênfase nas noções de representação, temporalidade, memória e linguagem. Investigação do espaço biográfico como campo de interseção entre História e Literatura, abordando questões como autoria, subjetividade, testemunho e ficcionalização da experiência. Discussão das principais correntes teóricas contemporâneas que problematizam os limites entre fato e ficção, verdade e verossimilhança, incluindo contribuições da historiografia recente, da teoria literária e dos estudos culturais. Reflexão sobre o estatuto da verdade histórica frente às estratégias narrativas e aos regimes de verdade, considerando o papel da imaginação, da interpretação e das fontes. Exame das possibilidades de diálogo interdisciplinar entre História e Literatura, com foco nas interfaces com a cultura, a memória coletiva, a identidade e as práticas sociais. Análise de obras literárias como formas de representação do passado e como documentos culturais, bem como da escrita da história enquanto prática narrativa situada. Discussão das relações entre cultura, história e literatura em diferentes contextos históricos, enfatizando as potencialidades críticas e pedagógicas dessa interlocução.

Bibliografia Básica

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Ephraim F. Alves. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a História**: Foucault revoluciona a História. 4ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Bibliografia Complementar

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia**: A Escola dos Annales (19291989). 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: A História entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

ECO, Umberto. **Sobre a literatura**. Tradução de Eliana Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário**: perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

ROCHA, João Cezar de C. (Org.). **Roger Chartier - a força das representações**: História e ficção. Chapecó: Argos, 2011.

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

PATRIMÔNIO CULTURAL

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo das diferentes concepções de patrimônio cultural, abordando sua constituição histórica, seus usos sociais e suas transformações ao longo do tempo. Análise das categorias de patrimônio material e imaterial, com ênfase nos processos de atribuição de valor, memória, identidade e pertencimento. Discussão das políticas públicas de preservação, conservação e salvaguarda do patrimônio cultural, considerando os marcos legais nacionais e internacionais e o papel de instituições de proteção e custódia de acervos, como museus, arquivos e bibliotecas. Reflexão sobre a educação patrimonial como prática pedagógica e instrumento de mediação cultural, destacando suas metodologias, objetivos e desafios contemporâneos. Investigação do papel do profissional de História frente ao patrimônio cultural, incluindo sua atuação em pesquisa, documentação, gestão, preservação e difusão, bem como sua responsabilidade ética e social. Análise das dinâmicas de patrimonialização, dos conflitos de memória e das disputas simbólicas em torno do patrimônio, considerando questões como diversidade cultural, comunidades tradicionais e processos de inclusão e exclusão. Estudo específico do patrimônio cultural maranhense, contemplando suas manifestações históricas, artísticas e culturais, bem como os desafios de sua preservação e valorização no contexto regional e nacional.

Bibliografia Básica

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina**. 2011.

TOMAZ, Paulo Cesar. **Preservação do patrimônio cultural, história da arte, colecionismo e museologia no Brasil**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023.

Bibliografia Complementar

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos.

Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo** – trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc – Iphan, 2005.

PINHEIRO MACHADO, Maria Beatriz. **Educação Patrimonial**: orientações para docentes do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2004.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020.

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo UNESP; FAPESP, 1999.

PALEOGRAFIA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
45h	3cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo da Paleografia como campo auxiliar da História, voltado à análise, leitura e interpretação de documentos manuscritos produzidos em diferentes contextos históricos. Investigação dos materiais e instrumentos utilizados na escrita ao longo do tempo, incluindo suportes (pergaminho, papel, códices), tintas, penas e demais tecnologias escriturárias, bem como sua relação com práticas culturais e administrativas. Análise das transformações históricas das formas de escrita, com ênfase na identificação de diferentes tipos de letras, estilos caligráficos e sistemas gráficos, considerando suas variações regionais e cronológicas. Desenvolvimento de competências para a leitura, decifração e interpretação de manuscritos antigos, levando em conta aspectos linguísticos, abreviaturas, convenções gráficas e dificuldades paleográficas. Estudo das normas técnicas para a transcrição e edição de documentos manuscritos, incluindo critérios de fidelidade ao original, normalização, aparato crítico e princípios da edição diplomática e semidiplomática. Reflexão sobre o papel da Paleografia na preservação, organização e difusão do patrimônio documental, bem como sua importância para a pesquisa histórica e interdisciplinar. Prática orientada de leitura e transcrição de documentos manuscritos, com ênfase em fontes de diferentes períodos e naturezas, visando à formação técnica do historiador para atuação em arquivos, centros de documentação e projetos de pesquisa.

Bibliografia Básica

BERWANGER, Ana et alli. **Noções de paleografia e de diplomática**. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, 1995.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas:** manuscritos e documentos luso-brasileiros séculos XVI ao XX. 5. ed. rev. e ampl. 2019.

LEAL, João Eurípedes Gualandi Franklin. **Glossário de paleografia**. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1994.

Bibliografia Complementar

ACIOLI, Vera. **A escrita no Brasil colônia**. Recife: Fundaj, UFPE, 1994.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz et alli. **Fontes repatriadas**: anotações de História colonial. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. São Paulo: UNESP, 1991.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola, 2003.

SAMARA, Eni. **Paleografia e fontes do período colonial brasileiro**. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.

TÓPICOS EMERGENTES EM HISTÓRIA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
45h	3cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo de temáticas emergentes e perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas no campo da História e do Ensino de História, considerando as transformações recentes da historiografia e suas interfaces com outras áreas do conhecimento. Análise de novos objetos, abordagens e problemas históricos, tais como história digital, história pública, história global, história ambiental, estudos de gênero, raça e etnia, memória e usos do passado, bem como suas implicações para a produção do conhecimento histórico. Reflexão sobre os desafios atuais do ofício do historiador diante das mudanças tecnológicas, culturais e sociais, incluindo o impacto das mídias digitais, das novas formas de circulação do saber e das disputas em torno das narrativas históricas. Discussão das inovações no Ensino de História, com ênfase em metodologias ativas, educação histórica, cultura digital e práticas pedagógicas críticas. A disciplina caracteriza-se por sua natureza flexível e atualizável, cabendo ao docente definir, a cada oferta, a temática específica, os recortes analíticos, os objetivos, os conteúdos programáticos e a bibliografia, de acordo com debates contemporâneos relevantes e demandas formativas do curso. Incentiva-se a articulação entre pesquisa e ensino, bem como o desenvolvimento de projetos, estudos de caso e análises aplicadas.

Referências Livre

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
45h	3cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo de temáticas específicas e perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas aplicadas à História do Maranhão, considerando a diversidade de abordagens historiográficas e os debates recentes no campo da História regional e do Ensino de História. Análise de problemas históricos relevantes para a compreensão da formação social, política, econômica e cultural do Maranhão, em diferentes temporalidades, com ênfase em abordagens inovadoras e interdisciplinares. Exploração de temas como processos de colonização e ocupação territorial, relações de poder, escravidão e pós-abolição, culturas afro-brasileiras e indígenas, patrimônio cultural, memória, identidades regionais, práticas culturais, religiosidades, movimentos sociais e dinâmicas urbanas e rurais. Discussão das fontes e metodologias aplicadas ao estudo da História maranhense, incluindo história oral, documentação arquivística, cultura material e linguagens diversas. Reflexão sobre o Ensino de História do Maranhão, considerando currículos, materiais didáticos, práticas pedagógicas e a valorização das histórias locais no contexto da educação básica e superior. A disciplina caracteriza-se por sua flexibilidade temática, cabendo ao docente definir, a cada oferta, os recortes específicos, os objetivos, conteúdos programáticos e bibliografia, em consonância com debates historiográficos contemporâneos e demandas formativas. Incentiva-se a articulação entre pesquisa e ensino, com desenvolvimento de estudos de caso, projetos aplicados e análise crítica de produções historiográficas sobre o Maranhão, visando à formação de profissionais capazes de atuar de forma crítica e contextualizada no campo da História regional.

Referência Livre

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA AGRÁRIA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Discussão das formas históricas de apropriação, uso e controle da terra, bem como das relações de trabalho no campo, incluindo regimes de propriedade, sistemas de produção, estrutura fundiária e dinâmicas agrárias em diferentes contextos históricos. Reflexão sobre os processos de formação e transformação do mundo rural, considerando aspectos como colonização, expansão agrícola, modernização da agricultura, políticas agrárias e impactos socioambientais. Análise das relações entre terra, agricultura e conflito, com ênfase nas disputas por acesso à terra, nos movimentos sociais rurais, nas lutas camponesas e nas tensões entre diferentes agentes sociais, como proprietários, trabalhadores rurais, comunidades tradicionais e o Estado. Discussão das fontes, métodos e abordagens utilizadas na pesquisa em História Agrária, incluindo documentação fundiária, registros administrativos, fontes judiciais, relatos de viajantes e história oral. Reflexão sobre as contribuições da História Agrária para o entendimento das desigualdades sociais, das formas de organização do trabalho no campo e das permanências e mudanças nas estruturas agrárias, com atenção às particularidades do contexto brasileiro e latino-americano.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Manoel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária.** São Paulo: Editora Ática, 1991.

MARTINS, José de Sousa. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Lech, 1981.

Bibliografia Complementar

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARINETTI, Fausto. **Colonizador colonizado**: no Holocausto dos oprimidos. São Paulo: Loyola, 1985.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio**: Seta barracas em busca de um elo. Imperatriz, MA.: Ética, 1998.

PRADO JR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOUZA, Osmar Tomaz de *et al.* **Diálogos contemporâneos acerca da questão agrária e agricultura familiar no Brasil e na França**. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019.

GÊNESE E ESTRUTURA DO CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo da formação histórica do campo religioso brasileiro, considerando a diversidade de tradições, práticas e instituições que compõem sua matriz plural. Análise das agências e dos diferentes atores sociais envolvidos na constituição do fenômeno religioso no Brasil, incluindo populações indígenas, africanas e europeias, bem como seus processos de interação, conflito, adaptação e sincretismo ao longo do tempo. Discussão das dinâmicas históricas de institucionalização das religiões no Brasil, com ênfase nas relações entre religião, Estado e sociedade, abordando processos como colonização, cristianização, escravidão, secularização e laicização. Reflexão sobre o conceito de campo religioso, suas estruturas internas, disputas por legitimidade e autoridade simbólica, à luz de abordagens sociológicas e historiográficas. Análise dos embates no campo religioso brasileiro, considerando tensões entre diferentes tradições, bem como conflitos relacionados à intolerância religiosa, políticas públicas e direitos culturais. Estudo das transformações contemporâneas do campo religioso, com base na análise de dados demográficos e estatísticos sobre crescimento, declínio e diversificação das instituições religiosas no Brasil. Exame das metodologias e fontes para o estudo do fenômeno religioso, incluindo censos, pesquisas sociológicas, documentos institucionais e narrativas históricas. Reflexão sobre as relações entre religião, cultura, identidade e poder na sociedade brasileira, destacando permanências, rupturas e novas configurações no contexto contemporâneo.

Bibliografia Básica

COSTA, Moab César Carvalho. **O aggiornamento do pentecostalismo brasileiro**: as Assembleias de Deus e o processo de acomodação à sociedade de consumidores. São Paulo: Recriar, 2019.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais:** sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

ROSSI, Denilson Aparecido. **As ciências da religião e o ensino religioso:** aproximações. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021.

Bibliografia Complementar

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa**. São Paulo: Paulinas. 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli, Silvia de A. Sônia Miceli e Wilson Campos. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**: Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VAINFAS, R. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, R.; SOUZA, J. B. **Brasil de todos os santos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

GÊNERO E HISTÓRIA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Análise das principais correntes das teorias feministas, considerando suas diferentes vertentes e seus impactos na produção do conhecimento histórico. Discussão das relações entre gênero e poder, a partir da problematização das hierarquias sociais, das construções culturais das identidades de gênero e das desigualdades historicamente constituídas. Investigação das articulações entre gênero, classe, raça/etnia, sexualidade e outras categorias analíticas, com vistas à compreensão das múltiplas formas de dominação e resistência ao longo do tempo. Análise da incorporação dos estudos de gênero na historiografia, com destaque para a produção brasileira, suas especificidades, temas recorrentes e contribuições metodológicas. Estudo de temas como história das mulheres, masculinidades, sexualidades, corpo, trabalho, família, participação política e movimentos sociais, considerando diferentes contextos históricos. Reflexão sobre fontes, métodos e abordagens para o estudo de gênero na História, bem como suas implicações para o ensino, a pesquisa e a produção de narrativas históricas mais inclusivas e críticas.

Bibliografia Básica

MACHADO, Bárbara Araújo; PINHEIRO, Camila Fernandes. **Relações de gênero e trabalho:** história e teoria. Curitiba: Intersaberes, 2023.

MORAES, Márcia. **Ser humana**: quando a mulher está em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PINSKI, Jaime. (Org.). **12 faces do preconceito**. 11. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Marta Mega; SEDREZ, Lise Fernanda; MARTINS, William de Sousa (Orgs.). **Corpo**: sujeito e objeto. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle. et al (Orgs.). **O gênero nas ciências sociais**: releituras e críticas de Max Weber e Bruno Latour. São Paulo: UNESP; Brasília: UNB, 2014.

LISLY, Andréia Gonçalves. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

STERANS, Peter N. **História das relações de gênero**. Tradução Mirna Pinsky. 2. Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

WOLLSTENECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. tradução Ivania Porcinho Mota. São Paulo: Boitempo, 2016.

HISTÓRIA DA ARTE

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Discussão da pluralidade das manifestações artísticas e culturais, abrangendo diferentes linguagens e suas inter-relações, bem como a diversidade de tradições culturais, incluindo produções eruditas, populares e de grupos historicamente marginalizados. Reflexão sobre os processos de circulação, recepção e legitimação da arte, considerando instituições, mercados e políticas culturais. Estudo dos principais movimentos artísticos, com ênfase no contexto brasileiro, abordando suas características estéticas, seus contextos de emergência e suas relações com processos históricos mais amplos, como modernização, urbanização e construção de identidades nacionais. Análise de obras e artistas representativos, buscando compreender suas linguagens, intenções e inserções históricas. Reflexão sobre os múltiplos sentidos da arte, incluindo suas dimensões estética, política, social e cultural, bem como suas relações com memória, identidade e poder. Discussão de abordagens teórico-metodológicas da História da Arte e de suas interfaces com a História, a Antropologia, a Sociologia e os Estudos Culturais.

Bibliografia Básica

SCHMIDT, Juliana (org.). **A história da arte e do design:** do estético ao funcional. 1. ed. Rio de Janeiro: República 01, 2026**.**

HODGE, Susie. **Breve história da arte:** um guia de bolso para os principais gêneros, obras, temas e técnicas. 1. ed. São Paulo: Olhares, 2021.

RICKS, S. R. C. **Explicando o pós-modernismo.** 1. ed. São Paulo: Callis, 2011.

Bibliografia Complementar

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

CALABRESE, Omar. **A Linguagem da Arte**. Rio de Janeiro, Globo, 1987.

FOSTER, Hall. **Recodificação**: arte, espetáculo, política cultural. São Paulo, Casa Editorial Paulista, 1996.

PANOFSKY, E. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo, Perspectiva, 1979.

WÖLLFLIN, H. **Conceitos Fundamentais da História da Arte**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA E CINEMA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
45h	3cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo das relações entre cinema e História, considerando o filme como documento, narrativa e interpretação do passado. Análise dos aspectos históricos e historiográficos dessa relação, problematizando o estatuto da imagem cinematográfica como fonte histórica e como forma de construção de representações e memórias. Discussão das principais abordagens teóricas sobre a relação cinema-História, com ênfase nas contribuições da historiografia contemporânea e dos estudos do audiovisual. Reflexão sobre o cinema como linguagem específica, considerando seus elementos estéticos e narrativos e seus efeitos na produção de sentidos históricos. Análise do papel do cinema no século XX como instrumento de registro, propaganda, crítica social e construção de identidades, abordando diferentes contextos históricos e cinematográficos. Estudo das relações entre cinema e ensino de História, com ênfase no uso pedagógico do audiovisual, suas potencialidades didáticas e seus desafios interpretativos. Exame do cinema na construção e representação da História do Brasil, considerando diferentes períodos, movimentos e produções, bem como suas relações com memória, identidade nacional e debates sociais. Reflexão sobre as possibilidades metodológicas do uso do cinema na pesquisa histórica e na prática docente, estimulando a análise crítica das imagens e narrativas audiovisuais.

Bibliografia Básica

DUARTE, Rosália. **Cinema e educação**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2007.

BAPTISTA, Mauro; MASCARELLO, Fernando (org.). **Cinema mundial contemporâneo**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2016.

EDGAR-HUNT, Robert; MARLAND, John; RAWLE, Steven. A linguagem do cinema. Porto Alegre: Grupo A, 2013.

Bibliografia Complementar

CAPELATO, Maria Helena (et al). **História e Cinema.** São Paulo: Alameda, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **Cinema: experiência cultural e escol**ar. Organização Devanil Tozzi. São Paulo: FDE, 2009. 96p. (Caderno de cinema do docente, n.02)

STAM, Robert. **Introdução a teoria do Cinema.** São Paulo: Papirus, 2003.

ELSAESSER, Thomas; HAGENER, Malte. **Teoria do cinema:** uma introdução através dos sentidos. 1. ed. Campinas: Papirus, 2020.

FILHO, Walter de Paula Pinto. **Ficção e realidade no cinema e na vida:** Perspectiva e experiência do espectador. 1. ed. São Paulo: Labrador, 2025.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudos teóricos sobre o fenômeno religioso. Religiões arcaicas. Religiões monoteístas. Religiões orientais. Religiões de origem africana e indígena brasileira. Matrizes religiosas brasileiras. Movimentos religiosos contemporâneos no Brasil.

Bibliografia Básica

COSTA, Moab César Carvalho. **O aggiornamento do pentecostalismo brasileiro**: as Assembleias de Deus e o processo de acomodação à sociedade de consumidores. São Paulo: Recriar, 2019.

DA MATA, Sérgio. **História & Religião**. Belo Horizonte: Autêntica.2010.

WILGES, Irineu. **As religiões no mundo**. Petrópolis: Vozes, 1989

Bibliografia complementar

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa**. São Paulo: Paulinas. 2001.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no brasil. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

OTTO. Rudolf. **O sagrado***:* aspectos irracionais na nação do divino e sua relação com o racional. São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2007.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

CULTURA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

Principais correntes teórico-metodológicas que tratam da relação entre sociedade e meio ambiente a partir de uma abordagem interdisciplinar relacionada aos campos de conhecimento da História, Geografia e Antropologia. Introdução aos estudos da sociedade: cultura e meio ambiente. Antropologia e a relação homem-meio ambiente. Espaço: paisagem, região, território, lugar e sociedade. História ambiental: sociedade e natureza. Cultura: meio ambiente e sociedade.

Bibliografia:

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura** - 2. ed. - São Paulo: Unesp, 2011.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1 2019.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade,** complexidade, poder / Enrique Leff. - 11. ed. - Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

Complementar

LIMA, Rosirene Martins. **Dinâmicas territoriais e conflitos socioambientais** - São Luís: Editora UEMA, 2017

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia brasileira / Ruy Moreira. - 3. ed. - Rio de Janeiro: Consequência editora, 2020

Ferrettti, Sergio Figueiredo. **Amazônia: desenvolvimento meio ambiente e diversidade sociocultural.** - São Luís, MA: Edufma ed. Univ. Federal do Maranhão, 2009

Waldman, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil** - São Paulo: Contexto, 2002.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA E MEMÓRIA

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo das relações entre memória e conhecimento histórico, considerando suas aproximações, tensões e especificidades enquanto formas de construção do passado. Análise dos conceitos de memória individual e memória coletiva, bem como seus processos de constituição, transmissão e transformação em diferentes contextos históricos e sociais. Discussão das relações entre memória e poder, com ênfase nos processos de seleção, silenciamento e disputa em torno das narrativas do passado. Reflexão sobre os usos políticos e sociais da memória, incluindo políticas de memória, patrimonialização, comemorações, monumentos e lugares de memória, bem como suas implicações na construção de identidades individuais e coletivas. Investigação das relações entre memória e identidade, considerando dimensões como pertencimento, cultura, trauma, testemunho e reconhecimento. Análise do papel da memória na constituição de identidades sociais, étnicas, nacionais e de gênero, bem como nos processos de resistência e reivindicação de direitos. Estudo da história oral como metodologia de pesquisa, destacando suas contribuições para o campo da História e para o registro de experiências e narrativas de grupos sociais diversos. Discussão das técnicas de coleta, tratamento e interpretação de fontes orais, bem como dos desafios éticos e epistemológicos envolvidos. Reflexão sobre as interfaces entre memória, história e cultura, com ênfase nas transformações contemporâneas e nas novas formas de produção, circulação e preservação das memórias.

Bibliografia Básica

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral, memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 09-66.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

Bibliografia Complementar

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo: Editora Biblioteca Vértice, 1990.

SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOSI, Eclea. **O Tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Atelie Editorial, 2003.

ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita**. Trad. Enid Abreu Dobránsky. São Paulo: Papirus,1998.

THOMPSON, Paul Thompson. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA ORIENTAL

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Estudo da formação histórica, social e geopolítica da Amazônia Oriental, considerando as dinâmicas de ocupação, exploração e disputa territorial ao longo do tempo. Análise das sociedades indígenas originárias, seus modos de vida, sistemas produtivos e relações com o território, bem como os impactos da colonização europeia e dos processos de expropriação e resistência. Discussão do povoamento europeu na região amazônica e da consolidação do extrativismo como base econômica, com ênfase nas políticas colonialistas portuguesas, na organização do sistema produtivo e na formação da mão de obra local, incluindo populações indígenas, africanas e mestiças. Análise das lutas sociais na Amazônia durante o período monárquico, bem como das transformações econômicas associadas ao ciclo da borracha, entendida como legado indígena apropriado pelo capitalismo industrial, e seu papel na inserção da região na economia mundial. Estudo das continuidades e mudanças no extrativismo, com destaque para a exploração da castanha-do-pará e suas implicações sociais contemporâneas. Exame da Amazônia como fronteira econômica e geopolítica, considerando a exploração de recursos minerais, a expansão da fronteira agrícola e a inserção da região nos circuitos do grande capital nacional e internacional. Discussão das políticas estatais e das estratégias neoliberais voltadas à região, bem como seus impactos socioambientais. Reflexão sobre os conflitos e as resistências protagonizadas por diferentes grupos sociais abordando questões como territorialidade, direitos, violência no campo, trabalho escravo contemporâneo e degradação ambiental, incluindo a problemática da produção de carvão vegetal. Análise da Amazônia Oriental como espaço estratégico de disputas econômicas, políticas e ambientais no mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica

BECKER, Bertha. **A Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do Humano. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, Raimundo Lima dos**. O Projeto Grande Carajás e suas consequências para as**

populações extrativistas do Maranhão. Imperatriz: Ética, 2011.

Bibliografia Complementar

PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás**: o ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para "não" entregar**: políticas públicas e Amazônia.. Campinas, São Paulo: 1991.

MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. 9. ed. São Paulo: [s.n.], 2021.

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá**: Guerrilha no Araguaia. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

HISTÓRIA OS MOOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Carga Horária	Créditos	h/cred.	Núcleo	Pré- requisito
60h	4cr	15h	AACE	-

EMENTA: Conceitos e definições; a trajetória dos movimentos sociais; orientações ideológicas; formas organizativas e institucionais; o movimento operário; os partidos políticos; Estado e movimentos sociais; mobilização e institucionalização; os novos movimentos sociais; movimentos sociais e globalização; a produção e o debate historiográfico-sociológico sobre o tema.

Bibliografia Básica

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Nova Luna, 76, 2009.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações sociais civis no Brasil contemporâneo.** 7. ed. Petropólis, RJ: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.c

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo**. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). Política social: alternativas ao neoliberalismo. Brasília: UnB, 2004, p. 135-159.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide salarial brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 35-53.

5.3.5 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares previstos foram concebidos de modo a assegurar, de forma articulada, progressiva e consistente, o desenvolvimento do perfil do egresso, pautado na formação crítica, no domínio dos saberes históricos e das competências didático-pedagógicas, bem como no compromisso ético e social. A organização curricular encontra-se alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais para as licenciaturas, à Resolução nº 04/2024 – CNE/CP e à Resolução nº 391/2026 – CONSUN/UEMASUL, garantindo coerência normativa, atualização da área, adequação das cargas horárias em horas-relógio e compatibilidade com bibliografia básica e complementar atualizada.

A estrutura curricular contempla, de forma integrada e progressiva, disciplinas do campo da Teoria da História, responsáveis por fundamentar a compreensão crítica das correntes historiográficas, bem como componentes voltados aos métodos e técnicas da pesquisa histórica, assegurando o domínio dos procedimentos de investigação, análise de fontes e produção do conhecimento. Essa formação articula-se às disciplinas de Ensino de História — em seus fundamentos teóricos e metodológicos — e aos conteúdos que subsidiam o estágio supervisionado, distribuído ao longo do curso em níveis crescentes de complexidade. Tal organização promove a integração entre teoria e prática e qualifica o egresso para a atuação na educação básica.

O Núcleo de Formação Geral incorpora disciplinas voltadas à leitura e à escrita acadêmica, ao desenvolvimento da pesquisa educacional, aos fundamentos da educação e à organização do trabalho pedagógico, assegurando a compreensão das dinâmicas escolares, das políticas públicas educacionais e dos processos formativos. Somam-se a esse núcleo conteúdos relacionados à inclusão educacional, organizados em componentes curriculares específicos ou de forma transversal. Temáticas como Direitos Humanos, relações étnico-raciais, direitos das pessoas com deficiência e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), regulamentadas por legislação própria, assim como outros conteúdos emergentes das dinâmicas sociais, são incorporadas ao currículo de maneira sistemática.

Nessa perspectiva, a proposta curricular é periodicamente avaliada e atualizada, incorporando novas abordagens historiográficas e educacionais, como história pública, estudos de gênero, perspectivas decoloniais e o uso de tecnologias digitais no ensino de História, favorecendo o contato com conhecimentos recentes e inovadores. Esses conteúdos, seja no âmbito das disciplinas do núcleo de formação geral, seja por meio de componentes do bloco livre

(disciplinas eletivas), seja ainda na transversalidade curricular da área específica do curso, ganham relevo neste currículo por meio de abordagens teórico-práticas e de atividades extensionistas.

Em consonância com as políticas educacionais vigentes, o currículo contempla, de forma transversal e em componentes específicos, conteúdos relacionados à educação ambiental, à educação em direitos humanos e à educação das relações étnico-raciais, incluindo o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme estabelecem as diretrizes nacionais. Disciplinas voltadas à inclusão, à diversidade e à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) reforçam o compromisso com uma formação plural, crítica e socialmente referenciada, sendo tais temáticas também desenvolvidas em projetos de extensão, atividades interdisciplinares e práticas pedagógicas contextualizadas.

No que se refere à acessibilidade metodológica, o curso prevê a adaptação de conteúdos, estratégias didáticas e processos avaliativos para atender estudantes com necessidades educacionais específicas, assegurando condições equitativas de aprendizagem. Entre as medidas adotadas, destacam-se a flexibilização de atividades, o uso de recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias assistivas, materiais digitais inclusivos, apoio especializado e a articulação com núcleos institucionais de acessibilidade.

A integração entre ensino, pesquisa e extensão constitui eixo estruturante da formação, sendo operacionalizada por meio da iniciação científica e à docência, da participação em grupos de pesquisa, do desenvolvimento de projetos extensionistas, da realização de eventos acadêmicos e da adoção de metodologias ativas de ensino. Dessa forma, os conteúdos curriculares não apenas atendem às exigências legais e institucionais, mas também se destacam pela coerência formativa, atualização acadêmica, compromisso com a inclusão e inovação, promovendo, de maneira efetiva, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso.

5.3.6 Integração Curricular

A organização da carga horária do curso está estruturada de modo a assegurar a formação integral do licenciando em História, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores e com as normativas institucionais vigentes. A matriz curricular explicita, de forma equilibrada e articulada, a distribuição da carga horária mínima entre os componentes curriculares obrigatórios, eletivos, os estágios supervisionados, e a extensão, garantindo a coerência entre formação teórica, prática pedagógica e inserção social.

Os componentes curriculares obrigatórios concentram a base formativa do curso, contemplando disciplinas do núcleo dos Estudos de Formação Geral (EFG), comum às licenciaturas, voltadas para a produção acadêmica científica e para o conhecimento pedagógico). Os conteúdos curriculares compreendem os de formação geral e os específicos da disciplina, de forma que conteúdos teóricos e metodológicos da História, fundamentos da educação, práticas de ensino e formação pedagógica, assegurando o desenvolvimento das competências essenciais ao perfil do licenciado egresso. Os componentes eletivos ampliam as possibilidades formativas, permitindo ao discente construir percursos acadêmicos mais flexíveis, com aprofundamento em áreas específicas de interesse, favorecendo a interdisciplinaridade e o contato com temas emergentes e inovadores.

Os estágios curriculares supervisionados, distribuídos ao longo do curso, constituem componente obrigatório fundamental, com carga horária definida em conformidade com a legislação vigente, possibilitando a vivência prática no ambiente escolar e a articulação entre teoria e prática docente. As atividades complementares intensificam o processo formativo, incentivando a participação em eventos, projetos de pesquisa, ações de extensão e outras experiências formativas relevantes.

A extensão universitária compõe a carga horária curricular, em consonância com as diretrizes nacionais, promovendo o diálogo entre universidade e sociedade e contribuindo para uma formação cidadã, crítica e socialmente comprometida. A pesquisa, por sua vez, é incentivada desde os períodos iniciais do curso, por meio de componentes curriculares específicos e da participação em projetos institucionais, fortalecendo a dimensão investigativa da formação docente.

Destaca-se, ainda, que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) constitui componente curricular obrigatório para a integralização do curso, sendo requisito indispensável para a colação de grau, conforme a legislação vigente.

A integralização curricular está regulamentada pelo Regimento Geral do Ensino de Graduação da UEMASUL, instituído pela Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL. De acordo com essa normativa, o prazo máximo para conclusão do curso corresponde à carga horária total mínima acrescida de 50% (cinquenta por cento), o que estabelece, neste caso, o limite de até 7 (sete) anos. Para a integralização, o estudante deverá cumprir integralmente a carga horária do curso, bem como as demais atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, necessárias à sua formação profissional. Ademais, deverá participar das etapas previstas do ENADE (Avaliação Prática - AP e Avaliação Teórica – AT), conforme

regulamentação específica.

5.3.7 Interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade, compreendida como o diálogo entre diferentes campos do saber, constitui um princípio fundamental para a construção do conhecimento, na medida em que possibilita a superação da fragmentação disciplinar e favorece uma compreensão mais ampla e crítica da realidade. Nessa perspectiva, conforme assinala Ivani Fazenda (2011), a interdisciplinaridade não se reduz à justaposição de conteúdos, mas implica uma atitude de abertura, integração e reciprocidade entre áreas distintas do conhecimento.

À luz dessa concepção, no Curso de Licenciatura em História, a interdisciplinaridade é assumida como princípio estruturante da formação, materializando-se não apenas pelo diálogo entre disciplinas, componentes curriculares e ações acadêmicas diversas, mas também pela construção integrada de saberes, práticas e experiências formativas que articulam ensino, pesquisa e extensão ao longo de todo o percurso formativo.

A matriz curricular está estruturada a partir de uma progressão formativa orientada à construção dos conhecimentos históricos, em articulação com os saberes da formação docente. Tal organização busca ampliar, desde os períodos iniciais, as possibilidades de integração entre as disciplinas do núcleo específico de História e aquelas do núcleo pedagógico, favorecendo um processo de aprendizagem contínuo, articulado e cumulativo, em consonância com os princípios que fundamentam a formação interdisciplinar nas licenciaturas.

Como estratégia de consolidação dessa perspectiva, destacam-se os projetos integradores vinculados às atividades curriculares de extensão, previstos na matriz e desenvolvidos ao longo dos diferentes períodos do curso. Essas ações promovem o diálogo entre distintas áreas do conhecimento e possibilitam a aplicação prática dos conteúdos abordados, conforme preconizam as diretrizes nacionais para a extensão na educação superior.

Evidenciam-se, igualmente, práticas interdisciplinares no âmbito dos projetos de pesquisa, especialmente por meio dos Programas de Iniciação Científica e dos Programas de Bolsas de Extensão, os quais contribuem para o desenvolvimento da formação investigativa, crítica e reflexiva dos discentes.

Por fim, a interdisciplinaridade também se materializa na realização de eventos científicos — como palestras, seminários, conferências, cursos e minicursos — promovidos ao longo dos períodos letivos e/ou em momentos específicos do calendário acadêmico. Tais iniciativas ampliam o diálogo entre diferentes campos do saber e fortalecem a formação

acadêmica e profissional, em conformidade com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, a Resolução nº04/2024/CNE-CP

[

5.3.8 Compatibilidade entre hora-aula e hora-relógio.

O regime de integralização da carga horária dos cursos de graduação da UEMASUL leva em consideração o que está previsto na Resolução n.º 25/2017 – CONSUN/UEMASUL, a qual define que a carga horária de trabalho efetivo é mensurada em 60 (sessenta) minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. Essas atividades compreendem aulas expositivas e preleções, bem como atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, estudos em bibliotecas, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, aulas de campo, projetos extensionistas, práticas de ensino, estágios e outras de caráter educativo e formativo.

Embora a UEMASUL adote, em sua organização didático-pedagógica, disciplinas estruturadas em aulas de 50 (cinquenta) minutos, a compensação da carga horária é realizada por meio do acréscimo de encontros e/ou atividades acadêmicas, de modo a assegurar o cumprimento integral da carga horária prevista. Assim, em uma disciplina de 60 (sessenta) horas, são efetivamente desenvolvidas 72 (setenta e duas) horas-aula, garantindo a equivalência ao quantitativo de minutos exigido pela normativa institucional.

Dessa forma, o curso de licenciatura em História cumpre integralmente a carga horária prevista neste Projeto Pedagógico, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

5.4 Metodologia de ensino utilizada no curso.

O Curso de História – Licenciatura, por meio de ações integradas entre docentes e discentes, apoiadas pelo Colegiado do Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), representações discentes e Direção, incentiva a participação em atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. A vivência dessas dimensões é compreendida como indissociável no processo formativo, sendo fundamental para a constituição de um profissional com perfil crítico, reflexivo e comprometido com a produção e a socialização do conhecimento histórico.

Cabe ao curso e à Instituição de Ensino Superior (IES) assegurar condições que favoreçam o desenvolvimento acadêmico dos(as) discentes nessas diferentes áreas de atuação universitária.

Considerando a natureza da formação em História e a especificidade da formação docente, as metodologias adotadas no curso têm como finalidade central a construção de uma prática pedagógica fundamentada nos referenciais teórico-metodológicos da História e da

Educação. Essa prática orienta-se por uma leitura crítica das realidades históricas e sociais, mediada pelo uso de diferentes linguagens, fontes históricas e tecnologias educacionais, contribuindo para o desenvolvimento de uma docência crítico-reflexiva, comprometida com a formação ética, política, cultural e cidadã dos(as) estudantes.

Nesse sentido, as metodologias de ensino adotadas no curso são orientadas pelas bases teórico-conceituais que estruturam a área de História, pela dimensão profissional da formação docente e por uma perspectiva crítica e propositiva do processo educativo. Tal abordagem busca criar condições para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que estimulem a participação ativa dos(as) discentes, promovendo a construção do conhecimento histórico e o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à análise, interpretação e problematização de processos históricos.

Dentre as estratégias metodológicas adotadas no curso, priorizam-se práticas pedagógicas que estimulem a participação ativa do(a) discente na construção do conhecimento histórico, por meio da articulação entre teoria e prática. Nesse sentido, a prática docente orienta-se pela análise de fontes históricas, realização de debates, problematizações e desenvolvimento de atividades práticas relacionadas aos temas estudados.

As atividades desenvolvidas, buscam, ainda, incentivar a colaboração entre os(as) discentes, por meio da troca de experiências, discussões coletivas e realização de trabalhos em grupo, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia intelectual e da capacidade de argumentação. O curso também prioriza atividades voltadas à aproximação entre o conhecimento acadêmico e a realidade social, cultural e histórica, por meio de visitas técnicas, pesquisas de campo, análise de patrimônios culturais e experiências em espaços educativos formais e não formais. Essas práticas possibilitam ao(à) discente compreender os conteúdos históricos em diálogo com diferentes contextos sociais e culturais, fortalecendo a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

O trabalho com as fontes documentais também é estimulada, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades de investigação, interpretação, criticidade e construção de argumentos historicamente fundamentados. As atividades pedagógicas desenvolvidas no curso buscam, ainda, promover o diálogo entre a História e outras áreas do conhecimento, favorecendo abordagens interdisciplinares e o uso de diferentes linguagens, recursos didáticos e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

De forma complementar, o corpo docente adota estratégias didáticas diversificadas, tais como:

a) **Aulas expositivas e dialogadas**: fundamentadas na problematização dos conteúdos e na valorização dos conhecimentos prévios dos(as) discentes, promovendo a construção coletiva do conhecimento histórico.

b) **Seminários em grupo**: atividades colaborativas que incentivam a pesquisa, a organização de ideias e a socialização do conhecimento por meio de apresentações orais e debates orientados.

c) **Microaulas**: práticas de ensino desenvolvidas pelos(as) discentes, com foco na elaboração de planos de aula e na aplicação de metodologias adequadas ao ensino de História na educação básica, em consonância com as orientações curriculares vigentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

5.4.1 Práticas pedagógicas Inovadoras

No âmbito do processo de ensino-aprendizagem do Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, as práticas pedagógicas inovadoras desenvolvidas buscam fortalecer a formação historiadora e docente, articulando ensino, pesquisa e extensão a partir das especificidades do conhecimento histórico. Essas práticas estão orientadas pela compreensão da História como campo de investigação, interpretação e problematização da realidade social, valorizando a análise crítica das temporalidades, das experiências humanas, das memórias e das diferentes formas de produção do conhecimento histórico.

O curso prioriza metodologias que estimulem a participação dos(as) discentes no processo formativo, promovendo a construção coletiva do conhecimento por meio da análise de fontes históricas, da reflexão historiográfica e da problematização das relações entre passado e presente. Nesse sentido, o ensino de História é concebido para além da transmissão de conteúdos, buscando desenvolver a capacidade de interpretação crítica, investigação, argumentação e compreensão das múltiplas experiências históricas e culturais.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são incorporadas como ferramentas de apoio às atividades pedagógicas, contribuindo para ampliar o acesso a documentos, acervos e diferentes linguagens históricas. O uso de plataformas digitais, hemerotecas, arquivos virtuais e bancos de dados possibilita maior aproximação dos(as) discentes com distintas tipologias documentais, como jornais, fotografias, mapas, relatos orais, registros audiovisuais e documentos oficiais. Essas ferramentas ampliam as possibilidades de pesquisa e fortalecem o contato com procedimentos próprios do ofício do historiador, especialmente no que se refere à análise, interpretação e crítica das fontes.

O acesso a acervos físicos e digitais também favorece o desenvolvimento de atividades voltadas à pesquisa histórica e à preservação da memória regional. Nesse contexto, alguns espaços institucionais assumem papel fundamental na formação acadêmica, configurando-se como importantes laboratórios de ensino, pesquisa e extensão. Destacam-se o Laboratório de Arqueologia e o Centro de Documentação (CEDOM), que proporcionam experiências relacionadas à organização, preservação, digitalização e tratamento técnico de fontes documentais. O CEDOM, em particular, desenvolve atividades voltadas à conservação e digitalização de acervos jornalísticos de Imperatriz e da Região Tocantina, permitindo aos(às) discentes contatos direto com práticas de pesquisa, preservação documental e patrimônio histórico-cultural.

As práticas pedagógicas do curso também envolvem oficinas, seminários, mesas-redondas e atividades coletivas voltadas à discussão de temas históricos específicos, estimulando o debate, a argumentação e a análise crítica de diferentes interpretações historiográficas. Além disso, ambientes virtuais e atividades imersivas, como visitas a museus, arquivos e centros de memória, presenciais ou virtuais, ampliam o contato dos(as) estudantes com diferentes contextos históricos e culturais, fortalecendo a relação entre teoria, prática e experiência formativa

A produção historiográfica ocupa lugar central nesse processo, incentivando a elaboração de textos acadêmicos, projetos de pesquisa e análises documentais fundamentadas em diferentes tipos de fontes históricas. Paralelamente, o curso estimula a produção de materiais didáticos voltados ao ensino de História, como sequências didáticas, exposições temáticas, vídeos e outros recursos pedagógicos que contribuam para a prática docente e para a mediação do conhecimento histórico em diferentes espaços educativos.

Dessa forma, as práticas pedagógicas inovadoras desenvolvidas no curso reafirmam o compromisso com uma formação crítica, interdisciplinar e socialmente referenciada, fortalecendo a identidade do profissional de História enquanto pesquisador(a), docente e mediador(a) cultural, comprometido(a) com a valorização da memória, da diversidade e da compreensão histórica da sociedade.

5.5 Estágio Curricular Obrigatório.

O estágio curricular supervisionado, no âmbito das licenciaturas, constitui-se como um componente estruturante da formação docente. No curso de História, de caráter obrigatório, o estágio, nos termos da legislação vigente, ocupa posição central na formação inicial, ao promover

a articulação entre os saberes teóricos, metodológicos e práticos ao longo da licenciatura. Regulamentado pela Lei Federal nº 11.788/2008 e orientado por dispositivos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Resolução CNE/CP nº 04/2024, o estágio é concebido como um processo formativo contínuo que transcende a mera aplicação de conteúdos, consolidando-se como espaço de reflexão crítica, produção de conhecimento e construção da identidade profissional docente.

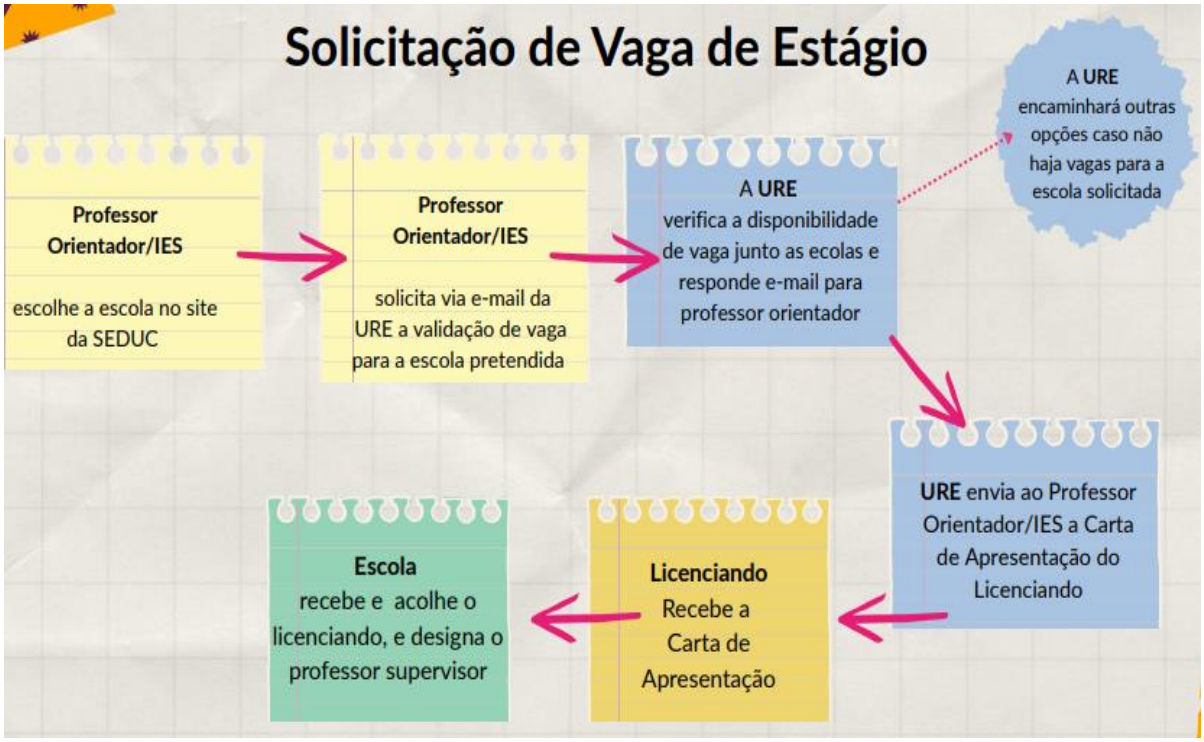
Essa compreensão é ampliada pelas diretrizes nacionais e pelos marcos regulatórios mais recentes, que situam o estágio como elemento central também nos processos de avaliação da formação docente. Em consonância com as Portarias nº 610 e nº 611/2024 do Ministério da Educação, que reformulam os instrumentos avaliativos dos cursos de licenciatura, destaca-se a inserção da Avaliação Prática (AP) no âmbito do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Destaca-se, ainda, a Portaria nº 324, de 26 de maio de 2025, que dispõe sobre a Matriz de Referência do componente específico de Licenciatura em História, no âmbito do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) das Licenciaturas e da Prova Nacional Docente (PND), a partir da edição de 2025.

Tal avaliação ocorre durante a realização do estágio curricular supervisionado obrigatório, especialmente no momento da regência, quando o licenciando assume a condução das atividades pedagógicas sob a supervisão do professor da educação básica, que atua como avaliador externo vinculado ao INEP. Essa diretriz reforça o caráter formativo e avaliativo do estágio, ao focalizar o desenvolvimento de competências práticas, pedagógicas e profissionais em situações reais de ensino.

No âmbito do estado do Maranhão, essa perspectiva é consolidada pela Instrução Normativa nº 01/2025-SEDUC/MA, de 9 de abril de 2025, que dispõe sobre a realização do estágio curricular supervisionado obrigatório nas escolas da educação básica da rede pública estadual, bem como pelo *Guia de Estágio Curricular Supervisionado do Maranhão* (SEDUC/MA, 2025). Alinhada à legislação nacional, essa normativa também deu origem ao SIESMA – Sistema Integrado de Estágio Supervisionado do Maranhão, uma iniciativa estratégica que conecta escolas públicas e instituições formadoras, promovendo experiências reais de aprendizagem para os licenciandos.

Fundamentada no art. 42, §1º, inciso II, da Constituição Estadual e no art. 2º, §1º, da Lei nº 11.788/2008, a normativa reafirma o estágio como requisito indispensável para a aprovação e obtenção de diploma, além de estabelecer diretrizes claras para sua execução, acompanhamento e avaliação.

Figura 4 - Fluxo da solicitação de vaga para o Estágio Curricular Supervisionado no Estado do Maranhão



Fonte: SIESMA/Guia Guia de Estágio Curricular Supervisionado do Maranhão, 2025, p. 18

Ressalta-se, que esse documento tem impactado positivamente os licenciandos de História, no sentido da garantia de acesso às Instituições de Ensino para o desenvolvimento, não apenas dos estágios supervisionados, mas de práticas, de Projetos de Iniciação à docência (PIBID) e de extensão.

No contexto institucional da UEMASUL, as resoluções nº 040/2018, nº 185/2022 e nº 391/2026-CONSUN consolidam o estágio como componente articulado ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas normativas institucionais orientam a organização, o acompanhamento e a avaliação do estágio, garantindo sua integração com os demais componentes curriculares e sua vinculação às demandas da educação básica.

No curso de História, o estágio curricular supervisionado, nos termos da Instrução Normativa nº 03/2026, assume especificidades que o tornam um espaço privilegiado para a compreensão do ensino de História como prática social e historicamente situada. Fundamentado em referenciais teóricos como os de Pimenta e Lima (2012) e Schön (1992), o estágio é concebido como campo de produção de conhecimento e de desenvolvimento da reflexão crítica sobre a prática docente. Nesse sentido, o licenciando é instado a problematizar as narrativas históricas, a

considerar as múltiplas temporalidades e a articular os conteúdos escolares às realidades socioculturais dos estudantes, contribuindo para a formação de uma consciência histórica crítica.

A organização do estágio no curso de História, nos termos da Resolução nº 391/2026-CONSUN/UEMASUL, possui um total de 405 horas, distribuídas em cinco etapas com cargas horárias distintas. Cada etapa é estruturada de modo a evidenciar uma progressão formativa articulada e coerente com os objetivos da formação docente, em diálogo com os componentes curriculares cursados ou em curso no respectivo período.

O Estágio Curricular Supervisionado I é voltado para a vivência escolar e a observação da cultura escolar, constituindo-se como momento inicial de inserção do licenciando no ambiente educativo. Inserido já no primeiro período do curso, com carga horária de 60 horas, representa o primeiro contato do estudante de licenciatura com a prática educativa e com referenciais teóricos da área, tendo a escola como espaço privilegiado de observação, análise e problematização.

A partir do Estágio Curricular Supervisionado II – Instrumentos da Prática e Organização do Ensino de História – o estudante-estagiário passa a ter contato direto com os instrumentos específicos da área, tais como o planejamento didático e a avaliação, os conteúdos históricos, os materiais didáticos e o uso de fontes, aprofundando sua compreensão sobre o fazer docente.

O Estágio Curricular Supervisionado III, denominado Gestão Escolar, Projetos Educativos e Políticas Públicas, conduz o estudante à compreensão da organização do espaço escolar, contemplando a análise das dimensões administrativas, pedagógicas e institucionais, bem como das políticas públicas em desenvolvimento na escola. Nessa etapa, destaca-se o contato com a gestão escolar e com instrumentos como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), além da participação e compreensão das ações dos conselhos e colegiados escolares.

O Estágio Curricular Supervisionado IV dedica-se à vivência da sala de aula nos anos finais do Ensino Fundamental, envolvendo atividades de acompanhamento, intervenção pedagógica e regência. Com carga horária de 105 horas, essa etapa é realizada em escolas do Ensino Fundamental, nos terceiro e quarto ciclos, possibilitando ao licenciando a experiência direta na condução do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, o Estágio Curricular Supervisionado V, com carga horária de 120 horas, concentra-se na atuação no Ensino Médio, especialmente na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Alinhado às diretrizes curriculares contemporâneas e às demandas do novo ensino médio, com foco no aprofundamento da prática docente e na consolidação da formação profissional.

A dinâmica do estágio compreende atividades de observação, participação e regência,

realizadas em escolas-campo das redes pública e privada, mediante convênios institucionais. Na fase de observação, o licenciando analisa o cotidiano escolar, as práticas docentes e as interações entre os sujeitos envolvidos no processo educativo. Na participação, envolve-se ativamente nas atividades pedagógicas, colaborando com o desenvolvimento das ações educativas. Na regência, assume a condução do ensino, planejando e ministrando aulas, o que possibilita a vivência concreta da prática docente e a consolidação de competências profissionais.

Todo o processo é acompanhado por docentes da universidade e por professores das escolas-campo, garantindo a supervisão e a orientação necessárias. Além disso, são produzidos registros sistemáticos, como relatórios e portfólios, que permitem a análise crítica das experiências vivenciadas. A documentação é organizada e armazenada em sistemas institucionais, assegurando o acompanhamento e a avaliação contínua do estágio.

A existência de uma Instrução Normativa específica no âmbito do curso, elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovada pelo Colegiado, reforça a sistematização e a coerência do estágio com as diretrizes nacionais, estaduais e institucionais. Essa normativa contempla orientações pedagógicas e administrativas, incluindo o planejamento das atividades, a relação entre escola, família e comunidade e o acompanhamento da proposta pedagógica das instituições de ensino.

Dessa forma, o estágio curricular supervisionado em História configura-se como um núcleo formativo fundamental, no qual se articulam dimensões legais, institucionais, pedagógicas e epistemológicas. Ao integrar teoria e prática, promover a reflexão crítica e alinhar-se às políticas educacionais vigentes, o estágio contribui decisivamente para a formação de professores comprometidos com a qualidade da educação, com a ética profissional e com a transformação social.

5.6 Atividades Complementares

O objetivo principal das Atividades Complementares (AC) complementar a formação acadêmica, incentivando estudos correlatos, bem como a iniciação científica, a iniciação à docência, o desenvolvimento de projetos de extensão, a participação em eventos científicos e culturais, além da apresentação e publicação de trabalhos, fortalecendo o processo formativo do estudante para além dos muros da universidade. No curso de História, os(as) discentes são estimulados(as) a desenvolver projetos, relatórios e artigos científicos, a participar e organizar eventos acadêmicos, bem como a se envolver em programas de iniciação científica, extensão,

inovação e iniciação à docência.

Embora a Resolução nº 04/2024-CNE/CP não tenha incluído as Atividades Complementares como componente curricular obrigatório, tampouco tenha previsto carga horária para seu cômputo no total mínimo das licenciaturas, o Guia do SINAES as mantém como indicador relevante no processo avaliativo dos cursos de graduação. Nessa perspectiva, o curso de História, com base na Resolução nº 391/2026-CONSUN, mantém a oferta e a obrigatoriedade das AC como parte integrante da formação discente, reconhecendo sua importância para a ampliação da formação acadêmica, científica e cultural dos(as) estudantes, bem como para o fortalecimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, este Projeto Pedagógico garante, no núcleo específico do curso, 75 horas destinadas às Atividades Complementares, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2025, constante em anexo. Ademais, destaca-se que a carga horária total das AC deve perfazer, no mínimo, 75 horas, distribuídas em diferentes modalidades, conforme estabelecido na Instrução Normativa de AC (Apêndice B).

Almeja-se, assim, que o(a) profissional licenciado(a) em História desenvolva a capacidade de análise crítica, de tomada de decisões e de reflexão sobre sua prática como docente e pesquisador(a), compreendendo a sala de aula como um espaço de investigação e produção do conhecimento histórico. Busca-se, dessa forma, que o(a) discente adquira competências para atuar em seu campo profissional, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas, do sistema educacional e da compreensão dos contextos socioculturais e históricos.

As AC possuem caráter obrigatório no curso de História (Licenciatura), sendo de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE) estabelecer e acompanhar sua realização, garantindo o cumprimento da carga horária mínima e sua adequação à proposta formativa do curso.

Em consonância com as orientações deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), as AC visam promover atividades interativas e colaborativas, possibilitando a construção do conhecimento por meio do diálogo, da reflexão crítica e da sistematização das experiências vivenciadas. A carga horária correspondente está organizada em diferentes eixos: Atividades de Ensino e Iniciação à Docência; Atividades de Pesquisa; Atividades de Extensão; Atividades de Inovação; e Atividades Culturais, conforme detalhado no Apêndice B.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: assembleias, eventos institucionais, visitas técnicas, seminários, palestras e mesas-redondas, entre outras. No âmbito cultural, incluem-se a leitura e análise de obras historiográficas e literárias, visitas a museus, arquivos e

exposições, bem como a participação em atividades artísticas e culturais.

No campo do ensino, são incentivadas atividades complementares não previstas na matriz curricular, como cursos de extensão, cursos de língua estrangeira e produção de material didático voltado ao ensino de História. Em relação à pesquisa, propõem-se a elaboração e publicação de artigos científicos, a participação em eventos acadêmicos e grupos de pesquisa, além do envolvimento em projetos de pesquisa, como bolsista ou voluntário(a). Também são consideradas AC as atividades de gestão acadêmica, como participação em conselhos, representação discente e atuação em comissões organizadoras de eventos institucionais.

Quanto às atividades de extensão, contemplam o desenvolvimento de ações voltadas às demandas sociais da região, promovendo a articulação entre universidade e comunidade, com ênfase nas dimensões históricas, culturais e sociais. Ressalta-se, contudo, que os projetos e ações objeto da curricularização, constantes das Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) não poderão ser computadas como carga horária de AC.

O Regulamento Específico das AC foi aprovado como Instrução Normativa nº 01/2022 pelo Colegiado de Curso e encontra-se disposto no Apêndice B.

5.7 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui componente curricular obrigatório do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), sendo regulamentado pela Instrução Normativa nº 02/2025 - Curso de História/CCHSL, aprovada pelo Colegiado do Curso, disponibilizada como Apêndice C deste Projeto Pedagógico de Curso, nos termos da Resolução nº185/2022-CONSUN/UEMASUL.

Na matriz curricular vigente, o TCC está estruturado em dois componentes sequenciais: TCC I (30h, ofertado no 7º período) e TCC II (30h, ofertado no 8º período), totalizando 60 horas de trabalho acadêmico sistematizado, que compreendem atividades de orientação, elaboração e defesa do trabalho de pesquisa. A distribuição do TCC nos dois períodos finais do curso expressa a concepção formativa de que a produção científica é etapa de síntese e consolidação da formação do professor-pesquisador de História, em consonância com os princípios da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que preconiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação docente inicial.

5.7.1 Mecanismos de Acompanhamento, Cumprimento e Institucionalização do TCC

O TCC está institucionalizado no âmbito do curso de História da UEMASUL, com

práticas e procedimentos normatizados pela Instrução Normativa de TCC, aprovada pelo Colegiado de Curso. O referido documento estabelece os fluxos, prazos, responsabilidades e critérios que regem o ciclo completo do trabalho, desde a definição do objeto de pesquisa até o depósito final no repositório institucional. O acompanhamento do cumprimento do componente é responsabilidade do Coordenador do Curso, do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dos docentes orientadores, sendo os registros das matrículas, das atividades de orientação e das atas de defesa gerenciados por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), plataforma institucional que garante transparência, rastreabilidade e controle centralizado de todo o processo.

A Instrução Normativa de TCC disciplina os aspectos essenciais ao funcionamento regular do componente, incluindo os critérios para designação e distribuição de orientandos por docente orientador, com observância da compatibilidade com a carga didática e demais atribuições acadêmicas; os prazos para entrega do projeto de pesquisa ao final do TCC I; os requisitos para submissão do trabalho final ao longo do TCC II; a composição e os critérios de designação das bancas examinadoras; e as condições de aprovação, reprovação e possibilidade de recurso. Esse conjunto normativo assegura que o TCC seja tratado como componente estruturado e permanente da formação, com regras claras, aplicadas de forma sistemática a cada semestre letivo, e não como atividade ocasional ou burocrática.

5. 7. 2 Mecanismos de Orientação, Apresentação e Avaliação do TCC

A orientação ao discente no desenvolvimento do TCC é assegurada por mecanismos formais estabelecidos na Instrução Normativa, que prevê a formalização da relação orientador orientando por meio de documentação própria, com definição de deveres recíprocos, periodicidade mínima de encontros de orientação e prazos parciais de acompanhamento da produção escrita. A distribuição de orientandos por docente respeita a compatibilidade com a carga didática e as demais atribuições institucionais, bem como afinidade temática do orientador, de modo a garantir que a orientação seja efetiva, contínua e pedagogicamente qualificada. No TCC I, o discente elabora o projeto de pesquisa, com delimitação temática, definição do problema, dos objetivos, do referencial teórico e da metodologia. A avaliação desta etapa é conduzida pelo orientador e por docente designado pela coordenação, resultando em parecer circunstanciado devolvido ao discente, com indicações para os ajustes necessários à continuidade do trabalho em TCC II. No TCC II, o discente conclui o trabalho nas modalidades admitidas pela

Instrução Normativa, quais sejam: monografia ou artigo científico, e o submete à defesa pública perante banca examinadora composta, ordinariamente, pelo orientador e por dois avaliadores, podendo incluir membro externo à UEMASUL, com reconhecida competência na área temática.

As bancas são designadas formalmente pelo Colegiado de Curso, mediante portaria específica, assegurando isonomia e transparência no processo avaliativo. A avaliação segue formulário padronizado com critérios objetivos, abrangendo a qualidade da redação e o domínio das normas da ABNT; a consistência do referencial teórico; a adequação da metodologia; a clareza da apresentação oral; e a qualidade das respostas à arguição. A nota final resulta da média das avaliações individuais dos membros da banca, sendo comunicada ao discente imediatamente ao final da sessão, com registro em ata circunstanciada assinada por todos os membros. Quando necessárias correções, o discente recebe lista de ajustes com prazo definido, e a aprovação da versão corrigida pelo orientador é condição para o depósito no repositório institucional. Esse retorno estruturado garante que o processo avaliativo cumpra função formativa e não apenas certificatória.

5.7.3. Manuais de Apoio à Produção de Trabalhos Acadêmicos

O curso disponibiliza aos discentes e docentes instrumentos de apoio à produção científica, no formato de Manual de Normas para Elaboração do TCC do Curso de História da UEMASUL. Elaborado pelo NDE com base nas normas ABNT vigentes, contemplando orientações para as modalidades admitidas no curso (monografia e artigo científico), com modelos de formatação e instruções para referenciação de fontes históricas primárias e secundárias; Guia de Orientação para Elaboração de Projetos de Pesquisa, voltado à transição entre TCC I e TCC II; formulários padronizados de orientação, solicitação de banca, ficha de avaliação e declaração de entrega da versão final; e tutoriais de submissão ao Repositório Institucional da UEMASUL. O conjunto desses materiais é revisado periodicamente pelo NDE em reuniões ordinárias, com deliberações registradas em ata, assegurando atualização contínua em relação às normas vigentes e às boas práticas da produção historiográfica acadêmica.

6.7. 4. Disponibilização dos TCC em Repositório Institucional.

Os trabalhos de conclusão de curso aprovados e com correções atestadas pelo orientador são depositados no Repositório Institucional da UEMASUL, plataforma digital de acesso aberto, acessível via internet no endereço eletrônico da universidade. O repositório adota o princípio do

acesso livre ao conhecimento científico produzido institucionalmente, em conformidade com as diretrizes nacionais de acesso aberto à produção científica do ensino superior público.

O depósito é realizado em formato PDF/A, acompanhado dos seguintes metadados obrigatórios: título, resumo, palavras-chave, orientador, data de defesa e área de conhecimento. Esses dados são indexados para garantir a recuperação eficiente da produção acadêmica do curso em bases de dados nacionais e internacionais. O repositório assegura a preservação de longo prazo dos trabalhos depositados, protege a memória científica do curso de História da UEMASUL e serve como instrumento pedagógico para discentes ingressantes, que podem consultar trabalhos anteriores como referência para a elaboração de seus próprios projetos de pesquisa.

O conjunto articulado de mecanismos que caracteriza a gestão do TCC no curso de História da UEMASUL, composto por regulamentação normativa aprovada pelo Colegiado, acompanhamento sistematizado via SIGAA, orientação formalizada, avaliação transparente com retorno formativo ao discente, manuais de apoio periodicamente atualizados pelo NDE e repositório institucional de acesso aberto, configura um sistema de gestão plenamente institucionalizado, que alia rigor acadêmico e suporte pedagógico efetivo à formação do professor-pesquisador de História, em consonância com os princípios da Resolução CNE/CP nº 4/2024 e com os parâmetros avaliativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

5.8 Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem.

O domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) constitui competência indispensável à formação docente em História, uma vez que tais tecnologias integram o cotidiano social, influenciam práticas culturais e formas de produção e circulação do conhecimento. No campo do ensino de História, essas ferramentas ampliam as possibilidades de acesso, análise e interpretação de fontes históricas, além de potencializarem práticas pedagógicas mais interativas, críticas e significativas, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento histórico.

O Curso de História Licenciatura articula atividades presenciais com o uso de ambientes virtuais de aprendizagem e recursos digitais, promovendo metodologias que integram ensino, pesquisa e extensão. Essa abordagem favorece o desenvolvimento de habilidades relacionadas à investigação histórica, ao trabalho com diferentes linguagens (textuais, imagéticas, audiovisuais e digitais) e à produção de conhecimento em múltiplos formatos.

Nesse contexto, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História, com a formação docente e com o perfil do(a) egresso(a), o curso adota, no processo de ensino-aprendizagem, um conjunto de tecnologias, dentre as quais se destacam:

a) **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)**: utilizado como plataforma central de organização acadêmica, permitindo o gerenciamento de disciplinas, disponibilização de materiais didáticos, aplicação de atividades avaliativas e interação entre docentes e discentes, contribuindo para a organização e acompanhamento do processo formativo.

b) **Ambientes Virtuais e Bases Digitais de Pesquisa**: utilização de bibliotecas digitais, repositórios acadêmicos, arquivos digitais e bases de dados (como acervos documentais, hemerotecas, coleções iconográficas e audiovisuais), fundamentais para a pesquisa histórica e o acesso a fontes primárias e secundárias.

c) **Ferramentas de produção e difusão do conhecimento histórico**: uso de recursos digitais para elaboração de textos acadêmicos, podcasts, vídeos, exposições virtuais, linhas do tempo e narrativas digitais, ampliando as formas de construção e socialização do conhecimento histórico.

d) **Plataformas colaborativas (Google Workspace e similares)**: utilizadas para produção coletiva de trabalhos, armazenamento e compartilhamento de materiais, realização de atividades síncronas e assíncronas e desenvolvimento de práticas pedagógicas interativas.

e) **Ferramentas de ensino e visualização histórica**: aplicativos e plataformas digitais que permitem a construção de mapas históricos interativos, reconstruções visuais e análises comparativas de processos históricos em diferentes temporalidades e espacialidades.

f) **Ambientes virtuais de aprendizagem (como Google Classroom)**: utilizados para organização de conteúdos, acompanhamento das atividades e fortalecimento da comunicação entre docentes e discentes.

g) **Ferramentas didáticas digitais**: utilizadas como estratégias de sistematização de conteúdos, organização de ideias e desenvolvimento do pensamento crítico.

Dessa forma, o uso das tecnologias no Curso de História Licenciatura não se limita a um suporte instrumental, mas integra-se ao processo formativo como mediação fundamental para a produção do conhecimento histórico, o desenvolvimento da autonomia intelectual e a formação de professores críticos, capazes de dialogar com as transformações contemporâneas e com as realidades locais e regionais.

5.9 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Os procedimentos de acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem adotados pelo Curso de História Licenciatura da UEMASUL seguem as diretrizes institucionais estabelecidas pela Resolução n.º 185/2022-CONSUN/UEMASUL, de 30 de maio de 2022, que regulamenta o Regimento Geral do Ensino de Graduação.

A avaliação constitui uma etapa fundamental do processo de ensino-aprendizagem, devendo estar em sintonia com as metodologias de ensino adotadas pelos(as) docentes, bem como com a concepção formativa do curso. Nesse sentido, orienta-se como um processo articulado aos objetivos pedagógicos e às estratégias de desenvolvimento das atividades acadêmicas.

A avaliação da aprendizagem do(a) discente caracteriza-se como um processo sistemático, contínuo e cumulativo, que contempla:

• o diagnóstico, o acompanhamento, a reorientação e o reconhecimento de conhecimentos, competências, habilidades e atitudes;

• a consideração das diversas atividades didático-pedagógicas desenvolvidas em cada componente curricular;

• a análise e comunicação periódica do desempenho discente, com orientações que favoreçam o aprimoramento da aprendizagem;

• a proposição de atividades de recuperação e aprofundamento nos casos em que o desempenho for considerado insuficiente.

No âmbito do Curso de História Licenciatura, a avaliação é compreendida como elemento constitutivo da prática pedagógica, assumindo caráter formativo e reflexivo. Por meio dela, busca-se acompanhar o desenvolvimento do(a) discente na construção do conhecimento histórico, na apropriação de métodos de análise e interpretação de fontes, e no desenvolvimento de competências docentes, articulando teoria e prática e promovendo a autonomia intelectual.

Nesse processo, destacam-se duas funções principais da avaliação:

a) **Função diagnóstica**: voltada à identificação dos conhecimentos prévios, habilidades e dificuldades dos(as) discentes, permitindo o redirecionamento das práticas pedagógicas, a retomada de conteúdos e a definição de estratégias de ensino mais adequadas. Essa função é especialmente relevante nos períodos iniciais do curso, contribuindo para a compreensão do perfil dos(as) ingressantes;

b) **Função formativa**: orientada para o acompanhamento contínuo da aprendizagem, possibilitando ajustes no processo de ensino, revisão de estratégias didáticas e fortalecimento do desenvolvimento acadêmico. Essa função ganha centralidade ao longo do curso, especialmente nas atividades relacionadas à prática docente, ao estágio supervisionado e à consolidação da formação profissional.

A avaliação da aprendizagem, para fins de promoção e consequente integralização da disciplina, é planejada por cada docente por meio do plano de ensino, homologado pela direção acadêmica e disponibilizado aos(às) discentes no início de cada semestre. Cada componente curricular prevê, obrigatoriamente, três notas (N1, N2 e N3), correspondentes aos diferentes momentos avaliativos do período letivo, podendo cada uma ser composta por uma ou mais atividades. A média final é calculada por meio da média aritmética simples: M = (N1 + N2 + N3) / 3. Além disso, os(as) estudantes têm direito a dois momentos avaliativos adicionais ao final de cada semestre letivo.

Os instrumentos avaliativos são diversificados e adequados às especificidades da formação em História, podendo incluir provas escritas, análises de fontes históricas, produção de textos acadêmicos, seminários, projetos de pesquisa, relatórios, microaulas e atividades práticas de ensino. Tais procedimentos consideram a natureza dos componentes curriculares — teóricos, teórico-práticos, práticas como componente curricular, estágios e atividades acadêmicas de extensão —, garantindo coerência entre objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação.

Dessa forma, a avaliação no Curso de História Licenciatura configura-se como um processo formativo integrado, comprometido com a qualidade da formação docente, com a produção do conhecimento histórico e com o desenvolvimento crítico dos(as) discentes.

5.10 Número de vagas

O curso oferta 40 vagas anuais para entradas alternadas entre os turnos matutino e noturno, conforme demonstrado na tabela a seguir. O ingresso no curso ocorre por meio de processos seletivos regidos por editais específicos, nas seguintes modalidades: Exame Vestibular, Transferência Interna, Transferência Externa (oriunda de outras instituições), Portador(a) de Diploma e utilização da nota do ENEM.

O ingresso por meio do Exame Vestibular — denominado Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES) — ocorre, em regra, no primeiro semestre letivo do ano, sendo o

processo seletivo realizado no segundo semestre do ano anterior, em cooperação com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). As demais formas de ingresso — transferências interna e externa, bem como ingresso de portadores(as) de diploma — são regulamentadas por editais específicos, publicados anualmente conforme o calendário acadêmico, e condicionadas à existência de vagas remanescentes no curso.

Quadro 21 - Demandas, vagas e formas de ingresso

ANO	INSCRITOS	OFERTA	INGRESSANTES	PROCESSO SELETIVO
2022	160	40	36	PAES
2023	103	40	42	PAES
2024	66	40	37	PAES
2025	48	40	38	PAES
2026	103	40	41	PAES

Fonte: PAES/UEMA (2021;2022;2023;2024;2025). Disponível em: https://www.paes.uema.br Acesso em: 26 abr. 2026; SIGAA (2026).

A partir de 2023, por meio da Resolução nº 255/2023-CONSUN/UEMASUL, de 12 de julho de 2023, a UEMASUL passou a adotar, em caráter excepcional e mediante publicação de editais específicos, o preenchimento de vagas remanescentes do PAES por meio da utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No Curso de História Licenciatura, essa modalidade de ingresso foi aplicada nos editais de 2024 e 2025, com o preenchimento de 3 e 2 vagas, respectivamente.

5.11 Integração do curso com as redes públicas de ensino

A integração do curso com as redes de ensino da educação básica é mediada por convênios e/ou termos de cooperação estabelecidos pela UEMASUL com a Secretaria Municipal de Educação do Maranhão (SEMED) e a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC), O Curso de História Licenciatura mantém ações articuladas com escolas das redes públicas municipal e estadual, ações estas, que estão para além dos estágios, de aulas práticas. Essas iniciativas fortalecem a formação docente, ampliam o diálogo entre universidade e educação básica e favorecem a produção de conhecimentos históricos situados, especialmente a partir das realidades locais e regionais, consolidando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais necessário o aprofundamento da parceria entre as

instituições formadoras de docentes e o chão da escola. A Resolução CNE/CP nº 4/2024, bem como os pareceres e instruções normativas dela decorrentes, reforça a exigência de uma aproximação mais orgânica, contínua e sistemática entre os cursos de licenciatura e as escolas de educação básica. Tal orientação dialoga com a compreensão de que a formação docente se constitui na articulação entre saberes acadêmicos e saberes da experiência (Tardif, 2014), exigindo a inserção do(a) licenciando(a) em contextos reais de ensino. Nesse sentido, como destaca António Nóvoa (1992), a formação de professores deve ocorrer "dentro da profissão", em estreita relação com a escola e com os seus sujeitos.

Essa perspectiva também se aproxima da concepção freireana de educação, na qual a prática pedagógica se constrói no diálogo com a realidade concreta dos sujeitos e dos territórios. Para Paulo Freire (1996), não há docência sem discência, e o processo formativo exige uma relação dialógica, crítica e situada, o que reforça a importância da inserção dos(as) licenciandos(as) no cotidiano escolar desde os primeiros momentos da formação. Em consonância com essas diretrizes, destacam-se iniciativas como a Instrução Normativa nº 1/2025 da SEMED e o Guia de Estágio Supervisionado do Maranhão (outubro de 2025), que contribuem para qualificar e orientar os processos de inserção formativa nas escolas.

A integração do curso com as redes públicas de ensino materializa-se em diferentes dimensões. No âmbito das disciplinas, ocorre por meio de práticas como componente curricular, aulas práticas e atividades de extensão, que articulam conteúdos historiográficos, metodologias de ensino e experiências em espaços educativos, favorecendo a reflexão crítica sobre o ensino de História em contextos concretos. Tal articulação está em consonância com a compreensão do currículo como prática social (Sacristán, 2000), na qual o conhecimento é permanentemente ressignificado.

Outra dimensão estruturante dessa integração se dá por meio dos estágios curriculares supervisionados, de caráter obrigatório, que promovem a inserção progressiva dos(as) discentes na realidade escolar. Nesses espaços, os(as) estudantes desenvolvem atividades de observação, coparticipação e regência, além de participarem de reuniões pedagógicas, conselhos de classe e processos de gestão escolar. Os estágios constituem, assim, um eixo formativo central, ao possibilitar a articulação efetiva entre fundamentos teóricos da História e práticas pedagógicas, em consonância com a ideia de práxis educativa.

Além dos estágios, das aulas práticas e dos projetos de extensão, a integração se fortalece por meio das ações de iniciação à docência, com destaque para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no qual o Curso de História já se encontra em sua segunda

edição. A primeira edição ocorreu no biênio 2022–2024, com 24 bolsistas, desenvolvida em escolas parceiras como a Escola Municipal Eliza Nunes e o Centro de Ensino Médio Raimundo Soares da Cunha, ambos situados no bairro Santa Rita.

A segunda edição do PIBID, em andamento no biênio 2024–2026, conta com 72 bolsistas e amplia significativamente a inserção do curso na rede pública. As atividades são desenvolvidas nas escolas municipais Eliza Nunes e Mariana (bairro Santa Rita) e Madalena de Canossa (Parque Santa Lúcia), bem como nos Centros Estaduais de Ensino Médio: C. E. Raimundo Soares da Cunha (bairro Santa Rita), C. E. Educa Mais Nascimento de Morais (bairro Bacuri), C. E. Educa Mais Mourão Rangel (bairro Mercadinho), C. E. União (Parque Amazonas) e C. E. Educa Mais Tancredo Neves (Vila Redenção I).

Essas experiências constituem espaços privilegiados de formação, ao promoverem a inserção dos(as) licenciandos(as) no cotidiano escolar, o contato com diferentes realidades educacionais e o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas, em diálogo com as especificidades socioculturais do território. Como destaca Maurice Tardif, é nesse entrelaçamento entre teoria e prática que se consolidam os saberes docentes.

Por fim, a integração do curso com as redes de ensino também se realiza por meio de projetos de extensão, ações formativas e da recepção de estudantes e professores(as) da educação básica nos espaços acadêmicos da universidade. Tais iniciativas fortalecem o intercâmbio de saberes e consolidam uma formação docente em História comprometida com a realidade social, com a valorização da escola pública e com a construção de uma educação crítica, democrática e socialmente referenciada.

5.12 Atividades práticas de ensino para a licenciatura

A importância das atividades práticas nos diferentes componentes curriculares é ressaltada pela necessidade de aproximar os(as) discentes dos conhecimentos construídos em sala de aula, possibilitando-lhes visualizar, contextualizar e compreender os conteúdos de forma mais significativa. No âmbito da formação em História, essa dimensão assume papel central, uma vez que os(as) discentes precisam desenvolver não apenas o domínio dos conteúdos históricos, mas também a compreensão crítica das relações entre sujeitos, sociedades, temporalidades e espaços, que constituem o campo de atuação do(a) professor(a) de História.

O Curso de História Licenciatura, em consonância com os documentos oficiais que orientam a formação docente, reconhece a importância de valorizar a experiência dos(as)

discentes por meio de procedimentos como problematização, análise crítica, interpretação de fontes, registro, descrição, documentação e pesquisa de processos históricos, sociais e culturais. Tais procedimentos constituem ferramentas fundamentais para a construção do conhecimento histórico e para o desenvolvimento do pensamento histórico.

Para viabilizar essas práticas, o curso conta com espaços institucionais de ensino, pesquisa e extensão que favorecem a articulação entre teoria e prática. Destacam-se, nesse sentido, o Centro de Documentação e Memória (CEDOM), que possibilita o acesso a acervos documentais e o desenvolvimento de pesquisas históricas; o Núcleo de Educação Afro-Indígena (NEAI), voltado à valorização das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas; o Museu Afro-Indígena, que contribui para a preservação e difusão de memórias e identidades historicamente marginalizadas; o Museu CPAHT – Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira, que se constitui como espaço relevante para o estudo das populações indígenas da região e de seus processos históricos; e o Laboratório de Arqueologia, que possibilita o contato com vestígios materiais, técnicas de análise e interpretação de evidências arqueológicas, ampliando a compreensão das sociedades do passado regional e local a partir da cultura material.

Esses ambientes configuram-se como espaços formativos privilegiados, nos quais os(as) discentes têm contato direto com diferentes tipos de fontes — escritas, orais, materiais e digitais —, desenvolvendo habilidades de investigação, análise e interpretação histórica. Ao mesmo tempo, possibilitam a realização de atividades vinculadas às práticas como componente curricular, projetos de extensão e iniciativas de pesquisa, fortalecendo a relação entre universidade e sociedade.

Nesses espaços, o(a) docente desempenha um papel ativo como mediador(a) do processo formativo, promovendo situações que aproximam os(as) discentes das realidades locais e regionais, estimulando a problematização e a construção de interpretações críticas sobre o passado e suas permanências no presente. Ressalta-se, ainda, que tais ambientes são orientados por normativas institucionais específicas, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Dessa forma, as práticas curriculares no Curso de História Licenciatura contribuem para a consolidação do perfil do egresso, ao promover a articulação entre teoria e prática, ensino e pesquisa, universidade e comunidade, possibilitando uma formação crítica, reflexiva e socialmente referenciada, comprometida com a valorização da memória, do patrimônio e das dinâmicas históricas locais e regionais.

5.13 Atividades Acadêmicas de Extensão

As Atividades Acadêmicas de Extensão, que trata da creditação ao currículo de atividades de Extensão, no âmbito curso de História, está em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 04/2024, com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) e com a Resolução nº 391/2026-CONSUN/UEMASUL. Com base nesse aparato legal, o curso de Licenciatura em História incorpora a extensão universitária como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, materializada por meio das Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE).

A curricularização da extensão nas graduações brasileiras representa um marco no redimensionamento do papel social da universidade, ao romper com modelos tradicionais centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos e ao reafirmar a formação acadêmica como integrada à realidade social. Nesse sentido, a exigência de que, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos seja destinada à extensão — conforme previsto no PNE (2014–2024) e regulamentado pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 — consolida a extensão como componente estruturante dos projetos pedagógicos, e não mais como atividade complementar ou periférica.

Nas licenciaturas, a curricularização da extensão assume uma importância singular, pois se articula diretamente com a formação para o ensino, especialmente na educação básica. Ao ser desenvolvida prioritariamente em escolas públicas, conforme orientam a Resolução CNE/CP nº 04/2024 e a Resolução nº 391/2026-CONSUN/UEMASUL, a extensão se volta de maneira direta para o campo de atuação profissional dos licenciandos, permitindo que o processo formativo ocorra em diálogo constante com os desafios concretos da prática docente.

Essa inserção possibilita discutir e problematizar temas cruciais para o desenvolvimento da educação básica, tais como a valorização da diversidade cultural, a educação em direitos humanos, a construção da memória social, a preservação do patrimônio histórico e as diferentes formas de produção do conhecimento histórico. Além disso, contribui para o enfrentamento de desigualdades educacionais e para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas, críticas e socialmente comprometidas.

Do ponto de vista teórico, a extensão curricularizada fortalece a perspectiva de formação omnilateral, ao articular saberes acadêmicos e saberes produzidos nos territórios e nas comunidades. Conforme apontam os documentos do Forproex, especialmente a *Carta de Vitória (2012)*, a extensão universitária é compreendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e

sociedade, ressignificando a própria função social da universidade pública. Esse processo contribui para a democratização do conhecimento e para a construção de práticas colaborativas, pautadas no diálogo entre saberes acadêmicos e saberes populares. Nessa direção, autores que discutem a formação docente e o ensino de História ressaltam a importância de experiências formativas que integrem teoria e prática, permitindo ao futuro professor compreender a complexidade dos processos históricos e educacionais em contextos reais.

Assim, no âmbito do curso de Licenciatura em História, as Atividades Acadêmicas de Extensão configuram-se como eixo estruturante da formação, promovendo a articulação entre universidade, escola e sociedade. Por meio de projetos integradores, desenvolvidos em diálogo com as escolas da educação básica, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar práticas educativas concretas, produzir conhecimentos situados e desenvolver competências fundamentais para o exercício da docência. Dessa forma, a curricularização da extensão contribui decisivamente para a formação de professores comprometidos com a transformação social, com a valorização da diversidade e com a construção de uma educação histórica crítica e emancipadora.

No curso de Licenciatura em História, as Atividades Acadêmicas de Extensão totalizam 360 horas, correspondendo a 10% da carga horária global de 3.600 horas. Essa organização atende às normativas nacionais e institucionais e reafirma o compromisso com uma formação docente crítica, contextualizada e socialmente referenciada.

A distribuição das AAEs no curso de História, agora sob a égide das resoluções 04/2024-CNE-CP e 391/2026- CONSUN/UEMASUL, ocorre do 1º ao 6º período, em componentes curriculares de 60 horas cada, assegurando a continuidade, a progressividade e a articulação entre diferentes etapas da formação. A carga horária total do Núcleo das Atividades Acadêmicas de Extensão está disposta na estrutura curricular por meio de eixos, como discriminada no ítem 5.3.1.

Nessa perspectiva, a curricularização da extensão no curso de História organiza-se a partir de eixos temáticos abertos ao desenvolvimento de projetos diversos, realizados de forma interdisciplinar. Tal organização fundamenta-se em dimensões formativas que articulam ações, conteúdos e abordagens, orientando práticas pedagógicas voltadas à formação crítica, ética e socialmente comprometida do futuro professor de História.

Quadro 22 - Dimensões Formativas das Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)

Eixos	Abordagem	Conteúdo	Ações
História, Documentos e Memória Escolar	Compreensão da História como construção do conhecimento e análise de fontes	Conceito de História; documento histórico; memória escolar	Levantamento de depoimentos da comunidade escolar; coleta e análise de documentos e fotos; pesquisa sobre o patrono da escola
História, Verdade e Mídias Digitais	Reflexão crítica sobre verdade histórica e circulação de informações	História e verdade; historiografia; fake news; negacionismo histórico	Comparação entre documentos históricos e conteúdos digitais; análise de notícias falsas; debates sobre temas históricos controversos
História e uso da Inteligência Artificial na Educação Básica	Problematização do uso de tecnologias no ensino de História	Inteligência Artificial; letramento digital; ética; produção do conhecimento histórico	Uso orientado de IA (como ChatGPT); elaboração de perguntas; verificação de fontes; análise crítica de respostas geradas por IA
Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial	Valorização e preservação do patrimônio cultural	Patrimônio material e imaterial; educação patrimonial; memória coletiva	Mapeamento de bens culturais locais; estudo de monumentos e nomes de ruas; debates sobre representatividade histórica
História e Memória Social Local	Relação entre memória, sociedade e história local	Memória social; história oral; história regional e local	Realização de entrevistas; registro de narrativas; construção da história do bairro e da comunidade
Metodologias de Projetos Sociais	Intervenção social a partir de demandas da comunidade	Projetos sociais; diagnóstico participativo; cidadania	Identificação de problemas locais; elaboração e execução de projetos; proposição de soluções em parceria com a comunidade e poder público

Elaboração: NDE/2026

As ações extensionistas no curso de Licenciatura em História estão alinhadas às competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que se refere ao desenvolvimento do pensamento crítico, da argumentação fundamentada, da responsabilidade social e do protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento. Ao articular teoria e prática em contextos reais da educação básica, as atividades favorecem a mobilização de competências como a valorização dos saberes históricos, a compreensão das dinâmicas sociais e culturais e o uso responsável das tecnologias digitais.

No campo das habilidades específicas de História na BNCC, as ações contribuem diretamente para o desenvolvimento da capacidade de análise, interpretação de diferentes

narrativas sobre o passado e compreensão das relações entre memória, identidade e sociedade. Atividades como o trabalho com documentos escolares, a história oral, o estudo do patrimônio cultural e a análise crítica de informações em mídias digitais fortalecem a habilidade de problematizar diferentes versões do passado e reconhecer a natureza interpretativa do conhecimento histórico.

Além disso, as ações que envolvem o uso de tecnologias digitais e inteligência artificial promovem o letramento digital crítico, em consonância com a BNCC, ao estimular a verificação de informações, a avaliação da confiabilidade de fontes e a reflexão ética sobre a produção e circulação do conhecimento. Da mesma forma, os projetos voltados à educação patrimonial e à memória social local contribuem para o reconhecimento e valorização da diversidade cultural, incentivando o respeito às diferentes identidades e trajetórias históricas das comunidades.

Dessa forma, as atividades extensionistas do curso de História não apenas dialogam com as competências e habilidades previstas na BNCC, mas também potencializam sua concretização no cotidiano escolar, fortalecendo uma formação docente comprometida com a aprendizagem significativa, a cidadania ativa e a construção de uma educação histórica crítica e transformadora.

6 GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

6.1 Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso de História Licenciatura constitui-se como órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva, devidamente institucionalizado no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), em conformidade com o Regimento dos Órgãos Superiores e com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), atendendo aos critérios de qualidade estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Trata-se de instância fundamental para a condução das questões acadêmicas e pedagógicas do curso, exercendo função estratégica na gestão, análise, deliberação e acompanhamento das ações relacionadas ao seu funcionamento.

Sua atuação contempla o planejamento, a organização, o acompanhamento e a avaliação das atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão, visando à garantia da qualidade da formação acadêmica. Nesse sentido, o Colegiado promove a articulação entre os diferentes segmentos da comunidade acadêmica e contribui para o fortalecimento das práticas pedagógicas e da gestão participativa.

O Colegiado possui ampla representatividade, sendo composto pela Diretora do Curso, que o preside; por, no mínimo, 80% dos docentes do curso; por docentes de outros cursos que atuam na formação, na proporção estabelecida institucionalmente; e por representação discente, indicada pelo Centro Acadêmico de História (CAHIS). Essa composição assegura participação democrática, legitimidade e diálogo interdisciplinar.

A composição do Colegiado do Curso de História – Licenciatura para o biênio 2026–2028, conforme Portaria nº 27/2026 – CCHSL/UEMASUL, apresenta-se conforme quadro próprio.

Quadro 23 - Composição do Colegiado do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL para o biênio 2023-2024

DOCENTE	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Regina Celia Costa Lima	Presidente	Doutora	40h-TIDE
Edimilson Rosa Bezerra	Membro	Doutor	40h-TIDE
Carmem Barroso Ramos	Membro	Doutora	40h-TIDE
Fabrício Nascimento de Moura	Membro	Doutor	40h-TIDE
Gilberto Freire de Santana	Membro	Doutor	40h-TIDE

Ilma Maria de Oliveira Silva	Membro	Doutora	40h-TIDE
Jaime Garcia Siqueira Junior	Membro	Doutor	40h-TIDE
Jessé Gonçalves Cutrim	Membro	Mestre	40h
Luiz Maia da Silva	Membro	Especialista	40h
Margarida Chaves dos Santos	Membro	Mestra	40h
Maristane de Sousa Rosa Sauimbo	Membro	Mestra	40h-TIDE
Moab César de Carvalho Costa	Membro	Doutor	40h-TIDE
Raimundo Carvalho Moura Filho	Membro	Doutor	40h
Raimundo Lima dos Santos	Membro	Doutor	40h-TIDE
Romário Sampaio Basílio	Membro	Doutor	40h-TIDE
Ryan Pedro Barros Matos	Membro	Discente	---

Elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante, 2026.

As reuniões do Colegiado ocorrem ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocadas pela Direção do Curso ou por um terço de seus membros, exigindo quórum mínimo de maioria simples (50% mais um). Os membros devem participar de, no mínimo, 75% das reuniões, sendo as ausências devidamente justificadas. Todas as reuniões são registradas em atas, assegurando transparência, formalização e rastreabilidade das decisões.

No exercício de suas funções, o Colegiado atua na organização e atualização do PPC, na definição da oferta de disciplinas, no acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes, na avaliação do processo de ensino-aprendizagem e na proposição de melhorias para o curso. Suas decisões seguem fluxo institucional definido, com encaminhamento às instâncias competentes, contando com suporte institucional para sua execução e monitoramento.

Além disso, o Colegiado realiza avaliação periódica de sua atuação, considerando a efetividade de suas ações e o atendimento às demandas acadêmicas, contribuindo para o aprimoramento contínuo da gestão e da qualidade do curso.

Compete ao Colegiado, dentre outras atribuições:

- Analisar e emitir parecer sobre os planos de ensino das disciplinas do curso;
- Propor aos órgãos superiores da instituição o estabelecimento de convênios de cooperação técnica e científica com instituições afins;
- Auxiliar a Direção do Curso na implantação e execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- Dar suporte à Direção do Curso na tomada de decisões relacionadas às suas atribuições
- Propor e apoiar a realização de eventos acadêmicos;

- Auxiliar nos processos de avaliação e regulação do curso;
- Contribuir na definição das áreas para contratação de docentes;
- Acompanhar e orientar os docentes nas questões didático-pedagógicas;
- Auxiliar no planejamento das atividades de ensino;
- Elaborar lista tríplice para indicação da Coordenação de Curso;
- Indicar os membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- Propor critérios e procedimentos para avaliação das Atividades Complementares;
- Propor procedimentos relativos ao Evento de Avaliação do Estágio Curricular Obrigatório;
- Encaminhar propostas de alterações no Projeto Pedagógico do Curso aos Conselhos Superiores da UEMASUL.

Dessa forma, o Colegiado do Curso de História configura-se como instância essencial à gestão acadêmica participativa, contribuindo de maneira efetiva para o desenvolvimento do curso e para a consolidação de uma formação de excelência, em consonância com as diretrizes institucionais e nacionais da educação superior.

6.2 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de História – Licenciatura constitui-se como instância acadêmica estratégica, de natureza consultiva e propositiva, responsável pela concepção, implementação, acompanhamento sistemático, consolidação e atualização contínua do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Sua atuação está em plena conformidade com a Resolução nº 012/2017-CONSUN/UEMASUL, com as diretrizes institucionais e com os referenciais de qualidade estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), especialmente no que se refere ao Indicador 2.1.

O NDE é composto por 8 (oito) docentes, incluindo a Direção do Curso, que o preside, todos com formação compatível com a área de História e titulação em nível de pós-graduação stricto sensu, além de experiência consolidada no ensino superior e atuação qualificada em pesquisa e extensão. Seus membros são indicados pelo Colegiado do Curso e formalmente designados por meio da Portaria nº 28/2026 – CCHSL/UEMASUL, assegurando legitimidade institucional, representatividade acadêmica e articulação direta com a gestão do curso.

Quadro 24 - Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL para o triênio 2026-2029.

DOCENTE	FUNÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Regina Celia Costa lima	Presidente	Doutora	40h-TIDE
Fabrício Nascimento de Moura	Membro	Doutor	40h-TIDE
Jessé Gonçalves Cutrim	Membro	Mestre	Integral - 40h
Margarida Chaves dos Santos	Membro	Mestra	Integral - 40h
Moab Cesar Carvalho Costa	Membro	Doutor	40h-TIDE
Raimundo Carvalho Moura Filho	Membro	Doutor	Integral - 40h
Raimundo lima dos Santos	Membro	Doutor	40h-TIDE
Romário Sampaio Basílio	Membro	Doutor	40h-TIDE

Elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante, 2026

A composição do núcleo evidencia elevado grau de qualificação acadêmica e diversidade de experiências, favorecendo a análise crítica e a proposição de ações inovadoras. Destaca-se, ainda, a predominância de docentes em regime de tempo integral, o que garante disponibilidade e engajamento nas atividades do NDE. A permanência contínua de parte significativa de seus membros desde o último ato regulatório assegura estabilidade, memória institucional e coerência no desenvolvimento das políticas acadêmicas, ao passo que a renovação parcial do grupo possibilita a incorporação de novas perspectivas teóricas e metodológicas, em sintonia com as transformações do campo historiográfico e das políticas educacionais.

No exercício de suas atribuições, o NDE atua de forma sistemática e propositiva na qualificação do curso, desenvolvendo análises periódicas do PPC, com base em evidências acadêmicas, indicadores institucionais e resultados de avaliações internas e externas. Sua atuação contempla a revisão do perfil do egresso, a adequação da organização curricular, o fortalecimento da interdisciplinaridade e a articulação efetiva entre ensino, pesquisa e extensão, com vistas à formação docente crítica, reflexiva e socialmente comprometida.

Entre suas principais atribuições, destacam-se:

- Participar ativamente da concepção, consolidação e atualização contínua do Projeto Pedagógico do Curso;
- Zelar pela aderência do PPC às Diretrizes Curriculares Nacionais e ao Projeto Pedagógico Institucional da UEMASUL;

- Contribuir para a definição e atualização do perfil profissional do egresso, em consonância com as demandas contemporâneas da educação básica;
- Promover a integração curricular interdisciplinar e a coerência entre os componentes formativos;
- Acompanhar e avaliar as práticas pedagógicas e os processos de ensino-aprendizagem;
- Incentivar e articular o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão vinculadas à formação docente;
- Analisar indicadores acadêmicos e institucionais, propondo estratégias para melhoria do desempenho discente e da qualidade do curso;
- Propor inovações curriculares e metodológicas alinhadas às transformações do campo educacional e historiográfico;
- Atuar na implementação e no monitoramento das políticas acadêmicas institucionais no âmbito do curso.

O NDE reúne-se regularmente em sessões ordinárias mensais e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de sua presidência. As reuniões são devidamente registradas em atas e relatórios, assegurando formalização, transparência, rastreabilidade das decisões e acompanhamento das ações implementadas. As deliberações do núcleo são articuladas com o Colegiado de Curso e com a Direção de Centro, garantindo alinhamento institucional e efetividade na execução das propostas.

Adicionalmente, o NDE realiza processos contínuos de autoavaliação, considerando a efetividade de suas ações, o impacto das decisões na qualidade da formação e o atendimento às demandas acadêmicas e sociais. Os resultados dessas avaliações subsidiam o planejamento de ações estratégicas, reforçando o compromisso com a melhoria contínua e com a excelência acadêmica.

Dessa forma, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de História consolida-se como instância essencial à governança acadêmica, desempenhando papel decisivo na qualificação permanente do PPC e na garantia de uma formação alinhada aos princípios da educação superior pública, às diretrizes nacionais e às demandas da sociedade contemporânea.

6.3 Direção de Curso

A atuação da direção do curso constitui instância fundamental na organização acadêmica e administrativa da graduação, sendo responsável pela coordenação das atividades didático-

pedagógicas, pelo acompanhamento do desenvolvimento curricular e pela articulação entre docentes, discentes e a gestão institucional. Conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a coordenação atende às demandas acadêmicas e administrativas, envolvendo a gestão das atividades de ensino, o acompanhamento do corpo docente e discente e a representatividade do curso nos diferentes espaços colegiados da universidade.

Entre suas atribuições destacam-se o planejamento, a supervisão e a avaliação das atividades acadêmicas, a condução dos trabalhos do Colegiado de Curso, o acompanhamento do desempenho dos estudantes e o estímulo à integração entre ensino, pesquisa e extensão. A coordenação também atua na interlocução entre o curso e os demais setores institucionais, bem como na representação nos colegiados superiores. Sua gestão é orientada por um plano de ação documentado e compartilhado, que estabelece metas, estratégias e mecanismos de acompanhamento, apoiados em indicadores de desempenho que subsidiam processos de avaliação e melhoria contínua. Além disso, cabe à direção potencializar as capacidades do corpo docente, incentivando a colaboração acadêmica, a integração entre professores e estudantes e o desenvolvimento de iniciativas que fortaleçam a formação oferecida.

Nesse contexto institucional, a direção do Curso de História – Licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão é exercida pela professora doutora Regina Célia Costa Lima, docente adjunta III da instituição. É licenciada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (1995), mestre em Ciências Ambientais e Saúde pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015) e doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2021).

Sua trajetória profissional articula experiência no ensino superior, na educação básica e na gestão educacional. No ensino superior, além da docência no curso de História da UEMA/UEMASUL, exerceu a direção do Curso de História do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (CESI/UEMA) em diferentes períodos (2000–2002; 2007–2011; 2014–2015) e integrou o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) entre 2009 e 2010. Na educação básica, atua desde 1992 na rede pública estadual, tendo também experiência na rede privada. Destaca-se, ainda, sua atuação como Secretária de Educação do Município de Imperatriz (MA), entre 2002 e 2004, consolidando experiência na gestão de políticas públicas educacionais.

Na UEMASUL, participou do processo de criação da universidade, integrando a Comissão de Transição e Instalação em 2016. Posteriormente, exerceu a função de Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica (PROGESA) no período de 2017 a 2021, contribuindo para a consolidação institucional da universidade. Desde 2022, exerce a função de Diretora do

Curso de História, atuando no fortalecimento acadêmico e administrativo do curso.

No campo da pesquisa, desenvolve investigações nas áreas de Ensino de História, História do Maranhão, história intelectual e história das mulheres, com ênfase no sertão maranhense entre o século XIX e a primeira metade do século XX. Suas pesquisas abordam temas relacionados à educação, à memória e à cultura regional, sendo bolsista de produtividade da UEMASUL e coordenadora de projetos de pesquisa e extensão.

Entre suas iniciativas institucionais, destaca-se a coordenação do grupo de trabalho responsável pela implantação do Centro de Documentação e Memória (CEDOM), voltado à preservação e organização de acervos históricos regionais. Integra ainda grupos e instituições acadêmicas e culturais, como o Grupo de Estudos Literários e Imagéticos (GELITI), o Grupo de Estudos em História das Américas – GEHA/Pachamama (como vice-líder), além de ser membro do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI), do Instituto Histórico e Geográfico de João Lisboa (IHGJL) e do Instituto Manoel da Conceição (IMC).

Sua trajetória acadêmica, científica e administrativa evidencia uma atuação alinhada às exigências da função de direção de curso, contribuindo para a qualificação da formação docente, para a produção do conhecimento histórico e para o fortalecimento institucional do curso de Licenciatura em História da UEMASUL.

6.4 Direção de Centro

No âmbito da estrutura organizacional da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), a Direção de Centro constitui uma unidade administrativa de segunda instância, conforme previsto no organograma institucional, ocupando posição estratégica na gestão universitária. Essa instância atua como elo entre a administração superior e os cursos de graduação e demais setores acadêmicos vinculados, contribuindo para a implementação, acompanhamento e consolidação das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, a Direção de Centro é responsável por coordenar, planejar e supervisionar as atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas no âmbito do Centro, promovendo a integração entre coordenações de curso, corpo docente, discentes e setores administrativos. Sua atuação visa assegurar o funcionamento adequado dos cursos, o acompanhamento das atividades acadêmicas e o desenvolvimento de ações voltadas à qualidade da formação oferecida pela instituição. Entre suas principais atribuições destacam-se o acompanhamento do funcionamento dos cursos vinculados, a articulação entre os diferentes segmentos da comunidade acadêmica, a gestão de recursos institucionais e o incentivo a projetos científicos, culturais e extensionistas

alinhados às demandas sociais e educacionais da região.

Compete ainda à Direção de Centro presidir o Conselho de Centro (CONCEN), instância de caráter consultivo e deliberativo responsável pela coordenação e integração das atividades acadêmicas do Centro. O CONCEN é composto pelo(a) Diretor(a) do Centro, na condição de presidente; pelos(as) diretores(as) de cursos de graduação e coordenadores(as) de cursos de pós-graduação vinculados; por um representante do corpo técnico-administrativo; e por dois representantes do corpo discente.

Entre suas atribuições, destacam-se a definição de diretrizes acadêmicas, a aprovação do orçamento e do relatório anual do Centro, a articulação dos planos de trabalho, a regulamentação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a avaliação institucional, a deliberação sobre concursos docentes e a criação de comissões para acompanhamento das atividades acadêmicas e administrativas.

O Curso de Licenciatura em História integra o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL), juntamente com os cursos de Licenciatura em Geografia, Pedagogia, Letras (Língua Portuguesa), Letras (Língua Inglesa) e o curso de Bacharelado em Administração. O CCHSL está sob a direção do professor doutor Francisco de Assis Carvalho Almada (gestão 2022–2025), cuja trajetória acadêmica e administrativa se articula diretamente com as demandas da gestão universitária.

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1990), o professor Francisco de Assis Carvalho Almada é mestre em Ciências da Educação pelo Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño (Havana, Cuba, 1999) e em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (2005), além de doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista, campus de Marília (2011). Integra o quadro docente da UEMASUL, campus Imperatriz, como Professor Adjunto IV, e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), também no campus Imperatriz, como Professor Adjunto I, atuando ainda como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas (PPGFOPRED/UFMA).

Sua experiência acadêmica concentra-se nas áreas de Didática, Fundamentos da Educação e Pesquisa Educacional, com atuação voltada à formação de professores e ao fortalecimento das Ciências Humanas e Sociais. Na condição de Diretor do CCHSL, coordena e acompanha as atividades acadêmicas e administrativas do Centro, promovendo a articulação entre os cursos e a administração superior da universidade, além de incentivar a participação docente e discente em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, a Direção de Centro, enquanto instância intermediária de gestão, contribui decisivamente para o fortalecimento institucional da universidade, para a integração entre os cursos e para a consolidação do papel da UEMASUL como espaço de produção de conhecimento, formação cidadã e compromisso social com o desenvolvimento regional.

6.5 Gestão Acadêmica do curso e o processo de avaliação interna e externa

A gestão do Curso de História estrutura-se em diferentes instâncias de apoio e governança acadêmica, destacando-se a Direção de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Nesse contexto, a avaliação institucional configura-se como um dos principais instrumentos estratégicos de gestão, ao fornecer dados provenientes de avaliações internas e externas, os quais subsidiam o planejamento, o monitoramento e o aprimoramento contínuo das ações acadêmicas.

A análise sistemática, a dinamização e o aperfeiçoamento dos componentes didático-pedagógicos, do corpo docente e técnico-administrativo, bem como das condições de infraestrutura, constituem elementos essenciais para o fortalecimento da qualidade acadêmica e para a elevação dos padrões de ensino, impactando diretamente a formação inicial dos profissionais da área de História.

Nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a avaliação institucional tem como finalidade identificar o perfil de atuação das instituições de ensino superior, considerando suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) desempenha papel central, sendo responsável pela condução dos processos de autoavaliação institucional, pela sistematização dos dados e pela prestação de informações aos órgãos reguladores.

Por meio de um processo avaliativo contínuo, sistemático e orientado por evidências, a instituição qualifica suas funções e produz subsídios consistentes para a formulação e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano Pedagógico Institucional (PPI). Tal dinâmica contribui para o fortalecimento da inserção social da universidade nos âmbitos local, regional e nacional, além de promover a democratização dos processos decisórios e a elevação do desempenho institucional.

A avaliação institucional também possibilita a compreensão ampliada da inserção social da universidade, favorecendo sua articulação com diferentes instituições e movimentos sociais.

Ademais, permite a identificação de estratégias voltadas à consolidação de políticas acadêmicas mais abrangentes, tanto sob a perspectiva quantitativa quanto qualitativa, bem como a análise da percepção da comunidade acadêmica e da sociedade acerca da instituição.

Trata-se, portanto, de um processo permanente, orientado à identificação de potencialidades e fragilidades institucionais, com vistas à produção de conhecimentos e ao desenvolvimento de procedimentos metodológicos que fundamentem a tomada de decisões e a qualificação dos serviços educacionais ofertados, além de fortalecer a relação entre universidade e sociedade.

Nesse contexto, a avaliação institucional organiza-se em duas dimensões complementares: avaliação interna (autoavaliação) e avaliação externa. A avaliação interna é conduzida pelos órgãos institucionais, com ampla participação da comunidade acadêmica, enquanto a avaliação externa é realizada por órgãos reguladores, como os Conselhos Estaduais de Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Avaliação Interna

A UEMASUL realiza processos anuais de avaliação institucional, coordenados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela Coordenadoria de Avaliação Institucional (CAI), constituindo instrumentos essenciais para a análise das condições de ensino e aprendizagem, especialmente no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Dentre os principais instrumentos, destaca-se a autoavaliação institucional, que tem por objetivo conhecer a percepção da comunidade acadêmica acerca da universidade, contemplando dimensões como planejamento e desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, gestão e infraestrutura. Soma-se a esse processo a análise dos indicadores de sucesso e insucesso acadêmico, que evidenciam o desempenho discente por centro, curso e componente curricular. Complementarmente, realiza-se a autoavaliação do curso por meio de consultas discentes aplicadas ao final de cada semestre letivo.

O processo de autoavaliação contribui significativamente para a reorganização da infraestrutura e para o atendimento das demandas específicas dos cursos. Os resultados são discutidos em reuniões entre as direções de curso e a gestão superior, possibilitando a identificação de necessidades e o acompanhamento das ações implementadas. Entre os avanços decorrentes desse processo, destacam-se a implantação de sala de amamentação, a ampliação do número de bolsas e auxílios estudantis e a implementação do Restaurante Universitário.

Avaliação Externa

A avaliação institucional, ao integrar dimensões internas e externas, constitui um sistema articulado que assegura a coerência conceitual, metodológica e operacional dos processos avaliativos, bem como o alcance dos objetivos educacionais. Deve ser conduzida com base em indicadores definidos pelos órgãos competentes, respeitando as especificidades institucionais e em consonância com as diretrizes do SINAES.

A avaliação externa in loco, prevista na Lei nº 10.861/2004, é realizada por comissões designadas por órgãos reguladores e considera três dimensões fundamentais: organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura. Após as visitas, são emitidos relatórios técnicos fundamentados em indicadores de qualidade estabelecidos pelo INEP, os quais se configuram como importantes instrumentos de gestão, subsidiando a implementação de ações corretivas e o aprimoramento contínuo do curso.

O Curso de História também é avaliado por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), cujo objetivo é aferir o desempenho discente em relação às competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Esse processo considera, ainda, indicadores como o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a qualificação do corpo docente, a percepção discente sobre o processo formativo e o valor agregado pela formação oferecida.

Tabela 3 - Conceitos de qualidade do curso (ENADE)

Curso	Ano	Conceito ENADE	IDD	CPC
História	2021	3	3	3
História	2024	3	3	3
História	2025	4	4	4

Fonte: CAI/UEMASUL, 2026.

A UEMASUL conta com a atuação do Procurador Institucional (PI), responsável pelo acompanhamento dos processos regulatórios junto ao Ministério da Educação (MEC). Em articulação com a CAI, o PI auxilia a Direção do Curso no preenchimento de dados, na mobilização discente e no cumprimento das etapas do ENADE, conforme o cronograma estabelecido pelo INEP.

Destaca-se, ainda, a reformulação recente do ENADE para os cursos de licenciatura, que passou a adotar um modelo avaliativo anual, estruturado em duas etapas complementares: uma

avaliação teórica, realizada por meio da Prova Nacional Docente (PND), e uma avaliação prática, desenvolvida durante o estágio supervisionado ou a regência em sala de aula.

A avaliação teórica é direcionada aos estudantes de licenciatura e também pode ser realizada por egressos interessados em processos seletivos públicos que utilizem seus resultados como critério de seleção. Já a avaliação prática tem como foco a mensuração das competências pedagógicas desenvolvidas ao longo da formação inicial.

O novo modelo está regulamentado por um conjunto de normativas, dentre as quais se destacam as Portarias MEC nº 610 e nº 611, de 27 de junho de 2024, o Edital Inep nº 124/2024, bem como normas complementares que disciplinam o cálculo dos indicadores de qualidade. No caso específico do curso de História, destaca-se, ainda, a Portaria nº 266, de 28 de junho de 2024, que dispõe sobre a Matriz de Referência do componente específico da Licenciatura em História, vigente a partir da edição de 2024.

Entre as principais mudanças instituídas nesse processo avaliativo, adotado a partir de 2024, destacam-se:

- a adoção de um ciclo avaliativo anual para as licenciaturas;
- a integração entre avaliação teórica e prática;
- a reformulação da estrutura da prova, com foco na formação docente;
- o fortalecimento das matrizes de referência, com ênfase no desenvolvimento de competências pedagógicas e na prática de ensino.

Assim, a avaliação institucional consolida-se como eixo estruturante da gestão acadêmica e da garantia da qualidade no Curso de História, ao articular, de forma integrada, diagnóstico, planejamento, execução e retroalimentação das políticas educacionais. Mais do que um mecanismo de aferição de desempenho, configura-se como um processo formativo, crítico e emancipatório, capaz de orientar decisões estratégicas baseadas em evidências e alinhadas às demandas contemporâneas da educação superior.

Nesse sentido, a incorporação sistemática dos resultados das avaliações internas e externas fortalece a cultura de autoavaliação e responsabilidade institucional, promovendo maior coerência entre o Projeto Pedagógico do Curso, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Tal articulação potencializa não apenas a elevação dos indicadores de qualidade, mas, sobretudo, a efetividade da formação docente, em consonância com os princípios da relevância social, da equidade e da excelência acadêmica.

Por fim, a consolidação de uma cultura avaliativa contínua, participativa e orientada por resultados reafirma o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento, formação cidadã e transformação social, assegurando não apenas a melhoria dos indicadores institucionais, mas, sobretudo, a qualidade socialmente referenciada da educação ofertada.

7 CORPO DOCENTE

7.1 Titulação e formação docente

O corpo docente do Curso de História Licenciatura é composto por 13 (dez) docentes, sendo 12 (doze) efetivos e 1 (um) docente seletivado. Deste total, 92,31% possuem *stricto sensu*, sendo (69,23%), com título de doutor(a), 23,08% com a titulação de mestrado, com uma mestra com doutorado em andamento e 7,69% com Especialização (um docente). Considerando a experiência profissional, 50% do corpo docente possui experiência no ensino básico e superior e 50% possui experiência somente no ensino superior, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 25 - Título e Experiência profissional do Corpo Docente do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL

DOCENTE	TÍTULO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Edimilson Rosa Bezerra	Doutor em História (2018) – UNISINOS; Mestre em História (2011) – UFG; Licenciado em História (1993) – UEMA	Professor Adjunto III e TIDE – UEMASUL (2017–atual); Professor Efetivo – UEMA (1999–2017); Professor Substituto – UEMA (1995–1999); Professor efetivo – Rede Estadual/MA (1992–atual) .**Lattes:** http://lattes.cnpq.br/6292438900534645
Fabrício Nascimento de Moura	Doutor em História (2024) – UFMA; Mestre em História (2013) – UERJ; Bacharel em História (2008) – UERJ	Professor Adjunto I – UEMASUL (2017–atual); Professor Efetivo– UEMA (2015–2017); Professor Substituto – UEMA (2014–2015). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/6242465012617435
Jaime Garcia Siqueira Júnior	Doutor em Antropologia (2007) – UnB; Mestre em Antropologia Social (1993) – USP;	Professor Adjunto III e TIDE – UEMASUL (2017–atual); Professor – UEMA (1998–2017); Professor Assistente – UFMA (1999).

DOCENTE	TÍTULO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
	Licenciado em Ciências Sociais (1989) – USP	**Lattes:** http://lattes.cnpq.br/1164298643800680
Jessé Gonçalves Cutrim	Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (2011) – PUC Goiás; Mestre em Ciências da Educação (2008) – UPAP; Licenciado em História (1994) – UEMA; Graduado em Estudos Sociais (1989) – UPIS	Professor Assistente I – UEMASUL (2017–atual); Professor efetivo - UEMA (2003–2017); Professor efetivo – Rede Estadual/MA (1994–atual); Professor – Prefeitura de Imperatriz (2001–2004) .**Lattes:** http://lattes.cnpq.br/1022723054494654
Luiz Maia da Silva	Especialista em Projetos Sociais (1996) – PUC Minas Licenciado em História (1990) – UEMA. Licenciado em Geografia (1999) – UEMA	Professor Auxiliar III – UEMASUL (2017–atual); Professor – UEMA (1994–2017). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/0621670876796085
Lennyse Teixeira Bandeira	Doutora em História (2024) – UFRJ; Mestra em História (2020) – UFRJ; Licenciada em História (2017) – UEMA	Professora Substituta – UEMASUL (2025–atual) Professora – IFMA (2025–atual); Professora – SEDUC/MA (2024–2025). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/0058442608416598
Margarida Chaves dos Santos	Mestra em Educação (2000) – IPLAC/Cuba; Licenciada em História (1994) – UEMA	Professora Assistente III – UEMASUL (2017–atual); Professor – UEMA (1995–2017); Professora – Rede Estadual/MA (1992–2006). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/0494434302431623
Maristane de Sousa Rosa Sauimbo	Mestra em História (2006) – UFG; Especialista em Ensino Superior (1999) – UFMA; Licenciada em História (1998) –	Professora – UEMASUL (2017–atual); Professora – UEMA (2003–2017). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/2286532420424958

DOCENTE	TÍTULO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
	UEMA	
Moab Cesar Carvalho Costa	Doutor em História (2017) – UNISINOS; Mestre em Ciências da Religião (2011) – UFG; Licenciado em História (1998) – UEMA	Professor Adjunto IV – UEMASUL (2017–atual) Professor – UEMA (2003–2017); Professor – PPGHIST/UEMA (2021–atual); Professor – Mestrado Profissional (2026–atual). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/7558858835648697
Raimundo Carvalho Moura Filho	Doutor em História (2024) – UFRRJ; Mestre em História (2020) – UFG; Licenciado em História (2017) – UEMA	Professor Adjunto I – UEMASUL (2024–atual); Professor Substituto – UEMASUL (2022–2024); Professor – UNITINS (2024–atual); Professor – Rede Municipal de Imperatriz (2020–2024) .**Lattes:** http://lattes.cnpq.br/0502143944711434
Raimundo Lima dos Santos	Doutor em História (2014) – UFMG; Mestre em História (2010) – UFG; Licenciado em História (2005) – UEMA	Professor Adjunto IV – UEMASUL (2017–atual); Professor – UEMA (2015–2017). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/1088922677592150
Regina Célia Costa Lima	Doutora em História (2021) – UNISINOS; Mestra em Ciências Ambientais e Saúde (2015) – PUC Goiás; Especialista em Educação Superior (2014) – FEST; Especialista em Metodologia do Ensino (2000) – UEMA; Licenciada em História (1995) – UEMA	Professora Adjunta III e TIDE – UEMASUL (2017–atual); Professora – Rede Estadual/MA (1992–2022); Professora – UEMA (1990–2016) Professora – FEST (2008–2017); Professora – IESMA (2011–2017); Professora – Escola Santa Luzia (1991–1996). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/1384692968984742

DOCENTE	TÍTULO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Romário Sampaio Basílio	Doutor em Estudos da Globalização (2023) – UNL/Portugal; Mestre em História Moderna (2017) – UNL/Portugal; Graduado em História (2014) – UEMA	Professor Adjunto I e TIDE – UEMASUL (2025–atual); Bolsista – UEMA (2024–2025); Professor – PPGHIST/UEMA (2025–atual). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/6205411707470389

Neste próximo quadro demonstrativo da atuação profissional docente dos professores que exercem a docência no curso de História. Além dos professores diretamente ligados ao curso de História, o curso conta com a atuação profissional docente de professores para as áreas pedagógicas e didático pedagógica. Nesse período e da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Educação Inclusiva

Quadro 26 - Docente, Titulação e Atuação profissional do Corpo Docente do Curso de História Licenciatura do CCHSL/UEMASUL.

	DOCENTE	TITULAÇÃO	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
1	Carmem Barroso Ramos	Doutora	Docente da área das Ciências Sociais. Possui experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Desenvolvimento, atuando principalmente nos seguintes temas: história cultural, sociedade e comunidade; patrimonio cultural; Pesquisa no contexto cultural da Região Tocantina do Maranhão.
2	Claudia Lúcia Alves	Doutora	Professora de Educação Inclusiva e Lingua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Coordenadora do Núcléo de Acessibilidade Educacional da UEMASUL. Desenvolve pesquisas e extensão na área da inclusão educacional. Atua principalmente nos seguintes temas: inclusão, pedagogia da alternancia, deficiencia visual, libras e educação do campo.
3	Edimilson Rosa Bezerra	Doutor	Doecente de História do Brasil e Maranhão.Tem experiência na área de História do Maranhão e História Agrária. Realiza pesquisa em: História

			Local, Regional, territórios rurais, sertão e economia camponesa. Foi professor da educação básica da rede estadual da educação do Maranhão.
4	Fabrício Nascimento de Moura	Doutor	Professor de História Antiga e Medieval. Coordenador do Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval (NEMHAM) e Editora Revista Mythos. Tem experiência na área de antiguidade e medievo e orienta pesquisas em múltiplas temáticas e abordagens nas seguintes linhas de pesquisa: poder e discurso, cultura e sociedades e Identidade e Gênero.
5	Gilberto Freire de Santana	Doutor	Professor de letras. Coordenador do Grupo de Estudos Literários e Imagéticos (GELITI) atuando na linha de pesquisa Estudos Literários em Diálogos com Outras Artes e Saberes, Ensino e Cinema. Interesses de pesquisa: Literatura e imagem, Literatura ensino, Cinema e ensino, Literatura e adaptação cinematográfica, Estudos literários e outras expressões artísticas (teatro, música e fotografia). Letramento cinematográfico. Estudos da narrativa brasileira, Literatura brasileira moderna e contemporânea. Literatura, arte e cultura: o regional, etnorracial e indígena.
6	Ilma Maria de Oliveira Silva	Doutora	Docente de disciplinas pedagógicas. Vinculada ao Grupo de Pesquisa História das Instituições, Práticas Educativas e Sujeitos Históricos (UFMA) e ao Grupo de Pesquisa em Diálogos Interculturais e Práticas Educativas DIPE(UFMA). Tem experiência na área de História, com destaque em História e Cultura dos povos Indígenas Brasileiro e na Educação com ênfase em Currículo, Estágio Supervisionado, Práticas Educativas e Didática.
7	Jaime Garcia Siqueira Júnior	Doutor	Docente de Antropologia e História e Cultura Indígena. Possui experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento sustentável, gestão territorial e ambiental, identidade, território, história do contato, indigenismo, cultura e política indígena.
8	Jessé Gonçalves Cutrim	Mestre	Docente da área do Ensino de História e Estágio. Possui experiência no ensino básico na rede

			estadual do Maranhão e atua na formação de professores, desenvolvendo atividades nas áreas de Educação e História, com ênfase em formação docente, didática, estágio supervisionado, história regional e temas relacionados ao sertão e à Amazônia Legal.
9	Lennyse Teixeira Bandeira	Doutora	Docente de Teorias e Metodologias da História, Antiguidade e Medievo . É Subcoordenadora do Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval (NEMHAM) e Editora Adjunta da Revista Mythos. Seus interesses de pesquisa concentram-se na História Antiga, com ênfase nos estudos sobre magia, religiosidade e relações de gênero na sociedade grega.
10	Luiz Maia da Silva	Especialista	Docente de História do Brasil e do Maranhão. Desenvolve estudos nas áreas de história oral e memória, desenvolvimento regional e questão agrária, com ênfase em pesquisas sobre o interior do Maranhão.
11	Margarida Chaves dos Santos	Mestra	Docente da área de Ensino e Estágios. Tem experiência na área de História, com ênfase em Ensino de História, Filosofia e História Latino-Americana. Orienta trabalhos de pesquisas e extensão em Ensino, Gênero e História das mulheres. Possui experiência no ensino básico na rede estadual do Maranhão
12	Maristane de Sousa Rosa Sauimbo	Mestra	Docente de História da África e doutoranda em História da África na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Coordenadora do NEAI e do Museu do Negro, desenvolve pesquisas na área de História da África e de suas diásporas, com ênfase nos temas Caribe, Maranhão, Rastafarianismo e Reggae.
13	Moab Cesar Carvalho Costa	Doutor	Docente de Teorias da História e História das Religiões. Lidera o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em História das Religiões (NEIHR) e integra redes e associações acadêmicas nacionais e latino-americanas de pesquisa em história das religiões. Desenvolve investigações sobre religiões e religiosidades contemporâneas, diálogos ecumênicos e tecnologias aplicadas à educação básica.

14	Raimundo Carvalho Moura Filho	Doutor	Docente de História da América. Lidera o Grupo Latinoamericano de Estudos Históricos e em Educação (GLEHE) e o Pachamama: Grupo de Estudos em História das Américas (GEHA-Pachamama). Desenvolve pesquisas nas áreas de história da América Latina, política e história indígena, disputas territoriais, teoria crítica do capitalismo e relações entre natureza e sociedade.
15	Raimundo Lima dos Santos	Doutor	Atua nas disciplinas de Teorias e Metodologias da História, História do Brasil e Maranhaão. Desenvolve pesquisas e orienta trabalhos nas áreas de História e Literatura, História do Brasil e Maranhão e História da América. Membro do Grupo de Estudos Literários e Imagéticos (GELITI)
16	Regina Celia Costa Lima	Doutora	Docente da área de Ensino de História. Possui experiência em gestão acadêmica e educacional e orienta projetos de ensino, de pesquisa e de extensão voltados à memória, ao patrimônio e à história regional. Coordena o Centro de Documentação e Memória (CEDOM). Possui experiência no ensino básico na rede estadual de educação do Maranhão
17	Romário Sampaio Basílio	Doutor	Docente da área de Moderna e Contemporânea. Pesquisador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) e do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO) Desenvolve pesquisas em História da Amazônia em perspectiva global, História da Ciência — com ênfase no trânsito de intelectuais e na difusão do conhecimento nos séculos XVIII e XIX —, além de estudos sobre fronteiras e globalização.

7. 2. Regime de trabalho docente

O corpo docente do Curso de História atua sob regime de trabalho compatível com as demandas acadêmicas, assegurando a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e com as diretrizes institucionais.

Os docentes desenvolvem atividades regulares na graduação, incluindo planejamento, execução e avaliação das disciplinas, bem como orientação acadêmica aos discentes. Além disso, participam de atividades de pesquisa e extensão, contribuindo para para o fortalecimento da

produção científica institucional.

O regime de trabalho contempla, ainda, o atendimento aos alunos, realizado em horários previamente estabelecidos, garantindo acompanhamento individualizado, orientação de trabalhos acadêmicos, estágios, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), iniciação científica e inociação à docência. Essa prática fortalece o vínculo pedagógico e contribui para o desempenho acadêmico dos estudantes.

No âmbito da pesquisa, os docentes participam e coordenam projetos vinculados a grupos de pesquisa institucionalizados, promovendo a inserção dos discentes em atividades de iniciação científica e incentivando a produção acadêmica. As atividades de extensão também são desenvolvidas de forma contínua, por meio de projetos, programas e ações voltadas à interação com a comunidade, contribuindo para a formação cidadã e para a socialização do conhecimento histórico.

Os docentes participam, ainda, de atividades de educação continuada, incluindo cursos de formação, capacitações, eventos científicos e atualização profissional, assegurando a constante qualificação do corpo docente. No âmbito institucional, desenvolvem atividades administrativas e de gestão, como participação em colegiados, comissões, coordenação de curso, núcleos e projetos acadêmicos.

Quanto ao regime de trabalho, o curso conta com docentes distribuídos entre os regimes de tempo integral (40h) e Tempo integral com Dedicação Exclusiva (TIDE), Tempo Parcial, assegurando o atendimento às necessidades de oferta de disciplinas e às demais atividades acadêmicas:

- Docentes em Tempo Integral (TI): 04
- Docentes em Tempo Integral com Dedicação Exclusiva 13
- Docentes em tempo parcial (TP): 1

Os docentes em tempo integral e parcial dedicam carga horária significativa às atividades extraclasse, incluindo pesquisa, extensão, orientação acadêmica e gestão, o que contribui para a consolidação das políticas institucionais e para a qualidade do curso.

Dessa forma, o regime de trabalho docente no Curso de História encontra-se adequado às exigências acadêmicas e institucionais, garantindo condições efetivas para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, e contribuindo para a excelência da formação oferecida.

Quadro 27 - Docentes segundo o Regime de Trabalho

Docente		Regime de Trabalho	
1	Edmilson Rosa Bezerra	TIDE	Efetivo
2	Fabrício Nascimento de Moura	TIDE	Efetivo
3	Jaime Garcia Siqueira Júnior	TIDE	Efetivo
4	Jessé Gonçalves Cutrim	Integral	Efetivo
5	Lennyse Teixeira Bandeira	Parcial	Substituta
3	Luiz Maia da Silva	Integral	Efetivo
7	Margarida Chaves dos Santos	Integral	Efetivo
8	Maristane de Sousa Rosa Sauimbo	TIDE	Efetivo
9	Moab Cesar Carvalho Costa	TIDE	Efetivo
10	Raimundo Carvalho Moura Filho	Integral	Efetivo
11	Raimundo Lima dos Santos	TIDE	Efetivo
12	Regina Celia Costa Lima	TIDE	Efetivo
13	Romário Sampaio Basilio	TIDE	Efetivo

Elaboração: NDE/2026

7.3 Produção acadêmica

Descrever informações sobre a produção científica, cultural, artística ou Tecnológica do Corpo Docente vinculado ao Curso, nos últimos 3 anos.

Quadro 28 - Produção Científica do corpo docente do Curso de História no período de 2022 - 2026.

Docente	Publicação					Projetos			Orientações		Eventos			Total
	Buibliográfica				Téc. Cult. Art.	Pesq.	Ext.	Ens.	Gr.	Pós	M. Red.	Pal.	Apre .de Trab	
	Art.	Liv.	Cap.	anais										
Edimilson Rosa Bezerra	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Fabrício Nascimento de Moura	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	9
Jaime Garcia Siqueira Junior	-	-	4	-	2	-	3	3	4	2	1	0		19
Jessé Gonçalves Cutrim	-	-	3	-	-	-		-	5		-	-	-	8

Lennyse Teixeira Bandeira	3	-	6	1	-	1	1	2	-	-	-	1	10	25
Luiz Maia da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Margarida Chaves dos Santos	1	-	3	1	-	-	-	-	13	-	-	-	-	18
Maristane de Sousa Rosa Sauimbo	-	-	-	-	-	5	2	-	2	1	-	-	-	10
Moab Cesar Carvalho Costa	7	2	8	3	-	6	-	5	7	-	-	-	-	38
Raimundo Carvalho Moura Filho	9	12	16	6	6	12	4	3	-	-	-	-	-	68
Raimundo Lima dos Santos	1	1	3	-	-	6	3	-	6	-	-	-	-	20
Regina Celia Costa Lima	5	5	9	21	3	14	6	4	35	3	-	-	-	105
Romário Sampaio Basílio	5	-	8	-	13	1	2	11	4	-	2	-	10	56
Total	31	21	63	32	24	45	21	28	76			3	6	376

- **Artigos (Art.)**: 31
- **Livros (Liv.)**: 21
- **Capítulos (Cap.)**: 63
- **Trabalhos em Anais**: 32
- **Projetos de Pesquisa (Pesq.)**: 24
- **Projetos de Extensão (Ext.)**: 45
- **Projetos de Ensino (Ens.)**: 21
- **Orientações de Graduação (Gr.)**: 28
- **Orientações de Pós-graduação (Pós)**: 76
- **Mestrado/Redes (M. Red.)**: 6
- **Palestras (Pal.)**: 3
- **Apresentações de Trabalhos**: 6
- **Total Geral da Produção**: **376**

8 INFRAESTRUTURA

A infraestrutura do Curso de História Licenciatura, integra o patrimônio coletivo da UEMASUL, articulando-se aos diferentes ambientes institucionais destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão. Esses espaços compreendem salas de aula, pátios, auditórios, biblioteca, instalações sanitárias, salas administrativas da Direção do Curso e do Centro, sala coletiva de professores, área de atendimento aos discentes, sala destinada à amamentação para as mães lactantes, ginásio esportivo e laboratório de informática, todos devidamente equipados para atender às demandas acadêmicas.

Destacam-se, ainda, os espaços voltados às atividades de estudo, pesquisa e formação didático-pedagógica em História, os quais oferecem suporte ao desenvolvimento das práticas de ensino, à produção do conhecimento histórico e à formação docente, em consonância com as diretrizes do curso.

8.1 Salas de Aula

As salas de aula utilizadas pelo Curso de História (Licenciatura) são compartilhadas com outros cursos do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL) e do Centro de Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas (CCENT), estando localizadas nos prédios I e II do Campus I da universidade.

A distribuição dessas salas é realizada mediante planejamento antecipado, considerando a presença de docentes e discentes com mobilidade reduzida, bem como as demandas relacionadas ao atendimento especializado, de modo a assegurar condições adequadas de acessibilidade e inclusão.

No que se refere à infraestrutura, as salas são equipadas com cadeiras escolares com braços, lousas de vidro incolor para exposição de conteúdos, mesa e cadeira destinadas ao docente, além de adequada iluminação e climatização por meio de aparelhos de ar-condicionado. Dispõem, ainda, de projetores multimídia instalados em parte dos ambientes; nos casos em que esse equipamento não se encontra fixado, a instituição disponibiliza projetores para uso durante as aulas em cada Centro, conforme a necessidade

8.2 Espaço de Trabalho para o Diretor do Curso

A Direção do Curso de História Licenciatura encontra-se instalada em espaço compartilhado no âmbito do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL), em

articulação com a Direção do Centro, a Secretaria e as coordenações dos cursos de Administração (Bacharelado), Geografia e das licenciaturas em Letras – Inglês, Letras – Português e Pedagogia. Tal configuração reflete a organização administrativa integrada do Centro, favorecendo a interlocução entre as coordenações de curso e os setores de apoio acadêmico-administrativo.

O ambiente dispõe de infraestrutura adequada ao desenvolvimento das atividades de gestão acadêmica, incluindo mesas de trabalho individuais equipadas com computadores desktop, cadeiras executivas giratórias, armários para armazenamento de documentos, balcão de atendimento, geladeira e mesa de reuniões. Embora se trate de um espaço coletivo, sua organização contempla divisórias que asseguram a delimitação e a preservação de áreas individualizadas para cada curso, garantindo condições adequadas de organização, funcionalidade e identidade administrativa.

A configuração do espaço possibilita a realização de atendimentos a discentes e docentes, tanto de forma individual quanto em grupo, assegurando acessibilidade e dinâmica de funcionamento compatíveis com as demandas institucionais. Em situações que requerem maior grau de privacidade, os atendimentos são realizados em sala de apoio ao discente, localizada nas proximidades do Centro, ampliando as condições de acolhimento e sigilo.

8.3 Sala Coletiva de Professores

A sala coletiva de professores(as) é um ambiente compartilhado que atende a dois centros distintos: o Centro de Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas (CCENT) e o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL). O espaço está equipado com uma mesa de trabalho espaçosa, cadeiras confortáveis e adequadas para longas sessões, sistema de ar-condicionado, um sofá, armário para armazenamento pessoal, uma estação de trabalho com computador desktop, televisão, geladeira e um armário baixo destinado ao cantinho do café.

Esses elementos, juntamente com a disposição da sala, foram projetados para facilitar o desenvolvimento das atividades acadêmicas, considerando aspectos como iluminação, acústica, acesso à internet, limpeza, climatização, acessibilidade, conservação e conforto.

Adicionalmente, o espaço inclui uma sala de descompressão, cuidadosamente preparada para oferecer aos(às) professores(as) e discentes uma pausa relaxante, com puffs, cadeiras e tapetes, proporcionando um momento de descanso.

8.4 Acesso dos Discentes aos Equipamentos de Informática

Os(as) discentes do Curso de História Licenciatura têm acesso a equipamentos de

informática em diversos espaços dedicados ao curso, como os laboratórios de formação específica, a Biblioteca e o Laboratório de Informática, sendo este último o principal meio de acesso dos(as) discentes a esses recursos. O Laboratório de Informática dispõe de 20 computadores desktop, bem como periféricos, bancadas e cadeiras para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Possui acesso à internet via wi-fi e cabo e conta com políticas de manutenção e atualização de softwares. O ambiente é bem dimensionado e mantido limpo, iluminado, com boa acústica, climatizado e acessível, ficando sob a responsabilidade do setor de Tecnologia da Informação (TI) da UEMASUL.

A utilização do laboratório ocorre mediante agendamento eletrônico prévio, realizado junto à chefia de laboratórios do CCHSL. Os laboratórios de formação específica do curso, como o Laboratório de Ensino de História, o Centro de Documentação e Memória, o Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira, o Núcleo Interdisciplinar em História das Religiões e o Núcleo de Estudos Afro-Indígena, estão equipados com computadores desktop, além de notebooks, cadeiras e mesas, todos com acesso à internet via wi-fi e cabo, atendendo às demandas de ensino, pesquisa e extensão.

8.5 Bibliografia Básica e complementar por Unidade Curricular

O acervo físico de livros, que compõe a bibliografia básica e complementar do Curso de História, disponível aos(às) discentes, está catalogado e informatizado na Biblioteca João do Vale – Campus Imperatriz. A biblioteca conta com mesas para estudo individual e em grupo, além de estações de trabalho com computadores, atendendo às necessidades acadêmicas dos(as) discentes. O acervo da bibliografia básica é adequado às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), mantendo-se atualizado.

No que se refere aos títulos virtuais disponibilizados na Biblioteca Virtual do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), na Biblioteca Pearson e na plataforma Minha Biblioteca, estes podem ser acessados tanto nos computadores disponíveis na biblioteca quanto em dispositivos pessoais, uma vez que a instituição disponibiliza acesso à internet via wi-fi de forma ininterrupta a todos(as) os(as) discentes e demais usuários. Além disso, os materiais também estão disponíveis para acesso fora do espaço da universidade

8.6 Laboratórios Didáticos de Formação Básica

O Curso de História (Licenciatura) conta com o Laboratório de Ensino de História, voltado às questões de formação docente. Esse espaço possibilita a abordagem de diferentes

aspectos do processo de ensino-aprendizagem, constituindo-se como suporte para as disciplinas que possuem carga horária de prática, Estágio Curricular Supervisionado e atividades de extensão.

O laboratório dispõe de recursos e materiais necessários para atender à demanda, incluindo um acervo de materiais didáticos da educação básica, que servem de base para a realização de oficinas, bem como para atividades de planejamento e avaliação no contexto da educação básica. O espaço proporciona conforto a discentes, docentes e à comunidade em geral, atendendo também professores(as) e estudantes da educação básica.

Além disso, o laboratório funciona como espaço de apoio para os(as) discentes bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, elaboração de atividades e fortalecimento da formação inicial docente. No laboratório, são seguidas normas de funcionamento, utilização e segurança, que estão disponíveis aos usuários e afixadas em local visível.

8.7 Laboratórios Didáticos de Formação Específica

O Curso de História (Licenciatura) dispõe de espaços acadêmicos de formação específica — entre núcleos, centros de pesquisa e museus — que possibilitam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a abordagem de diferentes dimensões do processo de ensino-aprendizagem. Esses ambientes permitem aos(às) discentes o desenvolvimento de experiências práticas no campo historiográfico e no ensino de História, atendendo às diversas demandas do curso com recursos adequados às atividades acadêmicas.

São eles:

a) Núcleo de Estudos Afro-Indígena (NEAI) e Museu Afro-Indígena (MAI): vinculados ao Curso de História da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), constituem-se como espaços de acolhimento de discentes e pesquisadores(as), voltados ao desenvolvimento de estudos, pesquisas, ações formativas e atividades de extensão. Dispõem de acervo bibliográfico especializado, materiais didáticos, computadores, projetor multimídia e infraestrutura para reuniões e atividades coletivas.

O NEAI destaca-se pela forte atuação no campo dos estudos africanos, afro-brasileiros e indígenas, promovendo pesquisas, eventos acadêmicos, atividades formativas e ações extensionistas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial. Suas ações contribuem diretamente para a implementação das diretrizes curriculares voltadas ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, fortalecendo a formação docente crítica e

comprometida com a inclusão e a diversidade.

Esses espaços favorecem a organização e a análise de acervos documentais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento da capacidade crítica e analítica dos(as) discentes, especialmente nas áreas de História Afro-Brasileira, História Indígena, História do Brasil, História Regional e História Cultural, além de promoverem diálogo constante com a educação básica.

b) Centro de Pesquisa em Arqueologia e História (CEPAHT) e Laboratório de Arqueologia: configura-se como um espaço museológico de grande relevância, reunindo um acervo significativo relacionado às populações da região, especialmente no que se refere aos vestígios materiais, culturais e históricos. O CEPAHT desenvolve um trabalho sistemático voltado à preservação do patrimônio e à valorização da memória local e regional, consolidando-se como referência para estudos na área.

Além de seu papel na formação acadêmica, o CPAHT é amplamente visitado e consultado por escolas da educação básica e por Instituições de Ensino Superior (IES), que recorrem ao espaço para atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à História, à memória e ao patrimônio.

O Laboratório de Arqueologia, vinculado ao Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira , contribui para a formação dos(as) discentes por meio do desenvolvimento de práticas de pesquisa, análise de fontes materiais, organização de acervos e produção de conhecimento científico. Em conjunto, esses espaços promovem a integração entre teoria e prática, estimulando a elaboração de projetos pedagógicos e o uso de diferentes metodologias no ensino de História.

c) Centro de Documentação e Memória da Região Tocantina (CEDOM): constitui-se como um importante espaço de formação acadêmica, voltado à preservação, organização e disponibilização de fontes documentais e históricas da região. É amplamente utilizado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, especialmente em disciplinas como História Cultural, História Social, História do Maranhão, História do Nordeste, Historiografia, Métodos e Técnicas de Pesquisa em História e Projeto de Pesquisa.

O CEDOM organiza-se como um ambiente de uso compartilhado entre docentes e discentes, possibilitando o desenvolvimento de atividades individuais e coletivas. Dispõe de acervos documentais, equipamentos e estrutura adequada para o tratamento, análise e interpretação de fontes históricas.

Destaca-se o desenvolvimento de projetos de digitalização e organização de bancos de

dados voltados à pesquisa local e regional, como a digitalização do *Jornal O Progresso* e de obras relacionadas à história do sertão maranhense, ampliando o acesso às fontes e contribuindo para a preservação da memória regional.

Nesse espaço, são desenvolvidas atividades relacionadas à pesquisa histórica, organização de arquivos e produção de conhecimento, fortalecendo a formação crítica e investigativa dos(as) discentes.

d) Núcleo de Estudos Interdisciplinares em História das Religiões (NEIHR): é um espaço dedicado ao desenvolvimento de estudos e pesquisas interdisciplinares sobre fenômenos religiosos ao longo do tempo, articulando diferentes abordagens teórico-metodológicas.

O núcleo promove atividades de ensino, pesquisa e extensão, como grupos de estudo, seminários, projetos e produção acadêmica, contribuindo para a formação dos(as) discentes nas áreas de História das Religiões, História Cultural e História Social. Além disso, favorece o diálogo com outras áreas do conhecimento e com a educação básica, ampliando a compreensão da diversidade religiosa e cultural.

Em conjunto, esses espaços acadêmicos têm se mostrado fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão no âmbito do Curso de História, oferecendo suporte qualificado às atividades acadêmicas e contribuindo para uma formação crítica, reflexiva e comprometida com as demandas da sociedade e da educação básica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Alencar Viana. **A região de influência de Imperatriz-MA:** estudo da polarização de uma capital regional, destacando a regionalização dos serviços públicos de saúde. 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil dos municípios maranhenses: indicadores socioeconômicos e demográficos**. 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Os direitos humanos das mulheres:** transformações institucionais, jurídicas e normativas no Brasil. Fortaleza: EdUECE, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 2008. Aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2008.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta a educação a distância no Brasil. Brasília, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei de Libras e a inclusão da Língua Brasileira de Sinais. Brasília, 2005.

BRASIL. INEP. Portaria nº 610, de 2024. Dispõe sobre a avaliação dos cursos de formação docente.

BRASIL. INEP. Portaria nº 611, de 2024. Dispõe sobre a avaliação da prática nos cursos de licenciatura.

BRASIL. Lei nº 4.769, de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de administrador e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.321, de 13 de junho de 1985. Dispõe sobre a criação e regulamentação de conselhos profissionais.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e estabelece metas para a educação brasileira.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e seu reconhecimento legal.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Torna obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e regulamenta sua realização.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre a carga horária mínima e integralização dos cursos de graduação.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (MA). Resolução nº 02, de 04 de outubro de 1993. Dispõe sobre a criação e funcionamento de cursos superiores no estado.

DOURADO, Luiz Fernandes. A Conferência Nacional de Educação e a construção de políticas de Estado. In: FRANÇA, M.; MOMO, M. (org.). **Processo democrático participativo: a construção do PNE**. São Paulo: Mercado das Letras, 2015.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 2011.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – USP.]

FONSECA, Selva Guimarães. **A interferência do modelo de gestão no projeto pedagógico de uma instituição de ensino superior**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-SP.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, José Batista. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**.

GONÇALVES, D. B. **Gestão escolar e desenvolvimento regional**. 2015. Dissertação (Mestrado) – UNITAU.

IBGE. **Cidades: Maranhão**. Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IMESC. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: 2010–2017**. São Luís, 2019.

INEP. **Censo da educação superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019.

MARANHÃO. Decreto nº 32.396, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre a suspensão de aulas presenciais na rede de ensino.

MARANHÃO. **Guia de Estágio Supervisionado do Maranhão**. São Luís: Secretaria de Estado da Educação, 2025.

MARANHÃO. Lei nº 9.279, de 20 de outubro de 2010. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental.

MARANHÃO. Lei nº 10.525, de 3 de novembro de 2016. Dispõe sobre a criação da UEMASUL.

MARANHÃO. Lei nº 10.558, de 6 de março de 2017. Dispõe sobre a organização administrativa da UEMASUL.

MARANHÃO. Lei nº 10.796, de 1º de março de 2018. Aprova o Plano Estadual de Educação Ambiental.

MARANHÃO. Lei nº 10.880, de 5 de julho de 2018. Dispõe sobre a criação do Centro de Ciências da Saúde.

MARANHÃO. CEE/MA. Resolução nº 109/2018. Estabelece normas para a educação superior no sistema estadual.

MARANHÃO. CEE/MA. Resolução nº 63/2019. Define diretrizes para a educação ambiental no estado.

MARANHÃO. CEE/MA. Resolução nº 166/2020. Dispõe sobre a extensão universitária no sistema estadual.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. Instrução Normativa nº 1, de 2025. Estabelece diretrizes para o estágio supervisionado na formação docente.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANCHES, E. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos (1852–2002)**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SOUSA, Jailson de Macêdo. **Enredos da dinâmica urbano-regional sul maranhense**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – UFU.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO (UEMASUL). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017–2021**. Imperatriz, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO (UEMASUL). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022–2026**. Imperatriz, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO (UEMASUL). **Resoluções CONSUN/UEMASUL (2017–2022)**.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

APÊNDICE A – INSTRUÇÃO NORMATIVA DE TCC

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS - CCHSL CURSO DE HISTÓRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2025- CURSO DE HISTÓRIA

A Diretora do Curso de História, na qualidade de Presidente do Colegiado do Curso de História, do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras - CCHSL em conformidade com a Resolução n.º 185/2022 - CONSUN/UEMASUL, de 30 de maio de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar o processo de elaboração do trabalho científico, denominado, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no curso de História da UEMASUL nos termos do que trata o Regimento Geral do Ensino de Graduação (Resolução n.º 185/2022 - CONSUN/UEMASUL).

Art. 2° Definir critérios, modalidades e procedimentos para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de História da UEMASUL, conforme o disposto no Apêndice I dessa Instrução Normativa.

Regina Celia Costa Lima
Diretora do Curso de História
Poet. 051/2022-CONSUN/UEMASUL

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

APÊNDICE I - DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2025- DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO – UEMASUL

TÍTULO I: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na elaboração e apresentação, pelos(as) discentes matriculados no curso de História da UEMASUL, de trabalho científico desenvolvido sob a responsabilidade de um professor orientador, sendo realizado em duas etapas, a saber: Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II.

§ 1º. O componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I, com carga horária de 30 h, integra a matriz curricular do curso de História da UEMASUL, sendo a sua aprovação o pré-requisito obrigatório para matrícula no componente curricular Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II.

§ 2º. O componente curricular Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II, com carga horária definida de 30h, integra a matriz curricular do curso de História da UEMASUL e constitui requisito obrigatório para habilitação do discente como licenciado em História.

Art. 2º. São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

I. Aferir o aprendizado acadêmico geral do(a) discente;

II. Introduzir o(a) discente à prática da pesquisa histórica e/ou educacional;

III. Capacitá-lo para a elaboração de trabalhos acadêmicos;

IV. Desenvolver um produto que demonstre excelência acadêmica no exercício do ofício de historiador(a);

V. Tornar o(a) discente apto(a) a exercer o ofício de historiador(a) por meio de diferentes práticas e linguagens, o que inclui, por exemplo, o ensino e a extensão.

Art. 3º. Serão admitidas três (3) modalidades de TCC no curso de História da UEMASUL:

I. Monografia: trabalho científico elaborado individualmente a partir dos conhecimentos específicos do curso, derivados de pesquisa bibliográfica e/ou empírica, no qual o(a) discente deverá demonstrar habilidade para lidar com documentos históricos e com a produção historiográfica pertinente ao tema escolhido; pode apresentar-se como trabalho

desenvolvido a partir da utilização de documentos e/ou pesquisa de natureza historiográfica;

II. Proposta Pedagógica: trabalho científico que detalha o planejamento e a implementação de um projeto educacional, seja ele um projeto escolar ou de ensino.

III. Artigo Científico na Área de História: trabalho científico considerado como parte de uma publicação científica com autoria declarada, que apresenta e discute teorias, métodos, técnicas, procedimentos e resultados na área de História.

§ 1º. Todas as modalidades deverão seguir as orientações gerais que caracterizam o trabalho científico, apresentando elementos tais como discussões teórico-conceituais, metodologia, documentos e referências.

§ 2º. Todas as modalidades deverão seguir as normas de apresentação gráfica que constam no Apêndice II dessa Instrução Normativa.

§ 3º. O número mínimo de páginas para cada modalidade deverá ser a seguinte:

a) De no mínimo 30 páginas de conteúdo para monografia e Proposta Pedagógica, desconsiderando os elementos pré e pós textuais;
b) De no mínimo 20 páginas de conteúdo para Artigo Científico na área de História, desconsiderando os elementos pré e pós textuais;

§ 3º. A escolha da modalidade do TCC é de responsabilidade do discente e do seu orientador.

TÍTULO II: DAS MODALIDADES DE TCC

CAPÍTULO I: DA MONOGRAFIA

Art. 4º. A Monografia é um trabalho científico sobre um tema específico selecionado pelo(a) discente e objetiva:

I. Propiciar aos formandos a oportunidade de articular a teoria à prática e exercitar os princípios da pesquisa e da escrita acadêmica em História;

II. Capacitar o(a) discente a articular os conhecimentos obtidos durante o curso em um trabalho acadêmico de caráter monográfico, resultante de uma pesquisa histórica;

III. Consolidar e aprimorar os conhecimentos do(a) discente em relação às teorias e metodologias da História, ao domínio da investigação, da redação de relatório técnico

cientifico e da redação de um texto que responda às questões propostas em um projeto de pesquisa

IV. Possibilitar uma avaliação global da prática historiográfica do(a) discente preparando-o(a) para o exercício profissional no magistério ou para a continuidade dos estudos em cursos de pós-graduação *strictu sensu*.

Parágrafo Único: A Monografia deverá ser realizada por um(a) único(a) discente.

CAPÍTULO II: DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Art. 5º. A proposta pedagógica deverá contemplar as seguintes dimensões:

a) O recorte de uma problemática investigativa, que pode originar-se da vivência nas disciplinas vinculadas às práticas pedagógicas ou do Estágio Curricular Supervisionado;
b) O diálogo teórico e conceitual com os estudos e debates recentes sobre o campo do Ensino de História, particularmente, daqueles relacionados à temática selecionada para o estudo;
c) A proposição de um produto final que busque responder à problemática apresentada, acompanhado, necessariamente, de um estudo/justificativa de natureza teórica que esclareça as decisões metodológicas assumidas;

Parágrafo Único: A proposta pedagógica poderá ser realizada por até 3 (Três) discentes.

CAPÍTULO III: DO ARTIGO CIENTÍFICO NA ÁREA DE HISTÓRIA

Art. 6º. Os artigos científicos constituem a unidade de informação de um periódico científico e têm como objetivo:

I. Divulgar análises e resultados de pesquisas na área de História com a comunidade científica e o público em geral;
II. Contribuir para o desenvolvimento do conhecimento na área de História;
III. Desenvolver habilidades de pesquisa, escrita e análise crítica dos(as) discentes do curso de História;
IV. Destacar questões relevantes ou inovadoras da pesquisa na área de História.

Art. 7º. Para ser aceito como TCC, o artigo científico deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Ser desenvolvido a partir de um projeto de pesquisa elaborado e aprovado no

componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I;

b) Ser submetido e aceito para publicação em periódico científico vinculado a alguma Instituição de Ensino Superior pública ou privada, nacional ou internacional, após a sua aprovação no componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I;

§ 1º. A submissão e aceite do artigo para publicação não dispensa a matrícula e a aprovação no componente curricular Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II.

§ 2º. O (a) discente ou o(a) orientador(a) deverão, obrigatoriamente, apresentar a carta de aceite para publicação do artigo em periódico no ato do agendamento da defesa do TCC.

§ 3º. O artigo científico deverá ser realizado por um(a) único(a) discente.

§ 4º. Especificamente para fins de publicação, o artigo poderá constar o nome do(a) orientador(a) e coorientador(a) como coautores do(a) discente.

TÍTULO III: DA ORIENTAÇÃO

CAPÍTULO I: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 8º. A orientação é entendida como processo de acompanhamento didático-pedagógico. As sessões de orientação são de caráter individual e/ou em grupo, realizadas conforme cronograma estabelecido pelo(a) orientador(a) e orientando(a).

Art. 9º. Todo(a) discente regularmente matriculado no Curso de História da UEMASUL e em fase de conclusão tem direito a um(a) orientador(a).

Art. 10. A Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e a Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II não poderão ser desenvolvidos sem um processo de orientação.

Parágrafo Único: O vínculo de orientação se estabelece com a inscrição do(a) discente no componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I.

Art. 11. A coorientação é possível, inclusive por docentes de outros cursos e centros da UEMASUL, bem como por docentes de outras Instituições de Ensino Superior (IES) desde que atenda aos interesses da pesquisa, de acordo com o(a) orientador(a) e o orientando(a).

CAPÍTULO II: DO(A) ORIENTADOR(A)

Art. 12. Os(as) docentes orientadores(as) devem integrar o quadro regular de docentes de qualquer Centro da UEMASUL ou de qualquer IES brasileira externa à UEMASUL, desde que reconhecida pelo MEC, admitidos em quaisquer regimes de trabalho.

§ 1º. Em caso de orientação externa, o(a) discente orientando deverá apresentar à direção do curso um documento comprobatório de vínculo do orientador com a IES de origem.

§ 2º. As eventuais despesas decorrentes da orientação de docentes externos à UEMASUL são de responsabilidade do discente.

Art. 13. É vedado ao(a) docente orientador(a), coorientador(a), leitor(a) crítico(a) ou avaliador(a) possuir vínculo como sócio, cônjuge ou familiar do(a) discente, em linha reta ou colateral, por parentesco natural ou civil, até o terceiro grau, ou por adoção.

Art. 14. É recomendado ao(a) docente orientador(a) orientar a Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e/ou a Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II cuja temática tenha afinidade com a sua área de formação, com os componentes curriculares que leciona ou tenha lecionado ou com a sua temática de pesquisa.

Art. 15. O número de discentes por orientador(a), mantido o critério da isonomia e da divisão de trabalho equânime, não deverá exceder o número máximo de 5 (cinco) discentes por semestre letivo.

CAPÍTULO II: DA ESCOLHA DO(A) ORIENTADOR(A)

Art. 16. É de responsabilidade do(a) discente a escolha do(a) docente orientador(a), considerando a compatibilidade deste com a área de formação e os componentes curriculares que leciona com o trabalho a ser orientado.

Parágrafo Único: Caso o(a) discente encontre dificuldades para definir sua orientação, caberá à Direção do Curso, assessorá-lo(a) na escolha de um(a) orientador(a).

Art. 17. O aceite da orientação será formalizado pelo preenchimento do Formulário de Orientação que deverá ser assinado pelo(a) docente orientador(a) e pelo(a) diretor(a) do curso, até 20 (vinte) dias corridos após o início do semestre letivo, conforme modelo disposto no Apêndice III dessa Instrução Normativa.

CAPÍTULO III: DAS OBRIGAÇÕES DO DOCENTE ORIENTADOR

Art. 18. Ao(a) docente orientador(a) compete:

I. dispor de períodos para encontros periódicos de orientação;
II. proporcionar ao(à) discente sob sua orientação a assistência que se fizer necessária para a execução da Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e da Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II;
III. definir, com o(a) discente orientando(a), o cronograma de atividades e dos encontros de orientação;
IV. realizar a avaliação do trabalho de seu(sua) discente orientando(a);
V. indicar os(as) leitores(as) críticos(as) para a Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e para a Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II;
VI. definir, em comum acordo com o(a) discente orientando(a) e com os(as) leitores(as) críticos(as), a data e horário da Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e/ou da Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II, observando os prazos limites definidos no calendário acadêmico da UEMASUL;

§ 1º. A definição da data e o horário da Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e/ou da Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II de que trata o inciso V desse artigo deverá ser manifesta mediante o preenchimento e assinatura do Formulário de Solicitação de Exame de Qualificação e/ou Defesa de TCC, conforme modelo disposto no Apêndice IV dessa Instrução Normativa.

§ 2º. O não cumprimento dos deveres previstos nesta Instrução Normativa autoriza o(a) discente a solicitar a desvinculação dos encargos de orientação do(a) docente, mediante justificativa escrita encaminhada à Direção de Curso;

CAPÍTULO IV: DAS OBRIGAÇÕES DO(A) DISCENTE ORIENTANDO(A)

Art. 19. Ao(a) discente orientando compete:

I. escolher a temática de pesquisa a ser trabalhada na Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e na Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II;
II. manter contato frequente com o(a) orientador(a) e comparecer às sessões de orientação previamente agendadas para discussão e aprimoramento de sua pesquisa;
III. realizar as sugestões de alterações no trabalho apontadas pelo(a) docente orientador(a);
IV. cumprir os prazos estipulados no cronograma de atividades, no calendário acadêmico da

UEMASUL e da Direção do Curso e as normas dessa Instrução Normativa;

V. Submeter o texto do TCC, redigido conforme as normas de apresentação gráfica definidas no Apêndice II dessa Resolução, à avaliação do(a) orientador(a) e dos(as) leitores(as) críticos(as);

VI. Após a avaliação e aprovação, e com a anuência do(a) docente orientador(a), entregar à Direção do Curso uma cópia da versão final do arquivo do TCC com as devidas correções em mídia digital juntamente com os pareceres do(a) orientador(a) e dos(as) leitores(as) críticos(as);

Parágrafo Único: O não cumprimento dos deveres previstos nesta Instrução Normativa autoriza o(a) docente a solicitar o seu desligamento dos encargos de orientação do(a) discente, mediante justificativa escrita encaminhada à Direção de Curso;

CAPÍTULO V: DA MUDANÇA DE ORIENTADOR(A)

Art. 20. Caso seja necessário, poderá haver mudança de orientador(a) desde que o prazo para finalização do projeto de Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I ou da Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II seja superior a 60 (sessenta) dias corridos.

§1º. A solicitação de mudança de orientação deve ser encaminhada pelo(a) discente orientando(a) e/ou pelo(a) professor(a) orientador(a) por escrito à Direção do Curso, mediante requerimento fundamentado de substituição de orientador(a), do qual deverá constar a assinatura do(a) orientador(a) substituído(a) e do(a) orientador(a) substituto(a).

§2º. Em caso de substituição, a nova orientação deverá ser formalizada junto à Direção do Curso, com o preenchimento de um novo Formulário de Orientação.

§3º. No processo de orientação, havendo incompatibilidade irremediável entre docente orientador(a) e orientando(a), qualquer uma das partes poderá encaminhar por escrito e com justificativa a solicitação de desistência de orientação à Direção do Curso, em um prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos após o início do semestre letivo.

TÍTULO IV: DA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 21. O componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I deverá ter um(a) docente responsável pelo acompanhamento dos processos de orientação, desenvolvendo as seguintes funções:

a) Elaborar o cronograma semestral das atividades relacionadas ao componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I, tais como: definição dos prazos para indicação dos(as) orientadores(as) e para realização das bancas de qualificação;
b) Conferir se todos os(as) discentes matriculados no componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I possuem orientadores(as);
c) Receber todos os formulários relacionados ao componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e encaminhá-los à Direção do Curso ao final do semestre letivo;
d) Manter a Direção do curso atualizada sobre o andamento dos processos de orientação, comunicando imediatamente qualquer inconformidade identificada;
e) Realizar todos os lançamentos de notas dos(as) discentes ao final do semestre letivo;

Art. 22. A qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso consiste na elaboração e defesa pública de um projeto de pesquisa científica relacionado a uma das três (3) modalidades de TCC dispostas nessa Instrução Normativa.

Parágrafo Único: Para a qualificação do trabalho de conclusão de curso é requisito obrigatório ao(à) discente estar devidamente matriculado(a) no componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I

CAPÍTULO II: DO PROJETO PARA QUALIFICAÇÃO

Art. 23. O projeto para a qualificação das modalidades Monografia e Artigo Científico na área de História deverá ter a seguinte estrutura: identificação, título, introdução (delimitação do objeto e discussão bibliográfica), objetivos, referencial Teórico, documentos e metodologia, cronograma e referências.

Art. 24. O projeto para a qualificação da modalidade proposta pedagógica deverá ter a seguinte estrutura: identificação, título, introdução, justificativa, objetivos, metodologia, público alvo, resultados esperados, avaliação, cronograma e referências.

Art. 25. O projeto, qualquer que seja a modalidade, deverá ter entre 8 (oito) e 12 (doze) páginas, incluindo as referências, e ser redigido em letra Times New Roman, tamanho 12, formato do

texto justificado, com espaçamento entre linhas 1,5 e margens superior e esquerda com 3 cm, e direita e inferior com 2 cm.

CAPÍTULO III: DA DEFESA DO PROJETO DE QUALIFICAÇÃO

Art. 26. A defesa pública do projeto de qualificação deverá ser realizada em consonância com o calendário acadêmico da UEMASUL e com o cronograma definido pelo(a) docente responsável pelo componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I.

§1º. A data da defesa pública do projeto de qualificação deverá considerar o cronograma elaborado pelo docente responsável pelo componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e ser definida em comum acordo entre o(a) docente orientador(a) e o(a) discente.

§2º. É de responsabilidade do(a) docente orientador(a) a marcação da data da defesa pública do projeto de qualificação, considerando o cronograma previamente estabelecido, mediante o preenchimento e assinatura, juntamente com o(a) discente e o(a) leitor(a) crítico(a), do Formulário de Requerimento de Defesa, assinalando a opção Projeto de Qualificação, conforme disposto no Apêndice IV dessa Instrução Normativa, a ser entregue ao(a) docente responsável pelo componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I.

§3º. O projeto deverá ser enviado ao leitor(a) crítico(a) pelo(a) discente ou pelo(a) orientador(a) em até 5 (cinco) dias úteis antes da data da defesa pública.

CAPÍTULO IV: DA AVALIAÇÃO DO PROJETO DE QUALIFICAÇÃO

Art. 27. A avaliação do Projeto de Qualificação deverá ser realizada pelo(a) docente orientador(a) e por 1 um(a) leitor(a) crítico(a) a ser escolhido(a) pelo(a) próprio orientador(a) do(a) discente.

Parágrafo Único: O(a) leitor(a) crítico(a) deverá ser docente da UEMASUL ou de qualquer IES do território nacional ou Internacional cuja área de formação ou docência tenha afinidade com a temática apresentada no Projeto de Qualificação.

Art. 28. A avaliação do projeto de qualificação será constituída por duas etapas:

I. Avaliação do Projeto escrito pelo(a) discente, cuja nota poderá variar entre 0 (zero) e 10

(dez);

II. Arguição feita pelo(a) leitor(a) crítico(a) e pelo(a) orientador(a) após a exposição oral realizada pelo(a) discente, cuja nota poderá variar entre 0 (zero) e 10 (dez);

§1º. No ato da defesa, o(a) discente terá até 10 (dez) minutos para fazer a exposição oral do conteúdo do Projeto de Qualificação.

§2º. Após a exposição oral do(a) discente, o(a) leitor(a) crítico(a) e o(a) orientador(a) poderão fazer questionamentos acerca do Projeto, aos quais o(a) discente terá até 15 (quinze) minutos para respondê-los.

§3º. A duração total da qualificação não poderá ser inferior a 40 minutos e superior a 60 minutos.

§4º. A nota final da avaliação do Projeto de Qualificação será constituída da média entre as notas do Projeto escrito e da Arguição atribuídas pelo(a) leitor(a) crítico(a) e pelo(a) orientador(a) e informadas no Formulário de Avaliação, assinalando a opção Projeto de qualificação, conforme Apêndice V dessa Instrução Normativa, sendo considerado(a) aprovado(a) o(a) discente que obtiver média igual ou superior a 7 (sete).

§5º. O(a) discente que obtiver média inferior a 7 (sete) será considerado Reprovado no componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I.

TÍTULO V: DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 29. O(a) discente somente poderá se matricular no componente curricular Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II caso tenha sido aprovado(a) no componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e não esteja em débito com os componentes curriculares objetos do seu trabalho, observado o prazo máximo de integralização curricular, indicado no Projeto Político Pedagógico (PPC) do curso.

Parágrafo Único: Para a defesa do TCC é requisito obrigatório ao(à) discente estar devidamente matriculado(a) no componente curricular Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II **Art. 30.** O TCC deverá ser desenvolvido tendo como referência o projeto de pesquisa elaborado e aprovado no componente curricular Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I.

Art. 31. O TCC deverá ser apresentado dentro das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e obedecendo ainda às normas de apresentação gráfica conforme orientações apresentadas no Apêndice II dessa Instrução Normativa.

Art. 32. O(a) discente poderá ser reprovado diretamente pelo(a) docente orientador(a), sem a necessidade de ser avaliado(a) por uma Banca Examinadora, caso não apresente o TCC concluído no tempo hábil, considerando o calendário acadêmico da UEMASUL e o cronograma estabelecido pela Direção do Curso, ou sua redação não seja considerada satisfatória.

CAPÍTULO I: DA BANCA EXAMINADORA

Art. 33. A Banca Examinadora do TCC será composta por 3 (três) docentes, incluído o(a) Docente Orientador(a).

Parágrafo Único. É de responsabilidade do(a) docente orientador(a) a escolha dos(as) docentes que irão compor a Banca Examinadora.

Art. 34. Os(as) integrantes da Banca Examinadora deverão ser docentes da UEMASUL ou de qualquer IES do território nacional ou Internacional cuja área de formação ou docência tenha afinidade com a temática apresentada no TCC.

Art. 35. Cada membro da Banca Examinadora deverá receber uma cópia eletrônica ou impressa do TCC em no mínimo 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para a sua defesa.

Parágrafo Único: caberá ao(à) membro da Banca Examinadora escolher se deseja receber a cópia do TCC impressa ou de forma eletrônica.

Art. 36. Coorientadores(as) não serão admitidos(as) como avaliadores(as), mas poderão participar da defesa oral do TCC.

CAPÍTULO II: DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 37. A apresentação e defesa oral do TCC é de natureza pública, sendo estimulada a participação dos(as) demais discentes do curso de História. É, todavia, defeso ao público qualquer tipo de intervenção no decorrer da apresentação e da arguição.

Art. 38. A data e o horário da defesa oral do TCC deverão ser informados mediante o preenchimento e assinatura do(a) discente e dos(as) demais membros da Banca Examinadora do Formulário de Requerimento de Defesa, assinalando a opção defesa do TCC, disponível no

Anexo IV dessa Instrução Normativa que deverá ser entregue à Direção do Curso pelo(a) docente orientador(a).

Art. 39. Caso o(a) docente orientador(a) entenda que o TCC não foi elaborado a contento poderá reprovar o(a) discente orientando(a) diretamente, dispensando a formação da Banca Examinadora e, consequentemente a realização da sua defesa.

Art. 40. O tempo para a defesa oral do TCC é de no mínimo 15 e no máximo de 20 minutos. Aos arguidores será dado tempo igual para questionamentos.

Parágrafo Único: O tempo total para a realização do ato de defesa, incluindo exposição oral do(a) discente, arguição dos(as) avaliadores(as) e anúncio do resultado não poderá ser inferior a 60 minutos e nem superior a 90 minutos.

CAPÍTULO II: DA AVALIAÇÃO

Art. 41. Os critérios para a avaliação do texto escrito do TCC são os seguintes:

I. A relevância do tema para a área de História;
II. A delimitação do tema e a caracterização do problema;
III. O desenvolvimento do argumento ao longo do texto;
IV. A adequação da metodologia utilizada;
V. A pertinência, atualidade e qualidade da bibliografia utilizada;
VI. A adequação das referências teóricas;
VII. A qualidade da redação do texto e sua adequação às normas de apresentação gráfica estabelecidas no Apêndice II dessa Instrução Normativa.

Art. 42. Os critérios para a avaliação da apresentação oral do TCC são os seguintes:

I. Coerência do conteúdo da apresentação oral com o texto escrito;
II. Qualidade e estrutura do material de apresentação;
III. Domínio e conhecimento do tema;
IV. Clareza, fluência e domínio verbal na exposição de ideias;
V. Observância do tempo determinado para apresentação conforme previsto no art. 36 dessa Instrução Normativa.

Art. 43. Após a conclusão da apresentação oral, o público presente na Defesa do TCC deverá se retirar da sala para deliberação da Banca Examinadora.

Art. 44. A banca examinadora formulará o seu julgamento com base no texto do TCC e no

desempenho do(a) discente ao longo da apresentação oral. Cada membro da Banca Avaliadora atribuirá uma nota que variará entre 0 e 10, para o texto e para a apresentação oral do TCC. A nota final do componente curricular Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II formar-se-á pela média aritmética das notas atribuídas pelos 3 (três) membros da Banca Examinadora.

Parágrafo Único: as notas deverão constar no Formulário de Avaliação, assinalando a opção defesa do TCC, conforme Apêndice V dessa Instrução Normativa devendo ser assinado por todos os membros da banca examinadora e entregue pelo(a) docente orientador(a) à Direção do Curso.

Art. 45. Será considerado(a) aprovado(a) o(a) discente que obtiver média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 46. Caso seja identificado pela Banca Examinadora a cópia, plágio, uso indevido de ferramentas de Inteligência Artificial, ou quaisquer outras infrações ou violações previstas nas legislações brasileiras o(a) discente será imediatamente reprovado(a), não havendo necessidade de agendamento da defesa oral.

§1º. Por uso indevido de ferramentas de Inteligência Artificial entende-se o seu uso para a geração de partes ou de todo o conteúdo do projeto e/ou do TCC.

§2º. É permitido o uso de ferramentas de Inteligência Artificial exclusivamente para a revisão ortográfica do texto do projeto e/ou do TCC.

TÍTULO VI: DO REGISTRO OFICIAL

Art. 47. Após a defesa do TCC, havendo ajustes a serem feitos no texto indicados pela Banca Examinadora, o(a) discente terá 15 (quinze) dias corridos para realizá-los e devolvê-lo ao(à) orientador(a) para conferência.

§1º. O orientador poderá aprovar os ajustes realizados ou devolver o texto ao(à) discente para nova revisão.

§2º. Caso o(a) orientador(a) devolva o texto para novos ajustes, o(a) discente terá mais 10 **(dez) dias corridos para realiza-los e devolvê-lo ao(à) orientador(a) para conferência final.**

Art. 48. Após a revisão e ajuste do texto e aprovação do(a) orientador(a), o(a) discente deverá, obrigatoriamente, entregar uma versão, em formato PDF, à Direção do Curso, por meio de e-mail, para que esta o encaminhe para a Biblioteca da UEMASUL.

Art. 49. A direção de curso deverá manter um banco de dados com informações básicas sobre todos os TCCs já defendidos e aprovados, devendo conter: autor, título e área temática do trabalho, nome e titulação do(a) docente orientador(a), data em que se realizou a defesa, número de catálogo na Biblioteca UEMASUL e membros da Banca Examinadora.

TÍTULO VII: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50. As defesas do Projeto de Qualificação e do TCC poderão ser realizadas de forma presencial ou virtual.

§1º. As defesas realizadas de forma virtual deverão seguir todos os trâmites descritos nessa Instrução Normativa;

§2º. Para garantir que a defesa seja pública, o(a) docente orientador(a) deverá encaminhar o link de acesso para a Assessoria de Comunicação – ASCOM até 1 (um) dia útil antes da defesa para que seja divulgado no site da UEMASUL;

§3º. A gravação em vídeo da defesa, seja no formato presencial, seja no formato virtual somente poderá ocorrer mediante expressa autorização unânime do(a) discente, do(a) docente orientador(a) e dos(a) avaliadores(as).

Art. 51. As eventuais despesas decorrentes da participação de docentes externos(as) à UEMASUL em qualquer etapa dos componentes curriculares Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II serão de responsabilidade do(a) discente.

Art. 52. Os casos omissos nessa Instrução Normativa serão resolvidos pela Direção do Curso e, posteriormente submetidos ao Colegiado do Curso.

Art. 53. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso, revogadas as disposições contrárias.

Imperatriz, 6 de Outubro de 2025

Núcleo Docente Estruturante (NDE):

Profa. Dra. Regina Celia Costa Lima

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Prof. Dr. Fabrício Nascimento de Moura

Prof. Me. Jessé Gonçalves Cutim

Prof. Dr. José Siney Ferraz Rodrigues

Profa. Ma. Margarida Chaves dos Santos

Prof. Dr. Moab César Carvalho Costa

Prof. Dr. Raimundo Moura Filho Prof.

Dr. Romário Sampaio Basílio

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

APÊNDICE B – INSTRUÇÃO NORMATIVA DE ESÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS

CURSO DE HISTÓRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026 – CURSO DE HISTÓRIA/CCHSL/UEMASUL

Dispõe sobre a normatização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de História, do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, *campus* Imperatriz.

O Colegiado do Curso de História – Licenciatura, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

- a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- a Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em História;
- a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da educação básica, em nível superior, nos cursos de licenciatura;
- as Portarias 610 /2024 - MEC, que oficializam a reformulação da avaliação dos cursos que formam professores no Brasil;
- a Instrução Normativa nº 01/2025 – SEDUC-MA, de 9 de abril de 2025, que dispões sobre as normas e procedimentos para o Estágio Curricular Supervisionado em Escolas da Educação Básica do Estado do Maranhão;
- a Resolução nº 391/2024 – CONSUN/UEMASUL, que dispõe sobre as diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL;
- a Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, que trata das Normas Gerais do Ensino de Graduação no âmbito da instituição;

- as Resoluções nº 40/2018 e nº 64/2018 – CONSUN/UEMASUL, que tratam das normativas institucionais sobre estágio e práticas pedagógicas; **resolve,** por meio da presente Instrução Normativa, estabelecer as diretrizes que regulamentam o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História Licenciatura, do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras, Campus Imperatriz.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Curso de Licenciatura em História tem como objetivo formar professores-pesquisadores aptos a atuar em diferentes níveis e contextos do ensino de História, a partir de uma compreensão ampla e crítica das questões educacionais e historiográficas.

§1º A formação proposta articula saberes pedagógicos e específicos, promovendo um diálogo interdisciplinar constante com os diversos campos das ciências humanas e sociais, com atenção tanto às dinâmicas globais quanto às especificidades regionais.

§2º O Estágio Curricular Supervisionado é parte essencial da composição curricular da Licenciatura em História, sendo indispensável para a formação do docente, pois permite a articulação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos e favorece o desenvolvimento de competências didático-pedagógicas necessárias ao exercício profissional responsável, crítico e comprometido com a realidade educacional

CAPÍTULO II
DA DEFINIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 2° A presente Instrução Normativa (IN) tem por finalidade normatizar o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras - CCHSL, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado é de caráter obrigatório e compreende atividades de aprendizagem profissional desenvolvidas pelo licenciando, por meio de sua inserção em situações reais de trabalho, nos respectivos campos de estágio.

Parágrafo único: As atividades do Estágio Curricular Supervisionado devem ser realizadas sob a orientação de um Docente Orientador de Estágio e a supervisão de um Docente Supervisor de Estágio, assegurando o acompanhamento pedagógico e o vínculo formativo com

o curso**.**

Art. 4º São objetivos do Estágio Supervisionado Curricular do Curso de História Licenciatura:

I. Integrar teoria e prática por meio da vivência em contextos reais de ensino, possibilitando ao licenciando a aplicação crítica dos conhecimentos construídos ao longo do curso;

II. Desenvolver habilidades didático-pedagógicas específicas para o ensino de História, promovendo a construção de práticas educativas fundamentadas em princípios éticos, democráticos e inclusivos;

III. Estimular a reflexão sobre os desafios da prática docente na Educação Básica, considerando as dimensões sociais, culturais e políticas que atravessam o cotidiano escolar;

IV. Favorecer a compreensão da organização e funcionamento das instituições escolares, bem como dos instrumentos de planejamento, avaliação e gestão educacional;

V. Promover a autonomia, a responsabilidade e o comprometimento profissional do licenciando com a realidade educacional local, regional e nacional;

VI. Contribuir para a formação de professores capazes de elaborar propostas pedagógicas contextualizadas, críticas e comprometidas com a valorização da diversidade e dos direitos humanos.

CAPÍTULO III
DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 5° O Estágio Curricular Supervisionado está previsto na matriz curricular do Curso de Licenciatura em História, com carga horária total de 405 horas, sendo desenvolvido ao longo do curso, conforme consta no Projeto Pedagógico do Curso, distribuído da seguinte forma:

I – Estágio Curricular Supervisionado I – Vivência Escolar e Observação da Cultura Escolar – com carga horária de 60 horas, ofertado no primeiro período do curso, destinado à inserção inicial do(a) discente no espaço escolar, por meio da observação das práticas educativas, da organização institucional da escola, das relações pedagógicas e da dinâmica da cultura escolar, possibilitando a compreensão do ambiente educacional e das múltiplas dimensões que constituem o cotidiano da Educação Básica;

II – Estágio Curricular Supervisionado II – Instrumentos de Prática e Organização do Ensino de História – com carga horária de 60 horas, ofertado no terceiro período, voltado ao estudo e à análise dos instrumentos pedagógicos que orientam o ensino de História, incluindo planejamento, elaboração de atividades, avaliação da aprendizagem, uso de materiais didáticos

e compreensão da organização curricular, visando ao desenvolvimento das competências necessárias à prática docente no âmbito da Educação Básica;

III – Estágio Curricular Supervisionado III – Gestão Escolar, Projetos Educativos e Políticas Públicas – com carga horária de 60 horas, ofertado no quinto período, direcionado à compreensão da gestão educacional e dos processos administrativos e pedagógicos da escola, bem como à análise das políticas públicas educacionais, dos projetos institucionais e das ações de planejamento escolar, buscando ampliar a compreensão do(a) licenciando(a) acerca da organização e funcionamento da educação pública;

IV – Estágio Curricular Supervisionado IV – Regência no Ensino Fundamental – com carga horária de 105 horas, voltado para a atuação docente nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), com ênfase no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas ao ensino de História, considerando as especificidades da faixa etária, os conteúdos curriculares e as metodologias adequadas ao contexto escolar;

V – Estágio Curricular Supervisionado V – Regência no Ensino Médio – com carga horária de 120 horas, voltado para a atuação no Ensino Médio, com foco na aplicação de saberes teórico-metodológicos do campo da História, na mediação crítica dos conteúdos históricos e no uso de abordagens interdisciplinares e reflexivas voltadas à formação cidadã dos(as) estudantes.

Parágrafo único. O(A) estagiário(a) deverá cumprir integralmente a carga horária exigida para o estágio, conforme disposto no Projeto Pedagógico do Curso e nesta Instrução Normativa.

Art. 6º Os campos de realização do Estágio Curricular Supervisionado compreendem instituições e espaços educativos formais e não formais que possibilitem a articulação entre teoria e prática, favorecendo a inserção do(a) licenciando(a) em situações reais de ensino, aprendizagem, gestão e organização educacional, em conformidade com a legislação educacional vigente, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores e com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História.

§ 1º O Estágio Curricular Supervisionado será desenvolvido em instituições públicas da Educação Básica, mediante convênios, termos de cooperação ou instrumentos equivalentes firmados pela UEMASUL.

§ 2º Constituem campos prioritários de realização do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em História:

I – Escolas públicas de Ensino Fundamental, preferencialmente das redes municipal e estadual, que ofertem os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), destinadas ao desenvolvimento das atividades de observação, participação e regência vinculadas ao ensino de

História;

II – Escolas públicas de Ensino Médio, preferencialmente da rede estadual de ensino, destinadas ao desenvolvimento das atividades de observação, planejamento e regência no âmbito da disciplina de História, considerando as especificidades pedagógicas dessa etapa da Educação Básica.

§ 3º As atividades de regência previstas nos Estágios Curriculares Supervisionados IV e V serão realizadas em instituições da Educação Básica, nos níveis do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, admitindo-se, de acordo com o nível de inserção do(a) discente e com os objetivos formativos do estágio, diferentes modalidades e contextos educacionais.

§ 4º O(A) estagiário(a) poderá desenvolver as atividades de estágio em instituições que ofertem modalidades específicas da Educação Básica, tais como Educação Regular, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, entre outras modalidades reconhecidas pela legislação educacional vigente, desde que compatíveis com os objetivos pedagógicos do componente curricular e com a formação docente em História.

§ 5º As experiências previstas no § 4º deverão assegurar condições pedagógicas adequadas ao desenvolvimento das atividades de observação, participação, planejamento e regência, respeitando as especificidades socioculturais, territoriais e educacionais dos sujeitos envolvidos no processo formativo.

§ 6º De forma complementar à formação desenvolvida nos espaços escolares da Educação Básica, poderão ser admitidas experiências de estágio em instituições e espaços educativos não escolares ou de educação não formal, desde que relacionados à formação docente em História e às finalidades pedagógicas previstas no Projeto Pedagógico do Curso, tais como:

I – Projetos educativos, ações de educação patrimonial, programas de iniciação à docência, programas socioculturais e demais iniciativas voltadas ao ensino e à aprendizagem da História;

II – Órgãos, setores ou instituições vinculadas à gestão educacional, ao planejamento pedagógico e às políticas públicas de educação e cultura.

§ 7º As experiências previstas no § 6º possuem caráter complementar e não substituem as atividades obrigatórias de estágio realizadas em instituições escolares da Educação Básica, especialmente aquelas vinculadas às atividades de observação, participação e regência docente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

§ 8º Os campos de estágio deverão oferecer condições pedagógicas, institucionais e estruturais adequadas ao acompanhamento das atividades acadêmicas, garantindo supervisão

docente e o desenvolvimento das competências profissionais previstas para a formação do(a) licenciando(a) em História.

Art. 7° A jornada de atividade em estágio será definida em comum acordo entre a UEMASUL, o campo de estágio e o(a) estagiário(a), devendo constar no Termo de Compromisso de Estágio (Apêndice C), ser compatível com as atividades acadêmicas e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

CAPÍTULO IV
DA ORIENTAÇÃO E DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 8° A orientação dos estágios é realizada pelo/a docente designado/a para ministrar uma disciplina de estágio curricular supervisionado.

Art. 9° A supervisão do estágio é realizada pelo/a professor/a, com habilitação e atuação na mesma área ou em área afim do estagiário, da escola/instituição em que se efetivará o estágio supervisionado.

Parágrafo único. Para execução do Estágio Curricular Supervisionado, deve ser apresentado um cronograma de atividades (Apêndice D) que consiste em um documento elaborado pelo aluno, em conjunto com o docente orientador e o professor supervisor, no qual são descritas as atividades e ações que deverão ser desenvolvidas no período de estágio e deverá constar como um apêndice no relatório final.

Art. 10 No início do semestre, o docente orientador apresentará aos alunos o seu plano de ensino, com ênfase no cronograma das atividades do estágio, indicando os objetivos, conteúdos, metodologias, área de atuação, tema principal e a programação de atividades, indicando também ao estagiário a forma de avaliação, mencionando, portanto, os critérios institucionais empregados.

CAPÍTULO V
DOS PROCEDIMENTOS DO ESTÁGIO

Art. 11 As atividades de estágio serão operacionalizadas observando os seguintes critérios:

I – Existência de convênio, termo de cooperação ou instrumento equivalente entre a UEMASUL e a instituição concedente do estágio;

II – Formalização da participação do(a) estagiário(a) pela UEMASUL, mediante:

a) emissão e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio

b) encaminhamento da relação de estagiários à instituição concedente, à Secretaria Municipal de Educação e/ou à Unidade Regional de Educação do Estado, solicitando autorização para utilização do campo de estágio;

III – Encaminhamento do(a) discente, pelo(a) docente orientador(a), à escola-campo ou instituição concedente, após autorização do campo de estágio, para apresentação formal e estabelecimento de contato com o(a) supervisor(a) de estágio responsável pelo acompanhamento das atividades;

IV – Apresentação do(a) discente ao campo de estágio, munido(a) da Carta de Apresentação (Apêndice A);

V – Solicitação, pelo(a) discente e/ou docente orientador(a), da assinatura da Carta de Aceite (Apêndice B) junto à instituição concedente, documento necessário para formalização do estágio e posterior emissão do Termo de Compromisso de Estágio;

VI – Preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (Apêndice C), documento jurídico celebrado entre o(a) discente, a instituição concedente e a UEMASUL, representada pela Direção de Curso ou instância competente;

VII – Elaboração do cronograma e do plano de atividades de estágio, em consonância com as orientações do(a) docente orientador(a) e do(a) supervisor(a) de estágio;

VIII – Desenvolvimento das atividades previstas no estágio, incluindo observação, participação, planejamento, regência e demais práticas pedagógicas estabelecidas no componente curricular;

IX – Preenchimento obrigatório da Ficha de Frequência de Estágio (Apêndice E), contendo o registro da carga horária cumprida, das atividades desenvolvidas e das assinaturas do(a) supervisor(a) de estágio e do(a) estagiário(a);

X – Entrega, ao final do estágio, dos documentos de acompanhamento e avaliação ao(à) docente orientador(a), incluindo:

a) Ficha de Frequência de Estágio;

b) Cronograma e registro das atividades realizadas;

c) Instrumento de Avaliação do(a) Estagiário(a) (Apêndice F);

d) Relatório Final de Estágio (Apêndice G);

e) Ficha de Avaliação do Relatório de Estágio (Apêndice H);

f) Demais documentos e formulários eventualmente solicitados pelo(a) docente

orientador(a) ou pela coordenação de estágio.

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO

Art. 12 Para fins de resultados avaliativos, o/a docente orientador/a e o/a docente supervisor/a deverão considerar a avaliação como um processo contínuo, cumulativo e formativo, centrado no acompanhamento do desempenho do licenciando ao longo de sua prática profissional. A avaliação deverá priorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, levando em conta o desenvolvimento progressivo das competências didático-pedagógicas, o compromisso ético, a responsabilidade acadêmica e a apropriação crítica dos saberes docentes.

I. Para o Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental: Serão utilizados instrumentos de avaliação que considerem, entre outros aspectos, a elaboração e execução do plano de aula, o relatório reflexivo, a frequência e participação nas atividades escolares, a capacidade de observação e análise do contexto educacional, além da entrega do portfólio contendo registros sistematizados da experiência de estágio.

II. Para o Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Médio: A avaliação compreenderá, preferencialmente, a análise do plano de ensino desenvolvido, a coerência didático-metodológica das aulas ministradas, o relatório final de estágio, a pontualidade e assiduidade, bem como a articulação entre os fundamentos teóricos e a prática docente observada. Todos os registros e produções devem compor o portfólio final.

III - Para os Estágios I, II e III: A avaliação compreenderá, preferencialmente, a análise do plano de ensino desenvolvido, o relatório final de estágio, a pontualidade e assiduidade, bem como a articulação entre os fundamentos teóricos e a prática observada. Todos os registros e produções devem compor o portfólio final.

§ 1º Os instrumentos e critérios de avaliação deverão estar alinhados às especificidades de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), sendo apresentados nos apêndices desta Instrução Normativa.

Art. 13 Os estudantes concluintes do Curso de Licenciatura em História deverão, obrigatoriamente, participar da Avaliação Prática (AP), componente do ENADE, conforme estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Essa avaliação integra o processo formativo e permite aferir as competências docentes

desenvolvidas ao longo da graduação, observando-se:

I. A inscrição dos estudantes concluintes no ENADE, realizada pela instituição de ensino, é obrigatória para a participação na Avaliação Prática (AP);

II. A não participação do estudante na Avaliação Prática implica em impedimento para a colação de grau, conforme normativa do Ministério da Educação;

III. O resultado da Avaliação Prática será integrado ao processo de avaliação institucional e ao histórico acadêmico do estudante, conforme regulamento da UEMASUL.

CAPÍTULOS VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 O desligamento do estagiário ocorrerá por trancamento de matrícula, descumprimento do Termo de Compromisso e/ou das atividades programadas.

Art. 15 A ausência injustificada do estagiário no campo de estágio por período superior a 15 (quinze) dias será considerada abandono, implicando no seu desligamento do estágio.

CAPÍTULOS VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão apreciados pelo Colegiado do Curso e, quando necessário, encaminhados às instâncias superiores competentes, como o Colegiado de Centro e a Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica – PROGESA.

Art. 17 Esta Instrução Normativa foi aprovada pelo Colegiado do Curso de História do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras, após parecer favorável do Núcleo Docente Estruturante (NDE), e entra em vigor na presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imperatriz/MA, 14 de maio de 2026.

Assinatura do Colegiado do curso de História

Profa. Dra. Regina Celia Costa Lima
Prof. Dr. Fabrício Nascimento de Moura
Prof. Dr. Moab César Carvalho Costa
Prof. Dr. Raimundo Carvalho Moura Filho

Prof. Dr. Raimundo Lima dos Santos

Prof. Dr. Romário Sampaio Basílio

Prof. Ma. Margarida Chaves dos Santos

Prof. Me. Jessé Gonçalves Cutrim

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026/CURSO DE HISTÓRI/CCHSL/UEMASUL

APÊNDICE A

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Imperatriz, MA, _____ de _____de _____.

Prezado(a) Diretor(a) _____

O Estágio Curricular Supervisionado consiste na participação do discente estagiário em atividades que articulem ensino, pesquisa e extensão no sentido de consolidar em situações concretas do ambiente educacional a articulação entre a teoria e a prática.

O Curso de _____, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, mantém em sua estrutura curricular a disciplina Estágio Curricular Supervisionado em _____, com carga horária de _____.

Encontrando-se, nesta renomada instituição, informações que atendem aos requisitos exigidos pelo Curso e, considerando a relevância do estágio, vimos solicitar vossa permissão no sentido de receber o(a) discente estagiário/a _____ e o(a) Docente Orientador(a) _____, para que realizem suas atividades no período de _____ a _____.

Outrossim, esclarecemos que o aceite do(a) discente estagiário(a) não acarretará ônus e nem vínculo empregatício para a instituição.

Por oportuno, agradecemos sua colaboração em contribuir com a formação profissional do(a) discente estagiário(a) da UEMASUL.

Atenciosamente,

_____
Diretor do Curso

_____
Docente Orientador de Estágio

APÊNDICE B

CARTA DE ACEITE PARA ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Imperatriz, MA, _____ de _____de _____.

À/Ao Docente _____
Orientador(a) de Estágio

Atendendo a sua solicitação, vimos, por meio desta, aceitar como campo de estágio para o cumprimento das exigências, o(a) aluno(a) _____, matriculado(a) na disciplina de _____, do Curso de _____, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.

O estágio será cumprido em colaboração com o(a) professor(a) supervisor(a) _____, no período de ___/___/___ a ___/___/___, no horário das ____ horas às ____ horas, cumprindo a carga horária semanal de _____ horas.

Atenciosamente,

_____

Assinatura e carimbo do(a) Diretor(a) da escola

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026/CURSO DE HISTÓRI/CCHSL/UEMASUL

APÊNDICE C

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO que entre si celebram, de um lado, a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO**, denominada **UEMASUL**, com sede na Rua Godofredo Viana, 1300, Imperatriz/MA, CEP 65901-480, CNPJ 26.677.304/0001-81, doravante denominada **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, representada pela **Profa. Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves**, **Reitora**, neste ato representada, por delegação, pela **Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica – PROGESA, Profa. Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante**, Portaria 060/2022 – GR/UEMASUL, e a _____, com sede na Rua _____, nº_____, Bairro _____, cidade de _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ representada por _____, cargo _____, doravante denominada **CONCEDENTE**, e de outro lado o(a) acadêmico(a)_____, RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, nascido(a) em ____/____/_____, regularmente matriculado(a) sob o código _____, no ____ período do Curso de _____, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, residente e domiciliado(a) na Rua/Avenida _____, Bairro _____, cidade de _____, CEP _____, doravante denominado(a) estagiário(a), neste ato representado(a) pelo Diretor do Curso de _____, (nome do/a diretor/a) _____ e invocando, explicitamente, conforme o que determina a Lei Federal 11.788/2008, o "Instrumento Jurídico" a que este Termo de Compromisso se vincula, a saber o convênio entre a CONCEDENTE e a UEMASUL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O estágio tem por objetivo:

1. O estágio tem como objetivo proporcionar ao estudante a integração entre teoria e prática, a partir da vivência de situações reais e adequadas de trabalho, visando ao aprimoramento profissional e pessoal e obedecendo ao Plano de Atividades elaborado e apresentado à Direção da CONCEDENTE;
2. Possibilitar à UEMASUL mais um caminho para a obtenção de subsídios necessários à permanente atualização de seus currículos, bem como à CONCEDENTE mais um canal de informações indispensáveis a sua constante aproximação das fontes de conhecimentos técnicos e científicos.

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam definidas, pela CONCEDENTE, as seguintes características de realização do estágio:

1. O prazo de duração do presente Termo de Compromisso será de _____;
2. O estágio será desenvolvido nos seguintes dias da semana:_____ e nos horários: _____, tendo que realizar o(a) estagiário(a) _____ (_____) horas por semana;
3. Serão confiadas ao(à) ESTAGIÁRIO(A) as seguintes tarefas: _____;
4. Fica designado como Docente Supervisor de Estágio, por parte da CONCEDENTE, o(a) Sr.(a) _____, a quem competirá, ademais, articular-se com o objetivo de harmonização das respectivas orientações, com o/a Docente Orientador(a) designado pela UEMASUL;
5. A CONCEDENTE permite ao(à) Docente Orientador(a) _____, na qualidade de representante da UEMASUL, o acesso ao local de estágio tantas vezes quantas se façam necessárias, para efeito de observação e coleta de subsídios, com vista à avaliação do(a) ESTAGIÁRIO(A);
6. À CONCEDENTE se assegura a prerrogativa de, a qualquer momento, mediante a indicação explícita das razões, realizar o desligamento ou a substituição do(a) ESTAGIÁRIO(A), nos casos previstos na legislação vigente, dando ciência da ocorrência à UEMASUL.

CLÁUSULA TERCEIRA – Compete ao(a) ESTAGIÁRIO(A):
1. Estagiar durante o período, no horário e no local determinado, realizando as tarefas conforme

cronograma de atividades e atendendo ao que consta na CLÁUSULA SEGUNDA, em jornada compatível com o seu horário escolar;

2. Realizar, quando do estágio, pesquisa, estudos e viagens que porventura lhe sejam atribuídos pela CONCEDENTE, cabendo ao(à) ESTAGIÁRIO(A), na impossibilidade eventual do compromisso de algum item dessa programação, o dever de comunicar a circunstância com a necessária antecedência e ficando, desde logo, entendido que serão considerados motivos justos, para a ocorrência daquela eventualidade, as obrigações escolares;

3. Cumprir as normas internas da CONCEDENTE, principalmente, as relativas ao estágio, que o(a) ESTAGIÁRIO(A) declara expressamente conhecer;

4. Responder por perdas e danos consequentes da inobservância das normas internas ou das constantes neste Termo de Compromisso, seja por dolo ou por culpa;

5. Seguir a orientação articulada entre o Docente Orientador da UEMASUL e o Docente Supervisor da CONCEDENTE;

6. Apresentar as informações e os relatórios que lhe forem solicitados pela CONCEDENTE e pela UEMASUL.

CLÁUSULA QUARTA – A UEMASUL adotará, para efeitos deste Termo de Compromisso, as seguintes providências:

1. Manter atualizadas as informações cadastrais relativas ao/a ESTAGIÁRIO/A;

2. Designar o(a) Docente Orientador(a) de que se trata, o(a) Professor (a) _____, do Centro _____, a quem caberá, além do acompanhamento e da orientação do(a) ESTAGIÁRIO(A), a articulação de que trata o item 4 da CLÁUSULA SEGUNDA;

3. A UEMASUL oferece seguro contra acidentes pessoais a todos os seus estudantes devidamente matriculados e que estão realizando atividades de estágio obrigatório, contemplando, portanto, o(a) ESTAGIÁRIO(A) parte deste Termo, durante a vigência do compromisso de estágio;

4. Franquear à Direção do Curso e à Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica – PROGESA as informações julgadas necessárias às avaliações periódicas do sistema, com base nas informações do estágio de que trata e dos demais.

CLÁUSULA QUINTA – O(A) ESTAGIÁRIO(A) não terá, para qualquer efeito, vínculo

empregatício com a CONCEDENTE, conforme Artigo 6º do Decreto nº 87467, de 18 de agosto de 1982.

CLÁUSULA SEXTA – Qualquer alteração do estabelecido neste Termo de Compromisso será feita mediante Aditivo, com a anuência das partes envolvidas.

E, por estarem em conformidade, as partes signatárias deste instrumento subscrevem-no em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Imperatriz, MA), _____/_____/_____.

_____

Representante da UEMASUL

_____

Diretor de Curso – UEMASUL

_____

Concedente

_____

Estagiário(a)

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026/CURSO DE HISTÓRI/CCHSL/UEMASUL

APÊNDICE D

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Discente/Estagiário(a): _____

Matrícula: _____ Curso: _____

Campo de Estágio: _____ Área do Estágio: _____

Orientador do Estágio: _____

Supervisor de Estágio: _____

Ano/Semestre: _____

PERÍODO	nº de horas	ATIVIDADES
		FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
		- Exemplos: Estudos Dirigidos; Estudos e discussões sobre a ementa; Planejamento e organização das atividades a serem desenvolvidas durante o estágio; Socialização das ações em campo; Outras.
		OBSERVAÇÃO/DIAGNOSE
		- Exemplos: Busca de campo para estágio; Vivências no espaço escolar; Observar e registrar as realidades inerentes ao contexto educacional; Relacionar o processo de ensino e de aprendizagem no campo de estágio em consonância com o conteúdo que está sendo ministrado na disciplina; Conhecer os procedimentos específicos da área de gestão; Leitura do Regimento; Leitura do Projeto Político Pedagógico – PPP Nome da escola; Localização (contexto social que a escola está inserida, tipo de bairro etc.);

		Localidade de proveniência dos alunos e a distância da escola onde estudam; Níveis ou modalidades de Ensino que a escola oferece; Número de alunos, distribuídos por série/ano e por turno; Histórico da escola (motivos de sua criação) fatos importantes da sua história; Aspectos legais de sua criação; Observação dos aspectos físicos (cantina, banheiros, salas, secretaria etc.); Outras.
		INTERVENÇÃO
		- Exemplos: Participação nos planejamentos dos professores da escola; Elaboração e desenvolvimento de projetos (conforme necessidade da escola); Prática docente em sala de aula; Outras.

OBS: Distribuição da Carga Horária para cada atividade: 2/3 da carga horária da disciplina deve ser realizada no campo de estágio.

Imperatriz, MA, ____ de _____ de _____.

_____

Discente estagiário(a)

_____

Docente orientador(a)

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026/CURSO DE HISTÓRI/CCHSL/UEMASUL

APÊNDICE E

FICHA DE FREQUÊNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Discente/Estagiário(a): _____

Matrícula: _____ Curso: _____

Campo de Estágio: _____ Área do Estágio: _____

Orientador do Estágio: _____

Supervisor de Estágio: _____

Ano/Semestre: _____

Data	Horário de Entrada	Horário de Saída	Docente Supervisor de Estágio	Docente Orientador de Estágio

_____ _____

Discente Estagiário(a) Docente Orientador(a) do Estágio

_____

Docente Supervisor(a) de Estágio

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026/CURSO DE HISTÓRIA/CCHSL/UEMASUL

APÊNDICE F

AVALIAÇÃO DO(A) DISCENTE ESTAGIÁRIO(A)

Discente/Estagiário(a): _____

Matrícula: _____ Curso: _____

Campo de Estágio: _____ Área do Estágio: _____

Orientador do Estágio: _____

Supervisor de Estágio: _____

Ano/Semestre: _____

	ELEMENTOS DA AVALIAÇÃO	1	2	3	4	5
1	Cumpriu com empenho e interesse a programação estabelecida no Plano de Atividades					
2	Cumpriu a carga horária de estágio de acordo com o que foi estabelecido no Termo de Compromisso;					
3	Permaneceu na escola durante todo o horário de funcionamento do turno que estágio;					
4	Realizou as atividades previstas no plano de estágio de forma satisfatória;					
5	Demonstrou interesse em participar de diferentes atividades desenvolvidas na escola campo					
6	Demonstrou eficiência no planejamento, condução e execução das atividades desenvolvidas;					
7	Apresentou aprofundamento e segurança acerca dos conteúdos trabalhados em sala de aula.					

_____

DOCENTE SUPERVISOR(A) DE ESTÁGIO

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026/CURSO DE HISTÓRI/CCHSL/UEMASUL

APÊNDICE G

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

[Modelo I]

MODELO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Vivência Escolar e Observação da Cultura Escolar

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO – UEMASUL

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Acadêmico(a): _____

Matrícula: _____

Professor(a) Orientador(a): _____

Escola-Campo: _____

Período de realização: _____

Carga horária: _____

Ano: _____

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Caracterização da Escola
3. Vivência e Observação da Cultura Escolar
4. Reflexões sobre a Experiência
5. Considerações Finais
6. Referências
7. Anexos

1. INTRODUÇÃO

Apresente os objetivos do estágio, o período de realização, a carga horária cumprida e a importância da experiência para a formação docente.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Apresente informações gerais sobre a instituição:

- Nome da escola;
- Localização;
- Rede de ensino (municipal, estadual ou privada);
- Níveis de ensino ofertados;
- Estrutura física;
- Perfil da comunidade escolar.

3. VIVÊNCIA E OBSERVAÇÃO DA CULTURA ESCOLAR

Descreva as observações realizadas durante o estágio, abordando:

Organização da escola

- Funcionamento da instituição;
- Equipe gestora;
- Rotina escolar.

Cultura escolar

- Normas e regras;
- Projetos e eventos;
- Relações entre professores, estudantes e gestores.

Relação escola-comunidade

- Participação das famílias;
- Atividades desenvolvidas com a comunidade.

4. REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA

Apresente uma análise crítica da experiência vivenciada.

Sugestões de reflexão:

- O que foi aprendido durante o estágio?
- Como a escola organiza seu trabalho educativo?
- Quais desafios e potencialidades foram observados?
- Como a experiência contribuiu para a sua formação?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faça uma síntese das principais aprendizagens e da importância do estágio para sua formação acadêmica e profissional.

6. REFERÊNCIAS

Relacionar as obras utilizadas na elaboração do relatório, conforme as normas da ABNT.

7. ANEXOS

Inserir, quando necessário:

- Ficha de frequência;
- Registros de observação;
- Fotografias autorizadas;
- Documentos consultados.

Acadêmico(a): _____

Professor(a) Orientador(a): _____

Data: //_____

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026/CURSO DE HISTÓRI/CCHSL/UEMASUL

APÊNDICE H

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

(Modelo II)

MODELO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II

Instrumentos da Prática e Organização do Ensino

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO – UEMASUL

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Acadêmico(a): _____

Matrícula: _____

Professor(a) Orientador(a): _____

Professor(a) Supervisor(a) da Escola: _____

Escola-Campo: _____

Período de realização: _____

Carga horária: _____

Ano: _____

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Caracterização da Escola e da Turma
3. Observação dos Instrumentos da Prática Docente
4. Organização do Ensino de História
5. Reflexões sobre a Experiência de Estágio
6. Considerações Finais
7. Referências
8. Anexos

1. INTRODUÇÃO

Apresente os objetivos do estágio, o período de realização e sua importância para a formação docente.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DA TURMA

Apresente informações sobre:

Escola

- Nome da instituição;
- Rede de ensino;
- Localização;
- Estrutura física;
- Recursos pedagógicos disponíveis.

Turma observada

- Série/ano;
- Número de estudantes;
- Turno;
- Características gerais da turma.

3. OBSERVAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA PRÁTICA DOCENTE

Descreva e analise os principais instrumentos utilizados pelo professor de História.

Planejamento

- Plano de curso;
- Plano de unidade;
- Plano de aula;
- Organização dos conteúdos.

Materiais didáticos

- Livro didático;
- Recursos audiovisuais;
- Fontes históricas;
- Materiais complementares.

Avaliação

- Instrumentos avaliativos utilizados;
- Critérios de avaliação;
- Estratégias de acompanhamento da aprendizagem.

4. ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA

Analise como ocorre o ensino da disciplina na escola.

Aspectos observados

- Metodologias utilizadas pelo professor;
- Relação entre conteúdos e realidade dos estudantes;
- Participação dos alunos nas aulas;
- Utilização de documentos, imagens, mapas e outras fontes históricas;
- Desafios e potencialidades do ensino de História.

Projeto Político-Pedagógico (PPP)

Quando possível, apresentar brevemente como o ensino de História está inserido na proposta pedagógica da escola.

5. REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Apresente uma análise crítica da experiência.

Questões orientadoras:

- Como o professor organiza sua prática pedagógica?
- Quais instrumentos são fundamentais para o planejamento do ensino?
- Como ocorre a avaliação da aprendizagem?

- Quais contribuições essa experiência trouxe para sua formação?

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetize os principais conhecimentos construídos durante o estágio, destacando a importância do planejamento, dos instrumentos pedagógicos e da organização do ensino para o trabalho docente.

7. REFERÊNCIAS

Apresente as obras utilizadas na elaboração do relatório, conforme as normas da ABNT.

8. ANEXOS

Inserir, quando houver:

- Ficha de frequência;
- Planos de aula observados;
- Instrumentos de avaliação;
- Registros de observação;
- Fotografias autorizadas;
- Outros documentos pedagógicos analisados.

Acadêmico(a): _____

Professor(a) Orientador(a): _____

Data: //_____

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026/CURSO DE HISTÓRI/CCHSL/UEMASUL

APÊNDICE I

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

[Modelo III]

MODELO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III

Gestão Escolar, Projetos Educativos e Políticas Públicas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO – UEMASUL

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Acadêmico(a): _____

Matrícula: _____

Professor(a) Orientador(a): _____

Escola-Campo: _____

Período de realização: _____

Carga horária: _____

Ano: _____

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Caracterização da Escola
3. Gestão Escolar e Organização Administrativa
4. Projetos Educativos e Ações Pedagógicas
5. Políticas Públicas e sua Implementação na Escola
6. Reflexões sobre a Experiência de Estágio
7. Considerações Finais
8. Referências
9. Anexos

1. INTRODUÇÃO

Apresente os objetivos do estágio, o período de realização e sua importância para a formação docente.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Apresente informações gerais sobre a instituição:

- Nome da escola;
- Localização;
- Rede de ensino;
- Níveis e modalidades ofertados;
- Estrutura física;
- Perfil da comunidade escolar.

3. GESTÃO ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Descreva e analise a estrutura de funcionamento da escola.

Aspectos observados

- Direção escolar;
- Coordenação pedagógica;
- Conselho Escolar;
- Grêmio Estudantil (quando houver);
- Participação da comunidade escolar;
- Processos de tomada de decisão.

Documentos analisados

- Projeto Político-Pedagógico (PPP);
- Regimento Escolar;
- Plano de Gestão;
- Calendário Escolar.

4. PROJETOS EDUCATIVOS E AÇÕES PEDAGÓGICAS

Identifique e descreva os projetos desenvolvidos pela escola.

Exemplos

- Projetos de leitura;
- Projetos culturais;
- Educação ambiental;
- Educação para as relações étnico-raciais;
- Projetos de inclusão;
- Feiras e mostras científicas.

Analise:

- Objetivos;
- Público-alvo;
- Metodologias utilizadas;
- Resultados observados.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA

Analise como as políticas públicas educacionais se materializam no cotidiano escolar.

Aspectos que podem ser observados

- Plano Nacional de Educação (PNE);
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Programas de alimentação escolar;
- Transporte escolar;

- Educação inclusiva;
- Educação integral;
- Programas de formação docente.
- Outros

Avalie como essas políticas influenciam a organização da escola e o processo de ensino-aprendizagem.

6. REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Apresente uma análise crítica da experiência vivenciada.
Questões orientadoras:

- Como ocorre a gestão da escola?
- Qual a importância dos projetos educativos para a formação dos estudantes?
- Como as políticas públicas impactam a realidade escolar?
- Quais desafios e potencialidades foram observados?

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresente uma síntese das aprendizagens construídas durante o estágio, destacando a importância da gestão escolar e das políticas públicas para o funcionamento da educação básica.

7. REFERÊNCIAS

Apresente as obras utilizadas na elaboração do relatório, conforme as normas da ABNT.

8. ANEXOS

Inserir, quando necessário:

- Ficha de frequência;
- Registros de observação;
- Documentos institucionais consultados;
- Fotografias autorizadas;
- Materiais dos projetos educativos.

Acadêmico(a): _____

Professor(a) Orientador(a): _____

Data: //_____

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026/CURSO DE HISTÓRI/CCHSL/UEMASUL

APÊNDICE J

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

[Modelo IV- Para o Estágio de Regência no Ensino Fundamental e Ensino Médio]

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO – UEMASUL

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Nome do(a) Estagiário(a): _____

Matrícula: _____

Período: _____

Escola-Campo: _____

Professor(a) Supervisor(a) da Escola: _____

Professor(a) Orientador(a) da UEMASUL: _____

Local: _____

Ano: _____

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Caracterização da Escola-Campo
3. Atividades Desenvolvidas
4. Observações e Análises da Prática Pedagógica
5. Regência de Classe (quando houver)
6. Reflexões sobre a Experiência de Estágio
7. Considerações Finais
8. Referências
9. Anexos

1. INTRODUÇÃO

Apresentar os objetivos do estágio, sua importância para a formação docente e a relação entre

teoria e prática no ensino de História. Informar o período de realização, a carga horária cumprida e a instituição onde ocorreu o estágio.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA-CAMPO

Descrever a instituição escolar, contemplando:

- Nome da escola;
- Endereço;
- Rede de ensino;
- Níveis e modalidades ofertados;
- Número aproximado de alunos;
- Estrutura física;
- Recursos pedagógicos disponíveis;
- Perfil da comunidade escolar.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Apresentar as atividades realizadas durante o estágio.

3.1 Observação

Descrever:

- Organização da escola;
- Funcionamento das aulas;
- Metodologias utilizadas pelo professor;
- Relação professor-aluno;
- Recursos didáticos empregados.

3.2 Participação

Relatar atividades de apoio ao professor, participação em reuniões pedagógicas, projetos escolares, correção de atividades, organização de materiais etc.

4. OBSERVAÇÕES E ANÁLISES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Realizar uma análise crítica da prática docente observada.

Aspectos que podem ser abordados:

- Planejamento das aulas;
- Metodologias de ensino;
- Avaliação da aprendizagem;
- Utilização de fontes históricas;
- Livro didático;
- Participação dos estudantes;
- Desafios enfrentados no ensino de História.

A análise deve dialogar com autores estudados durante o curso.

5. REGÊNCIA DE CLASSE

5.1 Planejamento

Apresentar:

- Ano/Turma;
- Conteúdo trabalhado;
- Objetivos;
- Metodologia;
- Recursos utilizados;
- Forma de avaliação.

5.2 Desenvolvimento das aulas
Descrever as aulas ministradas:

- Temas abordados;
- Estratégias utilizadas;
- Participação dos estudantes;
- Resultados alcançados.

5.3 Avaliação da regência
Refletir sobre:

- Potencialidades e dificuldades encontradas;
- Aprendizagens construídas;
- Aspectos a serem aperfeiçoados.

6. REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
Apresentar uma reflexão crítica sobre a formação docente.
Questões orientadoras:

- O que o estágio contribuiu para sua formação?
- Como a experiência permitiu compreender a realidade escolar?
- Quais desafios do ensino de História foram identificados?
- Como o estágio aproximou teoria e prática?

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS
Sintetizar os principais resultados da experiência, destacando a relevância do estágio para a construção da identidade profissional docente.

8. REFERÊNCIAS
Relacionar as obras utilizadas na elaboração do relatório conforme as normas da ABNT.

9. ANEXOS
Incluir, quando necessário:

- Ficha de frequência;
- Planos de aula;
- Fotografias (com autorização);
- Materiais didáticos produzidos;
- Declarações da escola;
- Projetos desenvolvidos.

Assinatura do(a) Estagiário(a): _____

Professor(a) Orientador(a): _____

Data: //_____

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026/CURSO DE HISTÓRI/CCHSL/UEMASUL

APÊNDICE L
AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Discente/Estagiário(a): _____

Matrícula: _____ Curso: _____

Campo de Estágio: _____ Área do Estágio: _____

Orientador do Estágio: _____

Supervisor de Estágio: _____

Ano/Semestre: _____

ITENS	PONTUAÇÃO
1 DESENVOLVIMENTO DO TEXTO	**[0 a 10]**
a. Cientificidade	
b. Capacidade de análise e síntese	
c. Articulação e organização lógica das ideias	
d. Correção textual	
2 NORMALIZAÇÃO	**[0 a 10]**
SOMATÓRIO	
3 EXPOSIÇÃO ORAL	**[0 a 10]**
a. Argumentação	
b. Clareza e Contextualização	
c. Controle do tempo e Segurança	
d. Sintetização e Fluência	
e. Utilização dos recursos	
SOMATÓRIO	
MÉDIA FINAL (Itens 1 + 2 + 3 / 3)	**[0 a 10]**

CATEGORIA DO RELATÓRIO

Nota:_____

Local:_____ Data:_____/_____/_____

Docente Orientador do Estágio: _____

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

APÊNDICE C – INSTRUÇÃO NORMATIVA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS-CCHSL CURSO DE HISTÓRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2026- CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

Dispõe sobre os procedimentos normativos das Atividades Complementares do Curso de História do Centro Ciências Humanas, sociais e Letras da Universidade Estadual da Região Tocatina do Maranhão – UEMASUL, *campus* Imperatriz

O Colegiado do Curso de História – Licenciatura, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em História; a Resolução nº 391/2026 – CONSUN/UEMASUL, que dispõe sobre as diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura da instituição; e a Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, que trata das Normas Gerais do Ensino de Graduação no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, resolve estabelecer os procedimentos normativos referentes às Atividades Complementares (AC) do Curso de História, do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras da UEMASUL – *Campus* Imperatriz**.**

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução Normativa (IN) tem por finalidade normatizar as Atividades Complementares (AC) do curso de História do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL), da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, *Campus* Imperatriz

§ 1º As Atividades Complementares (AC) são aquelas que possibilitam o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do discente, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico, que estimulem a prática de estudos independentes e opcionais, permitindo a permanente e contextualizada atualização profissional específica como

complementação de estudos, obrigatórios a todos os cursos de licenciatura da UEMASUL.

§ 2º A Resolução nº 391/2026 – CONSUN/UEMASUL, que dispõe sobre as diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura da instituição, determinam a presença das Atividades Complementares (AC) como Componente Curricular integradas à carga horária total do curso. Essas atividades devem ser planejadas de modo a contribuir para a formação integral do estudante, permitindo o desenvolvimento de experiências extracurriculares, interdisciplinares e de extensão universitária, em consonância com os objetivos do curso e o perfil do egresso.

Art. 2º As AC no curso de História, podem ser desenvolvidas em qualquer fase do curso e são integradas por atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º As Atividades Complementares (AC) têm como objetivo flexibilizar o currículo, ampliar as possibilidades de formação e contribuir para a autonomia do acadêmico na construção de seu percurso formativo, respeitando o perfil profissional pretendido e contido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Especificamente, no âmbito do curso de História, são objetivos das Atividades Complementares (AC)

I - Estimular a iniciativa, a autonomia e o protagonismo acadêmico na busca por conhecimentos complementares à formação docente.

II - Ampliar a formação cultural, social e política dos discentes, incentivando sua inserção crítica em espaços de debate, produção e difusão de saberes históricos.

III - Valorizar a formação integral por meio de vivências culturais, artísticas e comunitárias que dialoguem com os desafios da prática educativa e da realidade social.

IV - Estimular a participação em eventos acadêmicos e científicos, como congressos, seminários, simpósios, colóquios, oficinas e grupos de estudo.

V - Consolidar o compromisso ético, social e político do discente, licenciando em História, com a diversidade, os direitos humanos, a educação pública de qualidade e a valorização do patrimônio histórico-cultural.

CAPÍTULO III
DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 4º Entende-se por AC as atividades ligadas à formação acadêmica do discente,

suplementares aos conteúdos ministrados nas disciplinas constantes na estrutura curricular do curso vigente.

Art. 5º As AC constituem-se em componente curricular que deve contemplar aspectos pertinentes à área de formação e/ou áreas afins.

Art. 6º As AC do Curso de História serão organizadas em eixos contemplando a Formação Geral e Específica do corpo discente, obrigatoriamente, com as seguintes categorias:

I - Atividades de Ensino e Iniciação à Docência

- Monitorias acadêmicas;
- Participação em grupos de estudo;
- Atividades de iniciação à docência;
- Produção de material didático;
- Participação em oficinas, minicursos ou cursos de curta duração relacionados à área de História.

II- Atividades de Pesquisa e Inovação:

- Participação em projetos de iniciação científica;
- Apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos;
- Publicação de artigos, resenhas ou ensaios;
- Elaboração de relatórios ou trabalhos científicos sob orientação docente.

III. Atividades de Extensão;

- Participação em projetos de extensão vinculados ao curso ou à instituição;
- Ações em comunidades escolares, movimentos sociais, instituições públicas ou privadas com relevância social;
- Organização ou apoio a eventos acadêmicos, culturais ou científicos.

III - Cultura e Vivência Universitária

- Participação em eventos culturais, museus, arquivos, centros de memória ou atividades artístico-culturais com relevância formativa;
- Visitas técnicas, excursões acadêmicas e atividades de campo relacionadas à formação em História;
- Representação discente em órgãos colegiados, comissões ou entidades estudantis. IV - Formação Complementar.
- Participação em congressos, seminários, simpósios, colóquios e jornadas acadêmicas;
- Cursos livres e de extensão em áreas afins;
- Certificações extracurriculares relacionadas ao campo da História ou ciências

humanas.

§ 1º Para atender a carga horária das Atividades Complementares, o discente deverá desenvolver as atividades em no mínimo 2 (duas) categorias.

§ 2º O estágio não obrigatório pode ser computado como AC, nas condições estabelecidas por esta IN, desde que desenvolvido no decorrer do curso, na respectiva área de formação e/ou áreas afins.

§ 3º As atividades que integram as categorias previstas nos incisos deste artigo, com suas respectivas cargas horárias, estão elencadas no Apêndice A, desta IN.

§ 4º Somente serão computadas as AC desenvolvidas durante o período de realização do curso.

§ 5º Ao discente que ingressar no curso por meio de transferência externa ou interna serão aproveitadas as atividades realizadas no curso anterior.

CAPÍTULO IV
DA CARGA HORÁRIA

Art. 7º As AC compreendem no mínimo 135 horas nos termos da Resolução nº 391/2026-CONSUN/UEMASUL.

§ 1º A carga horária total deve ser desenvolvida pelo estudante, no decorrer do curso, entre os eixos contemplados no art. 6º

§ 2º O curso criará condições de oferta de eventos e demais atividades acadêmicas, científicas e/ou culturais com vistas a possibilitar aos alunos uma alternativa ao cumprimento da carga horária necessária.

CAPÍTULO V
DOS PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO

Art. 8º As atribuições e os mecanismos para controle e registro interno das AC seguem o disposto nesta IN e serão de responsabilidade do docente que, indicado pelo presidente do Colegiado, ficou responsável pela disciplina no semestre.

Parágrafo único. A cada período letivo haverá um docente responsável, que será sucedido por outro, priorizando-se o rodízio entre si.

Art. 9º Para o envio das AC, os discentes levarão em consideração o Apêndice A, que estabelece como as horas constantes dos instrumentos de comprovação serão computadas para fins de integralização das 135 horas de AC.

Art. 10 O discente deverá entregar ao docente incumbido do componente curricular, um Quadro de AC (apêndice B) preenchido com o quantitativo das horas de atividades desenvolvidas no decorrer do curso, comprovando a participação nessas atividades com cópias/imagens de documentos, como:

I. Certificados;

II. Declarações;

III. Relatórios;

IV. Termo de compromisso;

V. Cópia de publicações;

VI. Outros, a serem avaliados pelo Docente de AC conforme o caso.

Art. 10 Caberá ao docente responsável pelo componente curricular AC validar e atribuir carga horária correspondente, bem como realizar os registros necessários no SIGAA.

Parágrafo único. O prazo de lançamento das notas de AC obedece ao disposto no calendário acadêmico.

Art. 11 Os comprovantes das atividades apresentados pelos/as discentes serão submetidos à análise do docente responsável pelo componente curricular AC, da qual poderá resultar uma das seguintes conclusões:

I. Validação da atividade: quando houver aparente enquadramento da atividade ao estabelecido pelo PPC, o documento comprobatório for adequado ou entendido como suficiente, e a atividade tiver sido realizada dentro do prazo devido;

II. Recusa da atividade: quando houver aparente ou evidente descumprimento de qualquer dos aspectos avaliados, sejam eles formais (erro de enquadramento da atividade ou documentação comprobatória insuficiente) ou substanciais (documentação comprobatória não aceita como válida ou atividade fora do prazo).

Parágrafo único. Da decisão de recusa da atividade, o discente poderá, no caso de motivos formais, corrigir os equívocos ou complementar a documentação.

Art. 12 Antes do envio das AC, os discentes organizarão, previamente, os instrumentos de comprovação mediante os atos de:

I. Separar os documentos de comprovação conforme as 5 (cinco) categorias de AC constantes do Apêndice A;

II. Registrar a atividade no Quadro de AC, constante do Apêndice B, mediante:

a) indicação da atividade;

b) descrição do instrumento de comprovação;

c) indicação da quantidade de horas a serem computadas para a atividade (conforme Apêndice A.

III. Digitalizar o Quadro de AC e os documentos de comprovação na mesma sequência em que esse quadro foi preenchido;

IV. Gerar arquivo único em PDF com o Quadro de AC, devidamente preenchido, e os documentos de comprovação.

Art. 13 Para controle e registro interno das AC, o docente responsável deve observar os seguintes procedimentos:

I. A carga horária referente à participação em atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, por meio de projetos, monitoria ou estágios, dentre outras, será comprovada mediante declaração e/ou certificado emitidos pelas respectivas divisões e coordenadorias da Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica – PROGESA, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPGI e Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil – PROEXAE;

II. A carga horária referente à participação em estágios não-obrigatórios, relacionados à área de formação, será lançada a partir do relatório expedido pela concedente do estágio.

Parágrafo único. Somente será validada a atividade que puder ser comprovada por atestado, declaração, certidão, certificado, diploma ou outro documento idôneo.

Art. 14 A apresentação de documento falso implicará em invalidação da pontuação correspondente e, se for o caso, reprovação do/a discente que agir de má fé.

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO

Art. 15 Para fins de avaliação da disciplina AC, o docente responsável abrirá tarefa específica no SIGAA para envio do arquivo referido no item IV do artigo 12 deste regulamento.

Parágrafo único. A documentação das atividades desenvolvidas deve ser entregue em data estabelecida pelo docente responsável.

Art. 16 Após encerramento do prazo para envio do arquivo, o docente revisará os arquivos, conferindo se os instrumentos de comprovação apresentados atingem a carga horária da disciplina, conforme PPC do curso e nos termos do Apêndice A.

Art. 17 Após a revisão dos arquivos recebidos, o docente de AC convocará, se julgar

necessário, os discentes que atingirem a carga horária exigida para apresentarem os originais dos documentos de comprovação.

Art. 18 Finalizada a conferência, o docente lançará no SIGAA as notas de AC para os discentes.

§ 1º Os discentes que alcançarem a carga horária mínima de 135 horas serão considerados aprovados no Componente Curricular. A esses será atribuída a nota máxima — 10 (dez) —, correspondente ao cumprimento de 100% da carga horária exigida.

§ 2º Os discentes que não alcançarem a meta de 135 horas serão considerados reprovados no Componente Curricular e a eles será atribuída como média a nota 4 (quatro).

§ 3º Os discentes matriculados em AC que não apresentarem instrumentos de comprovação serão considerados reprovados na disciplina e a eles será atribuída como média a nota 0 (zero).

Art. 19 Aos alunos que não alcançarem a meta de 135 horas, será apresentado relatório na forma de demonstrativo, conforme modelo constante do Apêndice C.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 Como componente curricular, as AC assumem caráter obrigatório, devendo ser cumprida pelo discente em conformidade com esta Instrução Normativa, como condição para a integralização do curso.

Art. 21 As AC serão reconhecidas e registradas no histórico acadêmico pelo quantitativo de horas exigido na matriz curricular vigente, quando da matrícula do discente.

Art. 22 As AC não podem ser aproveitadas para a concessão de dispensa de disciplinas integrantes da estrutura curricular do curso.

Art. 23 Os projetos e ações vinculados às Atividades Curriculares de Extensão (ACE) não serão computados para fins de cumprimento das AC.

Art. 24 Os documentos comprobatórios deverão ser arquivados nas nuvens, sob a responsabilidade do docente de AC, e compartilhados, *on-line*, com a Direção de Curso, após a integralização da carga horária total.

Art. 25 A classificação das atividades bem como a indicação de carga horária estão organizadas em barema próprio, anexado a esta instrução normativa (Apêndice A).

Parágrafo único. A critério do Colegiado de Curso, outras atividades poderão ser convalidadas como AC, desde que enquadradas nas categorias estabelecidas e que tenham

relação com a área de formação e/ou afins.

Art. 27 Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso e, em última instância, pela PROGESA.

Art. 28 Esta instrução normativa entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário sobre a mesma matéria.

Imperatriz, MA, 24 de março de 2026.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Profa. Dra. Regina Celia Costa Lima
Prof. Dr. Fabrício Nascimento de Moura
Prof. Me. Jessé Gonçalves Cutrim
Profa. Ma. Margarida Chaves dos Santos
Prof. Dr. Moab Cesar Carvalho Costa
Prof. Dr. Raimundo Carvalho Moura Filho
Prof. Dr. Romário Sampaio Basílio

UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2025- CURSO DE HISTÓRIA/ CCHSL/ UEMASUL

APÊNDICE A – BAREMA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES - AC

ITEM	ATIVIDADE	PONTUAÇÃO	TIPO DE COMPROVANTE	LIMITE TOTAL
ATIVIDADES DE ENSINO E INICIAÇÃO À DOCÊNCIA				
1	Participação em Monitoria como bolsista ou voluntário (12h semanais)	20h por semestre	Certificado expedido pela DEM/CFD/PROGESA.	60h
2	Estágio não obrigatório na área de formação ou afins, com carga horária de pelo menos 20 h semanais.	20h por semestre	Relatório com atividades vinculadas à área de formação.	80h
3	Iniciação à docência – PIBID, RP ou outro Programa: atividades de ensino ou outras ações educativas realizadas no âmbito do Programa	30h por semestre	Declaração do orientador, com período e carga horária.	60 h
4	Disciplina que não pertence à matriz curricular do Curso. Podem ser realizadas em outros Cursos de graduação desta universidade ou de outras IES	15h por semestre	Apresentação de histórico escolar ou declaração da IES atestando a aprovação, anexando o programa da disciplina.	Sem Limite
5	Participação em Cursos adicionais na área de formação ou afins, na UEMASUL ou outra Instituição	15h por Curso	Certificado ou Declaração	Sem Limite
6	Ministrar minicurso ou oficina em eventos com carga horária mínima de 2 horas na área de graduação ou afins	5h por atividade	Certificado ou Atestado fornecido pela organização do evento	Sem Limite
7	Palestra na área de graduação ou áreas afins como ministrante	5h por palestra	Certificado ou Atestado	Sem Limite

8	Prática Profissional (trabalho remunerado na área de atuação do Curso).	20h por semestre	Contrato de trabalho, carteira de trabalho ou declaração apresentada pelo responsável, constando o tempo de trabalho, cargo e/ou atividades realizadas.	80h
9	Estágio Acadêmico extracurricular realizado em laboratório ou setor relacionado ao Curso.	20h por semestre	Cópia do relatório de semestral devidamente preenchido e assinado pelo professor responsável.	80h
10	Grupos de Estudo sob a supervisão de um docente da universidade	10h por semestre	Declaração assinada pelo docente responsável com a descrição das atividades realizadas.	40h
11	Cursos: de idiomas; de informática; de aperfeiçoamento (conforme a lei, mínimo de 90h)	20% da carga horária total do curso realizado	Certificado de aprovação no respectivo curso especificando a carga horária cumprida.	Sem Limite
12	Outras atividades sob análise do docente de AC e Colegiado do curso	A definir	A definir	A definir

ITEM	ATIVIDADE	PONTUAÇÃO	TIPO DE COMPROVANTE	LIMITE TOTAL
ATIVIDADES DE PESQUISA				
13	Participação em Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica – PIBIC / PIVIC, com ou sem bolsa, 20h semanais	20h por semestre	Declaração do orientador com período e carga horária.	80h
14	Comunicação oral em eventos científicos	15h por evento	Certificado.	Sem Limite
15	Publicação de Artigo Científico em periódico indexadopelo sistema Qualis/CAPES	40h por artigo	Cópia da publicação ou Carta de aceitedo periódico e do produto publicado.	Sem Limite
16	Publicação de Resumo, Artigo Científico em Anais de evento ou Relato de Experiência	10h para resumo 15h para relato 30h para artigo	Cópia da publicação ou Carta de aceite	-

17	Participação em Grupo de Pesquisa sob a orientação de Docente da UEMASUL	15h por semestre	Declaração do líder do grupo, com indicação do período e descrição das atividades desenvolvidas pelo discente.	-
18	Avaliador em eventos científicos	5h por evento	Atestado ou Certificado da Comissão Organizadora	-
19	Apresentação de painel ou pôster em eventos científicos	10h por evento	Certificado	-
20	Monitor em evento científico	10h por evento	Atestado ou Certificado da Comissão Organizadora	-
21	Outras atividades sob análise do docente de AC e Colegiado do curso	A definir	A definir	A definir

ITEM	ATIVIDADE	PONTUAÇÃO	TIPO DE COMPROVANTE	LIMITE TOTAL
ATIVIDADES DE EXTENSÃO (incluindo participações em eventos, representações e outras)				
22	Participação em Programas e Projetos de Extensão como bolsista ou voluntário	20h por semestre	Documento comprobatório expedido pela PROEXAE ou outro órgão responsável.	80h
23	Organização de eventos acadêmicos ou científicos	10h por evento	Atestado ou Certificado da Comissão Organizadora.	Sem Limite
24	Participação como ouvinte em eventos científico-culturais	5h por dia de evento	Certificado	Sem Limite
25	Participação em palestras (remotas ou presenciais) ou Lives na área da graduação ou áreas afins como ouvinte.	1h por palestra	Certificado ou Atestado	Sem Limite
26	Participação em concursos de monografia	10h por participação acrescidas de 10% (3º lugar), 20% (segundo lugar) e 30% (1º	Apresentação da monografia com declaração da instituição promotora do evento.	40h

		lugar)		
27	Participação voluntária em atividades de caráter solidário em: creches, escolas, ONGs, Projetos sociais, Hospitais, Doação de sangue, asilos, associações, comunidades, centros de recuperação e outros.	5h por ação (se contínua ouesporádica o avaliador fará a consideração)	Apresentação do relatório de participação com assinatura do representante da instituição responsável.	20h
28	Representação em órgãos colegiados do Curso ou Conselhos Superiores da UEMASUL como representante discente	5h por semestre	Ata de Posse ou Portaria de nomeação	20h
29	Intercâmbio acadêmico em IES estrangeira (com convênio)	40 h	Declaração ou cópia de certificadoassinado por representante da entidade responsável	80h
30	Participação em defesas de TCC na graduação	1h por TCC	Formulário assinado pelo presidente da banca examinadora	20h
31	Participação em defesas de trabalhos na pós-graduação	2h em Especialização 3h em Mestrado 4h em Doutorado	Formulário assinado pelo presidente da banca examinadora	20h
32	Aprovação em Exame de Proficiência em língua estrangeira	10h	Declaração ou certificado emitido pela Instituição	Sem Limite
33	Visita técnico-cultural-científica sob a orientação docente	5h por atividade	Declaração ou certificado assinado pelo professor responsável ou Diretor de Curso com relatório de visita.	10h
34	Participação com mandato efetivo em órgão de representação estudantil – DCE, Centros Acadêmicos e outros	5h por semestre	Ata de Posse ou Portaria de nomeação	20h
35	Atuação como atleta ou auxiliar técnico em equipes que representam a UEMASUL em competições esportivas	10h por competição	Formulário assinado por representante da entidade promotora do evento	40h

36	Participação no Programa Bolsa Permanência	20h por participação	Declaração ou certificado emitido pela PROEXAE	40h
37	Outras atividades sob análise do docente de AC e Colegiado do curso	A definir	A definir	A definir

ITEM	ATIVIDADE	PONTUAÇÃO	TIPO DE COMPROVANTE	LIMITE TOTAL
ATIVIDADES DE INOVAÇÃO				
38	Participação em Projetos de Inovação – PIBIT / PIVIT, com ou sem bolsa.	20h por semestre	Declaração do orientador com período e carga horária	80h
39	Membro de Projeto de Inovação Tecnológica	10h por semestre	Declaração do orientador com período e carga horária	40h
40	Outras atividades sob análise do docente de AC e Colegiado do curso	A definir	A definir	A definir

ITEM	ATIVIDADE	PONTUAÇÃO	TIPO DE COMPROVANTE	LIMITE TOTAL
ATIVIDADES CULTURAIS				
41	Participação em concursos de atividades artístico-culturais, promovidas ou não pela UEMASUL	10h por participação acrescidas de 10% (3º lugar), 20% (segundo lugar) e 30% (1º lugar)	Declaração da instituição promotora do evento	40h

42	Atuação em atividades culturais (apresentação em espetáculos teatrais e musicais, performance) sob a orientação de professor da UEMASUL ou profissional da comunidade	5h por atividade	Declaração ou certificado assinado pelo professor/profissional responsável	20h
43	Participação como público em apresentações e eventos culturais: filmes, peças teatrais, apresentações musicais, espetáculos de dança, festivais e eventos esportivos	Até 3 horas por atividade	Cópia do ingresso, recibos, nota fiscal e formulário preenchido sobre a atividade assistida	10h

APÊNDICE D - TABELA DOCENTE POR TITULAÇÃO, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

DOCENTE	TÍTULO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Edimilson Rosa Bezerra	Doutor em História (2018) – UNISINOS; Mestre em História (2011) – UFG; Licenciado em História (1993) – UEMA	Professor Adjunto III e TIDE – UEMASUL (2017–atual); Professor Efetivo – UEMA (1999–2017); Professor Substituto – UEMA (1995–1999); Professor efetivo – Rede Estadual/MA (1992–atual) .**Lattes:** http://lattes.cnpq.br/6292438900534645	Possui experiência profissional na Educação Básica. Exerceu a docência na rede pública estadual
Fabrício Nascimento de Moura	Doutor em História (2024) – UFMA; Mestre em História (2013) – UERJ; Bacharel em História (2008) – UERJ	Professor Adjunto I – UEMASUL (2017–atual); Professor Efetivo– UEMA (2015–2017); Professor Substituto – UEMA (2014–2015). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/6242465012617435	Possui experiência profissional na Educação Básica. Foi docente da rede privada de educação
Jaime Garcia Siqueira Júnior	Doutor em Antropologia (2007) – UnB; Mestre em Antropologia Social (1993) – USP; Licenciado em Ciências Sociais (1989) – USP	Professor Adjunto III e TIDE – UEMASUL (2017–atual); Professor – UEMA (1998–2017); Professor Assistente – UFMA (1999). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/1164298643800680	Não Possui experiência profissional na Educação Básica
Jessé Gonçalves Cutrim	Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (2011) –	Professor Assistente I – UEMASUL (2017–atual); Professor efetivo - UEMA (2003–2017);	Possui experiência profissional na Educação Básica. Exerce docência na rede pública estadual

DOCENTE	TÍTULO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
	PUC Goiás; Mestre em Ciências da Educação (2008) – UPAP; Licenciado em História (1994) – UEMA; Graduado em Estudos Sociais (1989) – UPIS	Professor efetivo – Rede Estadual/MA (1994–atual); Professor – Prefeitura de Imperatriz (2001–2004) .**Lattes:** http://lattes.cnpq.br/1022723054494654	
Luiz Maia da Silva	Especialista em Projetos Sociais (1996) – PUC Minas Licenciado em História (1990) – UEMA. Licenciado em Geografia (1999) – UEMA	Professor Auxiliar III – UEMASUL (2017–atual); Professor – UEMA (1994–2017). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/0621670876796085	Não possui experiência profissional na Educação Básica
Lennyse Teixeira Bandeira	Doutora em História (2024) – UFRJ; Mestra em História (2020) – UFRJ; Licenciada em História (2017) – UEMA	Professora Substituta – UEMASUL (2025–atual) Professora – IFMA (2025–atual); Professora – SEDUC/MA (2024–2025). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/0058442608416598	Possui experiência profissional na Educação Básica pública estadual e exerce docência no Instituto Federal de Educação (IFMA)
Margarida Chaves dos Santos	Mestra em Educação (2000) – IPLAC/Cuba; Licenciada em História (1994) – UEMA	Professora Assistente III – UEMASUL (2017–atual); Professor – UEMA (1995–2017); Professora – Rede Estadual/MA (1992–2006). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/0494434302431623	Possui experiência profissional na Educação Básica. Exerceu a docência na rede pública estadual
Maristane de Sousa Rosa	Mestra em História (2006) – UFG;	Professora – UEMASUL (2017–atual);	Possui experiência profissional na Educação

DOCENTE	TÍTULO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Sauimbo	Especialista em Ensino Superior (1999) – UFMA; Licenciada em História (1998) – UEMA	Professora – UEMA (2003–2017). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/2286532420424958	Básica pública estadual
Moab Cesar Carvalho Costa	Doutor em História (2017) – UNISINOS; Mestre em Ciências da Religião (2011) – UFG; Licenciado em História (1998) – UEMA	Professor Adjunto IV – UEMASUL (2017–atual) Professor – UEMA (2003–2017); Professor – PPGHIST/UEMA (2021–atual); Professor – Mestrado Profissional (2026–atual). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/7558858835648697	Possui experiência profissional na Educação Básica pública estadual
Raimundo Carvalho Moura Filho	Doutor em História (2024) – UFRRJ; Mestre em História (2020) – UFG; Licenciado em História (2017) – UEMA	Professor Adjunto I – UEMASUL (2024–atual); Professor Substituto – UEMASUL (2022–2024); Professor – UNITINS (2024–atual); Professor – Rede Municipal de Imperatriz (2020–2024) .**Lattes:** http://lattes.cnpq.br/0502143944711434	Possui experiência profissional na Educação Básica pública municipal de Imperatriz
Raimundo Lima dos Santos	Doutor em História (2014) – UFMG; Mestre em História (2010) – UFG; Licenciado em História (2005) – UEMA	Professor Adjunto IV – UEMASUL (2017–atual); Professor – UEMA (2015–2017). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/1088922677592150	Possui experiência profissional na Educação Básica
Regina Célia Costa Lima	Doutora em História (2021) – UNISINOS;	Professora Adjunta III e TIDE – UEMASUL (2017–atual);	Possui experiência profissional na Educação

DOCENTE	TÍTULO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
	Mestra em Ciências Ambientais e Saúde (2015) – PUC Goiás; Especialista em Educação Superior (2014) – FEST; Especialista em Metodologia do Ensino (2000) – UEMA; Licenciada em História (1995) – UEMA	Professora – Rede Estadual/MA (1992–2022); Professora – UEMA (1990–2016) Professora – FEST (2008–2017); Professora – IESMA (2011–2017); Professora – Escola Santa Luzia (1991–1996). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/1384692968984742	Básica. Exerceu docência na rede pública estadual
Romário Sampaio Basílio	Doutor em Estudos da Globalização (2023) – UNL/Portugal; Mestre em História Moderna (2017) – UNL/Portugal; Graduado em História (2014) – UEMA	Professor Adjunto I e TIDE – UEMASUL (2025–atual); Bolsista – UEMA (2024–2025); Professor – PPGHIST/UEMA (2025–atual). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/6205411707470389	Não possui experiência profissional na Educação Básica pública estadual

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

APÊNDICE E – INSTRUÇÃO NORMATIVA DE EXTENSÃO

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA-PROGESA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS - CCHSL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2025- CURSO DE HISTÓRIA

O Diretora do Curso de História, na qualidade de Presidente do Colegiado do Curso de História, do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras - CCHSL em conformidade com a Resolução n.º 185/2022 - CONSUN/UEMASUL, de 30 de maio de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar o processo de elaboração do trabalho científico, denominado, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no curso de História da UEMASUL nos termos do que trata o Regimento Geral do Ensino de Graduação (Resolução n.º 185/2022 - CONSUN/UEMASUL).
Art. 2° Definir critérios e tipos de Trabalho de Conclusão de Curso a ser adotado no curso de História nos termos do que trata o § 1º do artigo 92 da Resolução n.º 185/2022 - CONSUN/UEMASUL. Dessa forma o TCC:

I- terá efeito de registro no histórico acadêmico;
II- é condição indispensável para a conclusão de curso de graduação em História;
III- será de autoria de estudantes, em consonância com as competências e habilidades específicas dos egressos dos cursos;
IV- deverá observar as exigências das normas da ABNT e institucionais, por meio de resolução específica, bem como por manuais institucionais atualizados ou propostos pelo NDE e aprovados em colegiado

Art. 3º Adotar em consonância com as competências e habilidades específicas dos egressos dos cursos, as modalidades de Trabalho de Conclusão de Curso adequadas no curso. Entre os trabalhos elencados no artigo 92 da Resolução n.º 185/2022 - CONSUN/UEMASUL adota-se no âmbito do curso de História, as modalidades expostas nos incisos I; II; III; VII; VIII e IX, a saber:

I. proposta de ação pedagógica, com fundamentação em paradigma educacional;
II. proposta tecnológica, com base em projeto de pesquisa científica;
III. projeto metodológico integrado;

IV. monografia, podendo ter por base um projeto de pesquisa científica e/ tecnológica;

V. artigo científico, podendo ter por base um projeto de pesquisa científica e/ou tecnológica, extensão ou estudo de caso;

VI. relatos de experiências de extensão.

§ 1º Os trabalhos indicados nos incisos V e VI são de autoria de um único estudante, os demais poderão ser produzidos em coautoria, limitado a três estudantes, no máximo

§ 2º O TCC deverá observar as exigências das normas da ABNT e institucionais, por meio de resolução específica, bem como por manuais institucionais atualizados ou propostos pelo NDE e aprovados em colegiado

Art. 4º A inscrição no componente curricular TCC somente poderá ser realizada desde que:

I. o estudante não esteja em débito com as disciplinas do currículo objeto de seu trabalho, observado o prazo máximo de integralização curricular, indicado no PPC;

II. a requisição do projeto de trabalho seja feita na direção de curso, no semestre anterior à realização do TCC, respeitado o trâmite de orientação e homologação pelo colegiado de curso;

III. o projeto de TCC tenha sido entregue, no período estabelecido pela direção de curso, para submissão e avaliação a critério do colegiado de curso e consequente homologação do parecer do avaliador.

Art. 5º Os Trabalhos de Conclusão de Curso deverão ser desenvolvidos sob a orientação de um professor, respeitando a área de conhecimento afim com o objeto do trabalho.

§ 1º Sem prejuízo de outras atividades e respeitando o limite do seu regime de trabalho, os docentes deverão contabilizar carga horária por orientação de TCC.

§ 2º Cada professor poderá orientar até 5 (cinco) TCC por semestre.

§ 3º Poderão orientar TCC os docentes não pertencentes ao quadro da UEMASUL, desde que haja afinidade entre a especialidade do orientador e o tema proposto, e seja comprovada a sua condição de professor universitário por declaração atualizada da IES de origem, ficando as despesas advindas dessa orientação sob a responsabilidade do estudante.

§ 4º O documento de que trata o parágrafo anterior deverá ser entregue à direção de curso junto com o projeto de TCC.

5º Pode haver mudança de orientador, a pedido do estudante, e interrupção da orientação pelo professor, desde que justificadas por escrito à direção de curso.

Art. 6º O TCC deverá ser elaborado em 2 (duas) fases, com datas propostas pela direção de

curso e homologadas pelo colegiado de curso.

§ 1º Na primeira fase, o estudante apresentará, na data designada, o projeto de TCC, devidamente assinado pelo docente orientador, que deverá ser homologado pelo colegiado de curso.

§ 2º Na segunda fase, o estudante desenvolverá seu projeto de TCC.

§ 3º O TCC, já comprovado a inexistência de plágio pelo orientador, por meio de leitor específico, será enviado pelo estudante, por e-mail, em programa editável e em formato pdf, à direção de curso, que encaminhará aos professores que comporão a banca examinadora, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de defesa designada.

§ 4º A banca examinadora será composta por 3 (três) docentes, sendo presidente o docente orientador, 2 (dois) docentes membros e mais 1 (um) docente suplente, sendo que todos deverão ser indicados pelo colegiado de curso.

§ 5º Na falta ou impedimento do professor orientador ou membro da banca, devidamente justificada, poderá ser designada, pela direção de curso, a substituição do membro ausente por um dos suplentes da banca, ou ainda, no caso da falta do orientador, determinar nova data para a defesa do trabalho, que não poderá exceder 5 (cinco) dias úteis.

Art.7º Será automaticamente reprovado o TCC sob acusação de plágio.

§ 1º Considera-se plágio a apropriação ou cópia de um trabalho de natureza intelectual sem a autorização do autor ou sem a citação da verdadeira origem.

§ 2º Será atribuída nota zero ao TCC sob acusação de plágio.

§3º Constatado o plágio pela banca examinadora, de acordo com critérios estabelecidos em norma específica, o estudante estará sujeito à penalidade prevista no inciso III, do artigo 182 deste Regimento.

§ 4º O ato será registrado e protocolado no curso e anexado ao dossiê do estudante.

Art. 8º A defesa do trabalho consiste na exposição oral do conteúdo pelo estudante, durante 30 (trinta) minutos. Em seguida, cada professor membro tem 10 (dez) minutos para as arguições, seguidas das respostas do discente perante a banca examinadora.

§ 1º As defesas de TCC poderão ser realizadas de forma presencial ou virtual.

§ 2º Em caso de defesa virtual, deverão ser seguidas as seguintes orientações:

I. é de responsabilidade da direção de curso o envio do TCC, bem como o formulário, em formato DOC, referente à ata, aos docentes que comporão a banca examinadora, com antecedência mínima de 10 dias da data de defesa do TCC;

II. a defesa virtual do TCC deverá ser realizada por meio de plataformas digitais institucionais, podendo ser abertas a convidados externos;

a) A responsabilidade pelo contato, agendamento, interação com os membros da banca será do orientador;

b) Os membros da banca deverão ser inseridos na plataforma digital como "participantes" do evento de defesa pelo orientador; III. para garantir que a defesa seja pública, o orientador deverá encaminhar o link de acesso para a Assessoria de Comunicação – ASCOM até o dia anterior ao evento, e esta, por sua vez, deverá divulgar o referido link no site da UEMASUL;

IV o presidente da banca deverá advertir aos presentes que a gravação do evento de defesa é permitida apenas ao aluno e ao orientador, sendo a gravação de caráter facultativa, acordado entre os participantes;

V o presidente da banca deverá garantir a privacidade da avaliação feita pelos membros da banca sobre o trabalho, abrindo e enviando à banca um novo link para esse momento, que não poderá ser gravado;

VI em caso de gravação da defesa do trabalho, o vídeo deverá ser mantido arquivado na plataforma utilizada, no modo privado, e, por decisão entre aluno e orientador, enviado à direção do curso;

VII o presidente da banca deverá encaminhar a ata do TCC à direção de curso, devidamente preenchida e com assinatura digital em formato PDF;

VIII caso haja necessidade de sigilo, para resguardar o direito de propriedade intelectual, a apresentação/defesa deve ser realizada de forma restrita à banca, ao orientador e ao aluno, sendo que os membros da banca deverão assinar um termo de sigilo e confidencialidade;

IX a gravação ficará restrita ao orientador e ao aluno.

§ 3º Da defesa resulta uma nota numérica, calculada pela média aritmética das notas de apresentação escrita e exposição oral, atribuídas por cada membro da banca, ocorrendo aprovação quando a média for igual ou superior a 7,0 (sete) ou reprovação do trabalho, em caso de nota inferior, registradas em ata, a ser arquivada na direção de curso e entregue uma cópia ao estudante.

§ 4º A banca examinadora apresentará, por escrito, as observações relativas à avaliação do TCC, a fim de que o estudante proceda às alterações indicadas.

§ 5º Após a avaliação da banca examinadora, fica o estudante com o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para entregar a versão definitiva, em formato PDF, assinada pelos membros da banca,

à direção de curso, sob pena de invalidação de nota atribuída ao trabalho.

Art. 9º A versão definitiva será encaminhada pela direção de curso à Biblioteca Central, com termo de autorização do estudante para compor o Repositório Institucional

Parágrafo único A direção de curso manterá um banco de dados com informações básicas sobre todos os TCCs já defendidos e aprovados, devendo conter: autor, título e área temática do trabalho; nome e titulação do professor orientador; data em que se realizou a defesa; número de catálogo na Biblioteca UEMASUL; e membros da banca examinadora.

Imperatriz, MA, -----, de outubro de 2024.

_____

Regina Celia Costa Lima
Diretora do curso de História- CCHSL / UEMASUL
Portaria 051/2022-GR/UEMASUL

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA-PROGESA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS - CCHSL
CURSO DE HISTÓRIA

ANEXO I – MATRIZ CURRICULAR ADEQUADA À RESOLUÇÃO Nº 216/2022 - CONSUN/UEMASUL

Ord	Cód.	1º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	Créditos					Total
				T	PC	PT	E	ACE	
1	AIPHST	Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica (NE)	60	4	-	-	-	-	4
2	AIPHST	História da Antiguidade Oriental (NE)	60	4	-	-	-	-	4
3	AIPHST	Leitura e Produção Textual (NP)	60	4	-	-	-	-	4
4	AIPHST	Filosofia da Educação– (NP)	60	3	-	-	-	-	4
5	AIPHST	Produção Acadêmica Científica (NP)	60	4	-	-	-	-	4
6	AIPHST	Antropologia (NE)	60	3	-	-	-	1	4
7	AIPHST	Psicologia da Educação (NP)	60	3	-	-	-	1	4
TOTAL			**420**	**25**	**-**	**-**	**-**	**2**	**28**
Ord.	**Cód.**	**2º PERÍODO – DISCIPLINAS**	**CH**	**Créditos**					**Total**
				T	**PC**	**PT**	**E**	**ACE**	
8	AIPHST	História da Antiguidade Ocidental (NE)	60	3	1	-	-	-	4
9	AIPHST	História da América Antiga (NE)	60	2	1	-	-	1	4
10	AIPHST	Teorias da História– (NE)	60	4	-	-	-	-	4
11	AIPHST	Arqueologia– (NE)	60	3	-	-	-	1	4
12	AIPHST	História dos Povos Africanos– (NE)	60	2	1	-	-	1	4
13	AIPHST	Sociologia da Educação (NP)	60	3	-	-	-	1	4
14	AIPHST	História e Política da Educação Brasileira (NP)	60	3	-	-	-	1	4
TOTAL			**420**	**20**	**3**	**-**	**-**	**5**	**28**
Ord.	**Cód.**	**3º PERÍODO – DISCIPLINAS**	**CH**	**Créditos**					**Total**
				T	**PC**	**PT**	**E**	**ACE**	
15	AIPHST	História Moderna I – (NE)	60	4	-	-	-	-	4
16	AIPHST	História da Idade Média Ocidental (NE)	60	3	1	-	-	-	4
17	AIPHST	História da América Colonial (NE)	60	3	1	-	-	-	4

18	AIPHST	História do Brasil Colonial– (NE)	60	3	1	-	-	-	4
19	AIPHST	História do Maranhão Colonial– (NE)	60	3	1	-	-	-	4
20	AIPHST	Didática (NP)	60	3	-	-	-	1	4
21	AIPHST	Gestão dos Sistemas Educacionais (NP)	60	3	-	-	-	1	4
TOTAL			**420**	**22**	**4**	**-**	**-**	**2**	**28**
Ord.	**Cód.**	**4º PERÍODO – DISCIPLINAS**	**CH**	**Créditos**					**Total**
				T	**PC**	**PT**	**E**	**ACE**	
22	AIPHST	História da Idade Média Oriental (NE)	60	4	-	-	-	-	4
23	AIPHST	História da América Independente (NE)	60	3	1	-	-	-	4
24	AIPHST	História do Brasil Imperial (NE)	60	3	1	-	-	-	4
25	AIPHST	História do Maranhão Imperial (NE)	60	3	1	-	-	-	4
26	AIPHST	História Moderna II	60	3	-	-	-	1	4
27	AIPHST	Métodos de Pesquisa no Espaço Escolar (NP)	60	2	1	-	-	1	4
28	AIPHST	Ensino de História: fund. Teor e metodológicos (NP/NE)	90	1	4	-	-	1	6
TOTAL			**450**	**19**	**8**	**-**	**-**	**3**	**30**
Ord.	**Cód.**	**5º PERÍODO – DISCIPLINAS**	**CH**	**Créditos**					**Total**
				T	**PC**	**PT**	**E**	**ACE**	
29	AIPHST	Relações Étnicos Raciais e Direitos Humanos (NP)	60	2	-	-	-	2	4
30	AIPHST	História da América Contemporânea (NE)	60	2	1	-	-	1	4
31	AIPHST	História do Brasil Republicano (NE)	60	3	1	-	-	-	4
32	AIPHST	História do Maranhão Republicano (NE)	60	3	1	-	-	-	4
33	AIPHST	Teorias e Metodologias da História (NE)	60	4	-	-	-	-	4
34	AIPHST	História e Cultura Indígena (NE)	60	2	1	-	-	1	4
35	AIPHST	História das Religiões	60	3	-	-	-	1	4
TOTAL			**420**	**19**	**4**	**-**	**-**	**5**	**28**
	Cód.	**6º PERÍODO – DISCIPLINAS**	**CH**	**Créditos**					**Total**

Ord.				T	PC	PT	E	ACE	
36	AIPHST	História Contemporânea I (NE)	60	3	1	-	-	-	4
37	AIPHST	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (NP)	60	3	-	-	-	1	4
38	AIPHST	História do Brasil Contemporâneo (NE)	60	3	1	-	-	1	4
39	AIPHST	Historiografia Brasileira (NE)	60	4	-	-	-	-	4
40	AIPHST	Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica (NE)	60	4	-	-	-	-	4
41	AIPHST	Ensino de História: conteúdos e apropriações (NE/NP)	90	1	4	-	-	1	6
42	AIPHST	História da África Contemporânea (NE)	60	2	1	-	-	1	4
TOTAL			**450**	**19**	**7**	**-**	**-**	**4**	**30**

Ord.	Cód.	7º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	Créditos					Total
				T	PC	PT	E	ACE	
43	AIPHST	História Contemporânea II (NE)	60	3	-	-	-	1	4
44	AIPHST	Educação Especial e Inclusiva (NP)	60	3	-	-	-	1	4
45	AIPHST	Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental	180	-	-	-	12	-	12
46	AIPHST	História e Cultura Afro-brasileira (NE)	60	2	1	-	-	1	4
47	AIPHST	Eletiva Restritiva II (NE)	60	4	-	-	-		4
48		Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	30	2					2
TOTAL			**450**	**14**	**1**	**-**	**12**	**3**	**30**

Ord.	Cód.	8º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	Créditos					Total
				T	PC	PT	E	ACE	
48	AIPHST	Eletiva Universal (EU)	60	4	-	-	-	-	4
49	AIPHST	Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Médio	225	-	-	-	15	-	15

50	AIPHST	Atividades Acadêmicas-Científico-Culturais - AACC	200	-	-	-	-	-	
51	AIPHST	Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II	0			-	-	-	-
TOTAL			**485**	**4**	**-**	**-**	**15**	**-**	**19**
TOTAL DE CRÉDITOS			**3545**	**144**	**27**	**-**	**27**	**24**	**223**
TOTAL DE HORAS			**3545**	**2.160**	**405**	**-**	**405**	**360**	**3.345**

Ord.	Cód.	DISCIPLINAS DO NÚCLEO ELETIVAS RESTRITIVAS	CH	Crédito					Total
				T	PC	PT	E	ACE	
1		Cartografia	60	3	-	-	-	1	4
2		Educação Ambiental e Sustentabilidade	60	3	-	-	-	1	4
3		Gênero e História	60	3	-	-	-	1	4
4		História dos Movimentos Sociais no Brasil	60	3	-	-	-	1	4
5		Geopolítica da Amazônia Oriental	60	3	-	-	-	1	4
6		História Agrária	60	3	-	-	-	1	4
7		História da Arte	60	3	-	-	-	1	4
8		História e Cinema	60	3	-	-	-	1	4
9		História e Literatura	60	3	-	-	-	1	4
10		História e Memória	60	3	-	-	-	1	4
11		Patrimônio Cultural	60	3	-	-	-	1	4
12		Tópicos Emergentes em História	60	3	-	-	-	1	4
13		Tópicos Especiais em História do Maranhão	60	3	-	-	-	1	4

T – Crédito Teórico: 15h/1crédito
PT – Crédito Prático-Teórico (prática vinculada à aprendizagem do conhecimento teórico): 15h/1crédito
PC – Crédito Prático como Componente Curricular (prática que articula o conhecimento aprendido na UEMASUL com o contexto da Educação Básica formal e não formal): 15h/1crédito
E – Crédito de Estágio Curricular: 15h/1crédito
ACE – Atividades Curriculares de Extensão – 1 crédito/ 1

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA-PROGESA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E LETRAS - CCHSL
CURSO DE HISTÓRIA

ANEXO II – TABELA DE EQUIVALÊNCIA DO CURSO DE HISTÓRIA DA UEMASUL

ESTRUTURA CURRICULAR DE 2020				ESTRUTURA CURRICULAR DE 2024			
Código	**Disciplina**	**CH**	**CR**	**Código**	**Disciplina**	**CH**	**CR**
AIPHST01	Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica (NE)	60	04		Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica (NE)	60	04
AIPHST02	História da Antiguidade Oriental (NE)				História da Antiguidade Oriental (NE)	60	04
AIPHST03	Leitura e Produção Textual	60	04		Leitura e Produção Textual	60	04
AIPHST04	Filosofia da Educação	60	04		Filosofia da Educação	60	04
AIPHST05	Produção Acadêmica Científica	60	04		Produção Acadêmica Científica	60	04
AIPHST08	História da Antiguidade Ocidental (NE)	60	04		História da Antiguidade Ocidental (NE)	60	04
AIPHST09	História da América Antiga (NE)	60	04		História da América Antiga (NE)	60	04
AIPHST10	Teorias da História (NE)	60	04		Teorias da História (NE)	60	04
AIPHST16	História da Idade Média Ocidental	60	04		História da Idade Média Ocidental	60	04
AIPHST17	História da América Colonial	60	04		História da América Colonial	60	04
AIPHST18	História do Brasil Colonial	60	04		História do Brasil Colonial	60	04
AIPHST19	História do Maranhão Colonial	60	04		História do Maranhão Colonial	60	04
AIPHST22	História da Idade Média Oriental	60	04		História da Idade Média Oriental	60	04
AIPHST23	História da América Independente (NE)	60	04		História da América Independente (NE)	60	04
AIPHST24	História do Brasil Imperial	60	04		História do Brasil Imperial	60	04
AIPHST25	História do Maranhão Imperial	60	04		História do Maranhão Imperial		
AIPHST31	História do Brasil Republicano	60	04		História do Brasil Republicano	60	04
AIPHST32	História do Maranhão Republicano	60	04		História do Maranhão Republicano	60	04

AIPHST33	Teorias e Metodologias da História	60	04		Teorias e Metodologias da História	60	04
AIPHST35	História Contemporânea I	60	04		História Contemporânea I	60	04
AIPHST38	Historiografia Brasileira	60	04		Historiografia Brasileira	60	04
AIPHST39	Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica	60	04		Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica	60	04
AIPHST	Eletivas Restritivas	60	04		Eletivas Restritivas	60	04
AIPHST44	Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Fundamental	180	12		Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Fundamental	180	12
AIPHST46	Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Médio	225	15		Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Médio	225	15
AIPHST47	Atividades Acadêmicas-Científico-Cultural	200			Atividades Acadêmicas-Científico-Cultural	200	
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	-	-		Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	-	-

ANEXO III – EMENTÁRIO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO E À PESQUISA HISTÓRICA

EMENTA: Análises e reflexões sobre a História como ciência: campo histórico, conceito, concepções e epistemologia, tempo e periodização. Estudo dos objetos, das fontes, dos métodos e da intervenção do historiador na produção do conhecimento e da escrita da historiográfica.

Bibliografia Básica

LE GOFF, Jacques. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. **Introdução ao estudo de História**: temas e textos. Porto Alegre: UFRGS/edição do Autor, 2013.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, s. d.

GOFF, Jacques Le. **Uma vida para a História**: conversações com Marc heurgon. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras,1998.

SANTANA, Joseph. **História**: Análise do passado e projeto social. Bauru, São Paulo: EDUSP,1998.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: EDUSP, 1992.

HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE ORIENTAL

EMENTA: O “Oriente” como construção do “Ocidente”. Análise crítica da Historiografia contemporânea sobre as sociedades do próximo Oriente, do médio Oriente e do extremo Oriente. Análise de documentos textuais e das evidências materiais sobre as referidas civilidades orientais, com ênfase em estudos sobre o pensamento mítico-religioso, as relações sociais e de gênero, as estruturas políticas e as redes de conectividade social. As representações contemporâneas sobre a Antiguidade Oriental.

Bibliografia Básica

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Antiguidade Oriental, Política e Religião**. São Paulo: Ed.

Contexto, 1990
CARDOSO, Ciro Flamarion **Sete olhares sobre a Antiguidade**. Brasília: UnB, 1998.
PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

Bibliografia Complementar

COURTILIER, G. **As antigas civilizações da Índia**. Otto Pierre: RJ, 1979.
BOUZON, Emanuel. **As cartas de Hamurabi**. Petrópolis: Vozes, 1986.
GIORDANI, Mario Curtis. **História da Antiguidade Oriental**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1982.
JOHNSON, Paul. **A História ilustrada do Egito Antigo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
LEITE, E. **Religiões antigas da Índia**. RJ: Barroso, 2001.

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

EMENTA: Língua Oral e Língua Escrita: características e usos da linguagem, língua e fala. Variações linguísticas. Tipologia textual. Denotação e Conotação. Textualidade: fatores e elementos. Teoria e prática da produção textual. Teoria e prática de leitura.

Bibliografia Básica

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986.
FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **A redação pelo parágrafo.** Brasília: UNB, 1998.
FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto***:* leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

Bibliografia Complementar

GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula.** São Paulo: Ática, 1997.
MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1983.
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação:** uma proposta para o ensino de gramática no 1^{0} e 2^{0} graus. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
VANOYE, Francis. **Usos da linguagem:** problemas e técnicas na produção oral e escrita. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor:** aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 1989.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Filosofia e Filosofia da Educação. Pressupostos filosóficos que fundamentam a educação no ocidente. Educação e ideologia. Filosofia crítica da educação. A filosofia pós-

moderna e o campo educacional. Filosofia da educação e pensamento pedagógico brasileiro. Perspectivas e desafios do pensamento pedagógico na atualidade.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação.** São Paulo: Moderna, 2006.
FREIRE, Paulo. **Ideologia e educação:** reflexões sobre a não neutralidade em educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
SAVIANI, Demerval. Educação: **Do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1989.
LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 8. Ed. São Paulo. Ática, 2006.

Bibliografia Complementar

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2000.
COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia:** História e grandes temas. 16. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.
GHIRALDELLIJÚNIOR, Paulo. (Org.). **O que é filosofia da educação?** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana:** danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
LYOTARD, Jean-François**. A Condição Pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 2008.
SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas.** São Paulo: Centauro, 2002.

PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS

EMENTA: Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e dos gêneros discursivos.

Bibliografia Básica

HENRIQUES, Cláudio Cézar. SIMÕES, Darcília. (orgs) **A redação de trabalhos acadêmicos:** teoria e prática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.
MACHADO, Anna Rachel. LOUSADA, Eliane Gouvêa. ABREU-TARDELI, Lília Santos.

Resumo. São Paulo: Parábola, 2004

MACHADO, Anna Rachel. LOUSADA, Eliane Gouvêa. ABREU-TARDELI, Lília Santos. **Resenha**. São Paulo: Parábola, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos**. São Paulo: Atlas, 2016.

MOTTA-ROTH, Désirée e HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

Bibliografia Complementar

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias**. Manual de Produções de Textos Acadêmicos e Científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

MACHADO, Anna Rachel. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica:** A prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa:** Monografia, Dissertação, Tese e Estudo de Caso, Com Base Em Metodologia Científica. Editora Cengage Learning, 2012.

COSTA, Marco Antonio F. da. COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de Pesquisa:** Entenda e Faça. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

ANTROPOLOGIA

EMENTA: A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. A crítica ao etnocentrismo e o relativismo cultural. Questões de método: trabalho de campo e observação participante. Os precursores e o evolucionismo social na conformação da Antropologia como disciplina.

Bibliografia Básica

AZANHA, Gilberto; VALADÃO, Virginia Marcos. **Senhores Destas Terras. Os Povos Indígenas no Brasil**: da Colônia aos nossos dias. Histórias em Documentos. Atual. Ed. São Paulo, 1991.

CARDOSO, Ruth (org.). **A Aventura Antropológica**. Teoria e Pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

LINTHON, Ralfh. **O homem**: Uma Introdução à Antropologia. São Paulo: Martins Fontes,

1991.

Bibliografia Complementar

LEAF, Murray. **Uma História da Antropologia**. RJ/SP: Zahar/ EDUSP, 1981

MOLIINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Os Pensadores. São Paulo: Cultura, 1976.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação da Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Ideologia, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PRESOTTO, Zélia Maria Neves; MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia**: Uma Introdução. Atlas S.A.

SANTOS, José Luís dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Psicologia e Psicologia da Educação. Aproximações críticas entre Psicologia e educação escolar. Principais teorias psicológicas que subsidiam a educação contemporânea. As dimensões cognitiva, afetiva e histórico-cultural dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano e social. Psicologia e o ensino nas escolas. Preconceitos, estereótipos e mitos sobre o fracasso, violência e disciplina nos espaços escolares. Memórias, identidades, subjetividades e educação.

Bibliografia Básica

LA TAILLE, Y.de; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão**. São Paulo: Summus, 1998.

MEIRA. *Marisa Eugênia Melillo, & FACCI. Marilda Gonçalves Dias*(Orgs.), **Psicologia Histórico-Cultural.** Contribuições para o encontro entre subjetividade e a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

PATTO, Maria Helena de Sousa. **Introdução à psicologia escolar.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1997.

OZELLA, Sérgio. **Adolescências Construídas:** a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

CARRARA, Kester (Org.). **Introdução à psicologia da Educação**: seis abordagens. Campinas: Avercamp, 2011.

Bibliografia Complementar

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão; tradução de L. M. Ponde Vassalo. Petrópoles: Vozes, 1987.

LA ROSA, Jorge (org.). **Psicologia e educação:** o significado do aprender. Porto alegre: EDIPUCRS, 2004.

MACIEL, I. M. (org.). **Psicologia e Educação:** novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **A Institucionalização Invisível:** Crianças que não aprendem na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras; Fapesp, 2001.

SEGUNDO PERÍODO

HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE OCIDENTAL

EMENTA: A formação e o trabalho do historiador da Antiguidade. Uma revisão crítica da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Clássica (Grécia, Roma e Cartago), evidenciando seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos; Análise de documentos produzidos pelas e sobre as civilidades do período, com ênfase nas questões de religião, gênero, trabalho, expansionismos e redes de conectividade social. As representações contemporâneas sobre a Antiguidade Clássica.

Bibliografia Básica

AYMARD, André e AUBOYER, Jeannine. **História Geral das Civilizações**: o Oriente e a Grécia Antiga, o homem no Oriente Próximo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

AYMARD, André e AUBOYER, Jeannine. **Roma e seu império**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História).

Bibliografia Complementar

ALFÖLDY, G. **História social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

FINLEY, M.I. **O legado da Grécia**: uma nova avaliação. Brasília: UnB, 1998.

GIARDINA, A. (Org.). **O homem romano**. Lisboa: Presença, 1992.

JARDÉ, Auguste. **A Grécia antiga e a vida grega**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1997.

LORAUX, Nicole. **A invenção de Atenas**. Trad. Lilian Valle. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

HISTÓRIA DA AMÉRICA ANTIGA

EMENTA: Análise da diversidade étnica, riqueza cultural, bem como as distintas formas de organização social das populações que habitavam as Américas antes da conquista europeia. Ocupação do espaço americano. Diálogo entre História e Arqueologia para a compreensão das culturas antigas da América. As sociedades nativas, etnias, religiosidade e cultura. História da América Antiga e o ensino de História.

Bibliografia Básica

SOUSTELLE, Jaques. **Civilização Asteca**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1993.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, sd. https://doceiro.com.br

FEVRE, Henri. **A civilização Inca**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1987.

Bibliografia Complementar

GENDROP, paul. **A civilização Maia**. Rio de Janeiro: ZAHZR, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**. Petrópolis: VOZES, 1977.

AQUINO, Ribin Santos Leão de. **História das sociedades americanas**. Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você, 1981.

MUNDURUKU, Daniel. **Histórias de índio**. São Paulo, Companhia das Letrinhas, 2002.

SANTOS, E. **Deuses do México Indígena**, Palas Athena, 2002.

TEORIAS DA HISTÓRIA

EMENTA: Problematizações e análise das correntes históricas do século XIX e XX: historicismo, positivismo, marxismo, Escola dos Annales, Escola de Frankfurt, Estruturalismo e Pós-Estruturalismo. A crise do paradigma cientificista. As concepções pós-modernas.

Bibliografia Básica

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,

2010.

Bibliografia Complementar

BANN, Stephen. **As invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Unesp, 1994.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia**: A Escola dos Annales (1929-1989). 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Unesp, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUNT, Lynn (org.). **A nova História cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ARQUEOLOGIA

EMENTA: História do pensamento arqueológico: fundamentos teórico-metodológicos. Cultura Material e Interdisciplinaridade: o diálogo entre Arqueólogos e Historiadores. Métodos e técnicas em Arqueologia e o uso das fontes arqueológicas pelo historiador. Análise de documentação material relativa aos vários períodos históricos. Arqueologia no Maranhão e Sul do Maranhão.

Bibliografia Básica

BICHO, Nuno. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Edições 70. Lisboa, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

PROUS, Andre. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1992.

Bibliografia Complementar

AGOSTINI, Camila (Org). **Objetos da escravidão**: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História no Nordeste do Brasil**. 2 ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 1997.

PROUS, Andre. **O Brasil antes dos Brasileiros**: a pré-História do nosso país 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

RENFREW, C. & BAHN, P. **Arqueologia**: Teorias, Métodos y Práctica. Ediciones Akal, S.A, 1993.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysses Editora, 2004.

HISTÓRIA DOS POVOS AFRICANOS

EMENTA: Hominização e emergência das sociedades africanas. África e Mundo mediterrâneo. Reinos e Impérios. Escravidão. Comércio interno e tráfico transaariano. África e Novo Mundo: comércio com os europeus e trafico transatlântico. Diáspora africana e formação do mundo Atlântico. Problematização do ensino de História dos Povos Africanos na Educação Básica.

Bibliografia Básica

BÂ, Amadou Hapaté. **A palavra, memória viva na África**. O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, 1973.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **A descoberta da África**. Lugar da História. Lisboa: Edições 70, 2004.

CURTIN, Philip D. **História Geral da África I**. Metodologia e Pré- História da África. KI-ZERBO, Joseph (coord). São Paulo, Editora Ática/UNESCO, 1980.

Bibliografia Complementar

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África:** Uma História e suas transformações, tradução Regina Bhering e Luiz Guilherme Chaves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra**. História e civilizações, vol. I. Salvador / São Paulo: EDUFBA / Casa das Áfricas, 2009.

OLIVER, Roland. **A experiência africana**: da pré-História aos dias atuais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

REIS, R.; RESENDE, T.; MOTA, T. **Estudos sobre África Ocidental**: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos. Curitiba: Editora Prismas, 2016b.

SOUSA, Meridalva Gonçalves de. **História e ficção**: a representação do negro escravizado e liberto no Maranhão do século XIX, na obra os tambores de São Luís, de Josué Montello. São Luís: Eduema, 2015.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Sociologia e Sociologia da Educação. Aspectos históricos e epistemológicos da Sociologia da Educação. Educação, hominização e cultura. Educação escolar, seus atores, seus limites. A dimensão sociológica das trajetórias escolares. Educação, culturas e estratificação social. Sociedade em redes, sociedade da informação e os novos desafios para a escola.

Bibliografia Básica

CANÁRIO, Rui. **O que é a escola?** Um "olhar" sociológico. Porto: Porto editora, 2015.
PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar**. Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.
RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

Bibliografia Complementar

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber.** Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M Martins. **Bourdieu e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escola**. Petrópolis, Vozes: 1970.
SACRISTÁN, José Gimeno. **O discente como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**. A escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

HISTÓRIA E POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

EMENTA: A educação colonial e as relações de gênero, raça/etnia e grupos sociais. O ensino secundário no Brasil Império e seus determinantes políticos, sociais e de gênero. A educação republicanae as políticas educacionais. Reformas e políticas educacionais no Brasil: aspectos históricos, legais, normativos e organizacionais. As políticas educacionais no contexto do Estado neoliberal e da terceira via. Legislação Educacional na atualidade.

Bibliografia Básica

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.**4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 10ed. rev.eampl.- São Paulo: Cortez, 2012.
LOPES, Eliane Marta Teixeira. etall (org). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Bibliografia Complementar

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Cortez Editora, 2005.

HERMIDA, Jorge Fernando: **A reforma educacional no Brasil (1988-2001):** processos legislativos, projetos em conflitos e sujeitos históricos/João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/INEP,1998.

OLIVEIRA, Romualdo & ADRIÃO, Theresa (Orgs). **Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

TERCEIRO PERÍODO

HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA OCIDENTAL

EMENTA: As representações e os discursos historiográficos contemporâneos sobre a Idade Média. Os processos de transformações social, econômica, cultural e política que tiveram lugar no Ocidente no período compreendido entre os séculos III e XV. Análise de documentos textuais e das evidências materiais, com ênfase em estudos sobre a fragmentação do Império Romano do Ocidente, a formação e a expansão da Cristandade, a formação e a organização da sociedade feudal, a cultura e o pensamento medieval, as monarquias feudais e os discursos de afirmação régia, o desenvolvimento urbano, as transformações, as crises da sociedade feudal e a primavera dos tempos modernos. O legado da Idade Média. História da Idade Média Ocidental e o ensino de História.

Bibliografia Básica

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média**: Nascimento do Ocidente. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HEERS, Jacques. **História Medieval**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Estampa, 1983, 2v.

Bibliografia Complementar

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. 2. Ed. Lisboa: Edições 70, 2001.

CAMPOS, Flavio de. **História ibérica**: Apogeu e declínio. São Paulo: Ed. Contexto, 1977.

LE GOFF, J. (dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989.
LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1980.
MELLO, José Roberto. **O cotidiano no imaginário medieval**. São Paulo: Contexto, 1992.

HISTÓRIA MODERNA I

EMENTA: A Modernidade. Do Feudalismo para o Capitalismo: rupturas e continuidades. A Mentalidade de Transição: Renascimento e Ciência Moderna. O Cotidiano e a Cultura Popular.

Bibliografia Básica

FALCON, Francisco José. **Iluminismo**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.
REMOND, René. **O Antigo Regime e a Revolução**. Tradução de Frederico Pessoa de Barros e Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1976.
RODRIGUES, Antônio Edmilson M. **A Formação do Mundo Moderno**. A Construção do Ocidente dos séculos XIV ao XVIII. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Bibliografia Complementar

BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
COLLINSON, Patrick. **A Reforma**. tradução de S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 200
MICELI, Paulo. **As Revoluções Burguesas**. 17 ed. São Paulo: Atual, 1994.
RODRIGUES, Antônio Edmilson M. **Tempos Modernos**: ensaios de História cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
SILVA, Janice Theodoro da. **Descobrimentos e Colonização**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL

EMENTA: A América e o imaginário europeu dos séculos XV e XVI. A conquista da América, conceitos e problemas. A política da monarquia Hispânica para a América, ocupação, administração e estruturas socioeconômicas. América Inglesa colonial, conceitos e problemas. A colonização das Américas, evangelização e resistência cultural. América Hispânica, sociedade, relações de trabalho e tensões sociais. O ensino de História e suas problematizações em História da América Colonial.

Bibliografia Básica

GEBRAN, Philomena; LEMOS, Maria Tereza. (Org.). América Latina: cultura, estado e

sociedade. Rio de Janeiro: ANPHLAC, 1994.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (1ª edição: 1988).

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Bibliografia Complementar

DONGHI, Túlio H. **História da América Latina**. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LOPEZ, Luís Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

O'GORMAN, Edmundo (1906-1995). **A invenção da América**. São Paulo: ed. Unesp, 1992.

PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL

EMENTA: Interpretações historiográficas das dinâmicas expansionista luso-imperial e da apropriação do espaço ultramarino, notadamente o Atlântico Norte e Sul. Configuração cultural, política e socioeconômica da terra e das gentes: conquista, concorrência, governo, administração e conflitos. Montagem, dilemas e problemas da dominação luso-imperial na América portuguesa durante o Antigo Regime: sociedade, trabalho, redes mercantis e religião. Práticas colonizadoras da América portuguesa. Emergência de ideias, crises no fim do Antigo Regime e debate historiográfico. A colônia brasileira e seu ensino.

Bibliografia Básica

MAXWELL, Kenneth. **Marquês do Pombal:** paradoxo do Iluminismo. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jusssara Simões. Bauru: Edusc, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Bibliografia Complementar

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HERKENHOFF, Paulo (Org.). **O Brasil e os holandeses** *(1630-1654)*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **A utopia do poderoso império.** Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MELLO, José Antonio Gonsalves de (Ed.). **Fontes para a História do Brasil holandês** (Vol. 1). Recife: PHNG/MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1981.

SOARES, Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro, Conquista, 1975.

HISTÓRIA DO MARANHÃO COLONIAL

EMENTA: Ocupação, colonização e povoamento do território maranhense. As diversas frentes de ocupação. As disputas pelo território. O processo de consolidação do domínio português até o fim do século XVIII. A História do Maranhão Colonial no Educação Básica.

Bibliografia Básica

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Os caminhos do Gado**: Conquista e Ocupação do sul do Maranhão. São Luís, CESMA, 1992.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: UEMA, 2008.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a História e a geografia do Brasil. Teresina: EDUFPI, 2011.

CAVALCANTE FILHO, Sebastião Barbosa. **A questão Jesuíta no Maranhão colonial (1622-1759)**. São Luís: Sioge, 1990.

CARVALHO. Carlos Jesus de. **Ascenção e crise da economia açucareira no Maranhão**. São Luís, Eduema, 2015.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

VIVEIROS, Jeronimo de. **História do Comercio no Maranhão 1612-1895**. VL. 1. São Luís ACM, 1992.

DIDÁTICA

EMENTA: Contextualização da Didática: Educação Pedagogia e Didática. Educação e Sociedade. Retrospectiva histórica da Didática: dos clássicos ao momento atual. Tendências Pedagógicas. O Processo de Ensino e seus componentes. O Planejamento de Ensino: objetivos, conteúdos, métodos de ensino e avaliação da aprendizagem. Relações Docente-discente.

Bibliografia Básica

FARIAS, I. M. S. et al. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. Brasilia: Líber Livro, 2009.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido (Orgs). **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

VEIGA, Ilma P. de Alencastro (org.). **Repensando a Didática.**25 ed. Papirus: Campinas/SP, 2007.

Bibliografia Complementar

COMENIUS, J.A. **Didática Magna.** Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CANDAU, Vera Maria. ***Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender***. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CANDAU, Vera Maria. ***Reinventar a escola***. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIBÂNEO, José C. **Didática.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma G. (Org.). **Didática e formação de docentes.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GESTÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS

EMENTA: A gestão educacional no âmbito do federalismo. Teorias da Administração e Gestão Educacional. Financiamento da educação e a gestão escolar. Gestão escolar e a organização da escola na perspectiva democrática. Projeto Político Pedagógico Escolar. A organização do trabalho escolar: linguagem, tempo, espaço.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil:** combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: Unesco, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, MirzaSeabra. **Educação**

escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Série: Cadernos de Gestão.

Bibliografia Complementar

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 8º Ed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Série: Caderno de Gestão.

ALVES, Nilda. **O espaço escolar e suas marcas.** Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 19. ed. Campinas: Papirus, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2009.

QUARTO PERÍODO

HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA ORIENTAL

EMENTA: O conceito de Idade Média Oriental. Análise historiográfica sobre a História do Oriente Medieval. Análise de documentos textuais e das evidências materiais sobre o Oriente Medieval. O conceito de Antiguidade Tardia. A crise do século III e a orientalização do Império Romano. A constituição do Império Bizantino e a formação da Igreja Oriental. O Oriente Islâmico: das origens ao início do século XII. O Ocidente Muçulmano: os reinos da África do norte e da Península Ibérica. As relações entre Oriente e Ocidente, as Cruzadas; A formação e a expansão do Império Turco-otomano.

Bibliografia Básica

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

LEMERLE, Paul. **História de Bizâncio**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

QUATAERT, Donald. **O império Otomano**. Lisboa: Edições 70.

Bibliografia Complementar

ANDRADE FILHO, Ruy. **Os Muçulmanos na Península Ibérica**. São Paulo:

Contexto,1997.
CARROL- BARK, William. **Origens da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
DIEHL, C. **Os Grandes problemas da História bizantina**. São Paulo: Américas, 1961.
LEWIS, Bernard. **Os Árabes na História**. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
MANTRAN, R. **Expansão muçulmana** (séculos VII-XI). São Paulo: Pioneira, 1977.

HISTÓRIA MODERNA II

EMENTA: Reformas Religiosas. O Absolutismo Monárquico e a Europa das Luzes. A via interpretativa da literatura moderna: a cidade moderna, as mulheres na modernidade, a corte no absolutismo, a ciência moderna, o romantismo, de servo à operário, a arte renascentista, o descobrir de um novo mundo, a revolução das calçadas, a fé e as religiões modernas

Bibliografia Básica

FALCON, Francisco José. **Iluminismo**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.
REMOND, René. **O Antigo Regime e a Revolução**. Tradução de Frederico Pessoa de Barros e Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1976.
RODRIGUES, Antônio Edmilson M. **A Formação do Mundo Moderno**. A Construção do Ocidente dos séculos XIV ao XVIII. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Bibliografia Complementar

BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
COLLINSON, Patrick. **A Reforma**. tradução de S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva
MICELI, Paulo. **As Revoluções Burguesas**. 17 ed. São Paulo: Atual, 1994.
RODRIGUES, Antônio Edmilson M. **Tempos Modernos**: ensaios de História cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
SILVA, Janice Theodoro da. **Descobrimentos e Colonização**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

HISTÓRIA DA AMÉRICA INDEPENDENTE

EMENTA: A ruptura com as metrópoles. independências, ideias políticas na América Latina no século XIX e imaginário social. A construção da identidade latino-americana, Estados e

ideários nacionais. A relação entre Estados Unidos e a América Latina. As estruturas político-sociais da América independente. A evolução política e econômica do século XIX. O ensino de História da América Independente na Educação Básica.

Bibliografia Básica

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

KARNAL, Leandro [et al.]. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

PAMPLONA, Marco Antonio e MADER, Maria Elisa (orgs). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas:** Nova Granada, Venezuela e Cuba. São Paulo: Paz e Terra, Coleção Margens América Latina, v. 3, 2008.

Bibliografia complementar

DONGHI, Túlio H**. História da América Latina**. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GUIBERNAU, Montserrat. **O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX**. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1992.

WASSERMAN, C; GUZZELLI, César B. **História da América Latina**: do descobrimento a 1900. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.

LOPEZ, Luís Roberto. **História da América Latina.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

HISTÓRIA DO BRASIL IMPERIAL

EMENTA: Interpretações historiográficas sobre o Brasil Império: nação, estado e identidade nacional. A construção da ordem imperial e os movimentos contestatórios. Terra e Trabalho. Urbanização, novas sociabilidades e vida privada. A política externa e os conflitos na região do Prata. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Abolição e crise da monarquia. O império brasileiro e seu ensino.

Bibliografia Básica

SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da Independência**. Rio do Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

MAESTRI, Mário. **Uma História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2002.
COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7.ed. São Paulo: UNESP, 1999.

Bibliografia complementar

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: Teatro de Sombras. R.J: UFRJ, 1996.
MALERBA, Jurandir. **A corte no Exílio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.
SALLES, R. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. R.J: Paz e Terra, 1990.
SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2.ed. R. J: Paz e Terra, 1989.

HISTÓRIA DO MARANHÃO IMPERIAL

EMENTA: Historiografia do Maranhão Império. O Maranhão na transição do mundo luso-brasileiro. Disputas políticas e movimentos insurrecionais. A economia provincial. O sertão. A transição do trabalho escravo para o livre.Urbanização, novas sociabilidadese relações de gênero. O ensino de História do Maranhão Imperial na Educação Básica.

Bibliografia Básica

GALVEZ, Marcelo Cheche; COSTA, yuri (orgs). **O Maranhão oitocentista**. São Luís: Café e Lápis; Ed. UEMA, 2015.
MEIRELIS, Mário M. **História do Maranhão**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.
LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**: A monarquia. 2.ed. revista e ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2008.

Bibliografia complementar

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memória dos sertões maranhenses**. – São Paulo: Siciliano, 2002.
RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1980.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A Balaiada no Sertão**. São Luís: Editora UEMA, 2010.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **A Construção da Identidade Sertaneja Maranhense**. Curitiba: CRV, 2017.

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

EMENTA: Estudos teóricos sobre o fenômeno religioso. Religiões arcaicas. Religiões monoteístas. Religiões orientais. Religiões de origem africana e indígena brasileira. Matrizes religiosas brasileiras. Movimentos religiosos contemporâneos no Brasil.

Bibliografia Básica

COSTA, Moab César Carvalho. **O aggiornamento do pentecostalismo brasileiro**: as Assembleias de Deus e o processo de acomodação à sociedade de consumidores. São Paulo: Recriar, 2019.

DA MATA, Sérgio. **História & Religião**. Belo Horizonte: Autêntica.2010.

WILGES, Irineu. **As religiões no mundo**. Petrópolis: Vozes, 1989.

Bibliografia complementar

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa**. São Paulo: Paulinas. 2001.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no brasil. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

OTTO. Rudolf. **O sagrado***:* aspectos irracionais na nação do divino e sua relação com o racional. São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2007.

MÉTODOS DE PESQUISA NO ESPAÇO ESCOLAR

EMENTA: O ensino como campo de investigação. Cultura escolar. Culturas escolares. A construção histórica e simbólica do espaço escolar. A pesquisa etnográfica no espaço escolar. A pesquisa participante no espaço escolar. Teoria e metodologia da História oral e a pesquisa

no campo educacional. O docente pesquisador. Elaboração de projetos de pesquisa no espaço escolar.

Bibliografia Básica

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares.** Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

LUDKE, Menga; ANDRË, Marli E. D. ***Pesquisa em educação****: abordagens qualitativas.* São Paulo: EPU, 2013.

FONTE, Paty. **Pedagogia de Projetos:** ano letivo sem mesmice. Rio de Janeiro: WakEditora,2014.

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar.** Campinas: Papirus, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos:** a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico:** classe, códigos e controle. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

REGO, Teresa Cristina. **Memórias de Escola**: cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis: Vozes, 2003.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2018.

ENSINO DE HISTÓRIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

EMENTA: História do ensino de História. Ensino de História: fundamentos teóricos, históricos e pedagógicos; Historiografia, práticas sociais e saber histórico escolar. História como disciplina escolar. O papel do docente de História. Problematização das práticas educativas na escola. A relação entre métodos, metodologias, técnicas e a prática do docente de História na Educação Básica. História nas propostas curriculares oficiais do Brasil e Maranhão. Metodologias do ensino de História. Materiais didáticos: concepções e uso. Diferentes fontes e linguagens nas aulas de História. Pesquisa em ensino de História. Avaliação em História.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes**. Ensino de História**: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
KARNAI, Leandro (organizador). **História na Sala de Aula**. 5 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

Bibliografia complementar

BRASIL, **Diretrizes Curriculares** Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: 2004.
FONSECA, S. G. **Caminhos da História Ensinada**. São Paulo: Papirus, 1993.
MARANHÃO. Governo do Estado. **Escola Digna: caderno de orientações pedagógicas - História como componente curricular.** Secretaria de Estado da Educação. São Luís, 2017.
MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **Histórias do ensino de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1998.
OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado.** Uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

QUINTO PERÍODO

RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS E DIREITOS HUMANOS

EMENTA: Direitos Humanos e democracia. Multiculturalismo, Universalismo e Relativismo Cultural. Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Educação e direitos humanos frente às políticas neoliberais. As questões étnico-raciais na contemporaneidade. A proteção dos grupos vulneráveis: a criança e o adolescente, homossexuais e transexuais, mulheres, povos indígenas, população afro-brasileira, idosos, refugiados e pessoa com deficiência. Políticas de ações afirmativas Elaboração de projetos epráticas educativas promotoras da cultura de direitos.

Bibliografia Básica:

BENEVIDES, Maria Vitória; SCHILLING, Flávia (Org.). **Direitos humanos e educação:**

outras palavras, outras práticas. São Paulo: FEUSP/Cortez, 2005.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educação em Direitos Humanos**: temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação/SECAD. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: SEPPIR, SECAD, 2005.

Bibliografia Complementar:

BEDIN, Gilmar Antonio. **Os direitos do homem e o neoliberalismo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

CANDAU, Vera (Org.) **Educar em Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PAIVA, AngelaRandolpho. (Org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. (Org.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

HISTÓRIA DA AMÉRICA CONTEMPORÂNEA

EMENTA: O capitalismo na América Latina contemporânea e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais. Projetos alternativos de Estado, populismo, socialismo e militarização do continente. Estados Unidos e imperialismo. A redemocratização da América Latina, o neoliberalismo e a ascensão das esquerdas. Análise das ideias políticas expressas por autores latino-americanos contemporâneos. Problematizações do ensino de História da América Contemporânea na Educação Básica.

Referência Básica

GARRETÒN, Manuel Antônio [et al.]. **América Latina no século XXI**: em direção a uma nova matriz sociopolítica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

JOHNSON, Guillermo. **A quimera democrática na América Latina**: o Brasil sob o império. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

MELLO, Noval Benaion. **Subdesenvolvimento, Imperialismo, Educação, Ciência e Tecnologia**: a subordinação reiterada. Noval Benaion Mello – Niterói, UFF/ESSE, 2004.

Referências Complementares

BESSONE, Tania; QUEIROZ, Tereza. (org.) **América Latina**: imagens, imaginação e imaginário. SP: EDUSP, 1997.

CHASTEEN, John Charles. América Latina. **Uma História de sangue e fogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Crise do Estado**. São Paulo: Nobel, 1991.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul***:* fundamentos e perspectivas. São Paulo: LTr, 1998.

KARNAL, Leandro [et al.]. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO

EMENTA: História do Brasil Republicano- História e historiografia do Brasil Republicano. República e cidadania. República Velha: formação e consolidação. Economia e trabalho. Movimentos sociais, políticos, religiosos e culturais. Questão urbana. Nordeste como região. Revolução de 30. Getulismo; cultura política, trabalhismo e modernização. A república brasileira e seu ensino.

Referência Básica

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**. São Paulo, Cia das Letras, 1987.

FERREIRA, Jorge e Daniel Aarão Reis (org.). **As Esquerdas no Brasil**. A formação das tradições 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Referências Complementares

AQUINO, Rubim Santos Leão de...et all. **Sociedade Brasileira**: Uma História. Através dos Movimentos Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FERREIRA, Jorge e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GOMES, Ângela de Castro at all (org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**. São Paulo, Vértice, 1988.

MARTINS, Ana Luiza. **República**: um outro olhar. São Paulo, Contexto, 3ª ed. 1993.

HISTÓRIA DO MARANHÃO REPUBLICANO

EMENTA: História e historiografia do Maranhão Republicano. Oligarquias. Agricultura e industrialização. Questão da terra e movimentos sociais. Questão indígena. O Maranhão e os

Grandes Projetos. Questão urbana. Manifestações culturais: identidade, resistência e apropriação. O ensino de História do Maranhão Republicano na Educação Básica.

Referências Básicas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: EDUFMA, 2006.

BUZAR, Benedito. **Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão (1945-1965). São Luís: Lithograf, 1998.

FEITOSA, Moacir. **História do desenvolvimento econômico do Maranhão**. Belém: UFPA, 2003.

Referências Complementares

AMARAL FILHO, Jair. **A economia política do babaçu**: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís, SIOGE, 1990.

Elizabeth Sousa Abrantes (org.). **Mulher e república no Maranhão**. São Luís: Eduema, 2015.

MELO, Maria Cristina Pereira de. **O bater dos panos**: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960). São Luís: SIOGE, 1990.

REIS, Flavio Antônio de Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2007.p.72 a 118.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

TEORIAS E METODOLOGIAS DA HISTÓRIA

EMENTA: Novas linguagens, abordagens e metodologias de Pesquisa Histórica: Metodologias da História Oral, da História do Tempo Presente, da Micro-História e da História Local e Regional.

Referência Básica

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita a História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca básica).

Referência Complementar

BURKE, P. **O que é História cultural**? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHARTIER, R. **A História cultural**: Entre Práticas e Representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FALCON, F. **História cultural**: uma visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

HUNT, Lynn (org.). **A nova História cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.

HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA

EMENTA: História e cultura dos povos indígenas brasileiros. Educação e diversidade cultural: pressupostos e fundamentos pedagógicos, psicológicos, antropológicos e sociológicos. Políticas indigenistas de educação: colônia, império, república mundo dos índios. A educação escolar indígena específica e diferenciada. A escola dos brancos no mundo dos índios. Educação, práticas e processos de aprendizagem dos povos indígenas no Maranhão. Problematizações sobre o ensino de História e Cultura Indígena na Educação Básica.

Referência Básica

ASSOCIAÇÃO CARLO UBBIALI. **Os índios do Maranhão**: O Maranhão dos índios. São Luís - MA: Instituto Ekos, 2004.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD/LACEDE Museu do índio, 2006.

RIBEIRO, Berta. **O índio na História do Brasil**. São Paulo: Global, 2009.

Referências Complementares

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Educação e diversidade cultural**: interculturalidade como episteme. Cadernos de Educação. Cuiabá: UNIC, 1997.

CANTELE, Bruna Renata; SCHNEEBERGER, Carlos Alberto; AFONSO, Eduardo José. **Os povos das florestas**. São Paulo: Editora do Brasil, 1998.

JUCAPÉ, KakaWerá. **A terra dos mil povos**: História indígena no Brasil contada por um índio. São Paulo Petrópolis, 1998.

MUNDURUKU, Daniel. **Coisas de índio**. São Paulo: Callis Editora, 2000.

SOUSA, Cássio & ALMEIDA, Fábio (orgs.) ***Gestão territorial em terras indígenas no***

Brasil. Série Via dos Saberes n. 6. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/ Unesco, 2015.

ELETIVA RESTRITIVA I

EMENTA: Ementa conforme disciplina escolhida pelos discentes

SEXTO PERÍODO

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

EMENTA: Principais processos históricos que engendraram a contemporaneidade entre o final do século XVIII e início do século XX. A Revolução Francesa e seus desdobramentos. Revolução Industrial e capitalismo. Os movimentos sociais, as ideias políticas e os movimentos culturais na Europa. O ensino de História Contemporânea na Educação Básica.

Referência Básica

ARRUDA, José Jobson. **A Revolução Industrial**. 3 ed. São Paulo, Ática, 1994.

CAVALCANTE, Berenice. **A Revolução Francesa e a Modernidade**. São Paulo, Contexto, 1997.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **Uma revolução perdida**: a História do socialismo soviético. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

Bibliografia Complementar

ARIÈS, Philippe et al. **História da Vida Privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo, Cia. Das Letras, 1992.

FALCON, Francisco et al. **A Formação do Mundo Contemporâneo**. 16 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

FILHO, Daniel Aarão Reis. (Org.) **O Século XX O Tempo das Certezas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUADRAT, Samantha Viz e ROLEMBER, Denize (Orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários Europa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 201.

RODRIGUES, Luiz César B. **A Primeira Guerra Mundial**.19 ed. São Paulo:Atual,1994.

LÍNGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

EMENTA: Estudo da História dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas; a diferença entre linguagens e língua - implicações para se pensar os processos identitários; a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em suas singularidades linguísticas e seus efeitos sobre o desenvolvimento, aquisição da lingua(gem) e produções culturais; o campo e objetos do campo "Estudos Surdos em Educação" bem como suas relações com a Psicologia Educacional; as bases epistemológicas das divergências das diferentes formas de se entender a inclusão de pessoas surdas.

Bibliografia Básica

BOTELHO, P. **Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos**. Editora Autêntica, Minas Gerais, 7-12, 1998.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**: O Mundo dos Surdos em Libras. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Bibliografia Complementar

GESSER, Audrei. **Libras:** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina B.F. de; GÓES, Maria Cecília R. de; (Orgs.) **Surdez**: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.

LANE, Harlan. **A Máscara da Benevolência.** Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

Docente. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS, 2005.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo, caminhos para uma nova Identidade. Rio** de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira:** Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

EMENTA: Experiência democrática e Populismo. Projetos em disputa: Liberalismo e Nacional-Desenvolvimentismo. Regime civil militar: golpe, institucionalização, aparelhos de repressão e resistências. Movimentos políticos-culturais. Abertura: Rupturas e continuidades.

Trabalho e sindicalismo nas décadas de 1980-1990. (Re)inserção do Brasil no cenário internacional. Reconfiguração das relações Estado e Sociedade. As Reformas Neoliberais. O ensino de História do Brasil Contemporâneo na Educação Básica: perspectivas e métodos de abordagens.

Referências Básicas

LINHARES, Maria Yedda (Org.) **História Geral do Brasil**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MARTINS, Ana Luíza. **O despertar da República**. – São Paulo: Contexto, 2001. – (Repensando a História).

LOPEZ, Luiz Roberto. **Uma História do Brasil: República**. – São Paulo: Contexto, 1997.

Referência Complementar

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de História e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FICO, C. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Ângela de Castro (Org.) **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

GORENDER, Jacob. **Combates nas trevas**, **a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1990.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

EMENTA: A relação entre História e Historiografia. Produções historiográficas sobre o Brasil e paradigmas explicativos. Historiografia brasileira e pesquisa histórica: objetos, fontes e narrativas. A recente produção historiográfica brasileira e os debates historiográficos: problemas e conceitos.

Referência Básica

FREITAS, Marcos Cezar (Org.)**. Historiografia Brasileira em Perspectiva.** 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil:** um Banquete no Trópico, 3ª São Paulo: Editora SENAC, 2001. 2v.

REIS, José Carlos**. As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Referências Complementares

MALERBA, Jurandir (Org.). **A História escrita: teoria e História da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 11ª ed. São Paulo: Globo, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 10 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras,1995.

PRADO, Caio Júnior. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA HISTÓRICA

EMENTA: Fundamentos do Projeto de pesquisa em História. Fontes e métodos de pesquisa histórica. Elaboração de projeto de pesquisa.

Referências Básicas

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BURKE, Peter (org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e História. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

Referência Complementar

CARDOSO, Ciro Cardoso e BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa - Rio de Janeiro: DIFEL - Editora Bertrand Brasil, 1990. (Memória e Sociedade).

RICHTER REIMER, Ivone. **Como fazer trabalhos acadêmicos**. Goiânia: OIKOS, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**: Foucault revoluciona a História. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

ENSINO DE HISTÓRIA: CONTÉUDOS E APROPRIAÇÕES

EMENTA: História: conteúdos e conceitos básicos. Pressupostos das escolas historiográficas. Relações entre as inovações vivenciadas pela historiografia mundial e brasileira com a História escrita e divulgada nos Ensinos Fundamental e Médio. Projetos Pedagógicos e oficinas sobre o ensino de História. Subsídios para efetivação de uma prática educativa flexível, interdisciplinar e contextualizada: análise situacional. Análise dos conteúdos e temáticas presentes nos currículos escolares de História e dos conteúdos presentes em livros didáticos. Seleção de conteúdo, organização e elaboração/construção de materiais didáticos para o ensino de História no Ensino Fundamental e Médio. Projetos de ensino e/ou extensão em ensino de História

Referência Básica

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes, FRANCO, Renato. **Aprendendo História**: reflexão e ensino. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos Temas na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2009.

Referência Complementar

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. PCNs – **Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica.** Brasília: Imprensa Oficial, 1998.

KARNAI, Leandro (organizador). **História na Sala de Aula**. 5 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares do Maranhão**.3. ed. São Luís: Seduc, 2014.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Escola Digna: caderno de orientações pedagógicas - História como componente curricular.** Secretaria de Estado da Educação. São Luís, 2017.

HISTÓRIA DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA

EMENTA: Ensino de História da África: perspectivas teóricas e metodológicas; fontes escritas e tradição oral. Colonização e descolonização. Constituição dos estados-nação independentes. Desafios da integração africana. Globalização. Relação África-Brasil. Problematizações sobre o ensino de História da África Contemporânea.

Referência Básica

APPIAH, Kwane Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afroasiáticos, 2001.

SERRANO, Carlos. **Memória D'África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

Referência Complementar

DAVIS, Mike. Holocaustos coloniais. **Clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ILIFFE, John. **Os Africanos**: História de um continente. Lisboa: Terramar, 1999.

JONGE, Klaas de. **África do Sul, apartheid e resistência**. São Paulo: Cortez, 1991.

LINHARES, Maria Yedda. **A luta contra a metrópole**: Ásia e África. 1945-1975. São Paulo: Brasiliense, 1971.

MACKENZIE, J. M. **A partilha da África 1880-1900**. São Paulo: Ática, 1994.

SÉTIMO PERÍODO

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

EMENTA: As grandes Guerras Mundiais. A Revolução Russa e as Ideologias Totalitárias. Descolonização e Contracolonização. Guerra Fria. Os Movimentos Culturais do século XX. A nova (des) ordem mundial. O Novo Milênio e as novas faces do terrorismo. A Cultura Global. O pós-colonialismo. A condição pós-moderna.

Referência Básica

CANÊDO, Letícia, Bicalho. **A Descolonização da Ásia e da África**. 12 ed. São Paulo: Atual, 1994.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Cia das letras, 1995.

QUADRAT, Samantha Viz e ROLEMBER, Denize (Orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários África e Ásia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Bibliografia Complementar

ARIÈS, Philippe et al. **História da Vida Privada**: Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo, Cia. Das Letras, 1992.

HILLS, Ken. **A primeira guerra mundial**. São Paulo: Ática 1997.

FILHO, Daniel Aarão Reis. (Org.). **O século XX O Tempo das Dúvidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

TRENTO, Angelo. **Fascimo italiano**. São Paulo: Atica, 1986 (Coleção Série Pricípios).

WOOD, Alan. **As origens da Revolução Russa, 1861-1917**. São Paulo: Ática, 1991.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

EMENTA: Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado - AEE a partir da política nacional de educação inclusiva. Atendimento à da pessoa com necessidades educacionais especiais, incluindo transtorno do Espectro Autista e Distúrbios de Aprendizagem. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão. Reflexão crítica das questões ético – político-educacionais na ação do educador quanto à inclusão de discentes (as) com deficiência.

Bibliografia Básica

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. **Educação Especial:** do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

GLAT, R. **A integração social do portador de deficiência:** uma reflexão. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais.Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

Bibliografia Complementar

BAUTISTA, R. **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997.

COELHO, Maria Teresa. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2002

GARCIA, Jesus Nicasio**. Manual de dificuldades da aprendizagem**. Editora Artmed. Porto Alegre, 1998.

RIBAS, João B. Cintra. **O que são pessoas deficientes.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

JOSÉ, Elisabete da Assunção. **Problemas de aprendizagem**. 12 ed. SP: Ática, 2002.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO ENSINO FUNDAMENTAL

EMENTA: Elaboração de Plano ou Projeto de Ensino de História para intervenção, em forma de regência, nas séries finais do Ensino Fundamental em Escola da rede Estadual, Municipal ou Particular. Registro de aulas simuladas e/ou regências para armazenamento em Banco de Dados do Laboratório de Ensino de História (LABhis). Socialização de experiências pedagógicas. Síntese de atividades de Estágio Supervisionado em História para composição do Trabalho Formação Docente em História. Elaboração e defesa do Relatório de Estágio.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT**,** Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental).

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, São Paulo: Papírus, 2003.

MENGOLLA, Maximiliano e SANT, ANA, Ilza Martins**. Por que planejar? Como planejar?** Currículo – Área – Aula. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Bibliografia Complementar

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

DIAS, Tânia et all. **Pedagogia de projetos interdisciplinares**: uma proposta prática de construção do conhecimento a partir de projetos: 5 a 8 séries. Recife – PE: Distribuidora de Livros Boa Vista, 2006.

DALBEN, Ângela I. Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação**: Perspectivas na Gestão Escolar. Campinas: Papirus, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5º ed. Goiânia: Editora

Alternativa, 2004.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

EMENTA: Racialismo e cientificismo no Brasil Contemporâneo. Pós-abolição. Cidadania e trabalho. Etnia e multiculturalismo. Manifestações culturais. Identidade, resistência e apropriação. Comunidades tradicionais quilombolas. Políticas afirmativas e auto-reconhecimento. O ensino de História e Cultura Afro-brasileria na Educação Básica.

Bibliografia Básica

AGOSTINI, Camila (org.). **Objetos da escravidão**: abordagens da cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: Letras, 2013.

SERRANO, Carlos. **Memória D'Africa**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico – 1400 – 1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Bibliografia Complementar

FERRETTI, Sérgio. **Querebentã de Zomadônu:** Etnografia da Casa das Minas do Maranhão. 2. ed. rev. atual. São Luís: EDUFMA, 1996.

RAMOS, Artur. **As culturas negras no Novo Mundo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a História do levante dos Malês em 1835. 2a. ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão**. O ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

PANTOJA, Selma Alves (2000). **Nzinga Mbandi**: mulher, guerra e escravidão. Brasília: Thesaurus, 2000.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

EMENTA: No Trabalho de Conclusão de Curso I o acadêmico terá oportunidade de sistematizar o conhecimento resultante de seu processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir das linhas de pesquisa institucional. No TCC I o acadêmico deverá fazer pesquisa bibliográfica e trabalho de campo sob a orientação do docente orientador.

Referência

A referência será acordo com os temas definidos pelos alunos em conjunto com o docente orientador do trabalho de Conclusão de Curso

ELETIVA RESTRITIVA II

EMENTA: Ementa conforme disciplina escolhida pelos discentes.

OITAVO PERÍODO

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO ENSINO MÉDIO

EMENTA: Elaboração de Plano ou Projeto de Ensino de História para intervenção, em forma de regência, no Ensino Médio em Escola da rede Estadual, Municipal ou Particular. Registro de aulas simuladas e/ou regências para armazenamento em Banco de Dados do Laboratório de Ensino de História (LABhis). Socialização de experiências pedagógicas. Síntese de atividades de Estágio Supervisionado em História para composição do Trabalho de Formação Docente em História. Elaboração e defesa do Relatório de Estagio.

Bibliografia Básica

HORN, Geraldo e GERMINARI**. O Ensino de História e seu currículo**: teoria e método. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MENGOLLA, Maximiliano e SANT, ANA, Ilza Martins**. Por que planejar? Como Planejar?** Currículo – Área – Aula. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PIMENTA, Selma. **O estágio na formação de docentes**: universidade, teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1995.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT, Circe Maria M. Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino;** tradução Reynaldo Barão; revisão Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

MENGOLLA, Maximiliano e SANT, ANA, Ilza Martins**. Por que planejar? Como**

Planejar? Currículo – Área – Aula. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PENIN, Sonia de Souza. **A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura**. Campinas: Papirus, 1994.

SAINT-ONGE, Michel. **O ensino na escola**: o que é como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Ementa: O Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura estará voltado para a pesquisa aplicada no qual o acadêmico terá oportunidade de sistematizar o conhecimento resultante de seu processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir das linhas de pesquisa institucional. No TCC II, o acadêmico deverá apresenta-lo para obtenção da Nota da disciplina.

Referência

De acordo com os temas definidos pelos alunos em conjunto com o docente-orientador do trabalho de Conclusão de Curso.

ELETIVA UNIVERSAL

EMENTA: Disciplina cursada pelo discente em outros cursos da Uemasul ou de outra IES.

DISCIPLINAS DE NÚCLEO ELETIVAS RESTRIVAS

HISTÓRIA E LITERATURA

EMENTA: Narrativa histórica e narrativa literária. Especificidades, diferenças e semelhanças. O espaço biográfico nas abordagens histórica e literária. Novas perspectivas de abordagem teórica nos campos historiográfico e literário. Possibilidades de diálogo interdisciplinar. Cultura, História e literatura. História, verdade e ficção.

Bibliografia Básica

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia**: A Escola dos Annales (1929-1989). 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

ROCHA, João Cezar de C. (Org.). **Roger Chartier - a força das representações**: História e

ficção. Chapecó: Argos, 2011.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a História**: Foucault revoluciona a História. 4ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Bibliografia Complementar

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Ephraim F. Alves. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: A História entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

ECO, Umberto. **Sobre a literatura**. Tradução de Eliana Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário**: perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

PATRIMÔNIO CULTURAL

EMENTA: Concepções de patrimônio cultural. Educação patrimonial e instituições de preservação e custódia de acervos. O profissional de História frente ao patrimônio cultural. Patrimônio cultural maranhense.

Bibliografia Básica

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARANTES, Antônio. **Produzindo o passado**: Estratégias da construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

Bibliografia Complementar

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo** – trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc – Iphan, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

POSSAMAI, Zita e ORTIZ, Vítor (Orgs.). **Cidade e memória na globalização**. Porto Alegre: Unidade Setorial da Secretaria da Cultura, 2002.
PINHEIRO MACHADO, Maria Beatriz. **Educação Patrimonial**: orientações para docentes do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2004.
SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo UNESP; FAPESP, 1999.

PALEOGRAFIA

EMENTA: Materiais e instrumentos para a escrita. Normas técnicas para a transcrição e edição de documentos manuscritos. Leitura e transcrição de documentos manuscritos antigos.

Bibliografia Básica

BERWANGER, Ana et alli. **Noções de paleografia e de diplomática**. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, 1995.
LEAL, João Eurípedes Gualandi Franklin. **Glossário de paleografia**. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1994.
VALENTE, José Augusto Vaz. **Álbum de paleografia portuguesa**: documentos brasileiros. 2. ed. São Paulo, USP/ECA, 1983.

Bibliografia Complementar

ACIOLI, Vera. **A escrita no Brasil colônia**. Recife: Fundaj, UFPE, 1994.
BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz et alli. **Fontes repatriadas**: anotações de História colonial. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.
FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. São Paulo: UNESP, 1991.
HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola, 2003.
SAMARA, Eni. **Paleografia e fontes do período colonial brasileiro**. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.

TÓPICOS EMERGENTES EM HISTÓRIA

EMENTA: Temática e/ou perspectivas teórico-metodológica contemporânea do campo e do Ensino de História. Ementa, plano de curso e bibliografia a serem elaboradas pelo docente quando da oferta da disciplina.

Bibliografia: livre

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

EMENTA: Temática e/ou perspectivas teórico-metodológica contemporânea do campo e do Ensino de História do Maranhão.

Bibliografia: livre

HISTÓRIA AGRÁRIA

EMENTA: Relação entre História agrária, História da agricultura e História rural. Alcances e limites metodológicos da História agrária. Terra, agricultura e conflito.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Manoel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Sousa. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Lech, 1981.

Bibliografia Complementar

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARINETTI, Fausto. **Colonizador colonizado**: no Holocausto dos oprimidos. São Paulo: Loyola, 1985.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio**: Seta barracas em busca de um elo. Imperatriz, MA.: Ética, 1998.

PRADO JR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

GÊNESE E ESTRUTURA DO CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO

EMENTA: Agências e atores na constituição da matriz religiosa brasileira. Os embates no campo religioso brasileiro e a análises dos dados de crescimento das tradições e instituições religiosa no Brasil contemporâneo.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli, Silvia

de A. Sônia Miceli e Wilson Campos. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
COSTA, Moab César Carvalho. **O aggiornamento do pentecostalismo brasileiro**: as Assembleias de Deus e o processo de acomodação à sociedade de consumidores. São Paulo: Recriar, 2019.
SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil**: cotidiano e vida privada no América. Vol. 1. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Bibliografia Complementar

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa**. São Paulo: Paulinas. 2001.
MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Loyola. 2005.
PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**: Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
VAINFAS, R. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
VAINFAS, R.; SOUZA, J. B. **Brasil de todos os santos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GÊNERO E HISTÓRIA

EMENTA: Os estudos de gênero no campo interdisciplinar das ciências humanas. Teorias feministas. Gênero e poder. Os estudos de gêneros na historiografia brasileira.

Bibliografia Básica

LISLY, Andréia Gonçalves. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
NYE, Andreia. **Teoria feminista e as filosofías do homem**. tradoção Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1995.
STERANS, Peter N. **História das relações de gênero**. Tradução Mirna Pinsky. 2. Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Marta Mega; SEDREZ, Lise Fernanda; MARTINS, William de Sousa (Orgs.). **Corpo**: sujeito e objeto. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
CHABAUD-RYCHTER, Danielle. et al (Orgs.). **O gênero nas ciências sociais**: releituras e críticas de Max Weber e Bruno Latour. São Paulo: UNESP; Brasília: UNB, 2014.
MORAES, Márcia. **Ser humana**: quando a mulher está em discussão. Rio de Janeiro: DP&A,

2002.

PINSKI, Jaime. (Org.). **12 faces do preconceito**. 11. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

WOLLSTENECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. tradução Ivania Porcinho Mota. São Paulo: Boitempo, 2016.

HISTÓRIA DA ARTE

EMENTA: Conceito de cultura e de arte. A pluralidade das manifestações artísticas e culturais. Os movimentos artísticos no Brasil. Os múltiplos sentidos da Arte.

Bibliografia Básica

BAZIN, G. **História da História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989

CALABRESE, Omar. **A Linguagem da Arte**. Rio de Janeiro, Globo, 1987.

WÖLLFLIN, H. **Conceitos Fundamentais da História da Arte**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

Bibliografia Complementar

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1992

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte e Crítica de Arte**. Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

PANOFSKY, E. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo, Perspectiva, 1979.

FOSTER, Hall. **Recodificação**: arte, espetáculo, política cultural. São Paulo, Casa Editorial Paulista, 1996.

JAMESON, Friedric. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio: São Paulo, Ática, 1997.

HISTÓRIA E CINEMA

EMENTA: A relação cinema-História: aspectos históricos e historiográficos. Teoria da relação cinema-História. O cinema e a História no século XX. A imagem e o ensino de História. O cinema e a História do Brasil. Estética e linguagem cinematográfica.

Bibliografia Básica

BERNADET, Jean Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARRIÈRE, Jean – Claude. **A linguagem secreta do cinema**. São Paulo: Nova Fronteira,

1994.

SHOBAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

Bibliografia Complementar

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 7. Ed, São Paulo, Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1).

CAPELATO, Maria Helena (et al). **História e Cinema.** São Paulo: Alameda, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **Cinema: experiência cultural e escol**ar. Organização Devanil Tozzi. São Paulo: FDE, 2009. 96p. (Caderno de cinema do docente, n.02)

STAM, Robert. **Introdução a teoria do Cinema.** São Paulo: Papirus, 2003.

XAVIER, Ismail. **A experiência do cinema**: antologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

EMENTA: Princípios e estratégias de educação ambiental. A Educação Ambiental como eixo do Desenvolvimento Sustentável. Características, funções e objetivos da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 3.ed. São Paulo: Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio ambeinte, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, I. **A Invenção ecológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de (org.). **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 1999.

JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania***:* reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). **Educação ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. São

Paulo: Ipê, 1998.

HISTÓRIA E MEMÓRIA

EMENTA: Diálogo entre Memória e o conhecimento histórico. Memória coletiva e individual. Memória e relações de poder. Memória e construções identitárias. História oral e Memória.

Bibliografia Básica

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral, memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 09-66.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memoria Social**: novas perspectivas sobre o passado. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema,1992.

Bibliografia Complementar

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo: Editora Biblioteca Vértice, 1990.

SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THOMPSON, Paul**. A voz do passado:** História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BOSI, Eclea. **O Tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Atelie Editorial, 2003.

ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita**. Trad. Enid Abreu Dobránsky. São Paulo: Papirus,1998.

GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA ORIENTAL

EMENTA: Amazônia e os ancestrais nativos; o povoamento europeu na Amazônia e o extrativismo; políticas colonialistas portuguesas para a Amazônia; o sistema produtivo colonial e a formação da mão-de-obra local; a formação cultural e a vida politica da colonização; as lutas sociais na Amazônia no Período do Brasil Monárquico; a borracha como legado indígena e o papel da região para a revolução industrial europeia; a castanha do Pará e a exploração do trabalho no extrativismo recente; as riquezas minerais e a nova fronteira agrícola; a Amazônia na mira do grande capital; a Amazônia e as políticas neoliberais; os camponeses, os indígenas, os extrativistas, os ribeirinhos, os garimpeiros e suas lutas; o trabalho escravo e a maldição do carvão vegetal.

Bibliografia Básica

BECKER, Bertha. **A Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

HARDMAM, Francisco Foot. **O trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Cia das letras, 1991.

KOVARICK, Marcos. **Amazônia/Carajás**: na trilha do saque. São Paulo: Proposta Editorial, 1995.

Bibliografia Complementar

PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás**: o ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para "não" entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas, São Paulo: 1991.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do Humano. São Paulo: Contexto, 2009.

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá**: Guerrilha no Araguaia. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.